



Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (2012 – 2016)



Dezembro de 2012

Conteúdo

1. Introdução ao DECRP III.....	1
1.1 Do iPRSP ao DECRP III.....	1
1.2 Preparação do DECRP III	3
1.3 DECRP III	4
2. Análise da Situação Actual: Retrospectiva de 10 anos sobre a Pobreza e Crescimento.....	6
2.1 Crescimento e Pobreza em Cabo Verde.....	6
2.2 Crescimento em Cabo Verde (2002–2011).....	7
2.3 Pobreza em Cabo Verde (2002-2011)	9
2.4 Outras Dimensões da Pobreza	12
2.5 Explicando o Progresso de Cabo Verde no combate à Pobreza.....	18
3. Análise da Situação Actual: O Cenário Macroeconómico	22
3.1 Introdução.....	22
3.2 O ambiente macroeconómico de Cabo Verde.....	22
3.3 As perspectivas e desafios para Cabo Verde	28
4. DECRP III: Agenda Estratégica	33
4.1 A Agenda Nacional e a Visão de Cabo Verde.....	33
4.2 Estratégia do Crescimento e da Redução da Pobreza III	35
4.2.1 Agenda Nacional de Reformas.....	37
4.2.2.1 Manutenção da Estabilidade Macroeconómica e Reforma da Gestão das Finanças Públicas	38
4.2.2.2 Flexibilização do Mercado Laboral.....	43
4.2.2.3 Melhoria da qualidade e relevância da educação e formação como factor de combate ao desemprego.....	44
4.2.2.4 Melhorar a qualidade das infra-estruturas e serviços	46
4.2.2 Acelerar o crescimento através da diversificação económica.....	48
4.2.2.1 Agro-negócios	48
4.2.2.2 Turismo	54
4.2.2.3 Economia Marítima.....	61
4.2.2.4 Cluster TIC.....	67
4.2.2.5 Economia Criativa	73
4.2.2.6 Cluster Financeiro	75
4.2.2.7 Cluster de Aero Negócios.....	78

5 – Implementação e Programas do DECRP III	84
5.1 – Implementação do DECRP III	84
5.2 – Programas e Metas do DECRP III.....	89
5.2.1 Programas do EIXO I: Infra-estruturação.....	90
5.2.2 Programas do EIXO II: Capital Humano	93
5.2.3 Programas do EIXO III: Boa Governação.....	98
5.2.4 Programas do EIXO IV: Reforço do Sector Privado	105
5.2.5 Programas do EIXO V: Nação Global	107
5.3 O Enquadramento Macroeconómico do DECRP III.....	108
6. Custos e Financiamento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza	125
6.1. Quadro Fiscal do DECRP III	127
6.2 Quadro Despesas do DECRP III	130
6.3 O Orçamento da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza.....	131
6.4. Financiamento do DECRP III	133
7. DECRP III: Riscos na Implementação	135
Anexo I - Quadros Lógicos dos Programas do DECRP III por Eixo.....	138
Anexo II – Fórmula de cálculo e meios de verificação dos quadros lógicos dos programas.....	253
Anexo III– Apresentação Síntese do Modelo de Programação Macroeconómica.....	311

Acrónimos e Abreviações

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CAT – Código de Articulação Transversal
CEDEAO – Comunidade Económica de Estados da África Ocidental
CGE – Conta Geral do Estado
COMP - Cenário Orçamental de Médio Prazo
DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
DGPOG – Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão
DNP – Direcção Nacional do Planeamento
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI – Fundo Monetário Internacional
ICOR – *Incremental Capital-Output Ratio* (Rácio Incremental de Produtividade do Capital)
IDE – Investimento Directo Estrangeiro
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDRF – Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
INE – Instituto Nacional de Estatísticas
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
iPRSP - *Interim Poverty Reduction Strategy Paper* (Documento Interino de Estratégia para a Redução da Pobreza)
MDR – Ministério de Desenvolvimento Rural
MFP – Ministério das Finanças e Planeamento
NOSI – Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE – Orçamento Geral de Estado
OMC – Organização Mundial do Comércio
PDM – País de Desenvolvimento Médio
PIB – Produto Interno Bruto
PMA – País Menos Avançado
PNB – Produto Nacional Bruto
PNIA – Plano Nacional de Investimento Agrícola
PNLP – Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QDMP – Quadro de Despesa a Médio Prazo
QUIBB – Questionário Unificado para os Indicadores Básicos de Bem-estar
SIGAE – Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento de Estudantes
SIGE – Sistema de Informação sobre a Gestão da Educação
SIGOF – Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira
SIM – Sistema de Informação Municipal
SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento
SMART – sigla para *Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Timebound* (Específico, Mensurável, Realístico, Relevante, Temporizado)
TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

1. Introdução ao DECRP III

1.1 Do iPRSP ao DECRP III

O Governo de Cabo Verde aprovou pela primeira vez o documento de estratégia de redução de pobreza como principal instrumento de planeamento de médio prazo em 2002, aquando da preparação do iPRSP (Documento Interino de Estratégia para a Redução da Pobreza). O iPRSP identificou a pobreza como um fenómeno que permanecia um flagelo apesar do progresso que Cabo Verde registou no desenvolvimento socioeconómico desde a independência. O documento caracterizou a pobreza do país como um problema “marcadamente estrutural” que é ampliado pela variedade de fragilidades tais como pouca precipitação, fragmentação geográfica, e falta de recursos. Por conseguinte, o iPRSP recomendou que o combate à pobreza deveria manter-se sempre como uma parte integral da agenda do desenvolvimento.

A orientação para o combate à pobreza não era todavia nova e surgiu na continuação de diversas políticas seguidas pelo Governo após a independência em 1975. As abordagens iniciais foram através de planos nacionais de desenvolvimento que foram elaborados com alguma regularidade durante os primeiros 15 anos pós-independência. As medidas de políticas-chave para enfrentar a pobreza foram a generalização da educação, extensão dos cuidados primários de saúde, e programas sociais de promoção de emprego através da construção de estradas e reflorestação, entre outros. O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, criado em 1987, pretendeu também dar maior ímpeto à redução da pobreza e manteve-se como uma aposta reforçada do Governo na legislatura de 2001-2005.

No quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento de 2002 a 2005 e na sequência de novo Programa do Governo (2001-2006) foi aprovado no início de 2002 na Assembleia Nacional um novo instrumento – Grandes Opções do Plano – que colocava a redução da pobreza como uma questão central do desenvolvimento e um dos objectivos principais para a legislatura. A pobreza foi abordada numa perspectiva de longo prazo num enquadramento de sustentabilidade social, económica e de desenvolvimento humano. O foco de políticas tornou-se a promoção de um crescimento económico robusto e sustentável, a revitalização da economia por forma a criar oportunidades para os mais pobres, a melhoria das condições de vida da população, e o reforço da produtividade e da coesão social.

Seguiu-se o primeiro Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP I), que abrangeu o período de 2004 a 2007 e teve a missão de integrar as medidas de intervenção nas áreas do crescimento económico e de redução da pobreza. O DECRP I continuou a enfatizar a redução da pobreza como um elemento integrante no processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo que clarificou os papéis a serem desempenhados pelo Estado e pelo sector privado. O DECRP versou sobre cinco pilares estratégicos:

- Promover a boa governação, reforçando a eficácia e garantindo a equidade;

- Promover a competitividade para fomentar o crescimento da economia e a criação de empregos;
- Desenvolvimento e modernização do capital humano;
- Desenvolvimento de infra-estruturas, promoção do ordenamento do território e protecção do ambiente;
- Melhorar a eficácia e a sustentabilidade do sistema de segurança social.

Enquanto os eixos supramencionados proporcionaram as áreas estratégicas de foco, o DECRP I também identificou áreas cruciais para intervenções de políticas para facilitar o crescimento e a redução da pobreza. Entre estas destacam-se: (i) crescimento e estabilidade macroeconómica; (ii) descentralização; (iii) emprego; (iv) agricultura; (v) sectores produtivos com alto efeito multiplicador na geração de emprego; (vi) redistribuição e protecção social; e (vii) meio ambiente.

A edição seguinte, DECRP II, foi publicada em 2008 e abrangeu o período de 2008 a 2011. Para além dos ganhos alcançados até à data – estabilidade macroeconómica, melhor gestão das finanças públicas, redução progressiva do desemprego e da pobreza, aumento do IDE, aumento das receitas do turismo, e o bom desempenho nos sectores da educação e da saúde - o DECRP II destacou também alguns dos pontos fracos que permaneceram:

- Falta de diversificação económica e base económica limitada;
- Alto custo de serviços base (água, energia, transportes, telecomunicações);
- Necessidade de melhorar a qualidade da educação e formação profissional e de trabalhar o respectivo alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho;
- Mercado de trabalho rígido;
- Sistema financeiro incipiente e por vezes subdesenvolvido;
- Sistema regulatório débil baseado apenas em aspectos financeiros/económicos e na conformidade de procedimentos e não na qualidade;
- Existência de barreiras e entraves administrativos ao investimento.

O DECRP II procurou construir sobre os sucessos do passado enquanto focava os desafios crónicos que permaneciam. Ao contrário do DECRP I, a segunda edição apropriou a agenda de transformação enquanto visão para o desenvolvimento a longo prazo e como o caminho para potenciar o crescimento sustentado e expansão da economia com o fim de reduzir a pobreza e a desigualdade. Isto implicou reformas significativas em diversos sectores, o DECRP II centrou-se por isso em cinco domínios estratégicos fundamentais:

- Continuação das reformas de boa governação que se tornaram uma marca de Cabo Verde;
- Desenvolvimento do capital humano do país tendo em conta a qualidade e o alinhamento com as necessidades do mercado;
- Reforço da competitividade do país;
- Construção e melhoria das infra-estruturas do país;
- Garantir a coesão social.

Cabo Verde continua a registar progressos em todas as frentes. No entanto, os desafios críticos permanecem à medida que o país sobe a escada do desenvolvimento e tem de confiar cada vez mais em capacidades endógenas para competir num mercado global. A concepção da terceira

edição do DECRP assumiu o desafio crítico para o novo período de 2012 a 2016. Mais do que nunca, o DECRP torna-se crucial como instrumento estratégico para traduzir a agenda de transformação económica e o Programa do Governo para a VIII legislatura (2011 a 2016) em acções concretas que promovam o crescimento e o desenvolvimento económico sustentado por um lado, e a redução substancial da pobreza e das desigualdades por outro.

1.2 Preparação do DECRP III

Tendo em conta os desafios que Cabo Verde terá de enfrentar nos próximos anos no contexto da graduação a País de Desenvolvimento Médio e da persistente crise internacional, cedo se tornou claro que a concepção do DECRP III teria que alcançar o propósito de conseguir traduzir de forma eficaz e clara um conjunto de prioridades a implementar num período de 5 anos. Com o fim de alcançar uma abordagem estratégica mais incisiva e beneficiar da maior contribuição possível de todos *stakeholders*, um grupo de trabalho multidisciplinar, liderado pela Direcção Nacional do Planeamento do Ministério das Finanças e Planeamento, foi criado e encarregue de coordenar a concepção da estratégia.

O desafio de conceber o DECRP III abarcou avanços em dois domínios fundamentais. O primeiro diz respeito ao plano operacional sobre como efectivamente implementar, monitorar e avaliar a estratégia. Tendo em conta as conclusões e recomendações da avaliação da implementação do DECRP II (2008-2011), uma série de reformas estão agora a ser operacionalizadas com vista a introduzir uma maior eficácia e eficiência na despesa pública e evoluir para uma lógica de gestão com base em resultados. É possível destacar resumidamente neste âmbito as seguintes reformas (descritas em maior profundidade nos capítulos 4 e 5): (i) a orçamentação com base em programas no Orçamento Geral do Estado; (ii) o alinhamento e a coerência dos diferentes instrumentos (Programa do Governo, DECRP III, QDMP, OGE) por forma a articular o planeamento de médio e curto prazo utilizando os mesmos programas; (iii) a introdução da gestão com base em resultados através de quadros lógicos para seguimento e avaliação nos programas finalísticos e de investimento; e (iv) introdução de um modelo de equilíbrio geral macroeconómico dinâmico e computável no Ministério das Finanças e Planeamento¹, desenvolvido internamente com o suporte de uma assistência técnica, que servirá de apoio à programação no âmbito do Cenário Orçamental de Médio Prazo (COMP) e que permitirá adicionalmente a criação e teste de diferentes cenários de implementação para o DECRP III. Este modelo foi desenvolvido e alimentado com informações das entidades oficiais de produção de estatísticas de Cabo Verde.

Tendo em conta a complexidade e a profundidade das reformas, a DNP criou um manual de elaboração do DECRP III para apoiar todos os sectores do Governo e fornecer a orientação necessária sobre as novas metodologias operacionais. Os parceiros de desenvolvimento foram também determinantes no provimento e financiamento de assistências técnicas cirúrgicas, especialmente em apoiar os diferentes sectores na identificação de indicadores SMART para os quadros lógicos dos diferentes programas da estratégia.

¹ Descrição pormenorizada do modelo disponível no Anexo III

No que diz respeito ao segundo plano de intervenção - a tradução das prioridades do Programa de Governo em acções - o MFP racionalizou as prioridades estratégicas em torno de uma matriz apresentando os sete *clusters* motrizes da competitividade - economia marítima, aero negócios, tecnologia de informação e comunicação, serviços financeiros, economias criativas, turismo e agronegócios – e os cinco eixos de intervenção do Programa do Governo – infra-estrutura, capital humano, boa governação, sector privado e nação global. A DNP iniciou também um processo de consulta participativo com o envolvimento de um vasto leque de *stakeholders* da administração central, local, sector privado e sociedade civil. Foram realizados três Fóruns Consultivos em 2012 nos dias 18 de Abril, 14 de Setembro e 12 de Novembro e nesse âmbito foram formados grupos temáticos por áreas de competitividades – nomeadamente os sete *clusters* dinamizadores de competitividade/produktividade da agenda de transformação. Os grupos temáticos, formados por diversas contrapartes do sector público, privado e sociedade civil, foram convidados a responder a uma série de questões destinadas a diagnosticar a situação actual e fornecer recomendações sobre como superar as limitações para edificação de cada “*cluster*”. Especificamente as perguntas colocadas a cada grupo foram:

1. Onde é que estamos – Qual é o estado do *cluster* hoje?
2. Que oportunidades existem para Cabo Verde?
3. Quais são os principais constrangimentos e desafios que estão a dificultar e podem afectar o crescimento do cluster?
4. Como é que poderemos aproveitar as oportunidades e minimizar/resolver os constrangimentos?
5. Qual deve ser a visão para o sector?
6. Quais devem ser os nossos objectivos para os próximos 5 anos?
7. Que acções realizar para concretizar os objectivos a 5 anos? Para cada cluster deveremos responder a duas questões para cada um dos 5 eixos:
 - o Que políticas e reformas para alcançar os objectivos (que vão facilitar o crescimento e reduzir a pobreza)?
 - o Que programas, projectos e investimentos para alcançar os objectivos (que vão facilitar o crescimento e reduzir a pobreza)?

Os grupos temáticos realizaram várias reuniões e os resultados, com supervisão da equipa técnica da DNP, foram apresentados sob a forma de memorandos (sumarizados no capítulo 4) que constituíram *inputs* importantes para articular a parte estratégica do DECRP III. Outra actividade importante realizada com a assistência dos parceiros de desenvolvimento em coordenação com INE foi a actualização do perfil de pobreza utilizando uma metodologia do Banco Mundial conhecida como Mapa da Pobreza que possibilita a estimativa de pobreza por área geográfica (*Poverty Map*). A informação resultante é importante na concepção e/ou actualização dos programas actuais de modo a aumentar a respectiva eficiência no combate à pobreza e tendo em vista o cumprimento de todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015.

1.3 DECRP III

O DECRP III foca a forma como Cabo Verde pode concretizar a agenda de transformação, cumprindo o objectivo de assegurar uma economia competitiva e sustentável com vista a reduzir de forma significativa a pobreza durante o período de implementação de 2012 a 2016. O documento encontra-se estruturado em 7 capítulos. Os capítulos 2 e 3 realizam uma síntese da

situação actual. O capítulo 2 fornece uma retrospectiva de dez anos sobre o crescimento e a redução da pobreza em Cabo Verde. A análise histórica revê os resultados dos últimos dez anos, destacando os desafios que dificultam o crescimento e a redução da pobreza. O capítulo 3 prossegue com a análise da situação actual, mas com o foco na análise do contexto macroeconómico nacional recente, e uma atenção especial às implicações dos constrangimentos económicos e financeiros da economia mundial num contexto de crise.

Os capítulos 4 e 5 iniciam a apresentação de “o quê?” e do “como?”. O capítulo 4 prevê uma agenda estratégica para o período 2012-2016, incluindo a visão, as estratégias, e as prioridades no que respeita à agenda nacional de reformas. O capítulo 5 inicia a apresentação da implementação do DECRP III, incluindo uma síntese dos principais programas da estratégia e também os indicadores e metas globais e por eixo que se pretendem atingir. Este capítulo é complementado pelo Anexo I, que apresenta a totalidade dos quadros lógicos dos programas finalísticos e de investimento que compõem a estratégia e cujos indicadores e metas vão medir os avanços na implementação de políticas. É também descrito o enquadramento macroeconómico e respectivos cenários de implementação para o DECRP III – nomeadamente o cenário base e alternativo.

O capítulo 6 versa sobre um desafio crucial, dadas as realidades globais emergentes e as circunstâncias de Cabo Verde como um País de Desenvolvimento Médio, que é o financiamento do próprio DECRP III. O capítulo apresenta o quadro orçamental de médio prazo e providencia recomendações sobre os principais desafios, tais como mobilização de receitas fiscais, mobilização de parceiros tradicionais e novos num ambiente de ajuda decrescente, e aumento do IDE, sobretudo a partir da diáspora. A capacidade de Cabo Verde de diversificar as fontes de financiamento e conseguir mobilizar fundos é crucial para a implementação da estratégia. O capítulo 7 aborda as várias questões ligada à implementação, incluindo o seguimento e avaliação e outros riscos críticos e factores de mitigação associados.

2.

Análise da Situação Actual: Retrospectiva de 10 anos sobre a Pobreza e Crescimento

2.1 Crescimento e Pobreza em Cabo Verde

Este capítulo procede à retrospectiva de dez anos – 2002/2011 – a respeito da evolução do crescimento económico e pobreza em Cabo Verde. O objectivo é a revisão, através de dados socioeconómicos, do impacto do crescimento económico em Cabo Verde sobre a pobreza nos últimos dez anos. Não se procura no entanto remeter para o debate académico sobre a relação entre o crescimento e a pobreza². Entre os economistas, há quem defenda que o crescimento económico é o condutor principal da redução de pobreza. Esta escola considera que a forma mais eficaz para reduzir a pobreza é concentrar em políticas que promovam o crescimento. Outro espectro do debate económico considera por sua vez que a abordagem do crescimento leva demasiado tempo a demonstrar resultados e recomendam antes o foco em políticas de redistribuição, especialmente em países com altos níveis de desigualdade.

Este tipo de debates levantam questões importantes para os criadores de políticas tendo em conta as realidades concretas da governação. Devem os governantes centrar-se em políticas de crescimento, ou promover antes políticas de redistribuição que possibilitem que os mais pobres possam beneficiar do crescimento? O desafio torna-se ainda mais complexo quando se toma em conta a dimensão de como o crescimento impacta sobre a desigualdade, como a desigualdade existente afecta o impacto do crescimento sobre a pobreza, e como a desigualdade afecta o crescimento³. A falta de consenso sobre qualquer uma destas questões complica a tarefa dos governantes políticos. As autoridades cabo-verdianas, face às incertezas das diferentes opiniões/visões, optaram por uma abordagem miscelânea. A filosofia de governação em Cabo Verde pode ser examinada nos documentos de estratégia e programas governamentais e a abordagem pode ser resumida como “o crescimento económico é crucial e necessário mas não suficiente para reduções substanciais da pobreza”. É reconhecido que há uma elevada percentagem da população que, sem intervenções adicionais, em muitos casos é incapaz de aproveitar as oportunidades providenciadas pelo crescimento.

² Ebba Dohlman and Mikael Soderback. “Economic growth versus poverty reduction: A “hollow debate”?” *OECD Observer*. Nº 260, March 2007. Fonte: http://www.oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/2173/Economic_growth_versus_poverty_reduction:_A_93hollow_debate_94.html

³ J. Humberto Lopez (2004). *Pro-poor growth: a review of what we know (and of what we don't)*. Paper Prepared in "Pro-poor Growth" programa patrocinado pelo PREM *Poverty Group* do Banco Mundial. *World Bank Mimeo, Washington, DC*

A abordagem de Cabo Verde é por isso justificada tendo em conta a necessidade urgente de abordar os níveis de pobreza registados no país. Efectivamente registou-se a necessidade de fazer duas coisas simultaneamente e rapidamente: promover o crescimento da economia e reverter a situação de pobreza crescente. Exemplos de outras regiões demonstram que o crescimento do PIB ocorre muitas vezes sem transformação social, económica ou política. Além disso, subsiste o paradoxo que tem sido observado como, por exemplo, altos níveis de pobreza absoluta em novos países de rendimento médio (e nos restantes países de rendimento baixo) apesar das elevadas taxas de crescimento⁴. Quais foram os resultados da abordagem eleita por Cabo Verde para o crescimento e redução da pobreza? A próxima secção analisa esta questão ao apresentar dados históricos do crescimento em Cabo Verde.

2.2 Crescimento em Cabo Verde (2002-2011)

A economia de Cabo Verde registou um bom desempenho de 2002 a 2011 apesar das fragilidades e vulnerabilidades. Um produto do crescimento robusto foi o aumento dramático do PIB - em valor nominal o PIB era cerca de USD 620,974,807 em 2002 tendo aumentado para USD 1,648,093,063 em 2010 (efectivamente mais que duplicou num período de 10 anos). O crescimento médio durante o período de 2002 a 2010 foi de mais de 5 por cento (Figura 2.1). Esta taxa omite no entanto alguma volatilidade no crescimento ao longo do período e o facto de que o crescimento abrandou consideravelmente nos últimos anos decorrente dos efeitos da crise financeira mundial. Contudo, o crescimento teve um impacto directo no rendimento *per capita*. De facto, o rendimento *per capita* tem registado uma subida constante desde a década de 1980 mas entre 2002 a 2010 registou um aumento significativo (Figura 2.2).

⁴ Montek S. Ahluwalia, Nicholas G. Carter and Hollis B. Chenery. *Journal of Development Economics*. 6 (1979) 299-341.

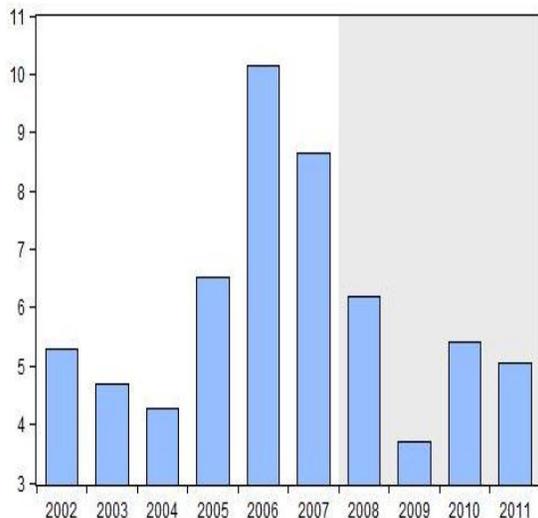


Figura 2.1 – Crescimento do PIB (%)

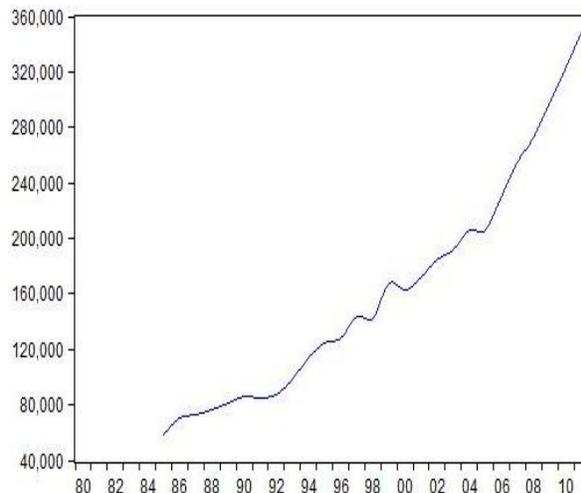


Figura 2.2 – Rendimento per Capita (CVE)

Fonte: INE (até 2007) e modelo DECRP III - MFP/DNP⁵

A explicação para o crescimento advém de vários factores: i) forte investimento em educação e saúde na era da pós-independência; ii) processo de abertura da economia que iniciou no final de década de 1980; iii) reformas de mercado e privatizações na década de 1990; e iv) reformas profundas que foram executadas na primeira década do século XXI. Entre estas reformas incluem-se a agenda da reforma do Estado, o foco em manter um ambiente macroeconómico estável, e as diversas reformas administrativas para melhorar o ambiente de negócios. Acresce ainda referir diversos factores adicionais de relevância como sejam o apoio da Diáspora, os esforços para ganhar a confiança dos doadores a partir de 2001, o investimento em infra-estrutura ao longo da última década, a consolidação da democracia, e o aumento do Investimento Directo Estrangeiro. De facto, um estudo recente comissionado pelo Banco Africano de Desenvolvimento apontou 4 grandes razões para o sucesso de Cabo Verde desde a independência em 1975⁶. São estas:

- Investimento consistente em capital humano;
- Boa governação e gestão do Estado e da economia;
- Estabilidade político-social;
- Generosidade da comunidade internacional e os laços fortes com a diáspora global de Cabo Verde.

O crescimento do PIB também trouxe alterações à composição da economia. Todos os sectores – primário, secundário e terciário – cresceram substancialmente destacando-se no entanto o terciário. Neste sector e ao longo da última década, sob a Agenda de Transformação, Cabo Verde desenvolveu com sucesso um sector de turismo que é agora o principal motor da economia,

⁵ Modelo desenvolvido pela DNP/Ministério das Finanças com dados providenciados pelo INE - IDRF I, IDRF II e QUIBB 2007 – ver anexo III.

⁶ Banco Africano de Desenvolvimento, *Cape Verde: A Success Story*

representando cerca de 20% do PIB. O turismo também teve um papel catalisador em outros sectores-chave como a construção civil, imobiliário, transportes e comércio.

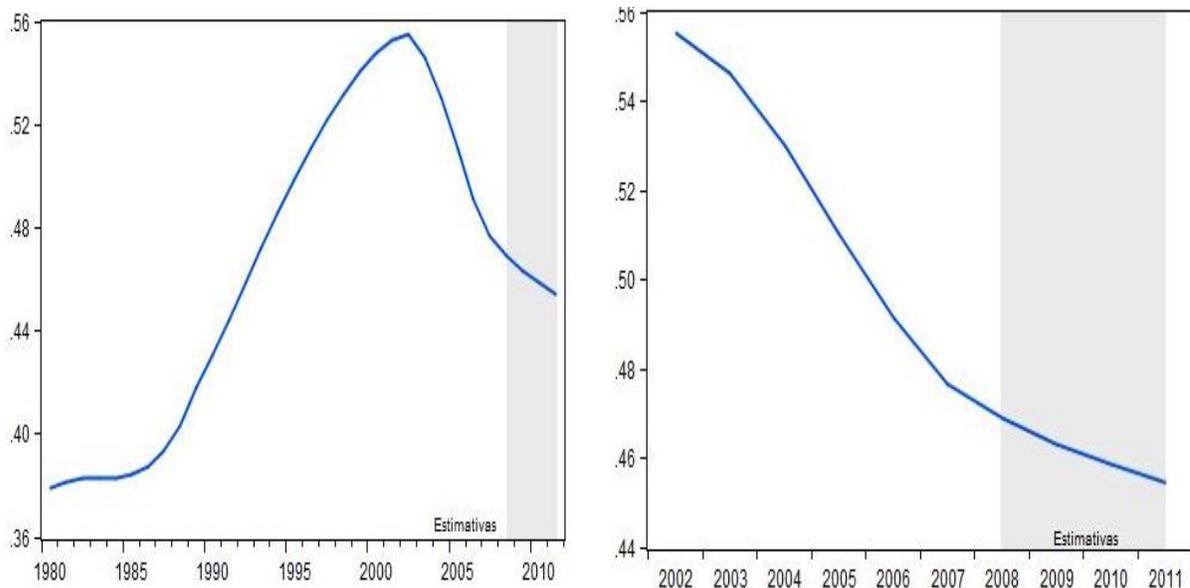
O impacto do aumento do crescimento da última década teve importantes implicações e providenciou os meios para o Governo poder implementar medidas anti-cíclicas de combate à pobreza para contrariar alguns dos efeitos do abrandamento global. Acresce realçar que os dados sugerem que o crescimento aportou melhorias significativas no volume e distribuição de rendimentos para a população assim como na redução da pobreza.

2.3 Pobreza em Cabo Verde (2002-2011)

Cabo Verde realizou um progresso notável desde a época da independência. O espectro da seca e da fome que marcaram a história do país com impactos significativos na demografia são agora largamente memórias para os livros de história. A economia em expansão aportou, através de esforços e políticas deliberadas, uma redução significativa da pobreza e facilitou o desenvolvimento social em larga escala. O esforço deliberado para promover o crescimento da economia e para reduzir a pobreza através de emprego e programas sociais está a demonstrar resultados.

A distribuição do rendimento melhorou. O coeficiente de Gini para Cabo Verde subiu durante grande parte da década de 1980 com um agravamento substancial dos anos 90 até ao ano de 2002. No entanto, a partir de 2002, estima-se que o coeficiente tenha caído de forma acelerada até 2008 quando o ritmo de decréscimo abrandou mantendo-se no entanto alto apesar das melhorias contínuas na distribuição do rendimento desde 2002. Numa escala de 100, onde 100 representa a desigualdade plena e 0 a igualdade plena, o Gini de Cabo Verde situava-se em cerca de 55 em 2002 tendo entretanto decrescido para 48 em 2010 (Figura 2.3).

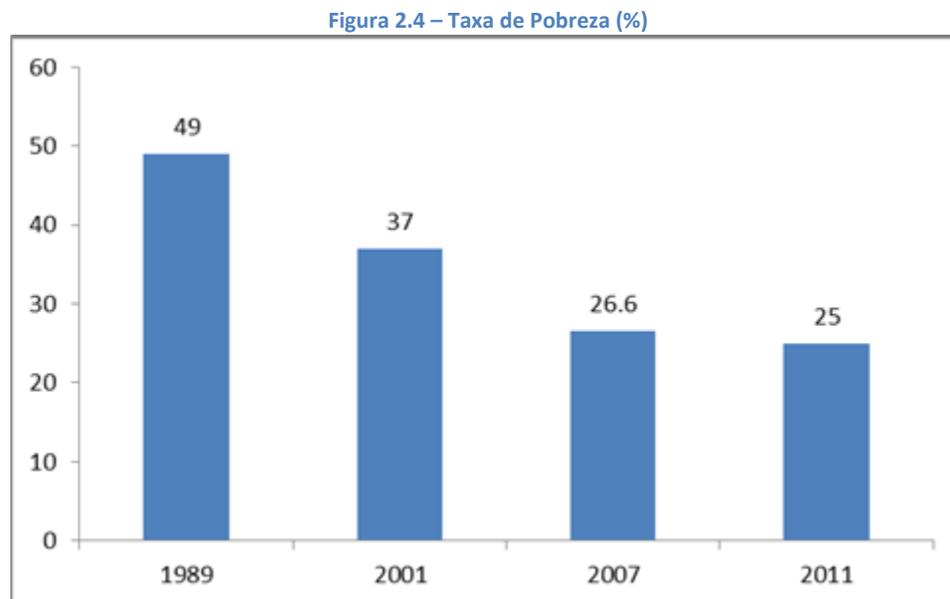
Figura 2.3 – Coeficiente de Gini



Estimativas, 2008 a 2011 - Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

A evolução registada nota que Cabo Verde tem sido capaz, de 2002 a 2011, de reduzir a desigualdade (conforme medida pelo índice de Gini) em simultâneo com a taxa de pobreza. O alto nível de desigualdade, contudo, mantém-se uma preocupação uma vez que altos de níveis de desigualdade inicial podem afectar a eficácia do crescimento na redução da pobreza. Conforme sugerido por Martin Ravallion, a desigualdade é negativa para os pobres⁷, uma vez que “quanto mais alta a desigualdade inicial num país, menos os pobres vão partilhar os ganhos do crescimento”⁸. Essencialmente, o crescimento económico reduz a desigualdade mais rapidamente em países com distribuições de rendimento mais favoráveis do que em países onde a desigualdade é alta.

O decréscimo da pobreza ao longo dos últimos 20 anos tem sido constante. Segundo dados do INE, nos vários estudos com base nos indicadores de bem-estar, a percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza decresceu de 49% em 1988/89 para 37% em 2001/2002 e depois para 26,6% em 2007. Estimativas preliminares realizadas a partir de informações de um estudo encomendado ao Banco Mundial pela DNP e realizado em articulação com o INE (Mapa da Pobreza)⁹ apontam que a pobreza continua a decrescer em Cabo Verde. O ritmo de decréscimo registou no entanto um abrandamento tendo em conta os impactos da crise mundial, estimando-se que actualmente cerca de 25% da população seja pobre (Figura 2.4).



Fonte: INE de 1989 até 2007; estudo preliminar Mapa da Pobreza MFP/BM para 2011

A percentagem de população em pobreza extrema também reduziu significativamente em 2002. Esta taxa é estimada, de acordo com o modelo do DECRP III, em cerca de 12% para 2011 e indica progressos significativos desde 2002 (em que a taxa oficial era de 20,5%) sinalizando a

⁷ Martin Ravallion (2005). “Inequality is Bad for the Poor.” *Policy Research Working Paper Series*, Number 3677, World Bank, Washington, DC.

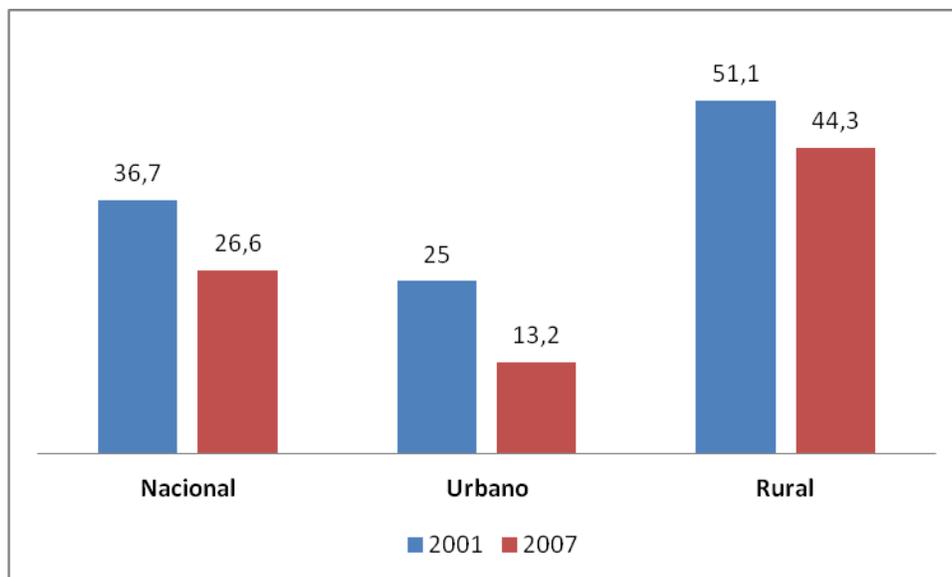
⁸ Martin Ravallion. *Inequality is Bad for the Poor*

⁹ Erica G. Rascon-Ramirez with Thomas Ieuan Martin (2012).

continuação de uma tendência decrescente. Contudo, o contexto de crise enaltece a necessidade de manter a vigilância e não reverter os ganhos até a data. O sucesso em reduzir a pobreza indica que Cabo Verde poderá atingir o ODM relativo à redução, para metade, da taxa de pobreza monetária entre 1990 e 2015.

A respeito dos diferentes impactos em cada grupo populacional, a pobreza em Cabo Verde tem sido um problema histórico tendo em conta as fragilidades e as vulnerabilidades enfrentadas pela nação. A pobreza tende a ser rural e uma proporção maior de mulheres do que homens são pobres. O mesmo acontece para agregados familiares liderados por mulheres em relação aos liderados por homens. A pobreza em Cabo Verde pode por isso ser caracterizada como rural e feminina. Os dados desagregados de pobreza do QUIBB de 2007 demonstram claramente a concentração de pobreza nas áreas rurais, notando ao mesmo tempo que a redução mais profunda da pobreza ocorreu nas zonas urbanas. Entre 2002 e 2007, por exemplo, a pobreza em zonas urbanas caiu de 25% para 13.2% sendo que para as zonas rurais a redução de pobreza para o mesmo período foi de 51.1% para 44.3% (Figura 2.5). A versão preliminar do estudo do Mapa da Pobreza realizado em 2012 que utilizou dados do QUIBB de 2007 e do Censo de 2010 demonstra também que a pobreza continua a ser um fenómeno rural.¹⁰

Figura 2.5 – Evolução da pobreza rural e urbana (%) - 2001 e 2007



Fonte: INE, IDRF 2001 e QUIBB 2007

Em Cabo Verde, um problema persistente são as oportunidades limitadas para emprego formal em sectores não-agrícolas nas zonas rurais. Existe uma dependência forte da agricultura de subsistência e da pesca artesanal na população rural. A agricultura de subsistência é um desafio para os pobres tendo em conta as condições edafoclimáticas e considerando que apenas 10% da superfície do país é arável. Também, o terreno montanhoso com encostas íngremes representa um constrangimento à produção mecanizada e de larga escala. Outro constrangimento chave prende-

¹⁰ Erica G. Rascon-Ramirez with Thomas Ieuan Martin (2012).

se com a aleatoriedade e as características do regime pluviométrico mal repartido no tempo e no espaço e com períodos cíclicos de seca. Adicionalmente, a organização dos terrenos é fragmentada com prevalência de pequenas propriedades do tipo minifúndios. Há no entanto perspectivas de mudança de paradigma tendo em conta investimentos crescentes no sector e as expectativas de que a agricultura se torne num sector prioritário considerando o impacto potencial na criação de emprego e redução da pobreza.

2.4 Outras Dimensões da Pobreza

Cabo Verde realizou progressos na luta contra pobreza embora permaneçam ainda desafios. A pobreza é um fenómeno multidimensional e não é limitado ao rendimento. Trata-se de um conceito dinâmico que abrange uma série de questões incluindo saúde, mortalidade, segurança e acesso a serviços básicos tais como água, saneamento e electricidade que podem não estar correlacionados com medidas convencionais de pobreza.¹¹ Qual é o desempenho de Cabo Verde no que diz respeito à pobreza não monetária?

Resulta que Cabo Verde registou um bom desempenho em diversas medidas de pobreza não associadas ao rendimento incluindo o desenvolvimento de capacidades e consolidação de liberdades.¹² O período de 2002 a 2011 foi utilizado pelo Governo para realizar investimentos em infra-estruturas básicas de cariz socio-económico – construção de escolas, extensão da rede de cuidados primários de saúde, e expansão do acesso à electricidade, água potável e saneamento.

O país regista também um bom desempenho quando comparado com outros países subsaarianos e de rendimento médio baixo em vários indicadores de desenvolvimento humano. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da UNDP, por exemplo, Cabo Verde registou o quinto IDH mais alto da África Subsaariana em 2011 e encontra-se significativamente acima da média regional de 0.463¹³. O país está ainda em condições de conseguir todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, tendo já alcançado cerca de metade das metas preconizadas. Cabo Verde encontra-se também bem posicionado em matéria de médias regionais de esperança de vida, taxas de literacia adulta e índice de educação. O desempenho é também bom em matéria de liberdades cívicas com salvaguarda dos direitos básicos dos cidadãos e da liberdade de imprensa. No *ranking* de estados democráticos do mundo compilado pelo *Economist*, Cabo Verde encontra-se em 26º lugar, melhor classificado do que a maioria dos países africanos e outros como a França, Itália e Portugal¹⁴. No Índice de Boa Governação Mo Ibrahim, Cabo Verde encontra-se em segundo (superado apenas pelas Maurícias).¹⁵

Assim, os dados demonstram que na maioria dos indicadores não relativos ao rendimento, registam-se melhorias firmes de Cabo Verde. A frequência do ensino básico continua com uma

¹¹ Guillermo E. Perry, et al (2006). *Poverty Reduction and Growth: Virtuous and Vicious Circles*. World Bank, Washington, DC.

¹² A. Sen (199). *Development as Freedom*. Oxford University Press, Oxford, Reino Unido.

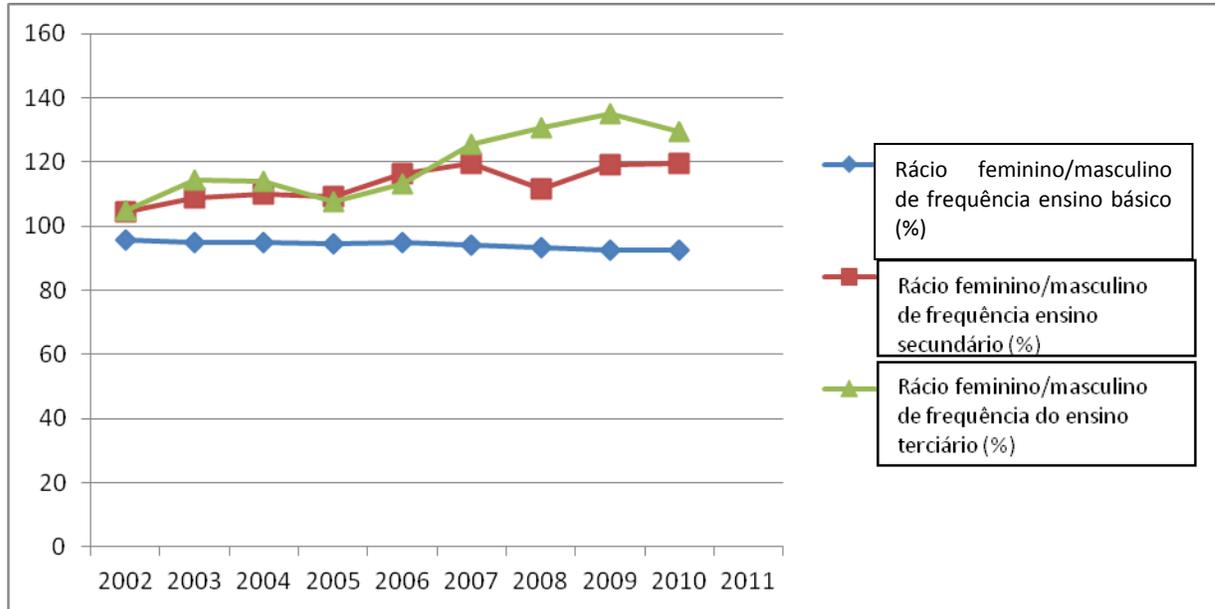
¹³ Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), *Human Development Report 2011*. De notar que os dados do IDH foram revistos em 2010 com base em mudanças metodológicas adoptadas pelo PNUD.

¹⁴ *The Economist, The Economist Intelligence Unit, Democracy Index, 2010*.

¹⁵ Fundação Mo Ibrahim, Ibrahim Index, 2011

taxa bruta de escolarização superior a 100% (111,6% em 2010¹⁶). Todavia, há alguma disparidade no que toca ao género, com os rapazes a terem alguma vantagem. Esta vantagem muda a favor das raparigas na educação secundária e terciária (Figura 2.6).

Figura 2.6 – Rácios de frequência (género): Educação Primária, Secundária e Terciária



Fonte: Indicadores Banco Mundial

No que diz respeito ao saneamento a percentagem de população com acesso a instalações sanitárias melhoradas¹⁷ aumentou de 38,1% em 2000 para 62,8% em 2010. Pese embora se tenham registado aumentos significativos quer no meio rural quer no meio urbano, com a percentagem de população rural com acesso a instalações sanitárias a aumentar de 18,1%.para 42,2% e a da população urbana de 53,3% para 75,6%, subsistem ainda grandes disparidades entre ambos os meios. As disparidades são menos vincadas no que respeita ao acesso a uma fonte de água melhorada¹⁸. A nível nacional a percentagem de população com acesso a uma fonte melhorada de água aumentou de 69,2% em 2000 para 82,6%¹⁹ em 2010, com maior relevância para o acesso a água da rede pública que aumenta de 23,2% para 56,6%. No mesmo período, a percentagem de acesso a uma fonte melhorada de água aumenta de 77% para 90,3% no meio urbano e de 60,2% para 70% no meio rural. Em suma, entre 2000 e 2010 reduz-se para metade a percentagem de população sem acesso a uma fonte melhorada de água.

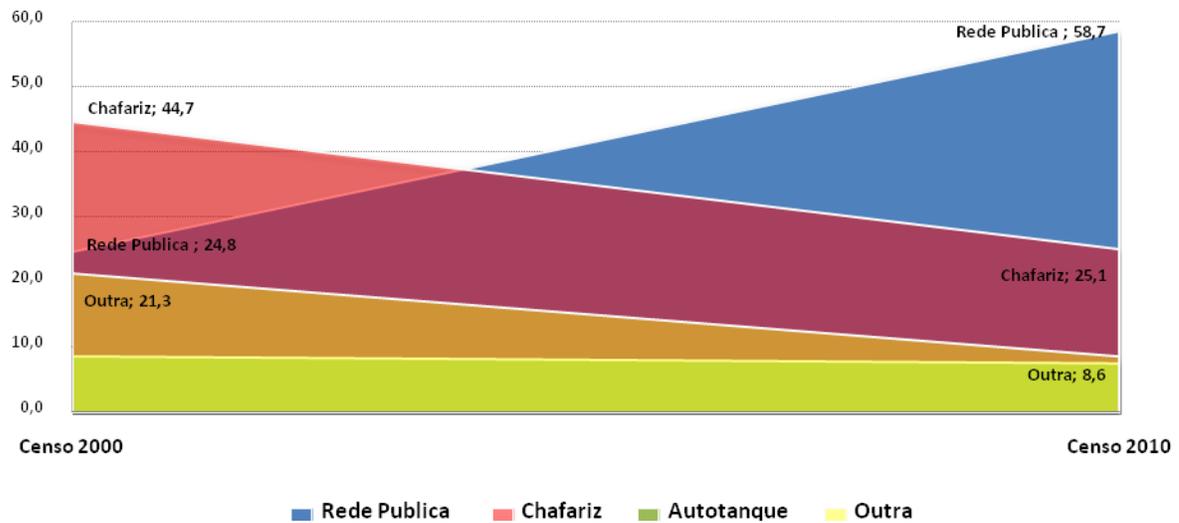
¹⁶ Principais Indicadores da Educação 2010/2011, Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde, Setembro de 2011.

¹⁷ População com acesso a instalações sanitárias- sanitas/retretes

¹⁸ Para o efeito considera-se fonte melhorada a rede pública e os chafarizes.

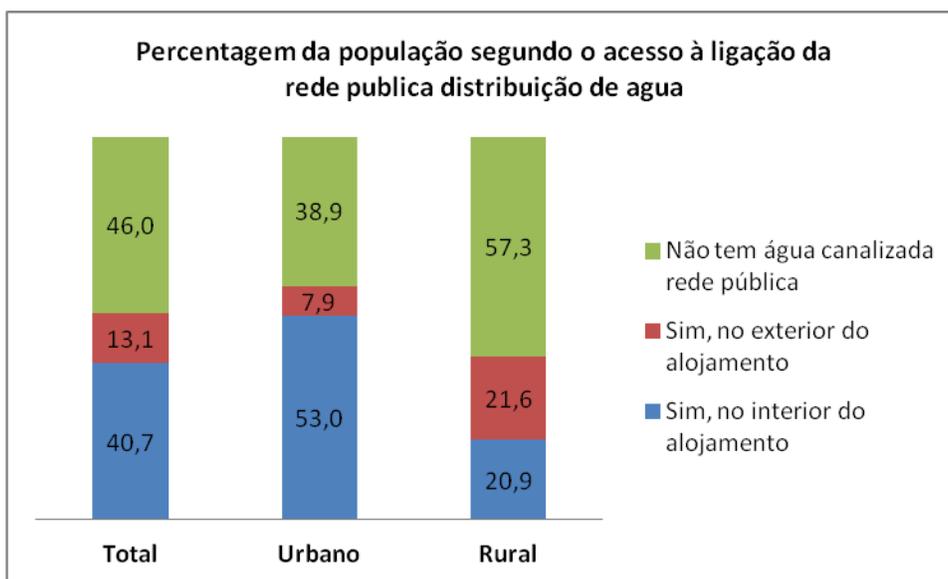
¹⁹ Inclui, em 2010, a percentagem da população cuja fonte de água seja da rede pública mas da casa dos vizinhos.

Figura 2.7 – Fontes de Água (%)



A melhoria dos indicadores de água e saneamento omite no entanto alguns problemas críticos subjacentes. Conforme já foi mencionado, há um enviesamento a favor dos centros urbanos. Os custos são altos e os sectores são afectados por ineficiências significativas. Registam-se cortes frequentes no fornecimento de água. A qualidade é suspeita e a quantidade é insuficiente. De facto, o consumo de água *per capita* em Cabo Verde é baixo e não cumpre o *standard* global recomendado. Na cidade capital da Praia, a distribuição é enviesada, com os pobres e mais vulneráveis da população a receberem uma quantidade muito limitada por dia. Adicionalmente, a forma de acesso a uma fonte de água sustentável não é semelhante para todos. As zonas periurbanas e rurais tendem a depender muito de soluções fora da rede tais como fontanários públicos e auto tanques (Figuras 2.7). Estas fontes são mais dispendiosas, tanto em tempo como preço, uma vez que o processo de recolha leva as famílias a dispendir uma quantidade significativa de tempo para recolher água – tarefa cuja responsabilidade tende a caber desproporcionadamente a mulheres e crianças, especialmente raparigas jovens, tendo por isso um impacto na equidade do género.

Figura 2.7



Fonte: INE Censo 2010

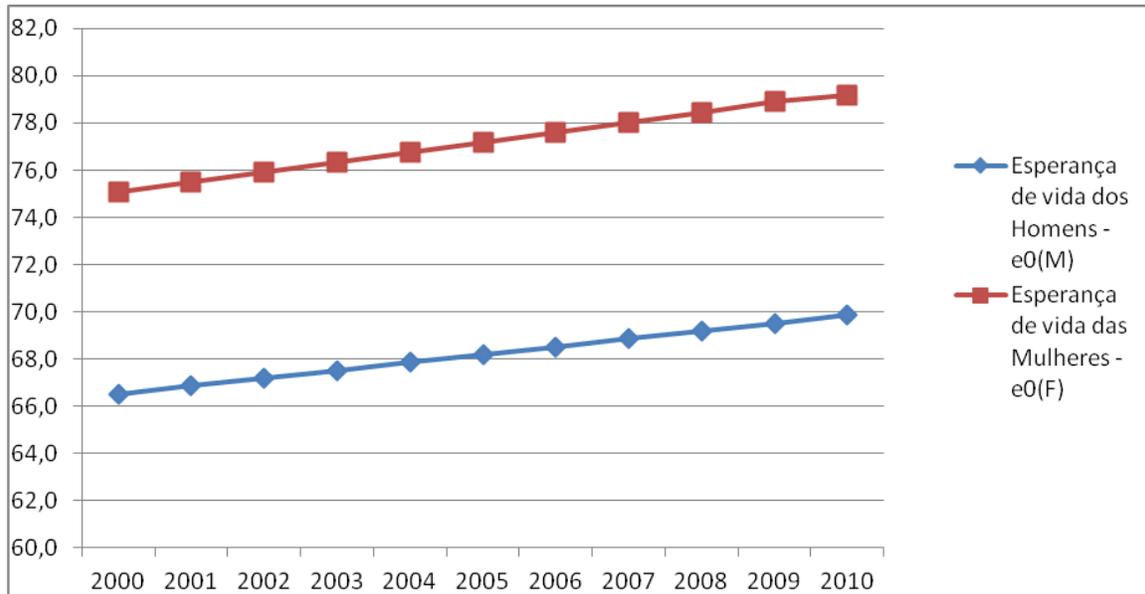
Estes problemas nos sectores de água e saneamento são reforçados pela fraca qualidade de governação uma vez que o ambiente institucional não permite uma gestão e governação eficientes. Subsistem vácuos significativos e também duplicação de funções entre diversas entidades sem demarcação clara. No sector da água, por exemplo, oito agências/ministérios estão envolvidos em gerir o sector. Por sua vez, a gestão operacional é executada maioritariamente através de 22 Municípios para um país com população de 491,575 em 2010. Esta fragmentação é um problema e resulta em falta de coordenação e gestão, fiscalização e regulação insuficientes, e ineficiências com taxas de perdas altas e empresas do sector financeiramente insustentáveis. No que toca ao tratamento de águas residuais e de áreas de escoamento, verifica-se também uma falta de apropriação e liderança institucional. Prevalece portanto um vácuo. Todavia, recentemente, o Governo apresentou uma nova visão sobre a governação e gestão dos sectores de água e saneamento²⁰ e encontra-se actualmente a implementar a necessária reforma através da criação da Comissão de Reforma para água e saneamento.

Outro impacto chave do progresso de Cabo Verde tem sido o aumento da esperança média de vida que atingiu 74 anos em 2010 marcando um aumento de cerca de 3.5 anos desde 2002 (70.5). A esperança média de vida à nascença para homens é no entanto menor – 66.5 e 70 anos em 2002 e 2010 respectivamente. Para mulheres, os números são 75 e 78 para o mesmo período (Figura 2.8). Apesar do desequilíbrio de género a favor das mulheres, os homens também registaram um aumento da esperança média de vida embora o ritmo de crescimento tenha abrandado para ambos. Um dos factores ligados ao aumento da esperança média de vida é a melhoria dos cuidados de saúde que levaram a uma queda substancial da mortalidade infantil de 44 por cada 1000 nascimentos em 2002 para 36 por 1000 em 2010 (Figura 2.9). A taxa de imunização

²⁰ Government of Cape Verde (2011). *New Institutional Direction for the Water and Sanitation Sectors. A policy Letter*. Praia, Cape Verde. 19 August 2011.

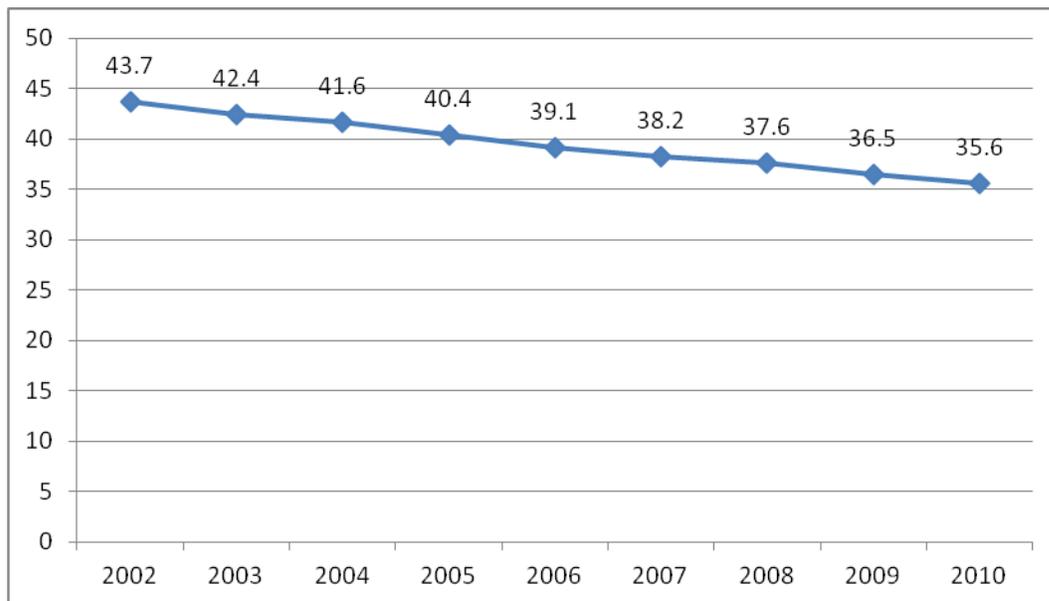
também melhorou. No que toca ao sarampo, a taxa de imunização entre as crianças de 12 a 23 meses aumentou de 89% em 2002 para 96% em 2010. A imunização pela vacina da tríplice bacteriana (difteria, tétano e coqueluche) subiu de 91% para 99% para o mesmo grupo etário no mesmo período (Figura 2.10).

Figura 2.8 – Esperança Média de Vida



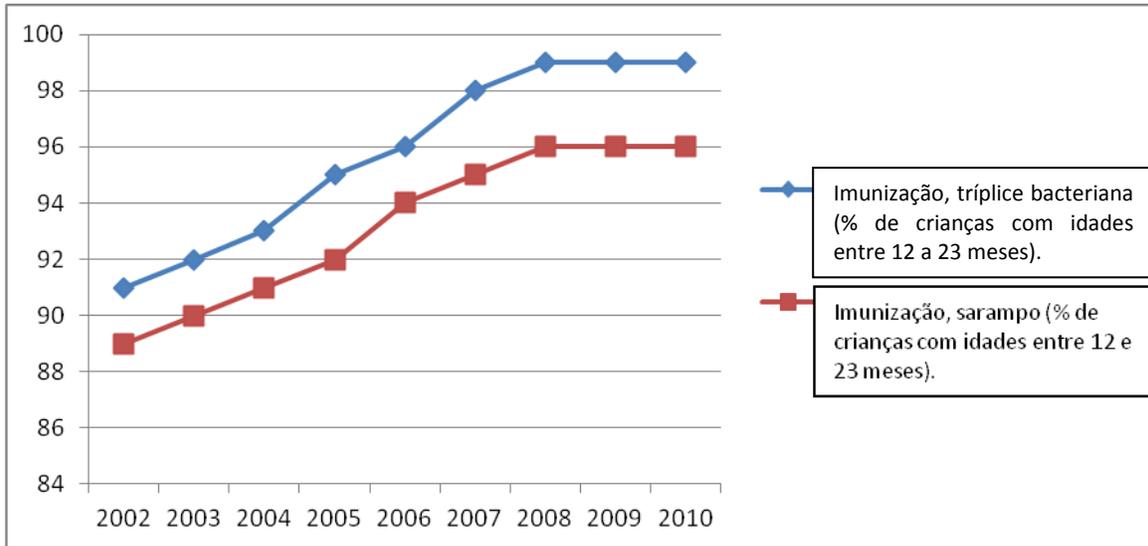
Fonte: INE

Figura 2.9 – Taxa de mortalidade para menores de 5 anos (por 1000 nascimentos)



Fonte: Indicadores Banco Mundial

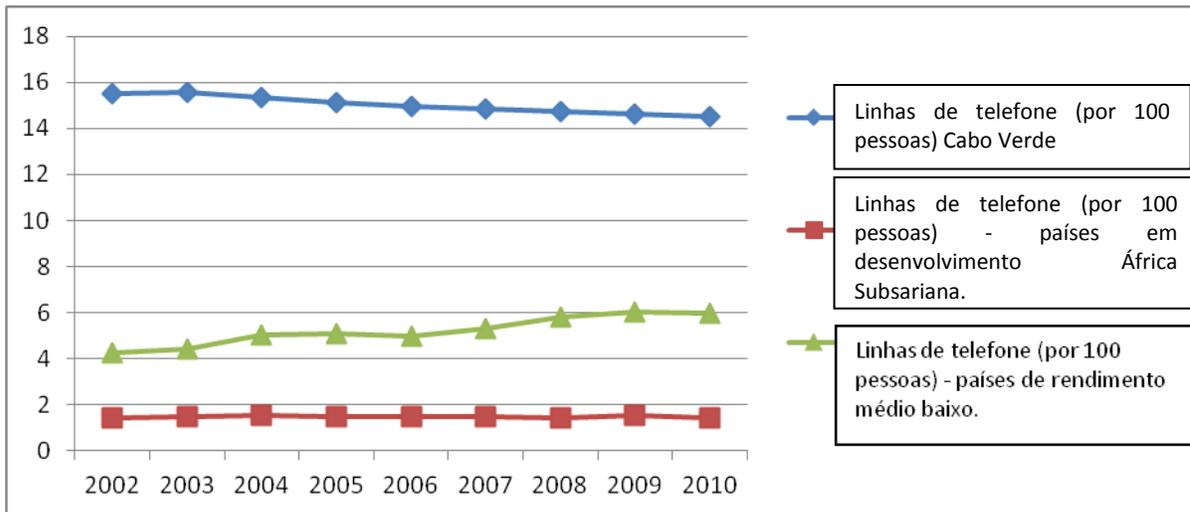
Figura 2.10 – Imunizações (Vacina tríplice bacteriana e sarampo)



Fonte: Indicadores Banco Mundial

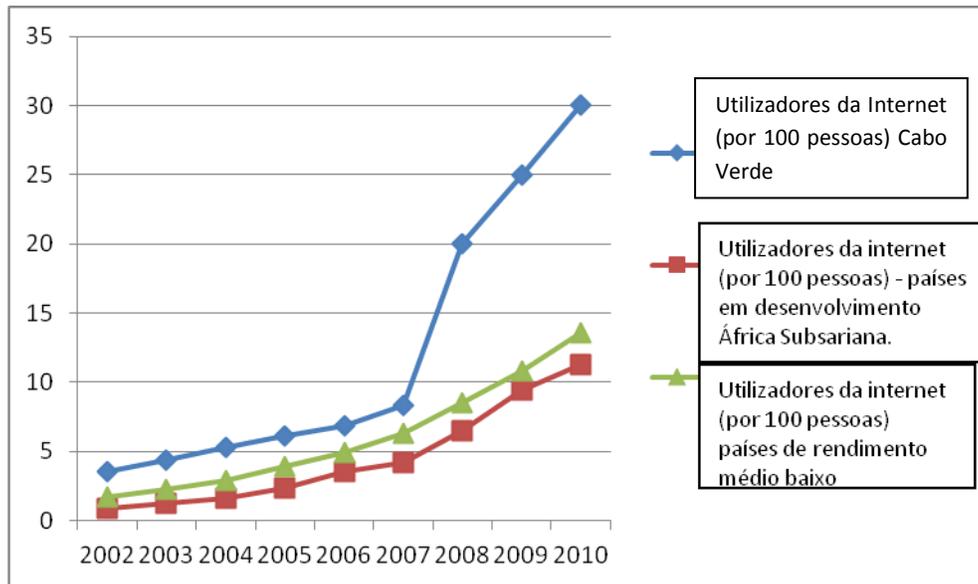
O acesso às comunicações também aumentou de forma geral, embora subsistam ainda necessidades de melhorias significativas nas áreas de qualidade, custos e regulamentações. Tal como outros serviços como água e electricidade, os custos das telecomunicações são relativamente altos. Cabo Verde tem no entanto um desempenho bom quando comparado com outros países em desenvolvimento na África Subsaariana e outros países de baixo rendimento médio em indicadores específicos tais como o número de linhas telefónicas por 100 pessoas. Embora este indicador tenha descrecido ligeiramente e estagnado desde 2006, o declínio é devido ao surgimento e popularização dos telemóveis. Cabo Verde está também em vantagem quando comparado com os mesmos dois grupos de países no que toca a utilizadores de internet por 100 pessoas (Figuras 2.11 e 2.12).

Figura 2.11 – Linhas de telefone por 100 pessoas



Fonte: Indicadores do Banco Mundial

Figura 2.12 – Utilizadores de internet por cada 100 pessoas



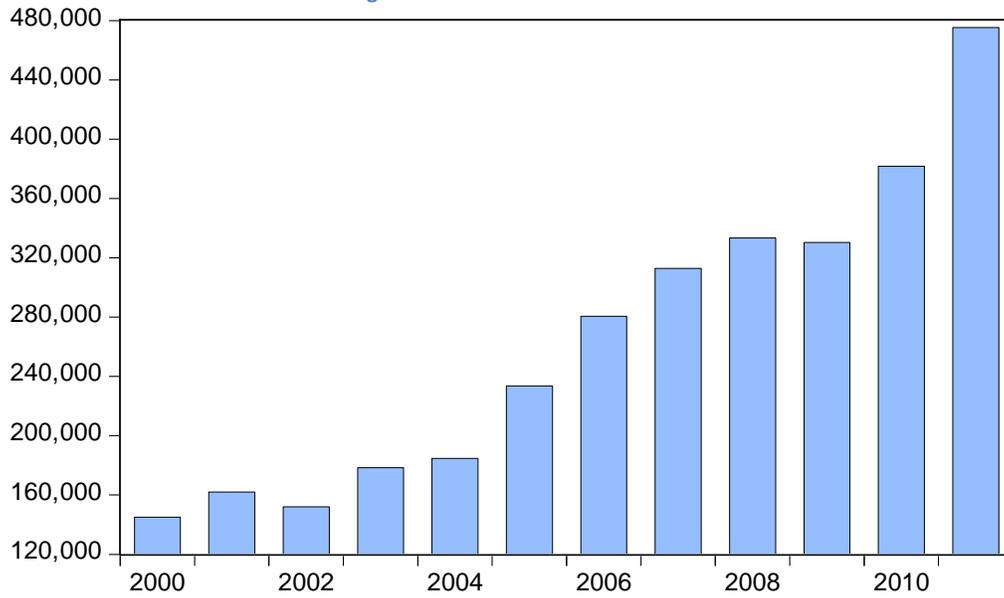
Fonte: Indicadores de Banco Mundial.

2.5 Explicando o Progresso de Cabo Verde no combate à Pobreza

Qual a explicação para o sucesso na redução da pobreza ao longo dos últimos 10 anos? De forma breve, os ingredientes para o progresso no combate à pobreza têm sido: (i) crescimento económico robusto; (ii) investimento em agricultura; (iii) investimento em programas sociais; e (iv) formação. Estes ingredientes representam os principais elementos embora se identifiquem outros factores. Os quatro factores mencionados são agora abordados em mais detalhe.

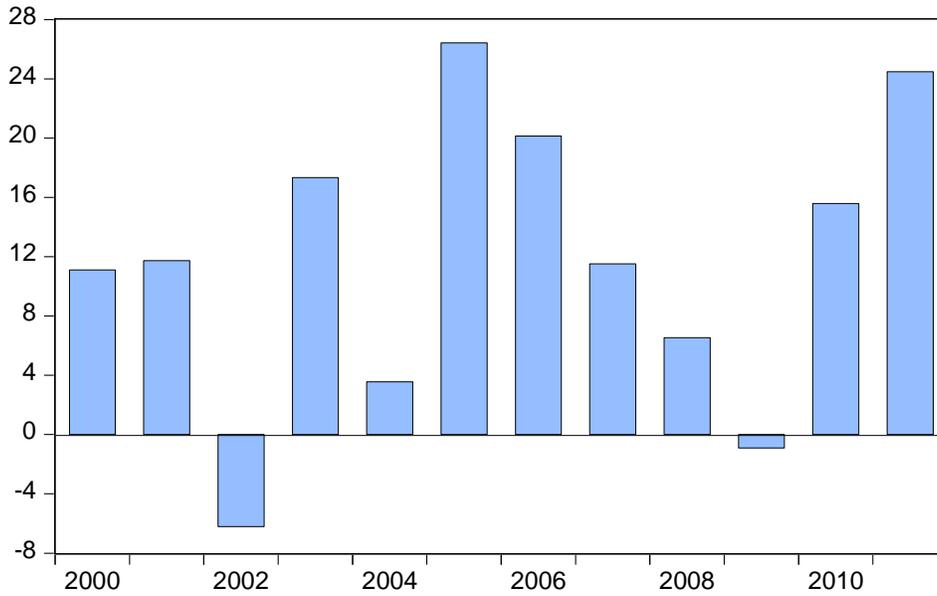
Cabo Verde conseguiu um bom nível de crescimento ao longo dos últimos 10 anos conforme sublinhado nas secções anteriores. A economia não só cresceu como também assistiu ao lançamento de sectores críticos como turismo, construção e imobiliário. Turismo, por exemplo, cresceu a uma taxa de cerca de 10 % em média anualmente, com o número de chegadas de turistas a triplicar de 2002 e 2011 (Figuras 2.13 e 2.14). O sucesso do sector, apesar do abrandamento económico mundial e das várias crises, tem sido espectacular. O Governo contribuiu para este crescimento com uma série de reformas e através de investimento substancial em infra-estruturas (estradas, portos e aeroportos) e atracção de IDE. Um dos resultados deste crescimento foi a criação líquida de empregos principalmente no sector terciário - S3 (Figura 2.15).

Figura 2.13 – Número de Turistas



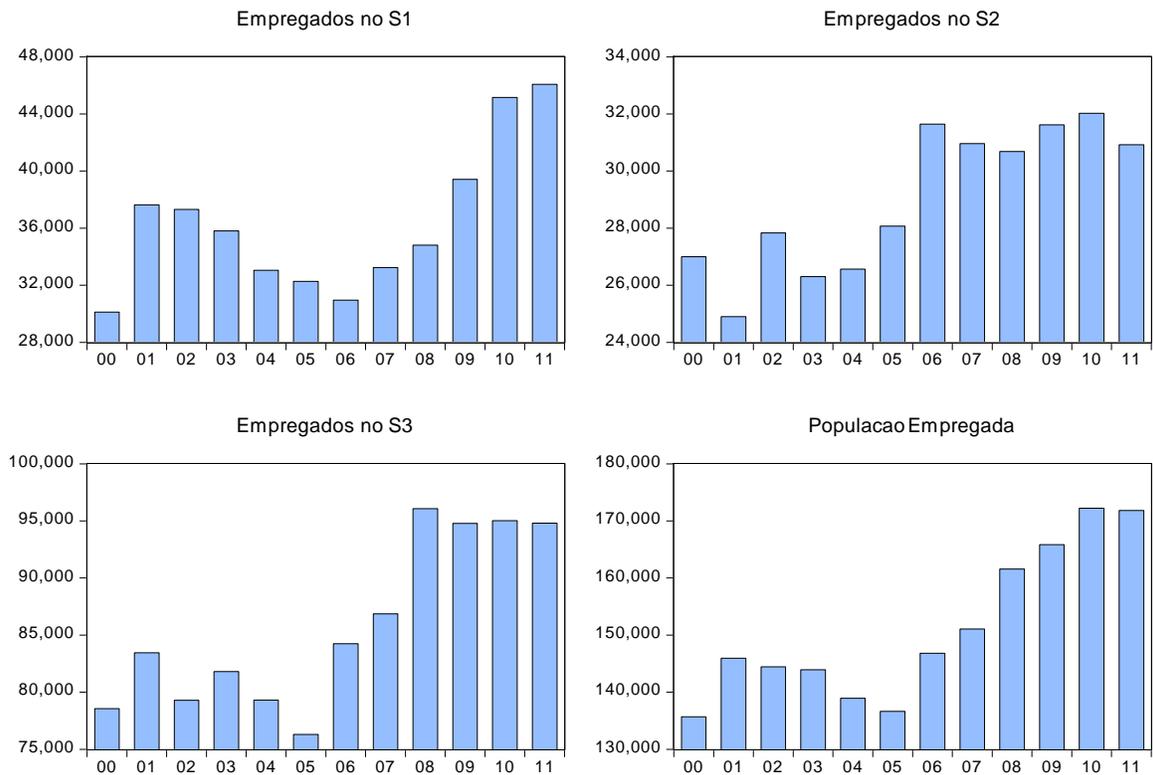
Fonte: INE

Figura 2.14 – Mudança anual no número de turistas (%)



Fonte: INE

Figura 2.15 – Emprego por sector (primário – S1, secundário – S2, terciário – S3)



Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

Os investimentos no sector agrícola - mobilização de água, facilitação do acesso dos agricultores ao crédito através de microfinança, promoção da irrigação gota a gota e apoio à extensão rural - desempenharam um papel substancial na redução da pobreza e crescimento dos *outputs* e rendimentos agrícolas, embora a taxa de pobreza continue mais alta nas áreas rurais. Em ilhas como Santiago, a produção agrícola cresceu e os preços de alguns géneros alimentícios produzidos localmente reduziram. A construção de estradas de acesso e de pontes facilitou o transporte de produtos agrícolas para os mercados. Estas medidas contribuíram conjuntamente para o benefício das zonas rurais e para a redução da pobreza. Embora o progresso seja notável, permanecem alguns problemas que afectam a produtividade do sector - a maioria das explorações são de pequena dimensão e em regime de sequeiro com grande variabilidade de produtividade em função das condições climáticas.

O Governo embarcou também numa série de reformas no sistema de segurança social e de pensões. Entre as reformas que tiveram um impacto bastante positivo na redução da pobreza destaca-se a extensão da pensão social mínima a novas classes de pensionistas e a extensão do sistema do INPS a novas categorias de trabalhadores tais como profissionais independentes e empregadas domésticas. O sistema já proporciona também seguro de saúde amplo a muitas pessoas, facilitando o acesso a cuidados de saúde. A expansão da pensão social mínima proporcionou às camadas mais desfavorecidas uma rede de segurança social e condições para uma melhor qualidade de vida.

O quarto ingrediente é educação, especialmente formação técnico-profissional. Embora seja necessário conseguir mais avanços neste plano, os esforços para reformar e melhorar a formação técnico-profissional estão a gerar resultados. O investimento no sector pelo Governo e parceiros de desenvolvimento está a aumentar a empregabilidade dos recém-entrados no mercado de trabalho.

Em suma, Cabo Verde alcançou ganhos significativos contra a pobreza em várias dimensões não somente ligadas ao nível de rendimento. Isto não deverá no entanto esconder os desafios subjacentes que permanecem. A pobreza continua ser um desafio significativo no país. Adicionalmente, a divisão urbano-rural e do género são assuntos que devem ser tomados em conta por forma a continuar a realizar progressos no combate à pobreza.

3.

Análise da Situação Actual: O Cenário Macroeconómico

3.1 Introdução

Este capítulo prossegue com a análise da situação actual iniciada no anterior mas com um foco acrescido nas realidades emergentes. O capítulo anterior focou em fornecer uma retrospectiva sobre o crescimento e a pobreza e o actual inicia o processo de explorar o potencial para o futuro e para o período de implementação do DECRP III. A estratégia por natureza trata de construir e criar um melhor futuro – combina “o que” (a visão) com o “como” (as acções) para criar o futuro desejado. Neste caso, o propósito é claro: melhorar significativamente o desempenho de crescimento da economia e reduzir drasticamente a pobreza – não somente no plano do rendimento como também em outras vertentes. Quais são as hipóteses? Pode Cabo Verde superar o desempenho ocorrido na última década tendo em conta o ambiente externo mais desafiante e o crescimento moderado da economia global?

A economia cabo-verdiana é aberta e altamente integrada na economia global, muito dependente do comércio internacional e de fluxos de capital. Cada vez mais, deve ser uma economia capaz de competir nos mercados globais e deve por isso expandir a base produtiva por forma a crescer. No entanto, a capacidade de competir é limitada tendo em conta os desafios que surgem das fragilidades enquanto pequena economia aberta e altamente susceptível a choques externos, com preocupações acrescidas decorrentes do abrandamento global.

As tendências económicas na Europa são particularmente importantes tendo em conta que o ciclo de crescimento do país está cada vez mais sincronizado com o dos países Europeus²¹. O remanescente do capítulo procurará focar nas perspectivas futuras, explorando o cenário macroeconómico e iniciando com a análise da importância da relação com a Europa.

3.2 O ambiente macroeconómico de Cabo Verde

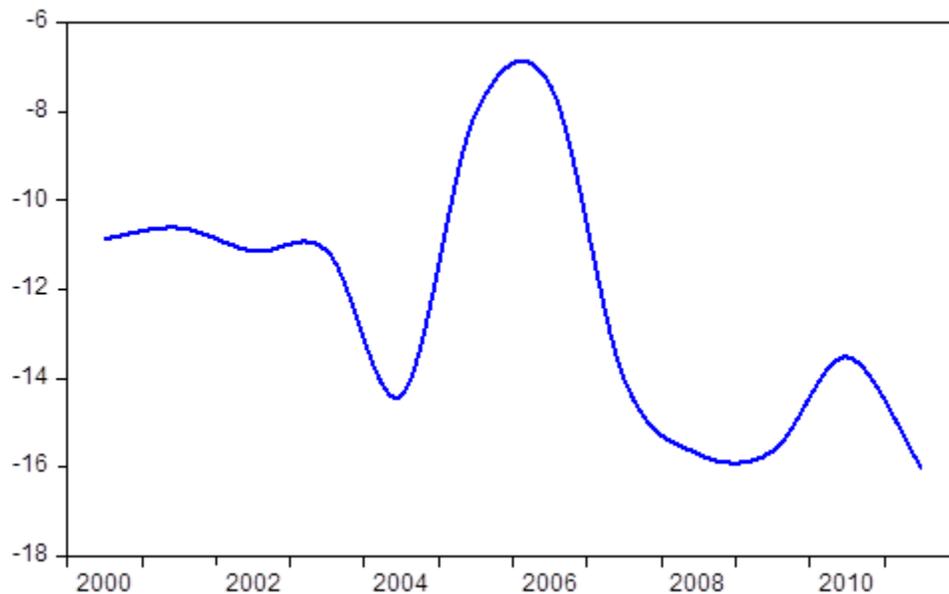
Ao longo da última década, o turismo tornou-se no sector que mais contribui para o PIB de Cabo Verde ao mesmo tempo que a pesca dominou as exportações de bens. Em 2009, por exemplo, a pesca representou cerca de dois terços da exportação total de bens de Cabo Verde ao mesmo tempo que o turismo representou cerca de 20% do PIB. Para continuar com o crescimento da economia, o Governo está a apostar na agenda de transformação económica que tem como objectivo principal transformar Cabo Verde numa plataforma internacional de prestação de serviços de alto valor acrescentado baseados em sete *clusters* de competitividade: turismo,

²¹ IMF. *Cape Verde: Selected Issues*. 9 June 2008. Washington, DC. Fonte: www.imf.org

economia marítima, serviços financeiros, tecnologia de informação e comunicação, agro-negócios, serviços financeiros, economia criativa e aero negócios.

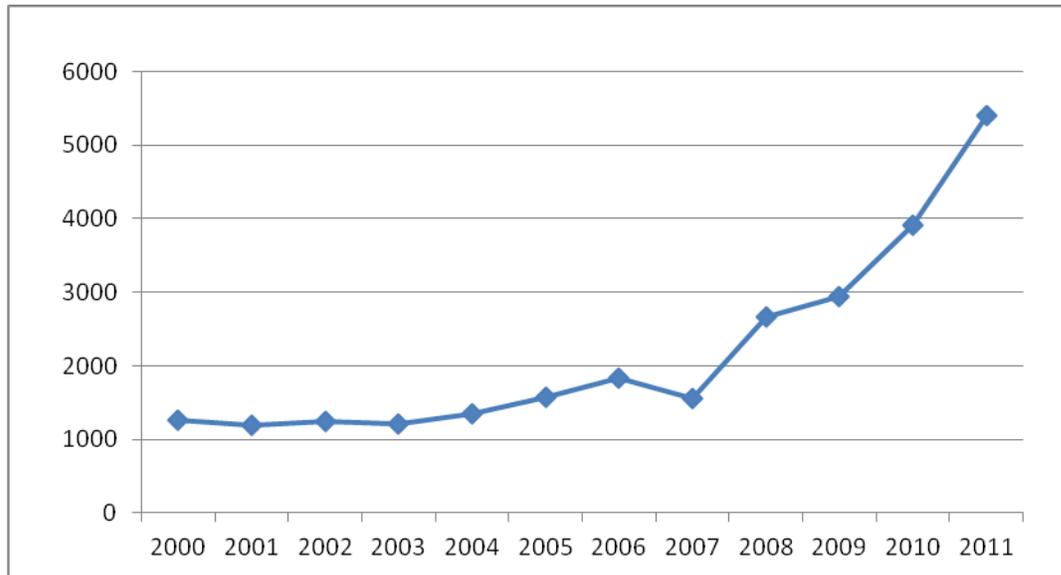
O ambiente externo é particularmente importante para Cabo Verde tendo em conta que quase todo o financiamento do capital e tecnologia é adquirido através de comércio internacional. As contas externas de Cabo Verde demonstram de forma clara as vulnerabilidades do país, notavelmente a dependência de fluxos externos como ajuda pública ao desenvolvimento (APD), remessas de emigrantes e Investimento Directo Estrangeiro. Na ausência de uma base exportadora, a balança comercial está estruturalmente em défice (Figura 3.1). As projecções indicam todavia um abrandamento do défice comercial uma vez que as exportações demonstram um crescimento desde 2000 (segundo dados do INE) - a taxa de crescimento atingiu um pico em 2008 na sequência do decréscimo verificado em 2007 mas o crescimento manteve-se até 2011 (Figura 3.2).

Figura 3.1 – Déficit da Conta Corrente (% do PIB nominal)



Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

Figura 3.2 – Exportações Totais (milhões de CVE)

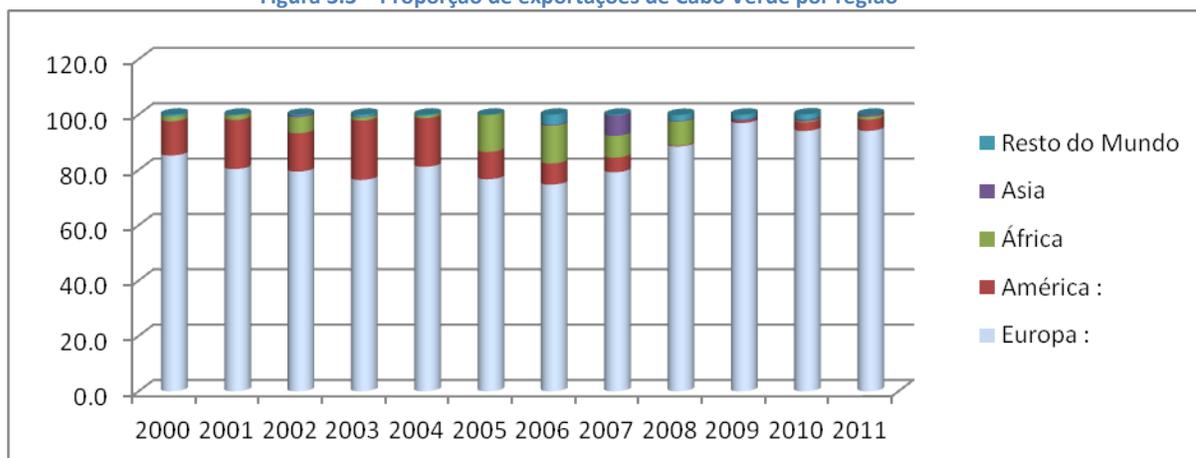


Fonte: INE, Evolução do Comércio Externo, por principais países de destino, 2000 a 2011.

No que respeita às exportações destacam-se duas grandes preocupações: a pequena dimensão da base exportadora de Cabo Verde e a pouca diversificação de destinos para exportação. A economia do país parece ter especializado em duas exportações: turismo e pesca, quase sempre com a Europa como cliente. As exportações de bens são dominadas por produtos da pesca – que correspondem a mais de 60% do total em 2009²². Tendo em conta a crise económica que ainda persiste nos principais parceiros comerciais de Cabo Verde, facilmente se pode conceber um cenário de abrandamento na procura externa para entender um dos principais riscos à implementação do DECRP III. Entre 2000 e 2011, não se registou nenhum ano em que a Europa não recebesse uma quota menor do que 70% das exportações de Cabo Verde. De facto, a quota mais baixa registou-se em 2006 e correspondeu a 75% sendo que a mais alta foi em 2009 com cerca de 97% (Figura 3.3). Acresce referir que as exportações para a Europa são destinadas principalmente a Portugal e Espanha, que recebem mais de 70% do total das exportações do país. Cabo Verde é também fortemente dependente da Europa na perspectiva de mercado emissor de turistas uma vez que os nacionais deste continente representam cerca de 80% das chegadas (Figura 3.4).

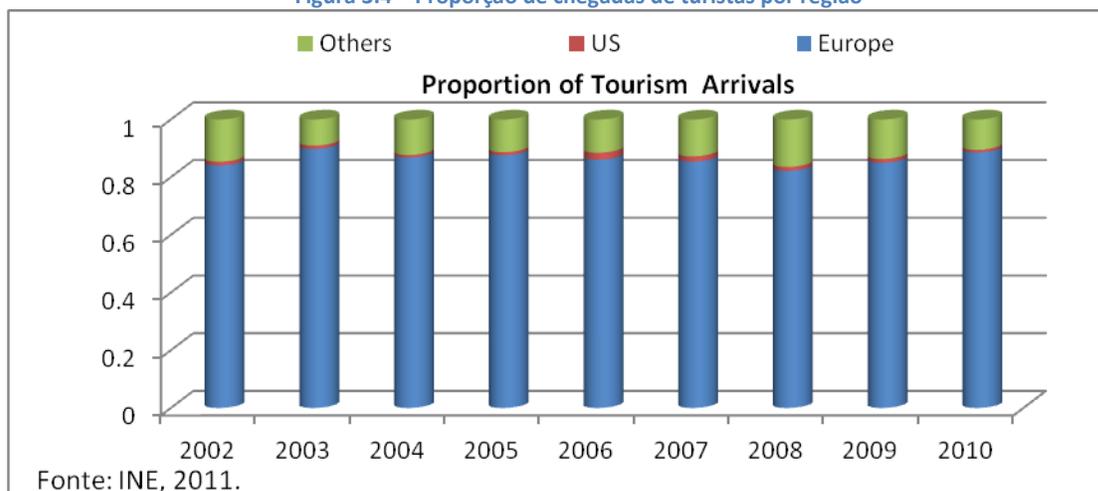
²² *Constraints Analysis*, 2010, Ministério das Finanças de Cabo Verde

Figura 3.3 – Proporção de exportações de Cabo Verde por região



Fonte: INE, Evolução do Comércio Externo, por principais países de destino, 2000 a 2011.

Figura 3.4 – Proporção de chegadas de turistas por região



O sucesso de Cabo Verde desde a independência deve-se também em parte à generosa assistência por parte dos parceiros de desenvolvimento, remessas da Diáspora e IDE. Os fluxos de capitais privados, na forma de IDE e remessas, estão entre as principais fontes de financiamento da economia caboverdiana. As remessas de emigrantes, embora em decréscimo em proporção do PIB na economia – já representaram cerca de 20% do PIB mas entre 2001 e 2011 corresponderam em média a 10% do PIB -, continuam a desempenhar um importante papel no financiamento da economia. O Investimento Directo Estrangeiro assumiu um papel relevante desde meados da década de 90, com a maior fatia a ter como destino o sector do turismo, e com um crescimento substancial entre 2002 e 2008 tendo a partir de 2009 registado um decréscimo acentuado e alguma volatilidade desde então. Os fluxos de IDE devem no entanto iniciar a recuperação a partir de 2012 de acordo com as projecções do cenário base do DECRP III (explorado no capítulo 5) com um crescimento estável esperado até 2016 (Figura 3.5).

Figura 3.5 – Investimento Directo Estrangeiro (actual e estimativas a partir de 2012) – milhões de CVE



Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

Estes factores desempenharam um papel crucial na trajectória de crescimento do país. A contribuição da Europa a este respeito é fundamental. A título de exemplo, Cabo Verde recebeu cerca de USD218.5 milhões em APD líquida de todos os doadores em 2008, com mais de metade proveniente de países Europeus (Figura 3.6). Em 2008, cerca de 30% de todas as remessas vieram de Portugal, seguido pela França, EUA e Países Baixos. No total, mais de 80% das remessas são provenientes de residentes da Diáspora na Europa (Figura 3.7). O IDE tornou-se um grande factor impulsionador do crescimento desde meados da década de 90, com os países Europeus a fornecerem a maior parte do investimento, 45% do IDE é proveniente de quatro países europeus, nomeadamente Espanha, Portugal, Reino Unido e Itália. (Figura 3.8).

Figura 3.6 – APD líquida por doador (2010) (USD milhões)

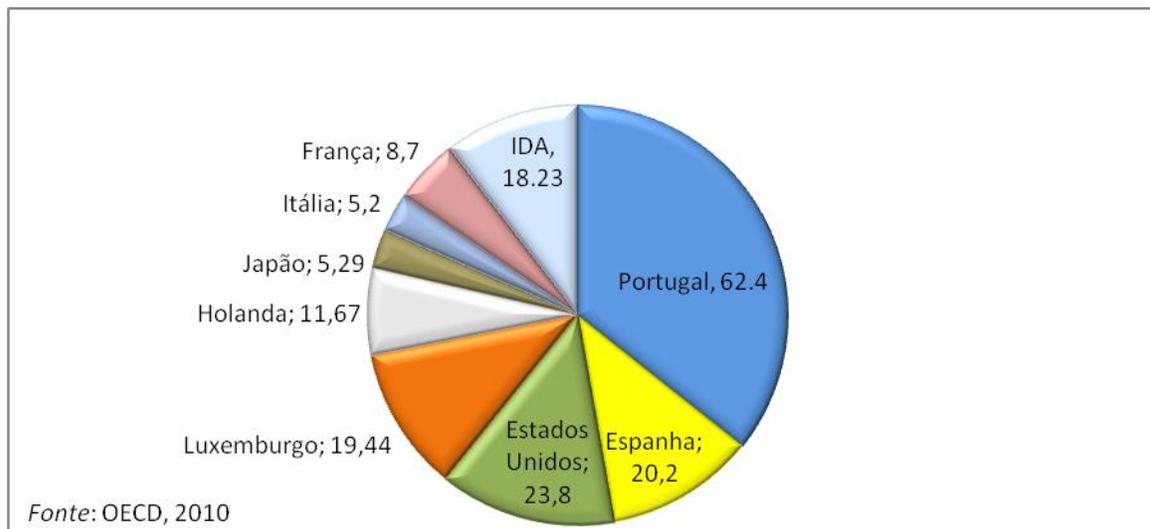


Figura 3.7 – Remessas por país (2008) (%)

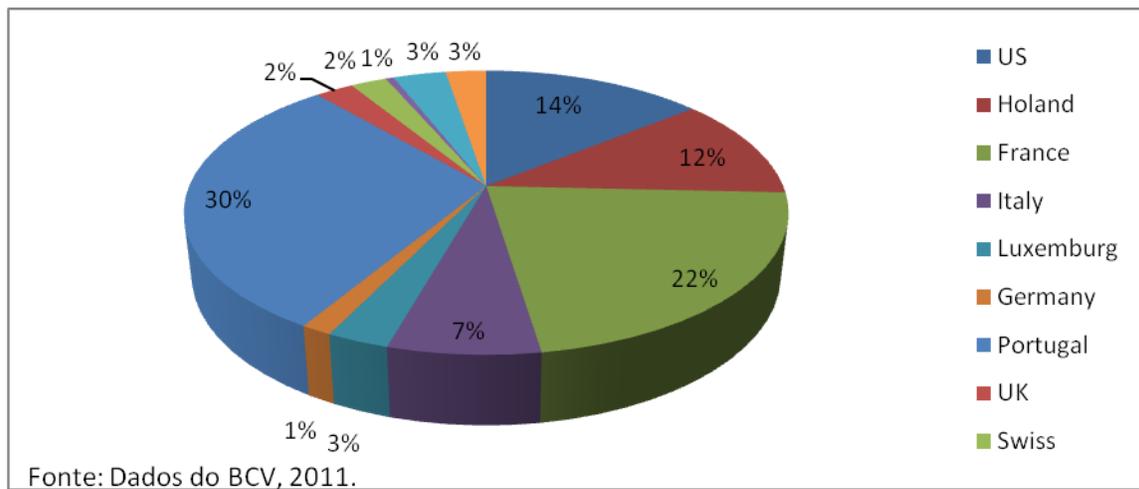
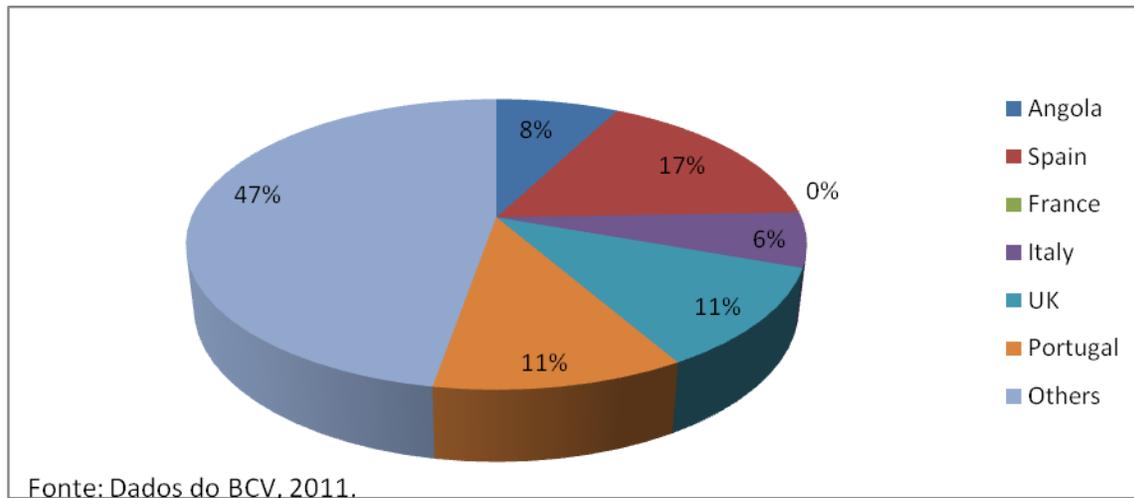


Figura 3.8 – Fluxos de IDE por país



Subentende-se então que as perspectivas de crescimento para Cabo Verde estão interligadas com o cenário económico da Europa. A proximidade com a Europa não é por isso apenas geográfica mas também económica, cultural e diplomática. Acresce o facto de que Cabo Verde é o único país da CEDEAO que tem um acordo de Parceria Especial com a União Europeia.

O desafio que se identifica é que as perspectivas de crescimento económico na Europa não são animadoras como resultado dos choques globais e da escalada da crise da dívida soberana na Zona Euro que, de acordo com o FMI, “está a ter um efeito amplo no consumo doméstico, uma vez que o choque de confiança se propaga dos países periféricos para os consumidores, bancos e investidores dos países da Zona.”²³ A expectativa do FMI é de uma “convergência geral em direcção a um crescimento mais moderado, medidas mais severas de austeridade orçamental (do lado das receitas e despesas), desalavancagem acentuada no endividamento dos agentes económicos privados, e desemprego estrutural mais severo. Constituem constrangimentos adicionais à situação sensível verificada em alguns países Europeus as taxas de juro mais altas na dívida soberana, um ajuste pesado das contas públicas e tensões acrescidas no sector bancário”.²⁴

A possibilidade de uma recuperação contínua mas anémica na Europa coloca desafios estratégicos para Cabo Verde e reforça a urgência de acelerar a agenda de transformação económica. Isto vai exigir o desenvolvimento de novas capacidades e o aumento da competitividade das empresas nacionais para competir no mercado global. As prioridades críticas são a diversificação das exportações por produto e destino, a construção de novas parcerias, e a procura de novas fontes de financiamento.

3.3 As perspectivas e desafios para Cabo Verde

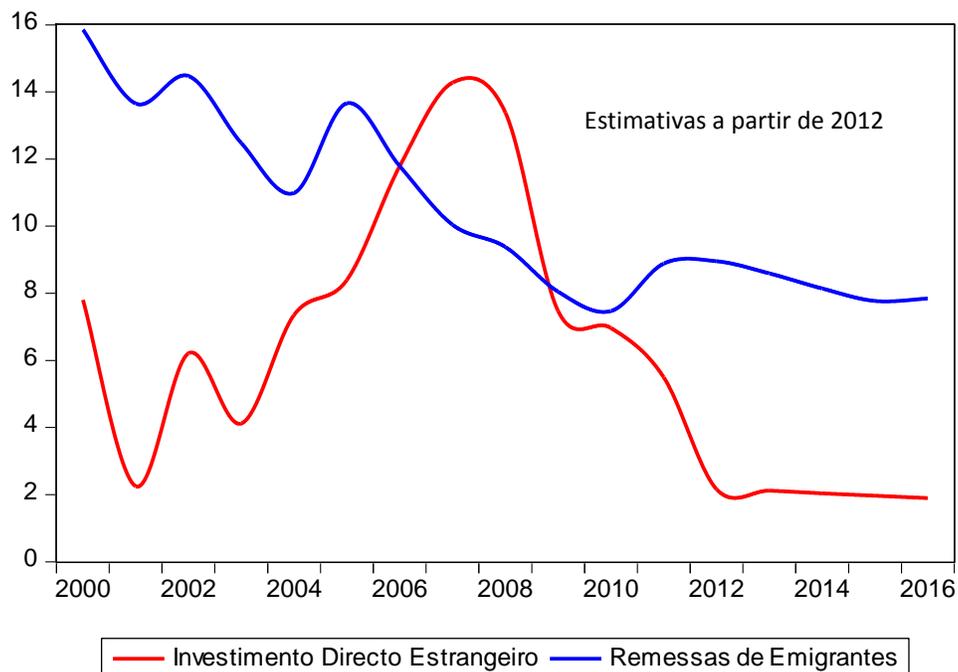
Cabo Verde manteve um crescimento razoável em anos recentes apesar de ter sido confrontado com um ambiente externo em deterioração. O crescimento ocorrido em 2011 é estimado em cerca

²³ FMI (2011). “Europe. Navigating Stormy Waters.” *Regional Economic Outlook*, FMI. Outubro de 2011.

²⁴ Ibid, FMI (2011)

de 5% e é esperado que se mantenha em torno dos 5 por cento em 2012 e 2013. O abrandamento no crescimento reflecte o ambiente externo adverso mas o crescimento mantém-se devido à dinâmica do turismo, exportações de pesca, remessas e investimento público. O Governo realizou um importante esforço em termos de investimento em anos recentes como forma de contrariar os impactos do abrandamento global na procura e no investimento nacional. Tendo em conta a janela de oportunidade de empréstimos concessionais que se encontra disponível até que Cabo Verde complete o processo de transição de País Menos Avançado para País de Desenvolvimento Médio, o Governo colocou um importante pacote de investimento em curso com o objectivo de debelar alguns dos constrangimentos de crescimento de longo prazo já identificados, principalmente no que toca a infraestruturas económicas. Este esforço aumentou o nível de dívida que no entanto, tendo em conta o compromisso do Governo em manter a estabilidade macroeconómica como condição *sine qua non*, permanece em níveis sustentáveis de acordo com as análises regulares de sustentabilidade da dívida (*Debt Sustainability Analysis*) conduzidas pelo Fundo Monetário Internacional²⁵. Persistem todavia riscos acrescidos que advêm de um abrandamento contínuo no sector da construção, aprofundar da crise financeira na Europa, e o aumento rápido no preço de matérias-primas que podem afectar o nível de crescimento económico necessário para manutenção da estabilidade a curto prazo. Acrescido de um potencial abrandamento do IDE e remessas, estes factores podem aumentar a vulnerabilidade de Cabo Verde (Figura 3.9).

Figura 3.9 – Remessas e IDE em percentagem do PIB

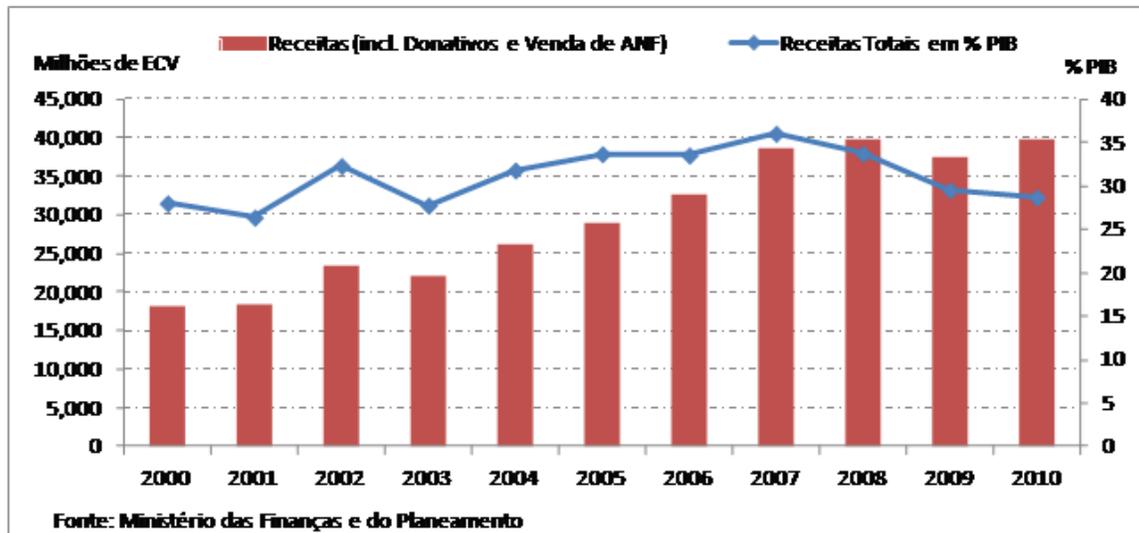


Fonte: Modelo DECRP III - MFP/DNP

²⁵ *Country Report* do Fundo Monetário Internacional para Cabo Verde No. 12/29, Fevereiro 2012

Por forma a mitigar em parte os riscos advindos do cenário externo, torna-se fundamental a mobilização das capacidades endógenas de financiamento do processo de desenvolvimento. Tendo em conta a necessidade de manter o nível de endividamento interno em níveis compatíveis com o regime cambial de paridade fixa com o euro, uma área chave é a melhoria na colecta da receita interna, principalmente impostos. Uma série de reformas tributárias entre 1995 e 2009, assim como esforços para aumentar a capacidade de colecta, levaram a um aumento contínuo da receita durante o período. Todavia, a cobrança de receita em percentagem do PIB decresceu um pouco em 2009 e 2010 (Figura 3.9). Existe espaço para melhorar significativamente a eficiência e eficácia da administração tributária tendo em conta que as questões de falta de capacidade e de recursos permanecem constrangimentos. O Governo está a desenvolver uma proposta, como parte da reforma do Estado, para transformar o departamento de impostos numa agência ou autoridade de receitas capacitada com os devidos meios e recursos. Além de melhorar a administração tributária, Cabo Verde terá também que examinar o regime de incentivos fiscais e empreender as reformas necessárias de racionalização nessa frente.

Figura 3.10 – Receita do Governo

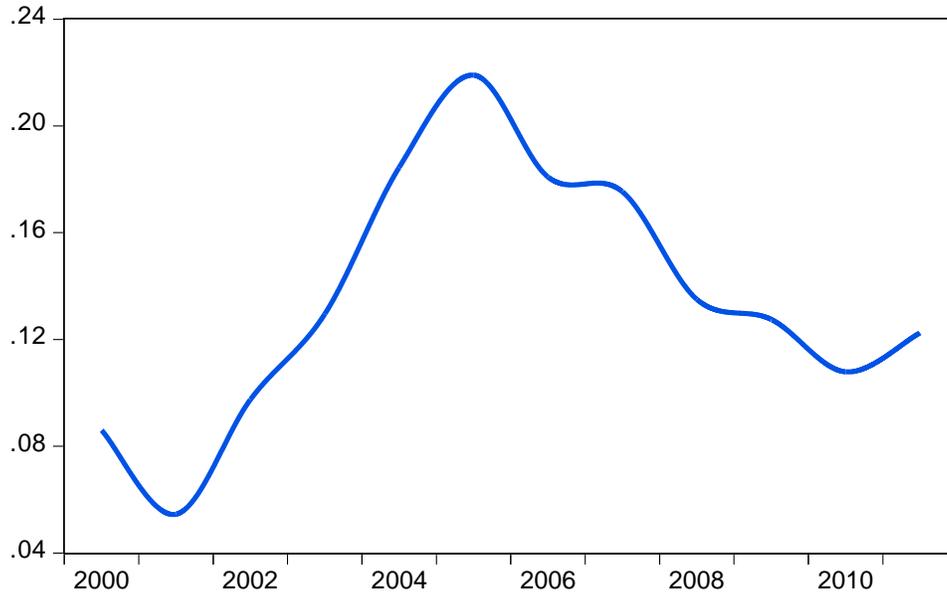


O desafio a enfrentar é a necessidade de construir uma economia com alto nível de crescimento sustentável e inclusivo no sentido de superar as condicionantes chave – vulnerabilidade estrutural, dependência externa, desemprego (especialmente nas camadas mais jovens), pobreza, desigualdade na distribuição do rendimento, oportunidades reduzidas de emigração e consequente queda de remessas.

A dinâmica de crescimento da última década gerou um volume considerável de emprego principalmente no sector de serviços e construção, e isto, conforme indicado na secção anterior, contribuiu para a redução expressiva da pobreza. Todavia, o número de desempregados continua alto com uma taxa de desemprego acima dos 10% (Figura 3.11). O desemprego em Cabo Verde não afecta apenas os menos escolarizados. Apesar de a maioria dos desempregados serem poucos qualificados, existe também uma proporção de desempregados com níveis de escolaridades maiores, principalmente entre os jovens. Dados sugerem que as competências adquiridas na escola não estão em sintonia com as necessidades do mercado. Adicionalmente, os custos do

trabalho (sector formal) são muito elevados. Cabo Verde terá que fazer mais para garantir o crescimento inclusivo e a diversificação económica como forma de debelar a problemática do desemprego.

Figura 3.11 – Taxa de desemprego

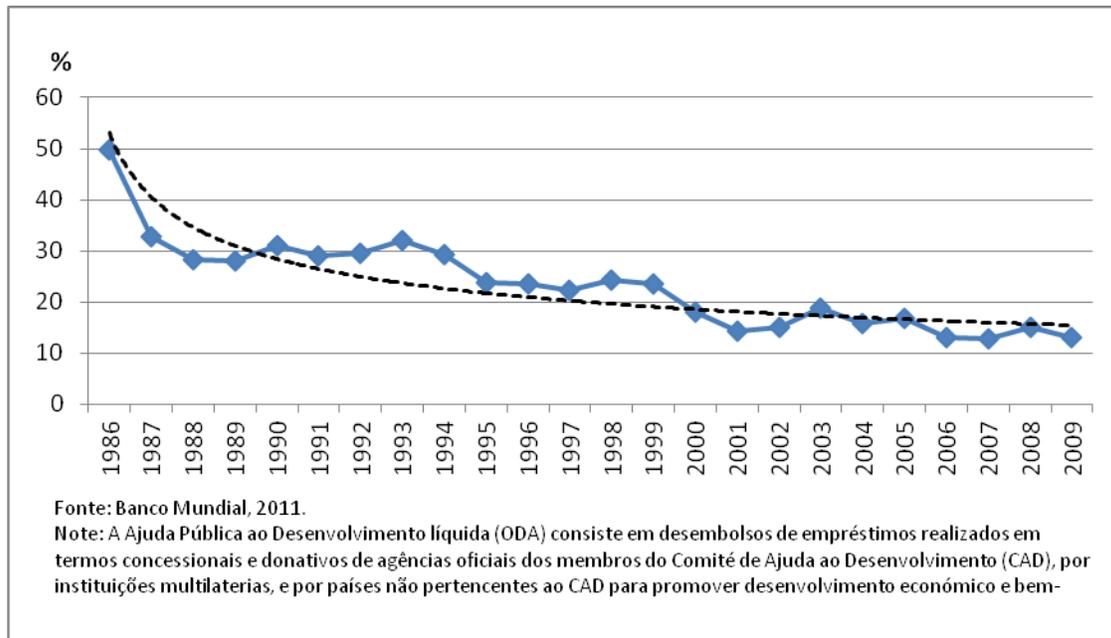


Fonte: INE

Cabo Verde continua a registar uma forte dependência de APD. Os actuais desafios económicos globais, a graduação de Cabo Verde da categoria de PMA e a percepção emergente de que Cabo Verde não é mais uma nação pobre, podem com o tempo levar à redução substancial dos fluxos de APD. Embora a APD líquida relativa ao PIB, principalmente donativos, tenha decrescido recentemente, uma redução contínua e drástica pode expor Cabo Verde a sérios riscos especialmente tendo em conta o alto rácio dívida/PIB e também o nível de reservas internacionais relativamente baixo (Figura 3.10).²⁶ As remessas em proporção do PIB também têm decrescido conforme demonstrado na Figura 3.9. Com o tempo, as ligações ao país de origem vão reduzindo uma vez que os residentes da Diáspora se tornam de segunda e terceira geração e as oportunidades de emigração vão diminuindo com o endurecimento das legislações nos países de destino. O foco actual tem de ser como engajar a Diáspora na agenda de transformação – seja como investidores ou como agentes para a transferência de *know-how* e conhecimento em várias áreas.

²⁶ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), *Africa Economic Outlook 2009*. OECD, Paris.

Figura 3.12 – APD líquida (em % do PNB)



Associada a esta realidade emergente está a vulnerabilidade contínua de Cabo Verde. De facto, a graduação de Cabo Verde da lista do PMA foi garantida através do alcance de dois dos três critérios – rendimento *per capita* e índice de desenvolvimento humano sendo que o critério associado à vulnerabilidade económica não foi atingido. O país continua a ser muito vulnerável e susceptível a choques externos, sejam estes económicos ou naturais. As fontes de vulnerabilidades incluem desafios ambientais e agrícolas, sobredependência de importações, custos crescentes de insularidade e fragmentação, sobredependência de transferência externas, assim como também ameaças crescentes de segurança global e crime transnacional.²⁷

Estes factores representam desafios estruturais que podem afectar o crescimento e o processo de desenvolvimento económico. A resposta de Cabo Verde tem sido o desenvolvimento de uma agenda de transformação económica que tem providenciado uma orientação ampla para as acções do Governo ao longo da última década. A continuação da implementação da agenda de transformação como forma de acelerar o crescimento e reduzir a pobreza é o foco do DECRP III conforme abordado no capítulo 4 que se segue.

²⁷ UNDP (2001). *Vulnerability Study, Action Plan for 2001-2010*, March 2001. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Nova Iorque.

4. DECRP III: Agenda Estratégica

4.1 A Agenda Nacional e a Visão de Cabo Verde

A gestão do processo de desenvolvimento de Cabo Verde tem sido norteadada pela agenda de transformação económica. A agenda providenciou a visão de longo prazo que orientou as políticas e acções do Governo durante a maior parte do novo século até agora e que aponta para uma economia transformada, ancorada em aproveitar a localização geoestratégica de Cabo Verde para desenvolver o país como uma plataforma internacional para serviços de alto valor acrescentado. Especificamente, a agenda aponta para construção de uma economia diversificada e produtiva através do desenvolvimento de *clusters* de competitividade baseados num modelo de crescimento sustentado pela dinâmica do sector privado, e que possibilite a transformação das vantagens comparativas em vantagens competitivas. Neste quadro apontam-se as seguintes áreas como de forte potencial para Cabo Verde tendo em conta a localização nas rotas do comércio entre os três continentes (África, Europa e Américas):

- Turismo: promoção de turismo de alto valor acrescentado;
- Economia Marítima: construção de uma economia marítima orientada para as pescas, transbordo de mercadorias e serviços marítimos;
- Aero Negócios: transformar Cabo Verde num *hub* regional para carga aérea, comércio de zona franca e serviços para companhias aéreas;
- Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC): promover Cabo Verde como uma ilha de cariz tecnológico avançado e especificamente atraindo empresas da indústria TIC para utilizarem o país como base para realização de negócios principalmente com a subregião;
- Finanças: transformar Cabo Verde num centro para serviços financeiros e de investimento;
- Economia Criativa: construir uma indústria de serviços baseada na cultura cabo-verdiana orientada para as exportações e promoção da marca Cabo Verde;
- Agro-negócios: desenvolver as actividades e empresas de agró-negócios com vista a promover um acréscimo de produção de qualidade que explore o potencial de substituição de importações, incluindo a ligação com a cadeia de valor do turismo, e que crie uma base de exportação para determinados nichos de produtos mais competitivos.

A agenda de transformação coloca uma visão compreensiva de longo prazo para o desenvolvimento de Cabo Verde tendo em conta o potencial para a capitalização de poucas vantagens comparativas e naturais de Cabo Verde – oceano amplo, localização geoestratégica, e um clima tropical. A agenda procura a transformação do país rumo a uma economia moderna, de alto nível de rendimento e baseada em serviços. Para esse efeito é necessário o desenvolvimento de novos sectores de actividade como motores de crescimento tendo em conta a actual base produtiva limitada e pequena. Tem sido realizado algum progresso mas o desafio passa por acelerar o processo de transformação e reforma por forma a permitir o surgimento dos novos factores de competitividade que permitam a estruturação dos *clusters*.

O Programa de Governo para a VIII Legislatura 2011-2016²⁸, além dos requisitos constitucionais, foi formulado com o objectivo de acelerar a agenda de transformação do país. A visão do desenvolvimento do país apresentada no quadro do programa é “uma nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos” e o objectivo para a VIII Legislatura é "construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhada por todos". Para alcançar este objectivo o Governo indentifica sete desafios estratégicos a serem resolvidos durante a Legislatura:

- Como construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhada por todos;
- Fomentar o crescimento do sector privado, do investimento e da produtividade;
- Promover o desenvolvimento e a coesão social e facilitar o acesso aos serviços básicos;
- Capacitar os recursos humanos e produzir conhecimento que propicie o crescimento económico;
- Consolidar a Democracia, aprofundar as Liberdades e reforçar a Boa Governação;
- Modernizar e estender as infra-estruturas;
- Afirmar a Nação Global e desenvolver parcerias para a competitividade.

A resolução dos desafios supracitados não pode ser meramente uma intenção do Governo mas antes um compromisso para toda a sociedade caboverdiana tendo em conta o ambiente interno e externo globalmente adverso. É neste quadro que o DECRP III se insere com a estruturação de medidas de política e programas que visam enfrentar os desafios identificados pelo Governo como condicionantes para a implementação da visão de desenvolvimento.

Acresce também referir a importância de aspectos transversais como uma boa governação ambiental. É fundamental que se acautelem aspectos de sustentabilidade ambiental nos programas e projectos de infra-estruturas, energia e urbanização; que se promova uma melhor gestão de recursos naturais, incluindo terrenos, água, recursos piscatórios e florestas; e que se construa uma resiliência económica, social e física a desastres naturais e a fenómenos de mudanças climáticas por forma a mitigar os riscos associados.

Cabo Verde tem demonstrado vontade política para a implementação de uma economia “verde”, conforme demonstrado por exemplo na aposta forte em energias renováveis, mas também enfrenta desafios importantes, muitos relacionados com a escassez de água, serviços de energia ineficientes e o alcance de um equilíbrio entre a conservação de recursos naturais e o processo de desenvolvimento do país. A aposta num enquadramento para o crescimento ambientalmente sustentável já merece actualmente o apoio próximo de diversos parceiros de desenvolvimento, destacando-se a Espanha, Nações Unidas e Banco Africano de Desenvolvimento.

Dada a forte dependência do exterior do país e num mercado global e concorrencial, a atracção de investimentos pela via de incentivos fiscais aduaneiros não basta, ganhando cada vez mais importância os chamados novos elementos de competitividade, tais como: o acesso aos mercados de exportação; o conhecimento/formação; a existência de capacidades nacionais (sectores público

²⁸ Programa do Governo Para a VIII Legislatura 2011 – 2016, publicado no Boletim Oficial nº20, I Série, Suplemento, República de Cabo Verde, 14 de Junho de 2011

e privado) nas áreas de políticas e negociações internacionais; as infraestruturas de comunicação e transportes (rodoviário, marítimo e aéreo) a preços acessíveis; o crédito; o desenvolvimento de plataformas de informação e comunicação viáveis e a custos acessíveis; bem como a disponibilidade de factores de produção, sobretudo energia e água. Estes factores convertem-se assim em elementos determinantes da competitividade da economia.

No Programa do Governo preconiza-se um comércio que valorize a produção nacional. Os projectos e as atividades previstos no sector do comércio no âmbito do DECRP III vão então no sentido de melhorar o ambiente legal e institucional, visando criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das actividades comerciais, à modernização do sector, ao reforço da competitividade externa das empresas e produtos nacionais nas áreas supracitadas, à diversificação dos mercados e à dinamização das trocas comerciais, designadamente, com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

4.2 Estratégia do Crescimento e da Redução da Pobreza III

A estratégia de crescimento e redução da pobreza é um instrumento que dá continuidade à implementação da Agenda de Transformação Económica ao estruturar, num quadro plurianual, medidas e acções para o cumprimento dos objectivos estipulados no quadro Programa do Governo para a VIII legislatura. O objectivo principal da Agenda e do Programa é de promover um crescimento económico inclusivo com oportunidades para todos como factor preponderante para a redução da pobreza e das desigualdades. Neste quadro, a geração de emprego é crucial e o sector privado deverá ser o principal propulsor da economia, restando ao sector público um papel de catalisador e facilitador criando um ambiente favorável ao investimento e aos negócios.

Apesar de esforços significativos ao longo dos anos, a pobreza e o desemprego continuam a colocar sérios desafios a Cabo Verde. É particularmente importante que abordagens novas e mais eficazes sejam identificadas para acelerar o crescimento e reduzir a pobreza. Neste âmbito, a estratégia deve apresentar prioridades claras e focalizadas que versam nos objectivos de crescimento económico, redução da pobreza e do desemprego. Contudo, o ambiente interno e externo vivenciado é significativamente diferente. Os recursos, incluindo o acesso a empréstimos concessionais e donativos, não vão estar tão prontamente disponíveis como no passado. De facto, a APD decresceu em 2011 e as perspectivas para um declínio maior são bastantes altas. Acresce referir que os espaços macroeconómicos e sociais internos são actualmente bastante menores, e para alcançar o sucesso será necessário uma abordagem robusta e inovadora com ênfase em prioridades claras.

A estratégia de Cabo Verde para redução da pobreza continuará a caracterizar-se por um compromisso não exclusivamente concentrado no crescimento ou na redistribuição. A focalização somente em crescimento não irá funcionar tão rápido e poderá simplesmente não funcionar de todo, por outro lado uma abordagem que foque somente a redistribuição numa economia pequena como Cabo Verde é também insustentável. Significa isto que o ênfase deve ser colocado em: (i) programas e políticas que promovam crescimento dentro dos *clusters*; (ii) programas e políticas a serem implementados para capacitar os mais pobres e aumentar a respectiva produtividade e participação na economia, e (iii) programas sociais direccionados aos mais vulneráveis.

Em articulação com uma abordagem de crescimento e de redistribuição, Cabo Verde vai embarcar numa estratégia de três níveis para o desenvolvimento da agenda de transformação. Isto irá significar a definição de prioridades em diversos planos, inicialmente entre os *clusters* e posteriormente dentro dos próprios *clusters*. Este exercício é necessário para identificar as cadeias de valor nos *clusters* onde Cabo Verde tem já alguma vocação e que podem ser rapidamente alavancados para gerar crescimento. Ao definir prioridades entre os *clusters* e dentro dos mesmos, o factor de arbitragem será o potencial que o *cluster* ou acção têm para promover crescimento inclusivo através da criação de negócios e geração de emprego.

Os *clusters* estão divididos em três grupos tendo em conta a capacidade actual do país, o contexto internacional e o potencial do sector privado caboverdiano para possibilitar o reforço do Produto Nacional Bruto. Desde logo, os *clusters* não devem ser pensados numa perspectiva estritamente académica, mas antes numa abordagem pragmática de geração de oportunidades de negócio que criem valor na economia. O agro-negócio, turismo e economia marítima surgem no topo devido ao impacto que estes *clusters* poderão ter na redução de pobreza e geração de crescimento. Seguidamente, o segundo grupo é constituído pelos *clusters* TIC e economia criativa e o terceiro agrega os *clusters* de serviços financeiros e aero-negócios (Figura 4.2).

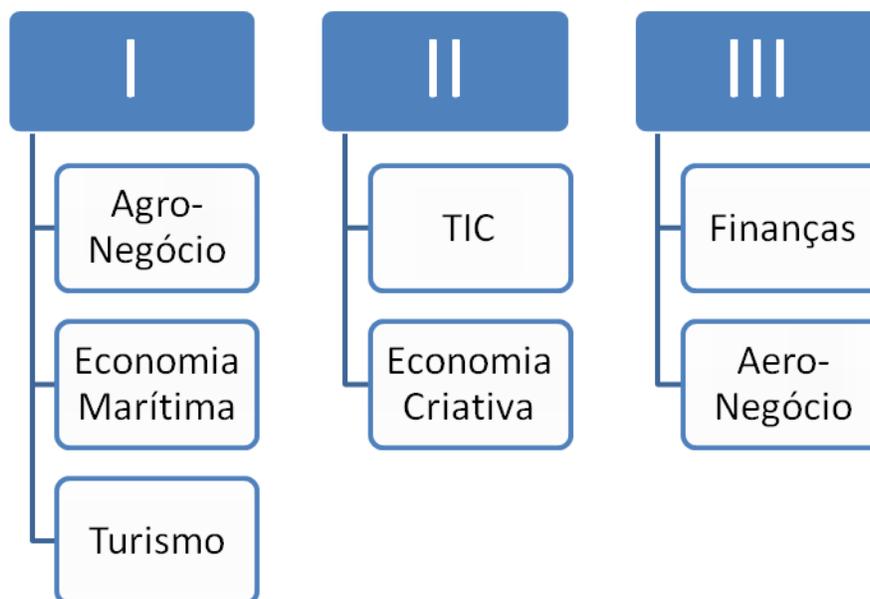


Figura 4.1 – Classificação dos Clusters

Devido aos recursos escassos, a priorização dos investimentos nos agró-negócios e economia marítima é fulcral para a concretização das metas da estratégia. O objectivo é focar em áreas onde haja maior impacto ao mesmo tempo que se desenvolvem as fundações para construir os restantes *clusters* no longo prazo. Em norma, a transformação ou desenvolvimento de um *cluster* é um processo que demora pelo menos cinco anos e por vezes uma geração ou mais. Embora o Governo se focalize em investimentos para aumentar a capacidade nacional, é o sector privado quem deverá criar e implementar os *clusters*. O Governo poderá facilitar parcerias público-privadas onde estas sejam viáveis, apoiar o desenvolvimento do sector privado e implementar

políticas e criar os necessários incentivos, mas o papel de liderança para o desenvolvimento de negócios e cadeias de valor dentro dos *clusters* deverá caber ao sector privado.

4.2.1 Agenda Nacional de Reformas

O sector privado não estará no entanto apto a desempenhar o papel de liderança, nem Cabo Verde estará em condições de melhorar a sua competitividade global, se determinadas reformas substanciais não forem realizadas para melhorar o ambiente de negócios e resolver determinados constrangimentos transversais. Cabo Verde enfrenta hoje novas realidades e desafios que são também consequências directas do sucesso da última década. A necessidade de reformas é urgente tendo em conta os desafios que vislumbram no horizonte e as aspirações para o país.

A graduação de Cabo Verde da lista de PMAs das Nações Unidas é um importante ganho tendo em conta que foi um dos dois países de África a alguma vez graduar desta lista – o outro foi o Botswana que tem no entanto recursos naturais substanciais, principalmente diamantes. A graduação significa que Cabo Verde terá menos condições para mobilizar financiamento concessional e aceder a donativos que tendem a favorecer países mais pobres. A entrada na OMC, apesar de ser um sucesso, significa que Cabo Verde deverá abrir os seus mercados e depender mais da capacidade endógena para competir.

Outro progresso crucial ao longo da última década foi o crescimento substancial do sector do turismo que representa agora cerca de um quarto do PIB com mais de 60% das exportações. O impacto do turismo na economia é mais significativo se determinados sectores associados como a construção civil e imobiliário forem tomados em conta. O sector do turismo também recebe mais de 90% do IDE destinado a Cabo Verde e tem sido o principal impulsionador do crescimento económico e um factor crítico na geração de emprego. O sucesso, todavia, criou uma sobredependência de um único sector e aumentou a exposição de Cabo Verde a choques externos. Qualquer redução que se verifique na procura do turismo, seja devido a choques externos ou a desafios internos, pode ter um impacto grande no desempenho económico do país.

Cabo Verde não se pode dar ao luxo de ser arrastado para alguma inércia em resultado do desempenho globalmente positivo registado ao longo da última década. A crise financeira da Zona Euro, a recuperação anémica da economia global e os desafios que emergem dos sucessos de Cabo Verde demonstram a necessidade de acelerar a implementação da agenda de transformação e construir uma economia mais resiliente e diversificada que cresça de forma sustentável e inclusiva. O aumento da produtividade é um aspecto fundamental que exige acções rápidas.

O DECRP III providencia a oportunidade para Cabo Verde actualizar a sua estratégia. O objectivo para o período de implementação é transformar Cabo Verde num centro internacional de serviços, com uma base produtiva subjacente, por forma a acelerar o processo de transformação. Esta visão requer que Cabo Verde acelere, aprofunde e expanda as reformas e estas devem estender-se a todos níveis de administração pública, incluindo Municípios, agências e empresas públicas, com o objectivo de construir um Estado eficiente, eficaz e orientado para assistir o sector privado na criação de riqueza.

A agenda de reformas do Estado necessita de ser revisitada, intensificada e generalizada para o país se preparar para responder aos desafios emergentes. Até agora Cabo Verde tem desempenhado relativamente bem como um reformador conforme notado no ranking *Doing Business* – subiu da posição 143 em 2009 para a posição 119 em 2012, tendo no entanto notado um retrocesso para a posição 122 no relatório de 2013. Para renovar e manter o ímpeto das reformas, os esforços devem ser direccionados para aprender e construir a partir de experiências de outros pequenos Estados insulares cujo desempenho tem estabelecido o *benchmark*. As reformas devem estar orientadas essencialmente para a promoção da produtividade e competitividade.

A nova agenda de reforma deverá responder ao desafio de garantir maiores taxas de crescimento e uma maior diversificação económica. Identificam-se desde logo quatro áreas de reformas prioritárias:

- Manutenção da estabilidade macroeconómica e reforma da gestão das finanças públicas;
- Flexibilizar o mercado laboral e promover um acréscimo de produtividade;
- Melhoria da qualidade e relevância da educação e formação como forma de combater o desemprego;
- Melhoria da qualidade da infra-estrutura e serviços.

4.2.2.1 *Manutenção da Estabilidade Macroeconómica e Reforma da Gestão das Finanças Públicas*

O sucesso de Cabo Verde até à data não teria acontecido sem a decisão política de priorizar a manutenção da estabilidade macroeconómica como factor principal da boa governação. As várias reformas associadas permitiram ao Estado aumentar a colecta de receita e conseguir uma maior dependência de recursos internos. Todavia, subsistem importantes desafios no horizonte. A decisão de utilizar a janela de oportunidade, enquanto Cabo Verde ainda é elegível, para mobilizar recursos concessionais no sentido de financiar infra-estruturas, tem contribuído para o desempenho de crescimento e também providenciou uma medida contra-cíclica num ambiente de abrandamento económico global. A consequência actual é que a capacidade de endividamento do país é menor. Também, a APD e o IDE que Cabo Verde recebe principalmente da Europa estão a decrescer e podem ter efeitos negativos na implementação da agenda de transformação.

O compromisso do Governo em manter a estabilidade macroeconómica permanece – conforme comprovado pelas sucessivas avaliações positivas do Fundo Monetário Internacional, Grupo de Apoio ao Orçamento²⁹ e agências de notação de *rating*³⁰ - mas Cabo Verde irá enfrentar desafios novos. A nova vaga de reformas tributárias irá ser empreendida no sentido de modificar o regime fiscal de uma forma que permita racionalizar e harmonizar as diversas normas em linha com as melhores práticas e procurando assim otimizar a base tributária. A melhoria da eficiência da administração tributária na colecta e fiscalização do pagamento de impostos é também crucial

²⁹ O Grupo de Apoio ao Orçamento foi constituído em 2006 e é formado por parceiros de desenvolvimento que utilizam a modalidade de apoio directo financeiro ao Orçamento Geral de Estado de Cabo Verde. Em 2012 os membros parceiros eram o Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Espanha, Luxemburgo, Portugal e União Europeia.

³⁰ *Standard & Poors e Fitch Ratings*

para que o Governo consiga colher os recursos necessários para o financiamento do processo de desenvolvimento, e também para gerar os fluxos necessários para remunerar e amortizar os créditos contratados. As reformas nesta frente têm a assessoria do Fundo Monetário Internacional e vão incidir, essencialmente, no plano institucional, reforço da capacidade, e adopção de tecnologias de informação que facilitem o uso de meios desmaterializados.

Em simultâneo com as reformas que vão garantir que o Estado melhore a capacidade de colecta de receita, outra frente será garantir que o uso de recursos seja significativamente mais eficiente. O Estado terá que adoptar sistemas de gestão que garantam a possibilidade de "fazer mais com menos". A ideia é a de construir um Estado frugal que seja capaz de gerir e priorizar de forma eficiente os recursos e investimentos. Neste quadro, uma mudança de paradigma para uma gestão com base em resultados é fundamental.

De forma mais detalhada, as reformas da gestão das finanças públicas e implementação do Sistema Nacional de Planeamento (SNP), fruto das acções realizadas ao abrigo do respectivo Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (2009-2012) que colheu as recomendações da avaliação PEFA³¹ concluído em 2008, registaram avanços em diversas frentes. Destacam-se nesse âmbito as grandes reformas actualmente em estado avançado de implementação: i) bancarização do tesouro – que aponta a concretizar um sistema integrado e desmaterializado de procedimentos para colecta de receita e execução de despesa em toda a administração central; ii) a desconcentração da execução orçamental – que já dotou diversos sectores da administração central, através do sistema de integrado de execução orçamental e financeira (SIGOF), de autonomia na execução do respectivo orçamento e na programação plurianual da despesa em concordância com as prioridades do sector (elaboração dos Quadros de Despesa de Médio Prazo); iii) reforma na gestão da dívida pública - que aponta a ganhos de eficiência na gestão da dívida pública, principalmente doméstica, no sentido de evoluir para a criação de um mercado secundário líquido e transaccionável de títulos de dívida pública para todos os agentes económicos interessados; iv) implementação de um sistema integrado de seguimento e avaliação – pilar fundamental do SNP e que procura ligar a execução física de projectos à respectiva execução financeira e assim evoluir para um paradigma de gestão com base em resultados e que permita uma maior mitigação dos riscos de derrapagem orçamental dos projectos; v) implementação do sistema nacional de aquisições públicas de acordo com as melhores práticas internacionais – reforma que incorpora diversos avanços na frente de regulação através da criação e capacitação da ARAP, a reforma do enquadramento legislativo de aquisições públicas, a criação de unidades de gestão de aquisições em diversos sectores, a implementação de uma plataforma de *e-procurement*, e o inventário e melhoria da gestão dos activos do Estado; vi) melhoria da gestão orçamental e financeira dos Municípios através do desenvolvimento e disseminação do Sistema de Informação Municipal; vii) reforma da gestão das participadas estatais – que aponta a mitigar os riscos financeiros contingentes que advêm destas entidades e também melhorar a respectiva prestação de serviços no plano da qualidade e alinhamento dos planos de negócios com as prioridades do DECRP III (no que respeita a esta vertente, as acções preconizadas serão abordadas mais adiante em detalhe na subsecção de reforma da governação do sector empresarial do Estado); e viii) introdução de um modelo macroeconómico de equilíbrio

³¹ Avaliação da Gestão da Despesa Pública em Cabo Verde, Aplicação da Metodologia PEFA – Despesa Pública e Responsabilidade Financeira, Dezembro 2008, revisão financiada pela Comissão Europeia.

geral computável – tal instrumento constitui uma contribuição essencial para reforçar a capacidade endógena de gerar projecções macroeconómicas e também de testar diferentes cenários para a implementação do DECRP III.

As reformas acima descritas proporcionam também o mote para a implementação de um Sistema Nacional de Investimento enquanto pilar integrante do Sistema Nacional de Planeamento (SNP). O propósito deste sistema será o de melhorar a avaliação *ex-ante* da despesa de investimento no que toca à avaliação técnica de projectos, e especificamente através da implementação de um ciclo de avaliação de projectos que analise e selecione as melhores alternativas à luz de critérios de rentabilidade socioeconómica e de sustentabilidade ambiental. Procurar-se-á também avaliar as propostas de acordo com a capacidade que as contrapartes públicas têm de apropriar e gerir os activos de forma sustentável. No que respeita a um outro pilar do SNP – o Sistema Estatístico Nacional – o alinhamento da Agenda Estatística nacional, liderada pelo Instituto Nacional de Estatística, com o DECRP III aponta para o reforço do SEN através da capacitação dos órgãos oficiais produtores de estatísticas, principalmente este Instituto. O objectivo será prover de forma regular e atempada – via novos produtos tais como o inquérito multi-objectivos – informação sobre o contexto socioeconómico do país, procurando informar todos as contrapartes públicas, privadas e da sociedade civil com informação fundamental para a tomada de decisões. Estas informações também irão permitir o seguimento dos indicadores de efeito e impacto do próprio DECRP III.

O Plano de Acção de Reforma de Gestão das Finanças Públicas está em fase final de actualização tendo em conta as recomendações do diagnóstico PEMFAR³² realizado ao longo de 2011 e 2012 com o apoio de vários parceiros de desenvolvimento. A nova edição do plano apontará a concluir as iniciativas supramencionadas. Procurar-se-á também expandir as reformas para áreas que denotam ainda estrangimentos, nomeadamente a melhoria contínua da gestão financeira e orçamental dos Municípios e também a melhoria da eficiência do controlo externo e interno. A importância destas reformas para a implementação e seguimento e avaliação dos objectivos do DECRP III é fundamental. A monitoria do avanço das acções preconizadas no plano de acção de reforma da gestão das finanças públicas, assim como o relatório de seguimento e avaliação da implementação do DECRP III, ambos a serem feitos numa base anual, constituem condições *sine qua non* para o desembolso financeiro de todos os parceiros que praticam ajuda orçamental. Acresce ainda referir a expectável avaliação de meio percurso do DECRP III a ser realizada indicativamente em 2014.

4.2.2.1.1. Reforma da Governação do Sector Empresarial do Estado

As opções propostas para consolidar a administração das empresas estatais incidem em duas vertentes: o Estado como proprietário e o Estado como supervisor e fiscalizador. O conjunto de medidas preconizadas podem ter um impacto positivo na capacidade do Estado de gerir adequadamente as empresas estatais, elaborar decisões estratégicas, gerir melhor o risco orçamental agregado, e seguir o desempenho na prestação de serviços.

³² *Public Expenditure Management and Financial Accountability Review*, Maio de 2012, revisão financiada pelo Banco Mundial, União Europeia, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Banco Africano de Desenvolvimento.

O Governo irá consolidar uma série de contratos de gestão com os conselhos de administração das empresas para exercer de forma mais eficaz a função de accionista. Nas actividades ligadas a essa função, incluem-se:

- Desenvolvimento de políticas e directrizes de tutela;
- Desenvolvimento de políticas para a aprovação das principais decisões corporativas;
- Nomeação de conselhos de administração das empresas estatais;
- Estabelecimento de incentivos para o bom desempenho;
- Promoção de boas práticas de administração nas empresas estatais, incluindo a transparência e divulgação de informação.

As melhores práticas mundiais apontam para a criação de um modelo centralizado de propriedade. Há uma tendência crescente para centralizar as funções do Estado como proprietário numa entidade que deverá ter algum nível de independência da Administração Central. A abordagem centralizada delimita claramente as funções de proprietário e torna-as mais distintas e transparentes separando a função do Estado como proprietário da elaboração de políticas e funções regulatórias. Por fim, delega as funções de proprietário a uma determinada entidade própria. É uma abordagem cada vez mais vista como a forma de melhorar o desempenho e a eficácia das empresas estatais. A centralização tem vários objectivos:

- Conferir maior clareza aos objectivos das empresas estatais, separando os objectivos comerciais dos não comerciais;
- Gerir os activos do Estado de forma a proteger o valor accionista (OCDE 2010)³³ num quadro de recursos escassos, para minimizar a interferência política e trazer maior profissionalismo através de uma mobilização de capacidades especializadas;
- Promover uma maior coerência e consistência no exercício do papel do Estado como proprietário;
- Alcançar uma maior transparência e responsabilização nas operações das empresas estatais através de um melhor sistema de seguimento e avaliação de desempenho.

No curto prazo o Governo irá reforçar o sistema existente de forma a melhorar a função de proprietário enquanto as mudanças mais estruturais de médio prazo são planeadas com vista a caminhar para um sistema cada vez mais centralizado. As etapas apresentadas na Tabela 4.1 podem, progressivamente, levar a um melhor desempenho do Estado enquanto proprietário.

³³ A protecção do valor dos accionistas é apresentada com o objectivo principal da tutela do Estado em muitos países ao invés de outros em que os objectivos são de cariz social. A inclusão como um objectivo é apontada a providenciar um critério simples para conduzir a tomada de decisão e avaliar o desempenho da entidade de tutela no Governo. Mais especificamente, o objectivo é melhorar o desempenho das empresas estatais no sentido de aumentar o valor correspondente das acções enquanto se reduz o risco fiscal associado.

Tab. 4.1 Etapas possíveis para consolidar a função de proprietário do Estado nas empresas estatais em Cabo Verde

Etapas	Objectivos
1) Consolidar a capacidade da actual Unidade de empresas estatais (Direcção de Serviço de Participadas Estatais parte da Direcção Geral do Tesouro) no MFP	<p>Desenvolver e implementar um plano estratégico para a Unidade, baseado nas necessidades institucionais e capacidades exigidas para uma função de propriedade efectiva. As actividades a serem implementadas podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facultar formação intensiva, aos funcionários, em auditoria, análise financeira, e direito comercial; • Aumentar a exposição às tendências internacionais e criar um fórum para troca regular de experiências; • Recrutar quadros experientes e confiar em especialistas financeiros e técnicos para apoiar a unidade; • Desenvolver directrizes e metodologia de trabalho para estruturar melhor a Unidade; • Estabelecer um portal de internet que permita à Unidade de publicar documentos e relatórios.
2) Consolidar ou implementar actividades fundamentais de supervisão e de tutela através da Unidade das empresas estatais.	<p>Objectivos das actividades onde a Unidade poderia fornecer consultoria e serviços para o Ministério das Finanças e Planeamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar no desenvolvimento de políticas e directrizes de tutela; • Auxiliar no processo de nomeação dos membros do conselho das empresas estatais; • Apoiar a concepção e implementação de sistemas de seguimento e avaliação (desenvolver ferramentas internas de seguimento, desenvolver indicadores de desempenho financeiro e não financeiro, etc.); • Apoiar a preparação e negociação de contratos de desempenho com cada empresa estatal; • Analisar os relatórios de auditoria e relatórios de monitoria externa; • Preparar informação fiável e exaustiva sobre as empresas estatais para efeitos de gestão e publicação regular.
3) Iniciar uma consulta sobre novos acordos de tutela	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o intercâmbio de conhecimento com parceiros e instituições análogas sobre a força e as fraquezas dos convénios existentes. • Iniciar uma consulta no âmbito do Governo sobre a consolidação sustentável das funções de tutela em Cabo Verde.
4) Estabelecer acordos institucionais sustentáveis de consolidação da propriedade.	<p>Os acordos institucionais seleccionados teriam que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir alto nível de apoio político e atenção da opinião pública; • Proporcionar um mandato claro e focado, com um alto grau de autonomia; • Habilitar a Unidade ou uma potencial nova Direcção-Geral ou instituição para ser a referência reconhecida na fiscalização e propriedade das empresas estatais; • Habilitar a entidade para proporcionar consultoria estratégica para o Governo sobre as empresas estatais; • Presumivelmente, funcionários da Unidade das empresas estatais seriam transferidos para uma potencial nova instituição de propriedade.

Um aspecto adicional é relativo à estratégia de comunicação que pode aumentar a responsabilização das empresas estatais para com o Estado, outros proprietários, e público.

Submetendo as empresas estatais ao escrutínio externo poderá reforçar a reputação e percepção pública sobre a actividade destas empresas e poderá também contribuir para melhorar o desempenho. Além disso, quando os problemas são revelados, a divulgação pode ajudar a criar um maior ímpeto de mudança. As informações divulgadas pelas empresas estatais devem incluir demonstrações financeiras auditadas e relatórios não financeiros, incluindo a divulgação de políticas e de objectivos sociais.

A publicação anual dos relatórios de auditoria externa das demonstrações financeiras das empresas estatais é um factor fundamental para uma boa administração. As auditorias financeiras são essenciais para oferecer segurança para o proprietário e para o público uma vez que representam, adequadamente, a respectiva situação financeira e operacional das empresas. A publicação também é um forte factor de responsabilização.

Claramente, a responsabilização da gestão das empresas estatais seria significativamente melhorada através de uma maior transparência. As principais medidas que o Governo conta implementar incluem:

- Execução atempada e publicação de auditorias financeiras externas anuais para cada empresa estatal;
- A criação, pela Unidade de empresas estatais do MFP, de um portal temático sobre empresas públicas para publicar informações relevantes sobre aspectos jurídicos; informação financeira; governação; desempenho e aspectos não financeiros;
- Elaboração e publicação de um relatório anual consolidado sobre o *portfolio* das empresas estatais.

4.2.2.2 Flexibilização do Mercado Laboral

Cabo Verde realizou progressos substanciais na redução do desemprego na última década em resultado da implementação da agenda de transformação. A taxa de desemprego actual é estimada pelo INE em cerca de 12,2% (relativa a 2011). Há no entanto variações entre ilhas com população mais rural que enfrentam níveis mais altos de desemprego.

Identificam-se diversos factores que contribuem para a persistência de desemprego relativamente alto em Cabo Verde. As condições macroeconómicas desempenham um papel chave e entre os factores cruciais contam-se a produtividade total de factores negativa, deterioração dos termos de comércio, e procura negativa de emprego.

Conforme concluído num estudo recente do Banco Mundial³⁴, Cabo Verde tem um mercado formal de emprego com características alternadas mas todavia, em média, a legislação laboral pode ser considerada rígida e inibidora do investimento e, conseqüentemente, do emprego. Ainda segundo este estudo, Cabo Verde regista um mau desempenho no Índice de Eficiência do Mercado Laboral (“*Labor Market Efficiency Index*”) do Banco Mundial que mede a capacidade que as companhias têm de flexibilizar e gerir a força de trabalho. O índice é derivado dos

³⁴ Oliver Azuara and Rita Almeida. *Fostering Skills, Employability and Productivity To Promote Competitiveness In Cape Verde*. Banco Mundial, Maio de 2012. Estudo de enquadramento preparado para o processo DECRP III pelo Banco Mundial.

seguintes indicadores: (a) cooperação na relação empregador-trabalhador; (b) flexibilidade da determinação do salário; (c) rigidez do emprego; (d) práticas de contratação e despedimento; (e) custos de despedimento; (f) salário e produtividade; (g) dependência da gestão profissional; (h) fuga de cérebros (“*brain drain*”), e (h) participação feminina na força laboral. Cabo Verde está entre os piores classificados quando comparado com os países da África Subsaariana, a notação atribuída ao país é de 3.75 num máximo de 7 e está classificado em 30º de 35 países.

Tomando em conta dois dos indicadores como exemplos – a rigidez do emprego e os custos de redundância em semanas de salário – Cabo Verde necessita de reformas significativas do mercado laboral. A rigidez do emprego é calculada a partir da média de três sub-índices: dificuldade de contratação, rigidez de horários e dificuldade de despedimento. Neste indicador Cabo Verde classifica em 43º lugar de 57 países. O custo de redundância em semanas de salários toma em conta os requerimentos de pré-aviso, as indemnizações de rescisão, e as penalidades a pagar a um trabalhador redundante, expressas em semanas de salário. Cabo Verde é um dos países com maiores custos de redundância. O valor do índice de Cabo Verde é 93 – o que representa quase dez vezes mais do que países como a Argélia, Tunísia, Uganda e Maurícias.

Conclui-se então que Cabo Verde tem actualmente uma das legislações laborais mais restritivas do mundo. Embora o objectivo seja proteger os trabalhadores, a regulamentação excessiva promove a informalidade e incentiva a contratação de trabalhadores estrangeiros que representam actualmente uma parte substancial da força de trabalho total nas indústrias do turismo e construção. Adicionalmente, as normas demasiado rígidas reduzem a atractividade de Cabo Verde para investidores e inibem a criação de emprego por parte de firmas domésticas.

O país necessitará de empreender reformas significativas no plano do mercado laboral no sentido de fomentar a procura de emprego, reduzir o desemprego e tornar o mercado laboral mais fluido. Estas reformas são cruciais na medida em que, atendendo à estrutura demográfica do país, a força laboral deverá continuar a crescer com mais pessoas a entrarem na população activa. Todavia, as reformas necessárias não serão fáceis. Há necessidade de um diálogo nacional através de um processo de consulta entre Governo, sindicatos, sector privado e partidos políticos no sentido de encontrar um consenso que possibilite o suporte necessário para a formulação e implementação de uma agenda de reforma do mercado laboral em Cabo Verde.

4.2.2.3 *Melhoria da qualidade e relevância da educação e formação como factor de combate ao desemprego*

Associadas à questão do mercado laboral e do emprego estão as questões da educação, formação e produtividade. Um dos grandes ganhos de Cabo Verde tem sido inquestionavelmente a aposta na educação. Nos primeiros anos pós-independência, Cabo Verde apostou na democratização do acesso à educação primária e secundária. O país também investiu em formação técnico-profissional. Assistiu-se ao surgimento de mais oferta de formação universitária e maior acesso a cursos deste nível. A educação a todos os níveis desde primária até técnica e superior é actualmente amplamente disponível e acessível.

O sucesso em generalizar o acesso à educação criou novos desafios: qualidade e relevância. Melhorar a qualidade da educação a todos os níveis e aumentar a respectiva relevância é crucial

para a realização da agenda de transformação. O crescimento célere alcançado por Cabo Verde tem sido largamente devido a acumulação de capital à semelhança de outros países que também alcançaram estes níveis de crescimento. Para manter os níveis de crescimento e para diversificar a economia aumentando a competitividade, é necessário que o país aumente a produtividade. A construção de uma nova economia baseada na expansão da base produtiva e em serviços de valor acrescentado, conforme objectivado na agenda de transformação, só pode ser alcançada se Cabo Verde conseguir fornecer um capital humano altamente qualificado e produtivo.

Todavia, o rápido crescimento na oferta educativa pode colocar em causa a qualidade do sistema educativo. O sistema de controlo da qualidade e respectivos *standards* apenas agora começa a surgir e não foi criado antes da expansão das instituições educacionais. O processo de certificação é fraco e permitiu a instalação de instituições com diferentes graus de qualidade. Ligado a este desafio surge a questão da relevância. A falta de coordenação dos diferentes currículos e da oferta de cursos em relação às necessidades do mercado da agenda de transformação criou um desalinhamento entre a oferta educativa e as necessidades do mercado.

O resultado é que as empresas de Cabo Verde estão cada vez mais a identificar as qualificações laborais como um grande constrangimento. Em 2009, 49.2% das firmas responderam num inquérito que a força de trabalho pouco adequada é um grande constrangimento ao aumento da produtividade. Cabo Verde tem um desempenho pobre e encontra-se mal colocado em termos de médias da África Subsaariana e globais, onde as percentagens de empresas que apontam as qualificações laborais como um constrangimento são 22.2 e 27.1, respectivamente.³⁵

A falta de mão-de-obra qualificada é um constrangimento para investir em Cabo Verde uma vez que as empresas não têm incentivos para investir em países onde há escassez de trabalhadores com nível adequado de formação.³⁶ Para além de constrangir investimentos e perspectivas de crescimento, a mão-de-obra pouco qualificada tende a ser empregue em tarefas de baixa produtividade e também de auto-emprego sendo que não estão presentes as necessárias competências de gestão para o empreendedorismo de sucesso. Estas condições não são por isso favoráveis à agenda de transformação.

É necessária uma agenda de reforma, já corporizada no Plano Estratégico Integrado de Ensino Técnico e Profissional e Emprego actualmente em fase de conclusão, para o desenvolvimento de competências especialmente ao nível do ensino técnico-profissional com a necessária revisão de currículos e certificações. O Governo iniciou também esforços para colocar em funcionamento um sistema para rever o modelo de ensino superior. Estes esforços devem no entanto ser realizados de forma célere e estendidos a todo o sistema educacional. A necessidade de maior qualidade é premente desde o pré-primário até às universidades. A aposta passa também por garantir que a formação e programas a serem oferecidos pelo sistema educacional estejam alinhados com as necessidades do mercado e da agenda de transformação. Para esse efeito, o Governo promoverá a colaboração com o sector privado e irá modificar os mecanismos de financiamento para garantir o devido alinhamento entre a procura e oferta e garantir a

³⁵ *World Enterprise Surveys* do Banco Mundial, 2009 é o último ano com dados sobre Cape Verde. Fonte: <http://www.enterprisesurveys.org/Data/ExploreEconomies/2009/cape-verde#workforce>

³⁶ Oliver Azuara and Rita Almeida (2012).

sustentabilidade do sistema. Diversas medidas de política devem ser tomadas para enfrentar a problemática do desemprego, essencialmente orientadas para:

- Promoção de programas de desenvolvimento de competências especialmente para os grupos mais vulneráveis. Para promover a empregabilidade e criar uma força de trabalho mais produtiva, é importante iniciar o desenvolvimento de competências antes da entrada no mercado de trabalho através de currículos educativos mais relevantes, estruturas de governação adequadas, e financiamentos sustentáveis para programas de formação técnico-profissional;
- Reforçando a ideia de secções anteriores, reformar a regulação do mercado de trabalho para promover a procura de trabalho e tornar o mercado mais fluído/flexível no sentido de produzir melhores resultados na criação de emprego, especialmente para os mais vulneráveis;
- Reforçar os programas que promovam a empregabilidade dos mais vulneráveis através de políticas activas melhor focalizadas, incluindo serviços de emprego, intermediação e apoio ao empreendedorismo. Enquanto algumas intervenções, como a intermediação de trabalho e apoio ao empreendedorismo, requerem acção imediata, outras, incluindo o desenvolvimento de competências através da educação técnica e profissional (ETP), *on-job-training* e reformas na protecção dos trabalhadores, requerem a introdução de sistemas de avaliação de mérito de longo prazo e planeamento estratégico.

O Governo tenciona também expandir os programas que promovam a educação e formação para o empreendedorismo, especialmente para os mais jovens, tendo em conta que este é um dos principais factores para a promoção da inovação e criação de valor na economia.

4.2.2.4 *Melhorar a qualidade das infra-estruturas e serviços*

Os constrangimentos naturais de Cabo Verde emanam da insularidade, fragmentação e descontinuidade territorial. A fragmentação limita a capacidade de desenvolver um mercado unificado e aumenta o custo de factores exponencialmente. Um exemplo claro é a necessidade de investir em infra-estrutura de base em nove ilhas habitadas. O Governo investiu uma quantidade substancial de recursos durante a última década em infra-estruturas de transportes, energia e água. O país tem investido mais de USD147 milhões anualmente em infra-estrutura o que corresponde a 15% do PIB – entre os rácios mais altos continente.³⁷ A cobertura nacional aumentou substancialmente para todas as infra-estruturas desde água, electricidade, telecomunicações e transporte.

O investimento na construção de estradas, aeroportos, portos, extensão da rede de água, barragens, escolas, centros de saúde, hospitais e outra infra-estrutura necessária levou a um progresso socioeconómico significativo. Todavia, os constrangimentos relacionados com as infra-estruturas persistem. Em 2009, por exemplo, a percentagem de empresas que consideraram que o transporte e energia são grandes constrangimentos, de acordo com o inquérito de empresas

³⁷ Cecilia M. Briceño-Garmendia and Daniel Alberto Benitez (2011). *Cape Verde's Infrastructure: A Continental Perspective*. Africa Region, World Bank

do Banco Mundial, foi de 24 e 53.1, respectivamente.³⁸ Embora subsista a necessidade de mais investimentos para o desenvolvimento de infra-estruturas, um dos desafios cruciais nesta etapa é a gestão e governação regulatória para promover eficiências, aumentar a qualidade e reduzir custos.

No sector de transportes Cabo Verde realizou ganhos consideráveis. Todavia, há ainda muito a fazer para garantir que o sistema de transporte funcione de forma a reduzir assimetrias, facilitar a integração territorial e a movimentação de bens e pessoas. A necessidade de melhorias na governação e regulação é também premente. As regulamentações técnicas e económicas são débeis. Há uma ausência de coordenação a respeito da intermodalidade e uma falta de coordenação de horários entre o transporte aéreo e marítimo. A gestão e desempenho dos portos necessitam também de melhorias. No plano dos fornecedores de transporte marítimo, muitos são simplesmente demasiado pequenos, têm pouca capacidade e uma gestão insatisfatória. A maioria das empresas no transporte marítimo e aéreo enfrenta uma situação financeira precária. Há uma necessidade de investir em aumento de capacidade e de esforços deliberados no sentido de reestruturar e reorganizar o sector de uma forma que possibilite o surgimento de melhores operadores.

O Governo propõe-se a reestruturar a governação do sector com um plano de acção concreto para o desenvolvimento do transporte inter-ilhas (actualmente em fase de conclusão). O plano aponta a reformas profundas de políticas estruturais e regulatórias de forma a reduzir a burocracia e os encargos do sector dos transportes, fomentar a qualidade de serviço e proteger melhor os utentes. Estas melhorias procuram também agilizar a programação entre os distintos meios de transporte, alavancar um aumento da procura e conseqüentemente o número de frequências. Alcançar um sistema de transportes que garanta níveis de acessibilidade interna e externa é uma condição necessária para a viabilização de um modelo de especialização da economia em serviços, nomeadamente turismo, e também para garantir a coesão social e territorial num quadro de desenvolvimento sustentável.

De forma similar, no sector energético há necessidade de melhorar a qualidade e fiabilidade dos serviços e reduzir o respectivo custo. Isto irá incluir o fortalecimento do principal operador – Electra - e a melhoria do ambiente regulatório técnico e económico. O investimento em energias renováveis e em novas linhas de distribuição para reduzir os custos e perdas deverá continuar. Estes esforços devem no entanto ser acompanhados de mais melhorias na gestão e capacidade do sector para que as reformas actuais e futuras possam ser devidamente apropriadas e geridas.

Os mesmos desafios de gestão e de regulação são também enfrentados no sector das telecomunicações, incluindo telefones e internet. Cabo Verde tem realizado progresso em expandir o acesso a telefones, telemóveis e internet. Os custos têm reduzido substancialmente em anos recentes mas, tal como no fornecimento de água e energia, continuam entre os mais altos do mundo.

O tipo de decisão estratégica que foi tomada pelo Governo para reestruturar a gestão e regulação do sector da água e saneamento deverá ser tomada igualmente para a maior parte dos subsectores

³⁸ World Bank. *Enterprise Survey 2009*. Source: <http://www.enterprisesurveys.org/Data/ExploreEconomies/2009/cape-verde#infrastructure>

de infra-estruturas. Foi proposta uma agenda de reforma para o sector de água e saneamento para melhorar a eficiência, terminar com o papel muitas vezes duplicado entre diversas agências e instituições, garantir que a água é gerida como um recurso por uma agência capacitada com os devidos recursos, e garantir que todo o sector é regulado por uma única entidade. A reforma proposta também aponta a terminar com a fragmentação e promover a criação de sociedades intermunicipais provedoras de serviços de água e saneamento que tenham uma gestão tipo empresarial. O Governo estabeleceu uma Comissão de Reforma que lidera os esforços e está a planear o uso de cerca de dois terços dos recursos do segundo compacto do *Millenium Challenge Corporation* para as reformas neste sector. O modelo de reformas do sector de água e saneamento deve servir como exemplo para revisões estratégicas similares na gestão e regulação de outros subsectores de infra-estruturas.

4.2.2 Acelerar o crescimento através da diversificação económica

Associada às grandes reformas transversais mencionadas, é fundamental diversificar a economia com o desenvolvimento de *clusters* económicos. O país aponta a tornar-se um fornecedor de serviços de alto valor acrescentado no plano global. O DECRP III é uma oportunidade para definir a visão para os *clusters*, definir os objectivos de médio prazo (2012-2016) e propor uma agenda estratégica para os *clusters* baseada na revisão do contexto de desenvolvimento e da análise situacional. O remanescente deste capítulo apresenta uma síntese estratégica para cada um dos *clusters*, fruto do trabalho realizado pelos grupos temáticos criados no quadro da concepção do DECRP III segundo os *clusters* de competitividade identificados.

4.2.2.1 Agro-negócios

Análise da Situação Actual

A agricultura permanece o núcleo da economia rural e a chave para a redução da pobreza em Cabo Verde. Uma porção significativa da redução da pobreza em Cabo Verde resultou de investimentos no sector agrícola. O modelo de equilíbrio geral computável do Ministério das Finanças e do Planeamento demonstra claramente que o *cluster* agro-negócios tem o maior potencial de impacto na redução da pobreza quando comparado com os restantes *clusters*.

Os problemas e constrangimentos que enfrentam o *cluster* são multidimensionais e interrelacionados. Nem todos podem ser resolvidos em simultâneo ou no horizonte de implementação do DECRP III, no entanto intervenções focadas podem desenvolver áreas específicas com o potencial de promover a produtividade e o crescimento nas zonas rurais. Os investimentos no sector agrícola da última década resultaram em ganhos de produção e produtividade. Os esforços incidiram na gestão de irrigação, construção de barragens e reservatórios de água, expansão da irrigação gota-a-gota, introdução de novas tecnologias, serviços de extensão rural, construção de estradas rurais e aumento do acesso à microfinança.

Os resultados têm sido um aumento da produção agrícola em pequena escala e a expansão da irrigação gota-a-gota com orientação comercial. O subsector hortícola, por exemplo, tem registado grande evolução, com ganhos visíveis no aumento da produção e da produtividade,

motivando uma mudança gradual na estrutura do sector primário. A introdução de novas tecnologias na fileira hortofrutícola, designadamente, novas espécies e variedades mais produtivas, mais resistentes às pragas e melhor adaptadas às condições climáticas assim como a massificação de técnicas de micro-irrigação, culturas protegidas e hidropónicas permitiu ao subsector um aumento na produção em geral e nos rendimentos associados. Dados estimados pela DGPOG do Ministério de Desenvolvimento Rural (MDR), com assistência da FAO, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do INE referem que, em 2010, a produção total de hortícolas foi de 26.283 ton, destacando-se as produções de tomate (12.144 ton), cenoura (4.358 ton) e cebola (3.180 ton), representando no seu conjunto cerca de 75% da produção total de hortícolas. No que toca às raízes e tubérculos, segundo a mesma fonte, a produção em 2010 foi de 12.592 ton. A produção de raízes cobre todo o mercado interno, e a de tubérculos e batata comum satisfaz apenas cerca de 30% das necessidades de consumo. A fruticultura, segundo os dados mais recentes disponibilizados também pela DGPOG, assegura anualmente cerca de 10.363 ton de frutas, destacando-se as produções de banana, manga e papaia que representam cerca de 9.830 ton. Esta produção é considerada fraca, devido à predominância do regime de sequeiro para a maioria das fruteiras, com excepção da bananeira, papaieira e alguma mangueira.

Apesar do crescimento no sector, Cabo Verde produz hoje apenas 20 a 30 por cento do consumo interno de alimentos, importando o restante. Existe margem para expandir significativamente a produção do sector agrícola e garantir ligações com outros sectores para facilitar o desenvolvimento da economia rural. Um desses sectores é o turismo, onde o potencial de ligação com a cadeia de abastecimento agrícola pode ter um impacto decisivo no sector em Cabo Verde. Por exemplo, apesar de um aumento perceptível de produtos locais nos mercados, os ganhos recentes não se traduziram em empresas de serviços de alto valor acrescentado que envolvam o processamento, serviços de transporte inter-ilhas, ou ligações evidentes às grandes cadeias de turismo. Há potencial para aumentar a produção para consumo local, sector turístico e exportações, especialmente em determinados produtos de nicho.

Embora se identifique um tecto na capacidade do país produzir a uma escala que satisfaça as necessidades de consumo interno ou as necessidades do sector de turismo, há um potencial substancial no sector para a expansão da produção de algumas cadeias de valor (e.g. queijo de cabra, café, vinho e bebidas espirituosas, frutos e hortícolas, entre outros) para que este se torne uma fonte significativa de emprego, aumento de rendimento, inovação e de criação de empresas baseadas no meio rural. Em alguns casos, o problema não é somente o nível de produção. Há também questões ligadas ao transporte de produtos para os mercados – questões estas que envolvem uma miríade de variáveis tais como altos custos de transporte, falta de capacidade armazenamento em frio e outras formas de conservação, ausência de capacidade de processamento, assimetria de informação nos mercados, *standards* fracos de controlo de qualidade, e falta de certificação.

A realidade é que o sector agrícola continua estrangido. A taxa de adopção de irrigação gota-a-gota é ainda baixa. De facto, o número de hectares sob irrigação é limitado com a maioria dos agricultores a depender das chuvas. O acesso ao crédito continua a ser um constrangimento tal como em outros sectores da economia de Cabo Verde e o acesso aos mercados pelos agricultores é também um problema devido a: i) ineficiências no fluxo de produtos em resultado de estradas

em mau estado; ii) transporte pouco fiável e de alto custo; iii) ineficiências nos sistemas de logística para movimentar os produtos para o mercado. A fraca capacidade institucional e humana no sector afecta a gestão da água, a extensão rural e a pesquisa e desenvolvimento. As fraquezas dificultaram o desenvolvimento de cadeias de valor e, especialmente, o crescimento de subsectores chave tais como criação de gado. A fraca capacidade institucional impacta também na possibilidade de ter certificação (qualidade e origem), de promover a transformação da agricultura num negócio, e de penetrar no sector do turismo através do fornecimento às grandes cadeias de hotéis presentes no país. O acesso ao mercado doméstico e aos operadores no sector de turismo é um pré-requisito para garantir que a agricultura se torna um sector chave para o crescimento. Em suma, o sector enfrenta diversos constrangimentos (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 – Análise SWOT Agro-negócios

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Abundância das águas superficiais; o potencial estimado em 181 milhões de metros cúbicos é três vezes maior do que o potencial explorável das águas subterrâneas; • Recursos humanos jovens e qualificados; capacidades de formação profissional para agricultura, <i>know-how</i> e conhecimento dos agricultores. • Emergência de organizações rurais e federativas. • Existência de institutos de pesquisa (INIDA) e de formação (Universidades, Escola Nacional de Hidroponia); tecnologias de captação e conservação da água; técnicas agro-florestais e silvo pastoris; apoios técnicos privados. • Existência de instituições financeiras, incluindo micro finanças. • Emergência do sector privado a montante e a jusante da produção. • Expansão das infra-estruturas rurais para o acesso aos recursos e aos mercados; barragens/reservatórios; centros de inspecção e conservação de produtos agrícolas. • Processo de descentralização; vontade de reforçar a cooperação regional, sub-regional e internacional (recursos, formação, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraqueza de recursos naturais (hídricos, fundiários e de biodiversidade) e da respectiva gestão sustentável. • Insularidade, pressão demográfica • Fraca organização dos produtores/agricultores. • Falta de tecnologias adaptadas aos sistemas de produção específicos das zonas agro-ecológicas. • Existência insuficiente de animais de raças melhoradas e, predomínio da tecnologia tradicional neste subsector. • Fraca valorização dos produtos, inadequação e limitações de acesso ao crédito rural, fraca diversificação das actividades e rendimentos. • Fraqueza dos serviços de investigação agrária e de extensão rural - carência de assistência técnica aos agricultores. • Baixo nível de formação e escolaridade dos produtores. • Irregularidade de ligações nos transportes marítimos. • Inexistência da cadeia de frio. • Deficiente manutenção, gestão e exploração dos perímetros florestais. • Fraca articulação inter e intra institucional. • Falta de pesquisa e desenvolvimento. • Ausência de uma política fundiária eficiente. • Ausência de uma política de crédito para o financiamento de actividades agrícolas rentáveis e dificuldades de acesso ao capital financeiro por actores do sector agrícola. • Falta de seguimento dos mercados e pesquisa de mercado (<i>market research</i>).
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Mercado de turismo em forte expansão. • Existência de um mercado da diáspora que oferece grandes oportunidades de negócios devido ao valor atribuído aos produtos “di terra” / “niche”. • Cabo Verde como membro da OMC. • Situação geo-estratégica de Cabo Verde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças climáticas; secas/inundações. • Surgimento de novas pragas e doenças. • Conjuntura económica internacional. • Dificuldades na mobilização de fundos necessários.

Visão para o cluster Agro-negócios

A agricultura é o meio de subsistência para muitas pessoas a viver no meio rural. O sector é chave para alcançar a visão nacional de construir “uma nação inclusiva, justa e próspera para

todos”. Sem um sector agrícola robusto e modernizado, uma alta percentagem da população residente nas zonas rurais será deixada à margem da economia, a pobreza irá crescer, a desigualdade irá subir e Cabo Verde não atingirá a visão proposta.

O *cluster* de agronegócios é por isso um elemento crucial para a realização da visão de desenvolvimento de longo prazo e tendo em conta este facto, Cabo Verde aponta a construir um sector agrícola moderno e robusto que seja capaz de aumentar a produtividade e competir no mercado interno e global focando as exportações em determinados produtos de nicho. A visão para o sector é modernizar a agricultura por forma a possibilitar sustentabilidade e segurança alimentar assim como o *empowerment* dos produtores. Isto inclui a construção de um *cluster* que seja cada vez mais apto a responder e contribuir para o crescimento económico.

Agenda Estratégica para Agro-Negócios

Há uma necessidade de intervenções incisivas orientadas para o desenvolvimento de cadeias de valor de determinados produtos e para o provimento de uma estrutura holística e integrada de apoio. A pesquisa aplicada e serviços de extensão rural, o desenvolvimento de sistemas transaccionais de mercados e o apoio ao desenvolvimento da fase pós-colheita vão ser áreas chave de intervenção em conjunto com acções para explorar o potencial do turismo nas áreas rurais. Ao longo do período de implementação do DECRP III procurar-se-á aprofundar os programas actuais e implementar novas acções orientadas para o mercado de forma a enfrentar as fraquezas já apontadas.

A estratégia deve incluir: (i) reformas de políticas e institucionais; (ii) acelerar a implementação do Programa Nacional de Investimento na Agricultura (PNIA); e (iii) acções para promover a competitividade e a criação de uma nova classe empresarial no sector.

Cabo Verde realizou investimentos substanciais na última década em infra-estruturas agrícolas. A prioridade actual é como melhor rentabilizar os investimentos já existentes – condição necessária para facilitar o desenvolvimento célere do sector de agricultura. As reformas de política e institucionais vão incluir:

- Reforço das organizações de agricultores e promoção de cooperativas;
- Desenvolvimento de serviços financeiros adaptados ao investimento na agricultura;
- Melhoria das estruturas e da organização dos mercados;
- Reestruturação e reforço da investigação aplicada e especialização dos serviços de extensão rural;
- Reforço da produção, análise e difusão das estatísticas sectoriais.

Outro elemento chave da agenda estratégica é o desenvolvimento do sector agrícola através da implementação e operacionalização rápida do programa nacional de investimento agrícola (PNIA). Alguns elementos chave do programa que podem ser acelerados durante o período de 2012-2016 incluem: mobilização da água e promoção da irrigação; desenvolvimento das fileiras agrícolas; gestão de outros recursos naturais (pecuária, florestas e pescas); pesquisa desenvolvimento e difusão de novas tecnologias de produção; gestão das crises alimentares e outras catástrofes naturais; e reforço institucional.

Estas acções não podem ser implementadas sem programas focados na construção do *cluster* agró-negócios. O desafio que está a emergir actualmente é como lidar com a variabilidade de produção por parte de alguns agricultores tendo em conta que a logística (armazenamento em frio, processamento e transporte) é inadequada. No período do Verão de 2012 voltaram a verificar-se situações de colheitas abundantes (cebolas e bananas) que foram deixadas a apodrecer tendo em conta a saturação do mercado na ilha onde foram produzidas. Resolver estes problemas em simultâneo com o aumento da produtividade requer um programa estratégico de acesso ao mercado que inclua o desenvolvimento e implementação de medidas para enfrentar os desafios da conservação pós-colheita, controlo de qualidade e logística. É também crucial que o programa assista os agricultores em empreender tarefas de pesquisa de mercado para conhecer quais os produtos que o mercado está a necessitar no momento.

Os agricultores não podem ser deixados sem assistência perante a variabilidade dos mercados. Há necessidade de actividades de apoio que identifiquem quais os produtos a produzir no sentido de enfrentar a questão da logística e da cadeia de valor e também os desafios do controlo de qualidade e certificação, processamento, marketing e vendas. Simplesmente providenciar acesso a mais água e *inputs* para aumentar a produtividade não é suficiente, é necessária uma iniciativa integrada de competitividade do mercado de agro-negócios que envolva as instituições do sector (MDR, ADEI, Municípios, etc) e focalize os agricultores no aumento da produtividade, promova uma base produtiva mais ampla e salvguarde o acesso ao mercado.

Uma abordagem integrada de competitividade vai requerer colaboração e coordenação institucional focadas em actividades orientadas para o mercado e que facilitem a organização em *cluster* enquanto abordagem para aumentar a competitividade, permitindo a difusão/adopção de inovações, ganhos de escala (cooperativas, associações de produtores) e desenvolvimento de empresas conexas de distribuição, transporte e comércio. Devem ser analisados os segmentos de mercado e produtos que eventualmente poderiam beneficiar do processo de aglomeração. Para esse efeito, as fileiras identificadas devem ser objecto de avaliação para determinar os segmentos onde as vantagens em termos de competitividade justificariam a implantação de um *cluster*. O objectivo será o de seleccionar vários produtos e trabalhar com os agricultores na pré-produção, produção/pós colheita, transformação/comercialização, e mercado final (Figura 4.3).

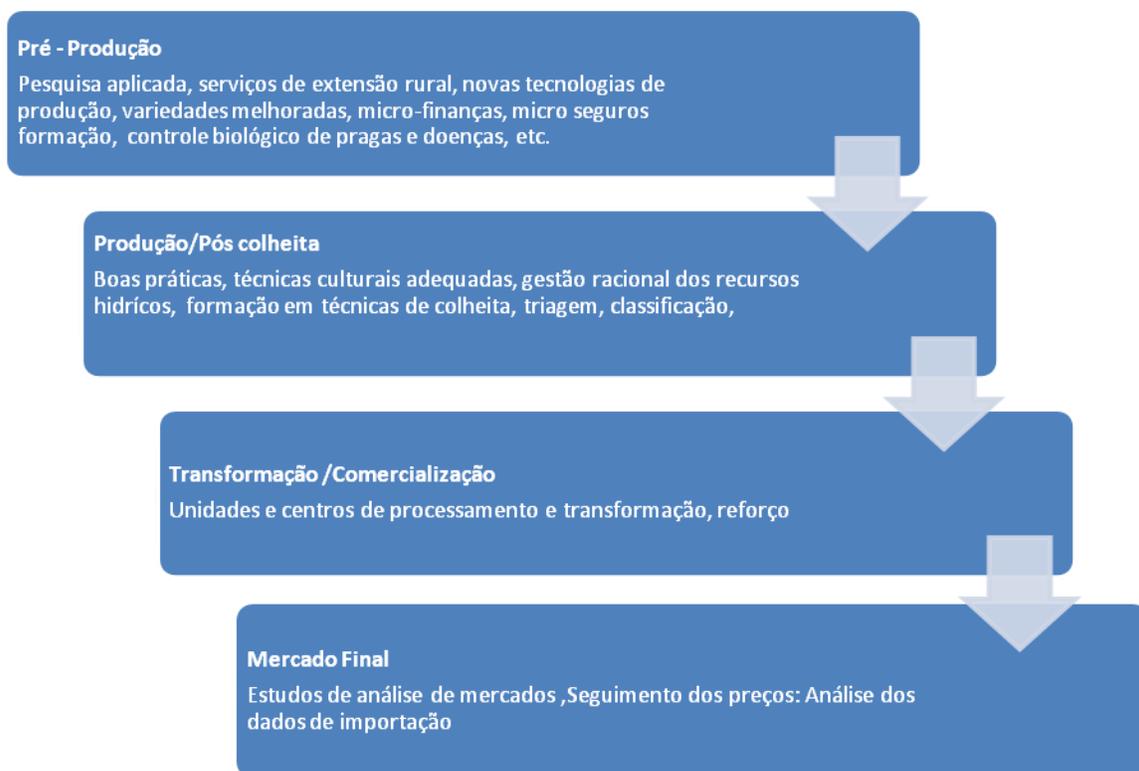


Figura 4.3 – Cadeia de valor de agro-negócios

4.2.2.2 Turismo

Análise da Situação Actual

O turismo é o motor do crescimento económico em Cabo Verde. Ao longo da última década, conforme sublinhado em secções prévias, tornou-se no sector mais importante da economia representando cerca de 60% das exportações totais, 20% do PIB e cerca de 90% do IDE em 2011. É também um dos principais geradores de emprego tal como os sectores associados de construção e imobiliário. O objectivo actual passa por manter o crescimento, diversificar a oferta e a origem dos turistas, aumentar os benefícios locais da cadeia de valor e gradualmente promover um turismo de valor acrescentado. O sector tem um grande impacto no crescimento e a formação técnica associada poderá gerar mais oportunidades de emprego a vários níveis.

Dados do INE de 2011 indicam que existem 195 estabelecimentos hoteleiros, 7901 quartos e 14076 camas. No mesmo ano cerca de 475 mil turistas visitaram Cabo Verde, com a ilha da Boa Vista a receber cerca de 39%, a ilha do Sal cerca de 35% e a ilha de Santiago cerca de 13%. No que toca à estrutura de gastos de turismo, aproximadamente 57% são efectuados em Cabo Verde e os restantes na origem. De acordo com o Inquérito aos Gastos e Satisfação dos Turistas de 2011 (INE), a avaliação geral de Cabo Verde pelos turistas foi positiva com cerca de 34,1% a classificar a estadia como muito boa, 48,9% a classificar como boa, 15,5% como razoável, 1,3% como má e 0,2% como muito má.

Cabo Verde encontra-se entre os mercados turísticos que mais cresceram no mundo. Os benefícios económicos e impactos foram significativos. Todavia, há margem para melhorias. O crescimento tem ocorrido apesar dos desafios enfrentados e entre estes destaca-se a gestão e planeamento do sector. O planeamento e implementação de estratégias sectoriais são fragmentados entre diversos stakeholders - CVInvestimentos, Câmaras de Comércio, Direcção Geral de Turismo, Sociedade de Desenvolvimento Turístico da Boa Vista e do Maio (SDTIBM). A articulação entre os sectores público e privado é bastante fraca e o papel da administração local no sector não é claro. Esta realidade tem levado a fragmentação e não tem favorecido uma gestão integrada resultando assim em ineficiências.

A fraca gestão do sector tem sido um factor de ineficiências dado que a capacidade de formular e implementar a estratégia é menor do que a necessária nesta fase de desenvolvimento. A capacidade inadequada transparece na promoção e marketing, processamento de dados e análises associadas que suportem a tomada de decisões, fraca capacidade de regulação e falta de diversificação e oferta de produtos. A questão de diversificação surge a vários níveis: (i) a oferta parece demasiado focada no produto sol e praia nas ilhas do Sal e Boa Vista apesar das potenciais alternativas; (ii) a participação de pequenos operadores locais no sector tem sido limitada; (iii) existe uma excessiva concentração do sector tendo em conta que mais de 70% das chegadas de turistas são responsabilidade de apenas dois operadores que têm uma forte integração vertical; (iv) a concentração também é verificada a respeito dos países de origem dos turistas que visitam Cabo Verde.

Por outro lado, a gestão do ciclo de investimento estrangeiro e os trâmites associados constituem um processo burocrático, pouco eficiente e moroso. O custo de serviços chave como fornecimento de água, energia e transportes continua significativamente alto e a qualidade é débil em comparação com países competidores. O sistema de transportes é um exemplo desta realidade uma vez que o transporte aéreo inter-ilhas é dispendioso e as ligações por transporte marítimo continuam a exigir grandes melhorias, facto que constrange o movimento de turistas de uma ilha para a outra e tornam difícil e oneroso o transporte de bens no mercado doméstico.

Outros elementos do ambiente de negócios com implicações significativas no sector de turismo incluem o processo de registo e notariado que não é célere, a dificuldade no acesso ao crédito especialmente por parte de operadores nacionais, e o mercado laboral rígido com efeitos directos nos custos e produtividade. O desafio é amplificado pelos recursos humanos com poucas qualificações e por um sistema de educação/formação que não está optimizado para introduzir as competências necessárias para uma indústria de serviços como o turismo. De forma semelhante, serviços sociais inadequados colocam um problema nas principais ilhas turísticas. A falta de oferta de serviços de saúde e habitação condigna é visível nas ilhas do Sal e Boa Vista tendo em conta o influxo de migrantes de outras ilhas e emigrantes da costa oeste de África para trabalhar no sector.

Visão para o Cluster do Turismo

O turismo vai continuar a ser o principal motor de crescimento e o objectivo da agenda para a transformação e do Programa de Governo para a VIII Legislatura é promover um turismo de alto valor acrescentado. O objectivo passa por transformar de forma célere o sector no sentido de o

integrar de melhor forma com a envolvente local e garantir a transmissão de benefícios para a economia e população.

No médio e longo prazo a visão é de construir “Um turismo competitivo e sustentável de alto valor acrescentado, centrado no segmento médio/alto, e ancorado nas indústrias e serviços produzidos localmente”. A visão é traduzida em objectivos específicos para o horizonte de planeamento do DECRP III (2012-2016).

Agenda Estratégica para o Turismo

É esperado que o sector do turismo continue a crescer apesar dos desafios colocados pelo abrandamento económico global e a crise financeira da Zona Euro. Os objectivos de política para o período de planeamento (2012-2016) são de acelerar a taxa de crescimento e melhorar a qualidade e resiliência do sector do turismo. Isto inclui a aposta na diversificação, aumento substancial dos benefícios para a economia e população, expansão da ligação com outros sectores, e mitigação e minimização dos impactos sociais e ambientais. Realizar estes objectivos de política requer uma agenda estratégica robusta.

O DECRP III propõe-se a implementar uma agenda estratégica de oito pontos para transformar o sector de turismo:

- Gestão e governação do sector;
- Mercado e diversificação do produto;
- Marketing e promoção;
- Melhoria dos serviços de infra-estruturas;
- Educação: sensibilização e competências relevantes;
- Vistos de entrada e financiamento do sector;
- Acesso ao crédito;
- Protecção social e ambiental.

Gestão e Governação do Sector

A gestão e governação do turismo enfrentam diversos desafios. Não existe um líder designado entre todos os que intervêm no sector. Há necessidade de uma agenda de reforma que procure racionalizar o enquadramento institucional e realizar uma reorganização fundamental para concretizar a visão e os objectivos desenhados para o sector. Tal agenda de reforma deve facilitar a melhoria da gestão do sector, incluindo a formulação e implementação de políticas e deve também melhorar a capacidade de gerir e governar eficientemente em simultâneo com a reforma e melhoria do ambiente regulatório.

Para efeitos desta reorganização, que mobilize também o sector privado, a reestruturação deverá ser precedida de uma perícia especializada que possa diagnosticar quais as fraquezas do sistema actual e avançar uma proposta sólida para a remodelação em que conste um plano de implementação. Poderá ser privilegiada uma lógica de “gestor de negócio” que retire a fragmentação e unifique o maior número de competências numa só agência ou autoridade que responda efectivamente por diversas responsabilidades. Este modelo é semelhante à organização

do sector do turismo em muitos outros países onde existe uma agência de desenvolvimento do turismo encarregue do desenvolvimento e gestão integrada da actividade.

Existe todavia o reconhecimento que a gestão política do turismo deverá permanecer no Ministério da tutela e deverá pautar-se por uma coordenação constante com outros níveis pertinentes à governação da actividade, nomeadamente os Municípios e sector privado. Há necessidade de resolver a ambiguidade entre regulação técnica e fiscalização (e respectivos intervenientes) nomeadamente no que toca à gestão *ex post* da conformidade dos investimentos à luz do projecto proposto e aprovado. Algumas medidas associadas podem ser a implementação de um código de conduta e o necessário reforço da fiscalização.

Este tipo de gestão e governação integrada do sector podem facilitar a efectiva regulamentação da actividade turística, a criação de uma ponte com o sector privado e a colaboração e coordenação acrescida entre todos os *stakeholders*, incluindo Municípios. Adicionalmente, a reforma da governação e gestão do sector do turismo deve apontar a promover:

- Um Balcão Único de Investimentos para potenciais investidores, com apoio garantido desde o início e durante toda a gestão do investimento;
- Redução substancial do tempo e burocracia para os investidores;
- Transparência no processo de investimento/aprovação de projectos de uma forma que os *stakeholders* possam seguir os processos do início até ao final de forma interactiva com recurso a tecnologias de informação;
- Capacidade institucional de formulação e implementação de políticas, gestão e regulação do sector, e para empreender uma promoção global utilizando abordagens inovadoras e ferramentas mais eficientes a nível de custos;
- Mais recursos através de uma fonte dedicada de receitas para desenvolvimento do sector.

A reforma institucional deve também incluir a racionalização dos incentivos e o desenvolvimento de um mecanismo para a respectiva gestão, com regras claras para os direitos e responsabilidades dos investidores. As reformas devem também promover a celeridade e uniformidade de resposta a nível nacional e local - a criação do Balcão Único de Investimento com o devido ênfase em tecnologias de informação e comunicação pode ser um passo firme nesse sentido. As TIC apresentam-se aliás como uma oportunidade para implementar um sistema que prime pela integração, transparência e celeridade.

Diversificação do Produto

Cabo Verde está a tornar-se por definição num destino de sol e praia com ênfase no modelo de *all-inclusive*. Este mercado necessita de ser consolidado e explorado, mas há necessidade de desenvolver diferentes produtos e nichos para diversificar o produto turístico do país através de uma estratégia assertiva de consolidação e diversificação, assente em premissas pragmáticas que activem os factores de vantagem comparativa e competitiva de Cabo Verde e que tenham em conta a devida segmentação da procura de turismo em Cabo Verde. Os novos segmentos de mercado a focar podem incluir (i) jovens (tipicamente acompanhando as famílias, apresentam excelente potencial de regresso ao país no futuro); (ii) as famílias (clientes tipo dos pacotes sol e praia nos resorts); (iii) os seniores (apetência por produtos alternativos e com fortes requisitos a

níveis de serviços de saúde e acessibilidades); e (iv) os turistas temáticos (turismo cultural, de natureza, desportivo, e rural).

A estratégia para ampliar o mercado e diversificar os produtos irá ter em conta três elementos chave. O primeiro é a consolidação do produto turístico actual de sol e praia. A abordagem será o aumento do valor acrescentado dos serviços actuais através da promoção de actividades complementares (e.g. náuticas, desportivas, etc). O segundo irá focar-se no reforço da componente cultural de Cabo Verde no produto turístico. As acções convergem muito com iniciativas propostas ao abrigo do *cluster* de economia criativa e podem incluir medidas como a definição clara do produto actual e potencial. É necessário também apostar em mecanismos de controlo da qualidade e regularidade do produto turístico e na qualificação dos agentes envolvidos na oferta turística. Afigura-se importante uma agenda para a “empresarialização” da cultura e de um novo enquadramento para a lei do Mecenato. O terceiro elemento é a diversificação para novos nichos através de uma abordagem pró-activa para mobilização de parcerias e investimentos em áreas de alto potencial de acordo com o perfil dos segmentos de procura. As áreas possíveis incluem o turismo de natureza, cultural, de cruzeiro, e turismo de saúde (e.g. oferta de talassoterapia para atletas de alta competição, turismo para seniores).

Como parte da estratégia de diversificação há necessidade de explorar o continente africano e outros mercados novos tendo em conta o potencial grande no continente que agora emerge. Cabo Verde pode apontar a esse potencial através do desenvolvimento de estratégias específicas de *marketing* em países africanos com uma população substancial da classe média. A CEDEAO e o mercado luso-africano podem nesse sentido constituir uma boa aposta. Afigura-se interessante ter também alguma promoção com vista à Ásia (tendo em conta a população e o respectivo peso na economia global) e América do Sul (tendo em conta a proximidade e laços históricos).

Promoção e Marketing

A diversificação com sucesso no mercado requer marketing e promoção extensa. Cabo Verde necessitará de implementar uma nova estratégia para a promoção e comercialização dos produtos turísticos. A marca nacional que foi criada em anos recentes não é suficiente, terá que ser um processo mais inclusivo e compreensivo com a devida análise do respectivo impacto.

O marketing actual e os esforços de promoção necessitam de melhorias e podem beneficiar de recursos adicionais e uso intensivo de novos meios, incluindo redes sociais. Tal estratégia e abordagem podem beneficiar de uma lógica de estratégias de baixo custo e alto impacto recorrendo às tecnologias de informação. Uma iniciativa possível seria um *showroom* virtual de Cabo Verde) que reflectisse a promoção do produto turístico de uma forma integrada não dividindo entre mercado interno e externo entre entidades diferentes e providenciasse um ponto de referência *online* de informação sobre Cabo Verde.

Garantir o sucesso da estratégia de marketing e promoção requer também esforços para diversificar e diluir a concentração excessiva de domínio de mercado por poucos operadores. Isto poderá ser conseguido por exemplo através da promoção de um *tour operator* nacional de referência em moldes de parceria público privada. Tal operador poderia contribuir para reforçar a cadeia de valor do turismo de oferta nacional, através de um espaço de divulgação e reservas para

operadores turísticos nacionais. Este operador poderia também apostar fortemente em tecnologias de informação (e.g. visualização virtual do quartos e instalações dos estabelecimentos); e em promover linkages com outros *clusters* nacionais (e.g. transporte, cultura, agricultura, pescas, desportos, artesanato e entretenimento).

O marketing e a promoção do país como um destino turístico devem engajar e envolver a diplomacia do país. O facto é que Cabo Verde não deve continuar a executar a diplomacia tradicional, antes pode e deve utilizar os postos diplomáticos como instituições de suporte no marketing e promoção do país como destino turístico ou para investimentos. A diplomacia económica deve tornar-se uma prioridade central para os diplomatas cabo-verdianos e neste sentido será necessário a promoção de adidos económicos e comerciais em alguns dos mercados chave. As embaixadas com este papel devem trabalhar em estreita coordenação com o gestor de negócio do turismo no sentido de promover abordagem integrada.

Por último, há necessidade de garantir uma oferta de qualidade para fortalecer a marca. Neste sentido, há necessidade de desenvolver e implementar programas de apoio à certificação de empresas e produtos de origem Cabo Verde. Tais programas poderiam estar alicerçados no futuro Instituto de Gestão da Qualidade com forte participação de outros stakeholders como a ADEI. A Parceria Especial com a União Europeia, especificamente o *dossier* respeitante à convergência técnico-normativa, é um input fundamental para diagnóstico e implementação dos próximos passos.

Custo e qualidade dos inputs

Um factor crucial na competitividade do sector é o custo dos *inputs*. O Governo realizou investimentos substanciais ao longo da última década para expandir a cobertura da infra-estrutura e melhorar a respectiva fiabilidade. Todavia, subsiste uma inadequação especialmente no que toca à gestão, custo e qualidade. A energia, água e saneamento e transporte continuam a ser inadequados e dispendiosos reduzindo assim a competitividade do país.

Um dos grandes desafios é o transporte que afecta toda a actividade económica em Cabo Verde e é um constrangimento ao desenvolvimento de um mercado nacional integrado. Será importante aumentar a eficiência dos portos e promover um transporte marítimo inter-ilhas fiável e complementar às ligações aéreas. Será também importante melhorar o acesso internacional a Cabo Verde e implementar as condições para concorrência livre e total no mercado de transporte aéreo especialmente em determinadas rotas actualmente em lógica de duopólio. Um dos objectivos cruciais será trazer novos operadores aéreos a Cabo Verde que consigam dinamizar o tráfego internacional para os aeroportos internacionais do país. Nesse sentido é importante dinamizar a companhia aérea nacional e ligar o respectivo *business plan* com as prioridades do plano de desenvolvimento do turismo.

A questão da logística é também um dos importantes desafios com implicações na ligação entre o turismo e outros sectores da economia. Não há companhias de logística de referência em Cabo Verde que possam facilitar e providenciar ligações entre produtores e consumidores e nesse sentido será importante a promoção de uma empresa de logística e distribuição que facilite o armazenamento e distribuição em escala da produção de sectores como agrícola, pesca e

pecuário. Isto é, uma empresa de logística e distribuição que marque a participação inicial e efectiva do Estado em promover uma solução para a questão da falta de escala e alto custo de logística em Cabo Verde.

Educação: competências e sensibilização pública

Apesar dos investimentos e reformas, há necessidade de reforçar a qualidade e diversidade da oferta educativa de uma forma integrada e logo desde a escola primária. As carreiras do ensino convencional e profissionalizante devem colocar maior ênfase na criação de competências, incluindo as línguas estrangeiras, TICs, e história. Afigura-se fundamental a aposta em inglês e francês nos currículos escolares e o reforço de competências em tecnologias de informação é também uma condição necessária a uma mão-de-obra competitiva e versátil. O ensino da História é fundamental à vertente de qualificação da oferta cultural do país. A via profissionalizante deve surgir como clara opção aos alunos e deverá existir uma atenção à sensibilização dos formandos quanto à realidade económica da ilha em que se encontram para promover, também do lado para procura, o alinhamento com as oportunidades económicas existentes.

A juntar ao desenvolvimento de competências, identifica-se também a necessidade de sensibilizar a população em geral para a importância do turismo na economia e construir uma consciência cívica de boas práticas nos serviços associados ao sector e respectivo acolhimento dos visitantes.

Acesso ao Crédito

O acesso ao crédito é reconhecidamente um constrangimento em Cabo Verde e transversal a todos os sectores. Tendo em conta a importância do turismo em Cabo Verde, há necessidade para implementar uma nova estratégia de financiamento. O Estado deverá ter um papel decisivo e agressivo em facilitar e reduzir o custo de acesso ao capital para pequenas iniciativas ligadas ao sector do turismo. Tal abordagem deverá incluir:

- Criação de veículos de financiamento, especificamente um Fundo, que procure criar uma massa crítica de todas as fontes possíveis de financiamento para projectos de turismo de PME's nacionais – bancos, fundos, instituições financeiras e fundações, fundos soberanos;
- Criação de capacidade institucional que consiga fazer a ponte entre os grandes “pools” financeiros institucionais internacionais para o sector privado e os projectos turísticos nacionais;
- Criação de mecanismos de garantia para créditos (e.g. através da criação de um potencial fundo de garantia de acesso ao investimento privado);
- Acomodar mecanismos de contingência que permitam às PME's do sector o acesso a mecanismos de emergência como linhas de crédito e/ou garantias para enfrentar eventuais choques (internos e externos).

Vistos e Financiamento do Sector

O processo de emissão de vistos e os respectivos requerimentos devem ser harmonizados. Actualmente, os custos de obtenção de um visto através das missões diplomáticas de Cabo Verde e nos aeroportos e pontos de entrada não são harmonizados. O processo não é ágil para muitas

nacionalidades uma vez que o número de países nos quais há missões diplomáticas do país é limitado. Este facto cria custos adicionais para quem tem que candidatar-se através de correio e nos aeroportos o problema principal é a celeridade do serviço. Em alguns casos, leva horas, especialmente se houver demasiadas pessoas a chegar no mesmo voo com necessidade de requisitar um visto.

O processo de vistos pode ser revisto especialmente para turistas. Os requerimentos podem ser alterados e o processo pode ser simplificado e desmaterializado. Os turistas podem ter autorização de entrada sem visto e pagar a respectiva taxa no hotel ou até via electrónica com um certificado digital como prova de pagamento.

O sistema proposto pode reduzir o custo de administrar um visto. As receitas do custo do visto menos os custos de colecta podem ser consignadas ao desenvolvimento do sector e atribuídos a uma instituição líder a cargo do desenvolvimento do turismo. Uma fracção importante deste valor poderia ser afecto especificamente a actividades ligadas às estratégias de promoção.

Protecção Social e Ambiental

O turismo aporta impactos sociais e ambientais significativos e nesse âmbito é importante apostar em programas focados na mitigação de fenómenos sociais negativos gerados pela actividade. A problemática deverá ser devidamente acautelada na estratégia sectorial do turismo e ter a contribuição e aporte de diversos programas sectoriais (e.g. Programa Turismo Seguro; Programa Casa para Todos; promoção de estratégias de responsabilidade social junto dos grandes operadores turísticos). Uma outra área chave é a sustentabilidade ambiental. O Governo deve continuar a implementar um programa transversal de governação ambiental na gestão dos equilíbrios ambientais e de biodiversidade de forma a promover a conservação da natureza e uma boa gestão dos recursos naturais. É necessário também salvaguardar os serviços sociais e de suporte através da promoção de empreendimentos de habitação de interesse social em ilhas cuja capacidade de absorção de novos trabalhadores para a indústria não é suficiente. Neste sentido, é importante envolver os operadores privados para que activem e implementem estratégias de responsabilidade social de intervenção activa na comunidade em colaboração com os Municípios. Outro exemplo é a provisão de serviços de saúde. Deverá ser reforçada a oferta de cuidados de saúde primários nas ilhas com massa crítica significativa de turismo, principalmente Sal e Boa Vista.

4.2.2.3 *Economia Marítima*

Análise da Situação Actual

O cluster marítimo é referido de forma comum com o hiper cluster tendo em conta a aglomeração de diversas actividades. Este *cluster* inclui: (i) registo e desembarço de navios; (ii) transbordo de contentores; (iii) tranbordo de pescado; (iv) pescas; e (v) bunkering. A agenda de Cabo Verde para desenvolver actividades baseadas no mar é alimentada pelo facto básico que o oceano é o único recurso que existe em abundância e tendo em conta a localização estratégica, o objectivo é transformar o oceano numa vantagem competitiva e usá-lo para o desenvolvimento de uma série de actividades económicas.

O *cluster* tem ganho importância no tecido económico visto que actualmente as pescas representam a mais importante base de bens transaccionáveis para exportação do país. O *bunkering* tem registado um crescimento contínuo ao longo da última década apesar do facto de que os produtos petrolíferos são mais caros em Cabo Verde quando comparados com competidores mais próximos (e.g. Las Palmas). Os portos de Cabo Verde têm também registado um crescimento substancial em tráfego. Entre 1998 e 2011, o ritmo anual de crescimento foi de 17% para o movimento de contentores e 9% em termos de volumes processados. O movimento de passageiros entre 1998 e 2011 cresceu em média cerca de 7% ao ano.

O volume de tráfego internacional de contentores cresceu de 27% em 1998 para 40% em 2011. Em percentagem do total, o tráfego de contentores cresceu de 16% para 24% no mesmo período. A mudança no sentido da “contentorização” ocorreu principalmente desde 2003. Os dois principais portos (Praia e Mindelo) recebem cerca de 75% do tráfego e Cabo Verde começou também a participar embora de uma forma ténue no transbordo de mercadorias.

Em termos de produtividade, os portos de Cabo Verde estão em desvantagem contra competidores directos e muitos outros portos na África Subsaariana. Por exemplo, o tempo de retenção para um contentor é 15 dias em Cabo Verde quando comparado com os 7 dias de Dakar. A taxa de retenção de Cabo Verde está entre a mais alta dos principais portos na África Subsaariana. A produtividade média é de 6 toneladas processadas por hora e isto é cerca de 60% abaixo da média dos principais portos da mesma região. A baixa produtividade afecta todos os subsectores do *cluster* de economia marítima.

Outro desafio comum enfrentado pelos vários subclusters da economia marítima é o fraco ambiente institucional que, incluindo políticas e capacidade regulatória, é considerado fragmentado e débil. Há demasiados actores com papéis pouco claros e o resultado é duplicação e burocracia excessiva com instituições que não estão aptas a coordenar e articular uma visão, formular uma estratégia robusta e desenhar um plano de acção para desenvolver o *cluster*. Outros desafios institucionais enfrentados pelo *cluster* de economia marítima são:

- Inexistência de coordenação/articulação permanente de políticas públicas ligadas ao “*cluster*”;
- Insuficiência de processos dinâmicos promotores da produtividade (comunicação, cultura organizacional, gestão de negócio, avaliação de desempenho);
- Mecanismo inadequado de financiamento das instituições públicas;
- Excessiva centralização/concentração de competências/poderes administrativos na administração central;
- Administração pública com deficiente enfoque na perspectiva de negócio (e focada em procedimentos formatados);
- Fraca aproximação entre a administração pública/utentes/donos do negócio;
- Défice de formação, regulação e inspecção da actividade de mergulho no plano nacional.

Subsistem também fraquezas significativas no que respeita às tripulações, frota, reparação e construção naval, e mercadorias. No que respeita ao registo e desembarço de navios há também constrangimentos, incluindo:

- Registo convencional de navios deficiente;

- Número de representantes da autoridade à chegada é elevado;
- Pouca clareza das regras na aplicação das taxas cobradas no policiamento;
- Todos os navios são sujeitos a um mesmo policiamento;
- Procedimentos deficientes em termos de prioridade de atracagem e incumprimento da legislação em vigor;
- Ausência de *Duty Free/Refund*;
- Deficiente cumprimento da regulamentação em vigor sobre atracagem e desatracação por limitação das autoridades e meios.

Os vários sub-clusters (pescas, bunkering, transbordo de pescado e transbordo de contentores) também enfrentam desafios particulares. Estes são apresentados na tabela 4.4.

Tabela 4.4 – Desafios do subclusters de Economia Marítima

<p style="text-align: center;"><u>Pescas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um Plano Estratégico de Desenvolvimento; • Custo do combustível elevado para a pesca; • Frota industrial e artesanal inadaptada; • Fraca capacidade de armazenagem em frio; • Dificuldades no escoamento dos produtos da pesca; • Pacote legislativo incompleto; • Necessidade de Modernização das infra-estruturas de apoio a pesca; • Inexistência de cais de pescas na maior parte das ilhas; • Inexistência de entreposto frigorífico (pesca artesanal e industrial); • Deficiente qualificação dos operadores da pesca; • A estruturação dos serviços públicos não responde as necessidades e demandas actuais do sector; • Inexistência de representações do INDP e DGP nalgumas ilhas; • Deficiente fiscalização no sector das pescas; • Falta de implementação das aéreas marinhas protegidas; • Necessidade de uma actualização da Estratégia de Investigação; • Inexistencia de cota para exploração de algumas espécies; 	<p style="text-align: center;"><u>Bunkering</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Custo de Combustível; • Excesso de Burocracia Associada; • Défice de Entendimento do Negócio; • Deficiente Articulação entre os Intervenientes do Negócio; • Baixo Nível de Serviços do Porto (Fraca Oferta / Diversidade); • Falta de Regulamentação Ligada ao Negócio; • Falta de um Plano Nacional de Contingência contra a Poluição; • Falta de Capacidade de Recolha de Resíduos Poluentes; • Inadequada Tarifação do BUNKERING (Serviços Marítimos e Portuários); • Ambiente de Negócio Desfavorável
	<p style="text-align: center;"><u>Transbordo de Pescado</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fraca Capacidade de Frio; • Equipamentos Portuários Insuficientes /Inadequados; • Insuficiente Capacidade de Fornecimento de Electricidade; • Baixa Produtividade de Mão-de-Obra; • Custo Elevado de Electricidade
	<p style="text-align: center;"><u>Transbordo de Contentores</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tarifas Elevadas por TEU; • Profundidade restrito nos Portos; • Equipamentos Portuários Insuficientes e/ou Inadequados; • Fraca Articulação entre os ciclos de bordo e terra; • Inexistência de serviços de reparação e manutenção de contentores.

Visão para o Cluster de Economia Marítima

O objectivo de longo prazo de Cabo Verde é tornar-se um entreposto económico marítimo no Atlântico e utilizar o mar como uma base para o crescimento e redução da pobreza. O *cluster* é

endógeno devido ao facto do mar ser o único recurso primário que Cabo Verde tem em abundância e que constitui a maior parte do território.

A economia marítima é essencial para transformar Cabo Verde num fornecedor de serviços para o mundo e tem implicações directas na agenda de transformação. A visão de médio e longo prazo é a de desenvolver um *cluster* que possa servir de base para a transformação económica do país, um *cluster* marítimo que possa fundamentar a emergência de uma nova economia diversificada, altamente produtiva e globalmente competitiva. Os objectivos específicos são o de facilitar o crescimento contínuo das pescas, *bunkering* e transbordo ao mesmo tempo que se prepara o desenvolvimento dos outros subclusters.

Agenda Estratégica para o Cluster de Economia Marítima

A construção de um *cluster* de economia marítima globalmente competitivo que contribua de forma significativa para a criação de riqueza nacional irá exigir algum tempo tendo em conta as competências e os recursos necessários. Também, será necessário um sector privado capaz e investimentos substanciais em infra-estruturas a uma escala que não foi ainda empreendida em Cabo Verde.

A agenda estratégica para o sector inclui por isso três áreas:

- Reformas de desenvolvimento da capacidade institucional;
- Investimento em desenvolvimento das infra-estruturas e equipamento;
- Desenvolvimento dos recursos humanos.

Fica claro que Cabo Verde não tem ainda uma capacidade institucional capaz de construir um *cluster* marítimo competitivo. Subsistem várias questões em diversos planos, o ambiente legal é inadequado e em alguns casos as instituições certas não existem ou quando existem há problemas de falta de capacidade. Em outras situações todavia há demasiados intervenientes e cada um tem as suas necessidades burocráticas com evidente sobreposição e duplicação de responsabilidades. Um dos exemplos sintómicos é o facto de que são necessárias sete entidades diferentes para inspeccionar um navio que pára em Cabo Verde para aquisição de combustível. Há também o caso do registo de navios onde o enquadramento legal do sector é incompleto e o ambiente regulatório não é claro.

Há necessidade de durante o período de implementação do DECRP III formular políticas e estratégias para o *cluster* e *subclusters* que possam guiar os esforços de desenvolvimento. É também importante empreender uma auditoria exaustiva, incluindo ambiente legal e organizacional. Isto poderá facilitar uma reestruturação institucional e a actualização de um programa de reforma que possa facilitar a governação efectiva e eficiente da economia marítima. O objectivo é garantir que haja um enquadramento legal, regulatório, e de supervisão com mecanismos de coordenação robustos para o planeamento e gestão.

O desenvolvimento de uma economia marítima em Cabo Verde inicia-se com a actualização da infra-estrutura e aquisição de equipamento. Há neste âmbito necessidade de melhorar os portos, investir em mais equipamentos, melhorar a reparação naval e os centros de serviços a navios, e construir parques de equipamento.

As reformas institucionais e desenvolvimento das infra-estruturas só vão gerar resultados se for reforçada a capacidade humana. Há necessidade de empreender uma avaliação de competências, desenvolver uma estratégia e um mapa para desenvolvimento de capacidades no sector e o respectivo plano de implementação. A extensão do *gap* de competências é grande e há necessidade de uma estratégia clara e robusta que tome em consideração a visão para o sector, o *gap* a nível de competências e os constrangimentos chave tais como recursos financeiros e as fraquezas institucionais no que respeita à educação e formação em Cabo Verde. Algumas acções específicas para cada um dos subclusters são apresentadas na tabela 4.4:

Tabela 4.4 – Acções do cluster Economia Marítima

<p style="text-align: center;"><u>Pescas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a competitividade das empresas; • Promover a modernização das embarcações e a adaptação da capacidade da frota; • Promover o financiamento da modernização das embarcações de pesca; • Realizar ensaios em espécies autóctones e de novas técnicas produtivas; • Criar um quadro incentivador da utilização de processo de certificação do produto e do processo produtivo; • Apostar na diversificação de espécies, na oferta de novos produtos e na prospecção de novos recursos; • Promover a formação profissional dirigida às necessidades específicas do sector; • Fomentar um ambiente favorável ao investimento em novas unidades e reconversão ou expansão das existentes. • Incentivar as marcas ou rotulagem de qualidade. 	<p style="text-align: center;"><u>Reparação e Construção Naval</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar condições favoráveis à instalação de armadores de pesca e outros em S.V.; • Criar condições para instalação de indústrias de frio e transformação de pescado e transbordo de mercadorias. • Desenvolver parcerias para o aproveitamento das oportunidades no subsector da construção naval. • Criação/desenvolvimento de uma zona franca que satisfaça as necessidades das frotas e tripulações. • Privatização. • Investimentos de recuperação/expansão. • Incrementar a formação e ajustar os RH actuais aos novos desafios. • Facilitar o "<i>spin off</i>" de algumas actividades. • Incentivo à criação de pequenas unidades prestadoras de serviços.
<p style="text-align: center;"><u>Registo de Navios</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Retomar o Processo de Registo Institucional de navios. • Criação de agências especializadas em Gestão de pessoal marítimo afecto a companhias internacionais; 	<p style="text-align: center;"><u>Frota</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tornar os produtos financeiros mais atractivos; • Oferecer formação qualificada; • Criar um Fundo de Risco; • Incentivar a Reparação Subaquática
<p style="text-align: center;"><u>Reforma Institucional</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão, simplificação e informatização dos procedimentos. • Institucionalização do Serviço de Pilotagem. • Criação da Escola Superior especializada para os assuntos e negócios do Mar; • O impulso à criação de um Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento 	<p style="text-align: center;"><u>Mercadorias</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Renovar o parque de equipamentos portuários; • Promover uma cultura de logística • Disponibilizar zonas de logística; • Promoção de serviços de valor acrescentado à mercadoria (etiquetagem, embalagem, pesagem, desconsolidação, consolidação, distribuição,..etc.)

<p>Oceanográfico;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade criação de Agencias Especializadas em Gestão de Pessoal Marítimo afecto à Companhias Internacionais; • Reforçar a Capacidade Institucional do I.M.P. • Necessidade de Criação do Núcleo Operacional do Cluster do Mar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplina e redefinição de processo de trabalho entre o dono da carga, navio, agente de navegação e porto:
<p style="text-align: center;"><u>Tripulação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Investir na criação de Centros de Formação para o pessoal marítimo; • Estabelecer parcerias nacionais e internacionais; • Bolsas para estágios; • Dotar o centro dos meios necessários para responder as exigências internacionais. • Institucionalização do Serviço de Mão de Obra Marítima 	<p style="text-align: center;"><u>Passageiros / Tripulantes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar facilidades portuárias para navios Ro-Ro; • Construção de terminais dedicados para navios cruzeiros; • Instalação de Pontões flutuantes de desembarque/embarque de passageiros; • Desenvolvimento de zonas urbano-portuárias e melhorar a interacção porto/cidade (bares, restaurantes, discotecas, lazer, comunicação, ...etc.) • Envolvimento da Comunidade Portuária e da Comunidade Cabo-verdiana de Cruzeiros nos assuntos de estratégia, meios, programas e projectos que melhorem o destino turístico; • Criação de um ambiente cidadão mais atractivo para passageiros; • Promoção de um ambiente nocturno mais atractivo para tripulantes; • Instalação de zonas e lojas francas comerciais.

4.2.2.4 Cluster TIC

Análise da Situação Actual

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm vindo a ser um elemento importante na agenda de transformação de Cabo Verde na medida em que o país aponta a um modelo no qual as TIC suportam as reformas necessárias para potenciar a implementação dos clusters, surgindo neste quadro como um cluster por si só. O país tem realizado um esforço significativo de desenvolvimento das TIC, sendo os resultados reconhecidos a nível internacional. O sector foi assumido como um dos pilares da boa governação com um forte efeito indutor no empreendedorismo e desenvolvimento empresarial. Para avançar a respectiva agenda, um plano nacional - Plano Estratégico para a Sociedade de Informação (PESI) - foi publicado em 2005. O plano estratégico prevê o desenvolvimento da sociedade de informação em Cabo Verde e fornece uma agenda estratégica com foco em nove pilares:

- Acessibilidade para todos;

- Uma governação mais próxima dos cidadãos;
- Novas oportunidades económicas;
- Incremento da qualidade de vida;
- Capacitar para inovar;
- Um contexto estimulante;
- Liderança na acção;
- Investir para crescer;
- Medir para desenvolver.

O Governo tem feito investimentos substanciais no desenvolvimento da sociedade de informação e no crescimento do sector das TIC. O PESI foi desdobrado em iniciativas e planos de acção dos quais que se destacam: o PAGE – Plano de Acção para a Governação Electrónica; o “KONEKTA” – plano de acesso à Internet e ao conhecimento; e o “Mundu Novu” plano para a educação. Os resultados do programa de governação têm sido impressionantes tendo em conta que instrumentos de governação electrónica têm sido desenvolvidos internamente. Destaca-se o sistema integrado de gestão de orçamental e financeira do governo (SIGOF) assim como o sistema de gestão da administração local (SIM).

A utilização das TICs em Cabo Verde como um instrumento para facilitar a implementação da agenda de reformas tem tido um papel fundamental na melhoria do ambiente de negócios. O desenvolvimento da Casa do Cidadão proporcionando vários serviços como o registo de negócios em um dia, o governo móvel para fornecer serviços em áreas rurais, e o acesso à informação civil tem facilitado a qualidade dos serviços públicos para os cidadãos e empresas e contribuíram assim para a aproximação do Estado à população.

Cabo Verde tem ganho um reconhecimento mundial em TICs com a implementação bem-sucedida da governação electrónica que tem demonstrado uma melhoria contínua desde o início do arranque do PESI. Para além do progresso na governação electrónica, as TICs estão agora bem integradas nas escolas e no sistema educacional em resultado do Programa Mundu Novu. Alguns resultados do programa são:

- 18 Escolas e centros de formação com o acesso à Internet consolidado;
- 11 Escolas com ligação à rede do estado;
- Rede de antenas Wimax instalada em todo o país;
- Kit Sala de Aula em 433 salas das 29 escolas piloto, representando 94% do total de salas;
- Disciplina TIC inserida no programa curricular;
- Universidades de Cabo Verde leccionam cursos ligados às novas Tecnologias da Informação;
- Alunos da Universidade de Cabo Verde com acesso a bibliotecas digitais;
- SIGE concebido, mas implementado apenas nas duas escolas piloto;
- SIGAE implementado.

O desenvolvimento do *cluster* TIC é, no entanto, dependente da criação e desenvolvimento de soluções, pelas empresas, que possam ser utilizadas localmente e/ou exportadas. Existem agora mais empresas na área - comparado com 2005, o número de empresas no sector cresceu para o dobro. Algumas começaram a desenvolver aplicações não somente para o mercado nacional mas

também para a exportação. O acesso à internet também cresceu de forma exponencial, a introdução da ADSL banda larga e do serviço sem fios 3G conduziu a um rápido aumento na penetração da Internet em Cabo Verde. Entre 2007 e 2011, a penetração da Internet cresceu de 8% para 30%³⁹. O alto crescimento da penetração da Internet foi apoiado pelas 35 praças digitais do programa Konekta. A concorrência crescente no sector das telecomunicações também contribuiu para a redução dos preços e aumento da captação.

Persistem no entanto alguns obstáculos. Entre estes destaca-se o elevado custo das telecomunicações. Num estudo de *benchmark* realizado em 15 países, foi possível concluir que o peso do preço das telecomunicações no rendimento médio de cada cabo-verdiano é 3 vezes superior ao da população das Seicheles, 8 vezes superior aos cidadãos de Portugal e 18 vezes superior aos nacionais dos EUA. Estes resultados tornam-se mais evidentes quando são analisados os sub-componentes de telefonia móvel, que tem um peso no rendimento médio dos cabo-verdianos de 16,6%, e da banda larga fixa, com um peso de 12,6% do rendimento médio mensal *per capita*. Existe também uma escassez de trabalhadores especializados no sector. A qualidade das formações pode ser aperfeiçoada e os certificados internacionais não estão generalizados. A maior parte das empresas no sector são pequenas e com capacidade limitada. O sector é constrangido pela falta de acesso ao capital de risco e o custo salarial comparado com potenciais concorrentes é bastante elevado. O desafio agora é saber se o sector privado pode construir capacidades para competir de forma sustentável uma vez que a inovação no sector vem sendo muito conduzida pela agência governamental NOSI.

Tabela 4.5 – Análise SWOT do cluster TIC

<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bom estado de desenvolvimento do sector TIC; • Boas infra-estruturas de telecomunicações; • Bom nível de alinhamento e envolvimento político no sector TIC; • Boa taxa de penetração da telefonia móvel. 	<p>Fraquezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevados custos de Telecomunicações; • Reduzida participação das empresas nacionais no sector TIC; • Reduzido número de conteúdos digitais; • Falta de incentivos à Investigação e Desenvolvimento; • Reduzido investimento na promoção do empreendedorismo tecnológico. • Investimento insuficiente na formação em TIC e na língua inglesa e francesa; • Manutenção do monopólio nas ligações de internet internacionais; • Inexistência de uma política nacional de incentivo à criação de empresas tecnológicas; • Escassez de profissionais certificados internacionalmente. • Small size firms
<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação e exportação do sector de 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competição intensa

³⁹ www.itu.int, 2011

<p>Governação Electrónica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento de Cabo Verde como Gateway to Africa no que diz respeito às TIC; • Potencias para o desenvolvimento de conteúdos digitais para a Governação Electrónica; • Fortalecimento da ligação entre o sector das TIC e a Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza dominante dos grandes players mundiais • Mercado em rápida mudança.
---	---

Ao longo da última década, Cabo Verde conseguiu grandes avanços na governação electrónica sob a liderança do NOSI. A oportunidade imediata que existe é saber como transformar o que foi concebido num produto nacional de governação electrónica (incluindo os instrumentos para facilitar a interacção entre os cidadãos e o Governo) para que este seja comercializado em outros países. Existem também potencialidades no desenvolvimento de conteúdo digital para a governação e educação electrónica no sentido de contribuir para o desenvolvimento de um sector dinâmico e apto a criar emprego.

Visão para o Cluster TIC

O cluster TIC em Cabo Verde está ainda na fase inicial, as inovações sob a tutela do NOSi têm tido um impacto e um efeito de lançamento. Todavia, é evidente a necessidade de construir um sector privado forte que possa conceptualizar, projectar e construir produtos inovadores para o mercado lusófono e mundial. Cabo Verde deverá assumir-se como centro internacional de prestação de serviços, potenciando a respectiva posição geoestratégica e apoiando na imagem de estabilidade e credibilidade no sentido de posicionar-se como *gateway*/plataforma segura para o lançamento de negócios na África Ocidental e nos PALOP. Assumem-se as seguintes funções do sector TIC, conducentes à visão preconizada:

- Negócio gerador de receitas, devendo todo o esforço ser direccionado para fomentar a capacidade de exportação uma vez que o mercado nacional é limitado;
- Instrumento para os restantes *clusters* de desenvolvimento do país – sobretudo mar, aero negócios, serviços financeiros e turismo – no sentido de promover a melhoria da eficiência dos sectores privado e público;
- Dinamizador de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), atraindo empresas de mercados desenvolvidos que queiram lançar a base em África e num país de elevada estabilidade política e social, com uma cultura ocidental;
- Lançar as bases de estruturação de uma forte parceria para o desenvolvimento de uma economia e sociedade de conhecimento, que garanta maior acesso a informação, soberania e segurança tecnológica, participação das populações no processo de desenvolvimento, fomento de empreendedorismo e realização dos Direitos Fundamentais dos cidadãos na óptica do cumprimento dos objectivos do Milénio.

Para o período de implementação do DECRP III, os objectivos do Cluster TIC são: fazer com que Cabo Verde seja reconhecido como uma referência em alguns nichos centrais de mercados que incluam a governação e educação electrónica e a telecomunicação móvel. O segundo objectivo é que *cluster* TIC contribua para a melhoria da produtividade de outros sectores de actividade, em particular no desenvolvimento de outros *clusters*.

Agenda Estratégica para o cluster TIC

Existem oportunidades para Cabo Verde no mercado global das TICs e o *cluster*, embora esteja na sua fase embrionária em termos de actividade comercial, pode vir com o tempo a ser um elemento chave na transformação económica de Cabo Verde. Avanços como o balcão único para vários serviços públicos e a informatização do processo eleitoral, cujos resultados podem agora ser anunciados em cerca de duas horas depois da conclusão da votação, podem ser transformados em produtos exportáveis. O sector privado terá um papel importante mas necessitará de fortalecer-se para ter o suporte de serviços que podem garantir a capacidade de concorrência no mercado global.

No longo prazo, Cabo Verde terá de:

- Promover a penetração das TIC na sociedade, através do incentivo à aquisição de equipamentos e de subscrição de serviços de internet;
- Reduzir os custos das telecomunicações que impedem o desenvolvimento mais acelerado do acesso e utilização das TIC através de:
 - Contratação de serviços de tráfego de dados internacionais a outros provedores desse serviço;
 - Revisão dos quadros legal e regulatório actuais, através da imposição de condições detalhadas que assegurem a disponibilização de um preço grossista de forma a criar as condições para um ambiente competitivo mais exigente;
- Apoiar a oferta de cursos profissionalizantes e programas formativos específicos sobre o sector TIC, introduzir as TIC em todos os níveis de escolaridade e realizar exames de certificação profissional (e.g. Microsoft). O apoio pode assumir a forma de políticas públicas de promoção e de bolsas de estudo;
- Criar condições para o desenvolvimento de uma cultura de inovação que auxilie os empreendedores na formulação e desenvolvimento de ideias e projectos no sector TIC;
- Negociar com grandes empresas internacionais do sector para que se estabeleçam em Cabo Verde.

A respeito de acções específicas no curto e médio prazo para facilitar o desenvolvimento do Cluster TIC, destacam-se as seguintes:

Criação de uma entidade gestora do negócio TIC

A entidade poderá assumir um cariz de parceria público-privada cujo principal objectivo será a afirmação, promoção, organização e funcionamento da rede nacional e sistema de parcerias para o desenvolvimento do *cluster*. A entidade gestora deve também contar com um maior envolvimento da sociedade civil, universidades, sector privado e uma maior disseminação das

TIC, pela via do acesso à informação, do ensino, da capacitação profissional e tecnológica e da iniciativa do sector privado.

Construir um parque tecnológico

Encontra-se actualmente em fase de estudo a construção de um parque tecnológico. Caso se comprove a sua viabilidade, o parque poderá ser o indutor da criação de um ecossistema de inovação e empreendedorismo, suportado pela presença de *players* internacionais, incubadoras tecnológicas, universidades e centros de formação certificada e investigação, entre outros *stakeholders*. O parque tecnológico poderá posicionar Cabo Verde como um país de inovação e de referência regional na economia do conhecimento e fomentar a criação de empresas de base tecnológica.

Realizar uma revisão legislativa nas áreas relevantes ao sector TIC

Afigura-se fundamental realizar uma revisão legislativa nas áreas relevantes ao sector TIC garantindo as condições favoráveis ao estabelecimento de multinacionais e permitindo criar um ambiente concorrencial saudável propício ao crescimento do *cluster*. Deve-se igualmente desenvolver um quadro legal eficiente no que respeita à implementação da sociedade de informação nomeadamente através de legislação sobre política de acesso público à informação e sobre a protecção e segurança de dados pessoais. Neste sentido, Cabo Verde poderá garantir a existência de leis de protecção de dados e de protecção da propriedade intelectual, favorecendo um ambiente propício aos negócios tecnológicos. Deverá também reforçar a regulação, possibilitando a criação de um tecido empresarial competitivo e a prática de preços de comunicações mais incentivadores à utilização de tecnologia de informação e comunicação.

Capacitar adequadamente os recursos humanos para o sector

De pouco servirá fomentar o crescimento de um *cluster* de base tecnológica sem a correspondente capacitação dos profissionais que o vão desenvolver. Assim, face à escassez de recursos devidamente capacitados para desenvolver actividade no sector, torna-se fundamental implementar acções que permitam inverter esta situação. Essas acções poderão vir a englobar as seguintes propostas: (i) fomentar a educação em TIC desde os anos escolares iniciais, criando apetência pela utilização de ferramentas tecnológicas (expansão do programa Mundu Novu); (ii) consolidar a oferta formativa de nível superior em áreas TIC, abrindo o número de vagas suficiente ao crescimento do sector, bem como a oferta formativa de cariz técnico-profissional; (iii) reforçar nos referenciais curriculares as seguintes competências: línguas (inglês e francês), gestão e marketing; (iv) criar cursos de formação especializada em tecnologias de ponta e em parceria com alguns *players* de referência internacional, de forma a garantir a certificação de profissionais.

Incentivar a criação de instrumentos financeiros adequados de suporte ao investimento

O Governo deverá assegurar a criação de mecanismos de financiamento favoráveis ao investimento e ao empreendedorismo nacional no sentido de evitar que boas oportunidades não se desenvolvam o suficiente ou percam o *time to market*. Assim, devem ser criados instrumentos

financeiros adequados, tais como fundos de investimento que possibilitem o *matching* entre recursos financeiros e boas ideias, promovendo o arranque e expansão de projectos. O grupo de financiadores a dinamizar inclui entidades financeiras, nacionais ou internacionais, parceiros bilaterais de Cabo Verde e a Diáspora e outros agentes interessados no sector.

Criar uma rede nacional de incubadoras

Cada incubadora deve garantir boas condições de acompanhamento de projectos através de serviços de *mentoring*, apoio em planeamento de negócios e gestão corrente, e acelerando a colocação de serviços no mercado. Paralelamente, deve também promover-se o *networking* com cidadãos da Diáspora com ligações a empresas TIC, seja como consultores de negócio, empreendedores e/ou eventualmente como financiadores de projectos.

4.2.2.5 *Economia Criativa*

Análise da Situação Actual

Cabo Verde é conhecido por todo o mundo pela sua música mas no entanto não é este o único elemento da cultura crioula do país. Trata-se de uma das primeiras culturas crioulas do mundo e emergiu largamente das interacções entre culturas africanas e europeias. A poesia, dança, celebrações religiosas, artes, teatro e carnaval são exemplos da cultura de Cabo Verde que quando comparados com a música são menos conhecidos. A nação tem um cenário cultural vibrante, um povo altamente criativo e muitas actividades como festivais e festas populares de cariz religioso.

O desafio todavia é que a actividade cultural não levou a um grande sector económico que possa contribuir significativamente para o crescimento e redução da pobreza em Cabo Verde. Em muitas outras áreas do mundo a cultura tornou-se um elemento crucial do PIB, providenciando emprego e sustento a milhões. Estima-se que o impacto económico da cultura em Cabo Verde, embora não tenha sido medido com precisão, não seja significativo. Mesmo a música, arte pela qual Cabo Verde é melhor conhecido, beneficia principalmente outros países. As grandes estrelas musicais são geridas fora do país e em muitos casos, os produtos culturais do país são produzidos fora e posteriormente reimportados.

As economias criativas abrangem todos os sectores que envolvem criação (artística ou intelectual), assim como os produtos e serviços ligados à fruição e difusão. Para além dos sectores artísticos (música, audiovisual, artes cénicas performativas, artes visuais), estão incluídos: telecomunicações e radiodifusão, editorial (livros e imprensa), artesanato e arte popular, festas populares e de romarias, património histórico material e imaterial (formas de utilização e difusão), *software* de lazer, design, moda, arquitectura, gastronomia e propaganda. O impacto destes sectores na economia nacional só será sentido se forem otimizados dentro de uma estratégia de *cluster* tomando este conceito como um sistema para colocar em rede ou entrelaçar unidades independentes de funcionamento. Isso otimiza as funções e as potencialidades das unidades individuais, em vez de apenas as explorar.

A construção de uma economia criativa que ajude a valorizar o turismo e que possa tornar-se num contribuidor para o PIB irá requerir enfrentar numerosos desafios. Destacam-se:

- Integração inadequada da cultura nas políticas económicas, tecnológica e social;
- Legislação e regulamentação inadequadas;
- Fraca capacidade institucional de articulação, implementação, seguimento e avaliação de políticas, estratégias, programas e projectos;
- Fraca capacidade de financiamento tanto no sector público como no privado;
- Excessiva dependência do Governo por parte dos agentes culturais e trabalhadores criativos;
- O sector das economias criativas carece de organização;
- Inexistência de associações nacionais de profissionais em várias áreas culturais;
- Ausência de uma classe empresarial forte actuando na intermediação como *managers*, produtores, técnicos, agentes ou gestores culturais;
- Sazonalidade na produção do artesanato e insuficiência da oferta para a procura que advém do turismo;
- Défice quanto a instituições de formação, promoção, exportação e distribuição;
- Carência de tecnicidade a nível municipal e local.

Os diferentes sectores das economias criativas sofrem de problemas de isolamento: a música não está ligada ao cinema, a moda não está ligada com o artesanato, a edição não está ligada às feiras do livro, o artesanato não está ligado ao turismo. Verifica-se ainda uma sobreposição de funções actualmente na cadeia de valor do *cluster* entre o trabalho do turismo e da cultura e da promoção do país. Há sobreposição nas intervenções sociais juntos dos bairros e entre os Municípios e o poder central na definição de uma política cultural orientada para o desenvolvimento.

Visão para o *cluster* de economia cultural

O período do DECRP III irá ser crítico para iniciar uma indústria cultural de futuro que esteja apta a competir globalmente e a fazer contribuições significativas para o crescimento e redução da pobreza. O sector cultural pode desempenhar um papel significativo de apoio ao *cluster* de turismo. A movimentação em direcção ao alto valor acrescentado e a um modelo de mercado turístico mais diversificado, que não seja concentrado excessivamente no turismo de massas, vai depender significativamente da capacidade de orientar os produtos culturais do país para o enriquecimento do turismo. A visão de longo prazo é a construção de um *cluster* da economia criativa que seja globalmente competitivo e uma componente crítica da economia nacional.

Agenda Estratégica para o *cluster* da Economia Criativa

O desenvolvimento do *cluster* da economia criativa requer acções que coloquem as bases para o crescimento do sector. Entre as acções estratégicas a serem tomadas constam:

- Regulamentação da actuação da administração pública na promoção da cultura;
- Introdução de eventos culturais em cerimónias públicas;
- Regulamentar o exercício da actividade económica dos agentes culturais;
- Capacitação dos agentes culturais em diversas áreas para constituição de sociedades comerciais e empresas na área da cultura;

- Aprovação do pacote de leis sobre a economia da cultura, nos quais os incentivos fiscais e parcerias público-privadas podem constar;
- Certificação das empresas e empresários na área das economias criativas;
- Criação de programas de incentivos à empresarialização cultural e gestão de contrapartidas;
- Promoção de feiras nacionais e internacionais de negócios.
- Facilitar a ligação entre a cultura e turismo através de uma melhor coordenação e planeamento institucional;
- Promoção de eventos turísticos à volta de actividades culturais e festivais;
- Suportar as artes e o artesanato;
- Suportar os meios de comunicação social instaurando quotas para produções locais;
- Suportar a exportação da cultura através da internacionalização dos festivais e feiras locais;
- Facilitar a formação profissional e especializada;
- Instalar um enquadramento robusto que garanta os direitos de propriedade intelectual

Do curto ao médio prazo há projectos específicos que o Governo irá implementar. As áreas alvo em que os projectos vão ser implementados são:

- Banco de Cultura;
- Bairro Criativo e Casas de Cultura;
- RENDA (Rede Nacional de Distribuição do Artesanato);
- RNSALAS (Rede Nacional de Salas);
- MUSEUS (Um Museu para Cada Município);
- Exportação da Cultura (*Export Bureau*);
- Reforma Institucional (Nova Orgânica);
- Sistemas de Bibliotecas e Arquivos;
- Orquestra e Ballet Nacionais;
- Sistema Nacional de Educação Artística;
- Classificações Patrimoniais.

4.2.2.6 *Cluster Financeiro*

Análise da Situação Actual

O sector financeiro de Cabo Verde, quando comparado com os mercados emergentes, é relativamente pequeno. Todavia, o sector começa agora a emergir e vai ter um papel crucial a desempenhar na agenda de transformação, principalmente no apoio aos outros sectores. Ao mesmo tempo, o *cluster* financeiro também pode ser desenvolvido também numa vertente de fornecimento de serviços para exportação.

As reformas realizadas na última década conduziram à liberalização do mercado financeiro, incluindo o surgimento bancos *offshore*. Actualmente, o sector financeiro é relativamente bem regulado e o ambiente de mercado está a melhorar. Cabo Verde tem agora cinco bancos

comerciais, duas firmas seguradoras e uma bolsa de valores. Conta também um número importante de bancos *offshore*, um fundo de segurança social (INPS) e instituições para-bancárias tais como a SISP e a Promotora. A SISP gere a rede de máquinas automáticas e providencia soluções de pagamento e a Promotora é uma firma de capital de risco.

As reformas realizadas pelo Governo levaram a um forte crescimento do sector. A base de activos está a aumentar. O rácio de activos/PIB é alto comparado com outros países na região. De facto, apesar das preocupações crescentes no que respeita a problemas de acesso ao crédito, os inquéritos realizados pelo Banco Mundial indicam que o nível de intermediação financeira é relativamente elevado e muito melhor do que em muitos países na região. Contudo, o crédito a PME's é severamente limitado em Cabo Verde.⁴⁰ Um dos factos associados é que o sector bancário é altamente concentrado e dominado por dois bancos – Banco Comercial do Atlântico e Caixa Económica. A estrutura de chefia e de comando não promove a competição e o ambiente regulatório não foca os assuntos de competitividade. Um ambiente competitivo restrito não tem encorajado a inovação nos mercados financeiros de Cabo Verde. Os líderes de mercado não têm incentivos para inovar e para encontrar formas criativas de responder às necessidades dos clientes. O mercado de acções por outro lado é relativamente novo e pequeno e não constitui ainda uma forma alternativa de financiamento das PME's. O capital de risco por outro lado é muito escasso e há apenas uma firma a operar nesse segmento. Estas realidades indicam que há desafios chave que devem ser abordados para garantir que o sector financeiro pode desempenhar o papel de apoio para os outros *clusters* e tornar-se um cluster competitivo de forma individual (Tabela 4.5).

Tabela 4.5 – Análise SWOT do sector financeiro

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Cultura aberta • Estabilidade política • Rede de telecomunicação • Credibilidade internacional do sistema financeiro; • Facilidade na criação de negócios financeiros • Infra-estruturação financeira forte • Índice de bancarização • Posicionamento geoestratégico 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços <i>backup</i> • Serviços especializados (Jurídicos - Morosidade acção judicial – execução das garantias dos bancos; financeiros, negócios, etc.) • Sistemas de garantias • Transferência de <i>know-how</i> fraca • Custos factores (custos telecomunicações, proibitivo; electricidade) • Dimensão (Bancos - fundos próprios limitados) • Reduzida visão global dos sistemas financeiros • Deficiência/inadequação/insuficiências. Problemas de regulação, supervisão e dinamização • Marketing financeiro • Mercado pouco inovador

⁴⁰ Ministério das Finanças de Cabo Verde (2010), *Constraints Analysis*.

	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso à dívida pública • Fraca diplomacia económica Cultura financeira • Exposição ao risco financeiro • Risco país/provisões • Falta de visão estratégia Global de desenvolvimento do sector; • Falta de incentivos fiscais à actividade financeira geral
<u>Oportunidades</u>	<u>Ameacas</u>
<ul style="list-style-type: none"> • Internacionalização (Costa Africana) • Diversificação produtos financeiros (Fundos) • Estimular uma competição pelo preço, promover o aumento da capacidade dos bancos; • Inovação de serviços de Suporte financeiros (<i>Backup</i>) • Formação e especialização • Criação de um mercado dívida soberana • Desenvolvimento de um mercado de micro-finanças • Inexistência de <i>cluster</i> financeiro no plano regional • Actualização do corpo normativo do sector financeiro; Adaptação as necessidades do sector ex: regulamento leasing) • Desenvolvimento do mercado de capitais 	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de insegurança • Condições de investimento • Vulnerabilidade (crises, conjunturas, dependência, etc.) • Crime organizado transnacional.

Visão para o Cluster Finanças

Nenhum dos *clusters* pode alcançar o potencial pleno sem um sector financeiro robusto. É por isso fundamental a construção de um sector competitivo que seja capaz de providenciar um mercado financeiro local que seja compatível com o crescimento e desenvolvimento. Também, é um sector que é bastante competitivo globalmente com diversas praças financeiras bem estabelecidas tais como Nova Iorque, Londres e Luxemburgo. Há também muitos competidores que estão a emergir no mercado continental tais como as Maurícias, Gana, África do Sul, que registam já um progresso considerável. O período do DECRP III será dedicado a iniciar as reformas necessárias para o bom funcionamento dos mercados financeiros em simultâneo com uma agenda para competir num mercado global, a começar na própria região.

A visão de longo prazo é por isso a de tornar Cabo Verde numa praça financeira competitiva no plano internacional, sobretudo no continente africano. No curto e médio prazo, o objectivo é facilitar uma maior estruturação, eficácia e eficiência, bem como segurança do sistema financeiro como base para a promoção do *cluster* financeiro. O objectivo é posicionar Cabo Verde como um

dos mercados financeiros mais seguros e de rápido de crescimento entre os CPLP e na região da África do Oeste.

Agenda Estratégica para o Cluster Financeiro

O Governo irá embarcar numa estratégia para construir o sistema financeiro e para apoiar a realização de uma agenda de transformação para a criação de um *cluster* globalmente competitivo. O foco será nas políticas e acções nas áreas monetária, banca, seguros e finanças ao mesmo tempo que se irá enfrentar desafios de desenvolvimento do mercado de capital (Tabela 4.6).

Tabela 4.6 – Plano de Acção

Política monetária, banco, seguros e finanças	Desenvolvimento do mercado de capitais
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o uso dos instrumentos da política financeira de forma a manter a estabilidade dos preços e crescimento económico equilibrado. • Reforço das instituições financeiras e ampliar e aprofundar o sector financeiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento contínuo do mercado de capitais; • Assegurar a efectiva regulação do mercado de capitais; • Melhoria da protecção dos investidores; • Aumentar e promover oportunidades diversificadas para investimentos
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a eficiência na regulação financeira 	

4.2.2.7 Cluster de Aero Negócios

Análise da Situação Actual

O *cluster* de aero negócios pertence ao mesmo grupo que finanças e tem um papel importante a desempenhar em facilitar a diversificação da economia e a realização da agenda de transformação. Tal como a economia criativa, o sector aero negócios está muito ligado ao turismo embora esteja também ligado a outros *clusters*. O crescimento do turismo ao longo da última década tem facilitado o rápido desenvolvimento do sector aeronáutico e não é possível desenvolver um sector do turismo que seja globalmente competitivo sem um bom sistema de transporte aéreo, com serviços fiáveis e de qualidade.

Registaram-se cerca de 1,9 milhões de movimentos de passageiros nos aeroportos de Cabo Verde em 2011. Isto representa um aumento de cerca de 11% em relação a 2010 e de 27% relativamente a 2008. Dos 1,9 milhões, cerca de 903.909 foram passageiros internacionais e 877.363 passageiros domésticos. A carga internacional atingiu 1,704 toneladas em 2011 (um aumento de 22% face a 2010) ao mesmo tempo que a carga doméstica atingiu 2,292 toneladas (um crescimento de 2% face a 2010). Há 19 operadores internacionais e 3 nacionais a operar em Cabo Verde com 9 aviões registados.

Cabo Verde investiu uma quantidade substancial de recursos ao longo da última década em infra-estruturas aeroportuárias. O país dispõe agora de quatro aeroportos internacionais (Sal, Praia, Boa Vista e São Vicente) e três aeroportos nacionais (Fogo, São Nicolau e Maio) e é um dos poucos países da África Subsaariana com um *rating* de Categoria 1 por parte das autoridades de aviação

dos Estados Unidos da América. Cabo Verde tem também um espaço aéreo significativo que explora através do fornecimento de serviços de navegação às companhias aéreas.

Para além do *rating* de Categoria 1 das autoridades americanas, o número crescente de turistas, uma companhia aérea com diversas rotas, uma agência de aviação civil com capacidade regulatória e uma autoridade de aeroportos operacional e com a gestão de todos os aeroportos, o país tem poucas outras vantagens. Há desafios significativos que devem ser superados, incluindo a reestruturação da TACV, reformas no sector, e a construção de uma base de capital humano devidamente capacitado (Tabela 4.7).

Tabela 4.7 – Análise SWOT Aero Negócios

<p style="text-align: center;"><u>Forças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Boas infra-estruturas aeronáuticas (aerop; nav. aérea; aeronaves); • Situação geográfica privilegiada; • Clima atractivo e ameno; • Estabilidade política; • Bom sistema regulatório de segurança; • Status Cat 1; • Diversidade de acordos aéreos; • Experiência no sector; • Amplo espaço aéreo (FIR); • Rede de ligações aéreas com o mundo; • Tráfego aéreo doméstico e internacional em crescimento. 	<p style="text-align: center;"><u>Fraquezas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Défice de centros de formação; défice de recursos humanos qualificados/especializados; e deficiente planeamento de recursos humanos; • Pequena dimensão do mercado doméstico; • Situação económica e financeira crítica dos operadores aéreos; • Deficiente regulação do transporte aéreo; • Deficiente serviço de segurança aeroportuária (<i>screening</i>, fronteira); • Falta de estratégias e políticas para o sector; • Deficiente integração de estratégias sectoriais (turismo, ordenamento território, ambiente, segurança); • Sistema de aviação pouco eficiente; • Oferta deficiente de serviços (preço, taxas, ligações, equipamento, qualidade de serviço, frequência; horários; pontualidade; regularidade); • Dificuldades de acesso ao financiamento pelo sector privado; • Ambiente de concorrência desequilibrado nas operações domésticas; • Fraco domínio da língua inglesa; • Fraca cultura empresarial; • Ambiente laboral pouco propício à produtividade e competitividade.
<p style="text-align: center;"><u>Oportunidades:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Sector turístico em crescimento; • Integração regional no continente Africano; • Mercado africano liberalizado pela Decisão de Yamassoukro • Parceria estratégica com a União Europeia; • Ligações aéreas com EUA, Brasil, Europa e África; 	<p style="text-align: center;"><u>Ameaças:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Terrorismo internacional; • Concorrência de países vizinhos; • Conjuntura internacional difícil; • Fuga de quadros qualificados; • Instabilidade política na região

<ul style="list-style-type: none"> • Mercado potencial de transporte aéreo expressivo (África, Europa, Brasil, EUA); • Fraco nível de desenvolvimento da aviação na CEDAO; • Instabilidade política no Magreb 	
--	--

Visão para o *cluster* Aero Negócios

O objectivo de longo prazo para o cluster aero negócios é o de transformar Cabo Verde num *hub* para o transporte aéreo, passageiros e carga. Outros serviços associados vão incluir *handling*, manutenção de aeronaves, formação e *catering* para companhias a operar via Cabo Verde e também providenciar serviços a companhias a partir do arquipélago. Os objectivos específicos são identificados nas principais áreas de negócio descritas na Tabela 4.8.

Tabela 4.8 – Objectivos do Cluster Aero Negócios

Área de Negócio	Objectivos
Transporte Aéreo	<ul style="list-style-type: none"> - Quadruplicar o tráfego internacional de passageiros no horizonte de uma década - Duplicar o tráfego doméstico de passageiros no horizonte de uma década
Carga Aérea	- Desenvolver o negócio de carga aérea para satisfazer a procura do sector turístico e da economia nacional.
Aeroportos	- Projectar o desenvolvimento das infra-estruturas e operações aeroportuárias para responder à procura do transporte aéreo de passageiros, carga e actividades conexas (aviação geral, desportiva, trabalho aéreo, manutenção/reparação aeronáutica, formação, militares e afins e outras não aeronáuticas).
Navegação Aérea	- Desenvolver o sistema de navegação aérea para responder à demanda crescente das actividades, assegurar a competitividade do serviço e a segurança do espaço aéreo em alinhamento com os melhores <i>standards</i> de referência.
Handling	- Assegurar a prestação de um serviço de handling de qualidade e competitivo, num ambiente de demanda acrescida resultante da dinâmica de crescimento do transporte aéreo.
Manutenção e Reparação Aeronáutica	- Aumentar a capacidade de prestação de serviços de manutenção e reparação aeronáutica para responder à demanda do crescimento do transporte aéreo e satisfazer a demanda regional.
Formação	Desenvolver e estruturar o sector da formação aeronáutica, visando a disponibilidade de uma força de trabalho suficiente e qualificada para responder à demanda de um sector de aviação eficiente e competitivo.

Agenda Estratégica para o Cluster Aero Negócios

Durante o período do DECRP III, os esforços vão focar em reformar o sector e iniciar o processo de criação de massa crítica de serviços ligados às transportadoras aéreas. O objectivo é aumentar a capacidade do sector de modo a facilitar a realização da agenda de desenvolvimento de Cabo

Verde. Para atingir a visão e os objectivos preconizados, o *cluster* dos aero negócios será construído sobre três pilares:

- Um ambiente de negócios atractivo e competitivo;
- Formação de recursos humanos qualificados;
- Iniciativa privada como o verdadeiro motor do aero negócio.

Algumas acções a serem tomadas, organizadas por eixo, são apresentadas na Tabela 4.9:

Tabela 4.9 – Plano de acção para o desenvolvimento do *cluster* aero negócios

INFRA-ESTRUTURAS:	CAPITAL HUMANO:
<ul style="list-style-type: none"> • Assumir a concepção, edificação ou reestruturação de infra-estruturas aeronáuticas relevantes com base em princípios de necessidade, segurança e sustentabilidade económica e ambiental. • Assegurar a reserva de áreas de expansão e/ou realocação aeroportuária em resposta aos objectivos de desenvolvimento da aviação civil. • Instituir a obrigatoriedade de aprovação do plano director aeroportuário para todos os aeródromos de acordo com requisitos e especificações estabelecidas. • Orientar a adopção das tecnologias de navegação que favoreçam maior precisão e segurança da navegação e propiciem maior regularidade e eficiência das operações aéreas 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a excelência na gestão de pessoas, valorizando as competências profissionais, a responsabilização e a orientação para resultados. • Promover os valores de rigor, autoridade, responsabilidade e <i>accountability</i>, para maximizar a cultura da qualidade e eficiência na prestação dos serviços e na melhoria da competitividade do país. • Promover a identificação das necessidades de formação e qualificação dos recursos humanos na aviação civil e a orientação e sensibilização dos jovens para as profissões do sector através da coordenação intra-sectorial e inter-sectorial. • Incentivar a qualificação e especialização estruturada dos recursos humanos nos vários sectores da aviação civil, promovendo a excelência do conhecimento.
<p>BOA GOVERNAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formular e publicitar políticas governamentais para o sector da aviação favorecendo a transparência e a previsibilidade dos actos administrativos. • Promover a eficiência e a qualidade do serviço de transporte aéreo pela adopção de mecanismos de monitorização de indicadores de desempenho. • Liberalizar e regulamentar a actividade de handling, visando a prestação de um serviço competitivo e de qualidade. • Operacionalizar o Conselho Consultivo da aviação civil como um fórum de coordenação e consulta no domínio da aviação civil envolvendo o Governo, o regulador, os agentes económicos e os utentes do sistema. • Adoptar o princípio da audição pública e da análise dos impactes no processo de produção legislativa e 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar os programas de formação e qualificação dos recursos humanos para a aquisição de competências profissionais. • Apostar fortemente no domínio da língua inglesa como ferramenta privilegiada de trabalho e veículo de acesso ao conhecimento e às tecnologias. • Promover a formação profissional de base em áreas afins, facilitando a qualificação específica no domínio da aviação, e.g. bombeiros, pessoal de cabine, etc. • Promover o aproveitamento sistematizado das oportunidades de formação <i>online</i>, maximizando a oferta e reduzindo os custos.

<p>regulamentar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adoptar o princípio de estabelecimento de prazos no processamento dos pedidos da indústria pela administração. • Definir os princípios de estabelecimento de taxas, com critérios de transparência, justiça e equidade. • Suprimir a exigência de vistos de entrada para passageiros de origens especificadas, visando o aumento do tráfego. • Promover a regulação/regulamentação/inspecção das actividades industriais, comerciais, etc. para assegurar a qualidade do investimento, da produção de bens e da prestação de serviços. • Prosseguir a instalação do sistema nacional da qualidade, para promover a segurança, economia, a eficiência e a competitividade. • Promover o estabelecimento de uma taxa que financie o sistema de segurança da aviação civil. • Promover um ambiente legal e laboral propício a promoção do investimento, da produtividade e da competitividade. 	
<p style="text-align: center;">BOA GOVERNAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formular e publicitar políticas governamentais para o sector da aviação favorecendo a transparência e a previsibilidade dos actos administrativos. • Promover a eficiência e a qualidade do serviço de transporte aéreo pela adopção de mecanismos de monitorização de indicadores de desempenho. • Liberalizar e regulamentar a actividade de handling, visando a prestação de um serviço competitivo e de qualidade. • Operacionalizar o Conselho Consultivo da aviação civil como um fórum de coordenação e consulta no domínio da aviação civil envolvendo o Governo, o regulador, os agentes económicos e os utentes do sistema. • Adoptar o princípio da audição pública e da análise dos impactes no processo de produção legislativa e regulamentar. • Adoptar o princípio de estabelecimento de prazos no processamento dos pedidos da indústria pela 	<p style="text-align: center;">SECTOR PRIVADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o desenvolvimento do negócio de carga aérea. • Identificar oportunidades de financiamento do negócio da aviação civil. • Assegurar a manutenção e reforço dos mecanismos de redução de risco no acesso ao crédito, nomeadamente através da ratificação de acordos internacionais (v.g., Convenção de Cape Town) e que beneficiam o reconhecimento da capacidade do Estado de supervisionar a segurança da aviação civil. • Promover a redução dos custos de mão-de-obra especializada e a melhoria da produtividade através da formação e qualificação do pessoal. • Estabelecer mecanismos de acompanhamento das novidades e avanços no domínio das tecnologias, metodologias e soluções, com vista à modernização e evolução contínua da aviação civil. • Promover o aproveitamento das vantagens do conhecimento, experiência e recursos disponibilizados

<p>administração.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suprimir a exigência de vistos de entrada para passageiros de origens especificadas, visando o aumento do tráfego. • Promover a regulação/regulamentação/inspeção das actividades industriais, comerciais, etc. para assegurar a qualidade do investimento, da produção de bens e da prestação de serviços. • Prosseguir a instalação do sistema nacional da qualidade, para promover a segurança, economia, a eficiência e a competitividade. • Promover o estabelecimento de uma taxa que financie o sistema de segurança da aviação civil. • Promover um ambiente legal e laboral propício a competitividade 	<p>através da participação nas organizações associativas da aviação civil internacional, designadamente a IATA, a ACI, a CANSO e a IFALPA.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o estabelecimento de parcerias para a melhoria da eficiência e da competitividade das empresas do sector.
<p>NAÇÃO GLOBAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a aplicação de um regime de obrigações de serviço público no transporte aéreo doméstico de passageiros. • Promover e desenvolver as relações de proximidade com os países vizinhos africanos, a nível institucional, através da CEDEAO e do Grupo do Acordo de Banjul, favorecendo um ambiente propício à actividade dos operadores nacionais no mercado africano de aviação civil. • Maximizar a ligação de Cabo Verde à Europa, África e às Américas, expandindo a presença dos operadores aéreos nacionais e explorando oportunidades de acesso a esses mercados. • Reforçar a diplomacia económica para apoiar a penetração e extensão das actividades comerciais dos operadores da aviação civil nos mercados europeu e americanos. • Incentivar a participação dos nacionais, residentes e na diáspora, nos aeronegócios. • Promover a imagem de Cabo Verde para atrair negócios. 	

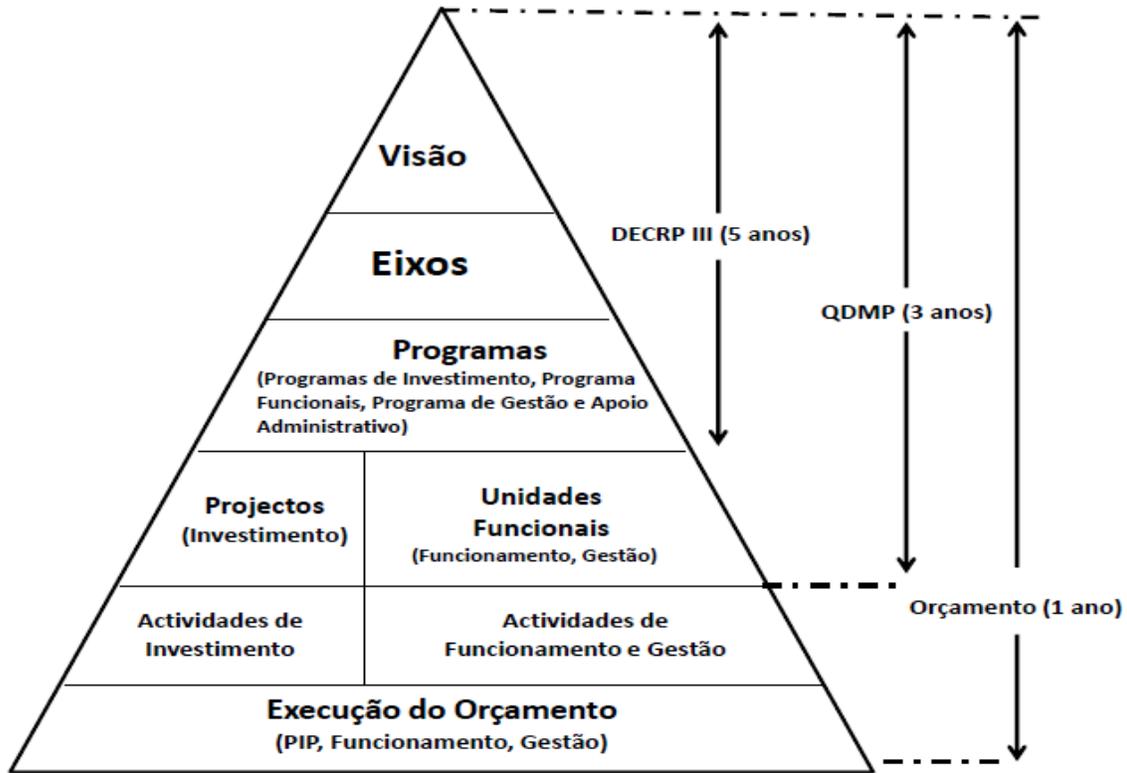
5 – Implementação e Programas do DECRP III

5.1 – Implementação do DECRP III

O DECRP III parte das experiências que já haviam sido implementadas em Cabo Verde na abordagem do orçamento de investimentos baseado em programas. A nova abordagem no entanto expande a metodologia do orçamento programático a todo o perímetro da despesa pública (funcionamento e investimento), e por conseguinte a arquitectura do DECRP III encontra-se baseada numa óptica programática total no intuito de enquadrar e otimizar a implementação nas diferentes fases do processo de planeamento. Os programas identificados no DECRP III são os mesmos programas a serem considerados no Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP) e no Orçamento Geral de Estado (OGE) e assim os indicadores e as metas de cada programa permitem garantir a coerência plurianual do processo de planeamento. Adicionalmente, a óptica programática permitirá um acompanhamento dos programas do DECRP III através do Sistema de Seguimento e Avaliação.

A implementação do DECRP III sucede por objectivos a três níveis: DECRP, QDMP e OGE (Figura 5.1). Cada um destes níveis é enunciado pelo seu próprio objectivo e a respectiva concretização é verificada através de um sistema de indicadores e metas.

Figura 5.1 – Nova Estrutura Programática



A união dos orçamentos de investimento e funcionamento na óptica programática permite uma visão abrangente da totalidade das receitas e despesas do Estado, independentemente da sua origem ou aplicação. Na versão unificada do orçamento e conforme ilustrado na figura, é possível identificar três categorias distintas de programas:

1. Programas de Investimento;
2. Programas de Funcionamento ou Finalísticos;
3. Programas de Gestão e Apoio Administrativo.

Os programas de investimento são os que abrangem uma série de projectos que têm como objectivo central o incremento imediato da infra-estrutura ou capital fixo de um determinado sector. Estes programas têm um início e um fim e concorrem para um aumento quantitativo ou qualitativo dos serviços que vêm sendo prestados de forma rotineira.

Os programas finalísticos são aqueles que possibilitam a prestação dos serviços que são requeridos pela população de forma recorrente e contínua - saúde, educação, segurança, etc. O nome “finalístico” surge no âmbito da realização do fim das funções do Estado, que é o de prestar os serviços públicos necessários aos cidadãos.

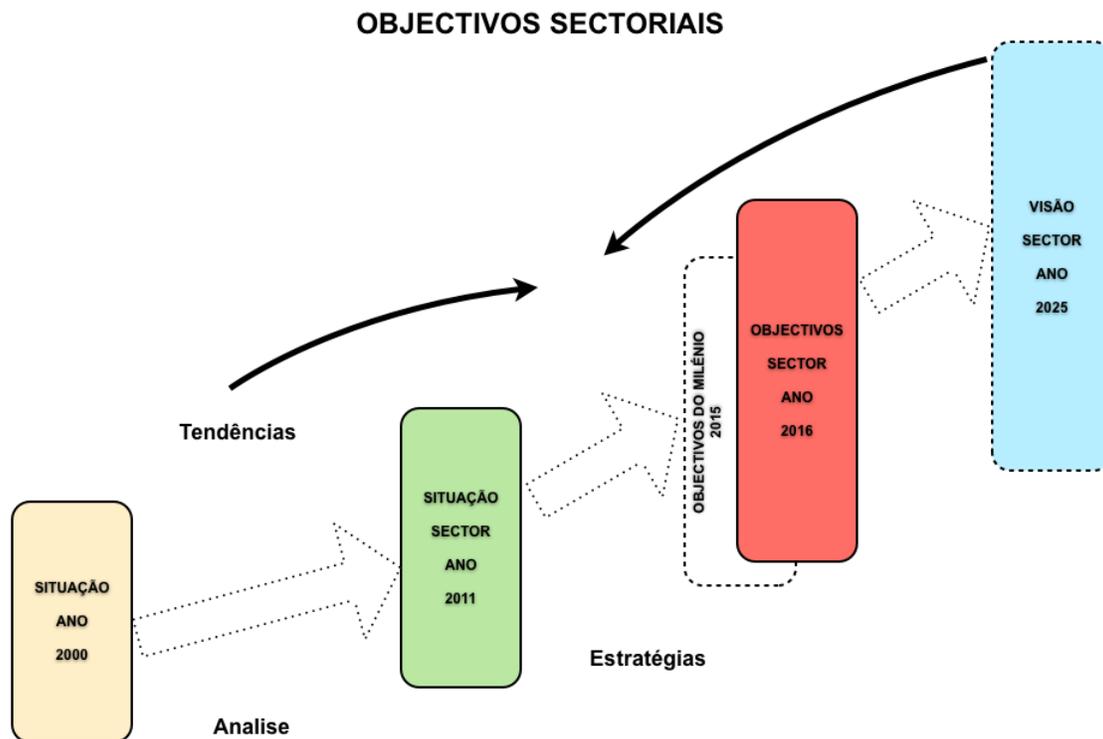
Por fim, os programas de gestão e apoio administrativo são os que fornecem os meios para que os programas de investimento e finalísticos possam ser executados. São actividades de natureza burocrática que não fornecem directamente serviços ao cidadão (“*back office*”).

O Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) e os Quadros de Despesa Sectorial de Médio Prazo (QDS-MP) constituem os principais instrumentos através dos quais o Governo toma as decisões em matéria de repartição e utilização dos recursos financeiros a nível de projecto e/ou unidades funcionais, facilitando o estabelecimento de um sistema de repartição dos recursos transparente e de acordo com as prioridades estratégicas do DECRP III. Ao QDMP cabe discutir e definir os limites de despesa (“*plafonds*”) para cada sector e para cada tipologia de programa. Também cabe ao QDMP articular os meios e as informações necessárias para definir as directrizes que devem ser observadas no processo de elaboração do orçamento anual.

Aos Orçamentos do Estado (OE) cabe, anualmente, atribuir a cada unidade orçamental os montantes de recursos necessários para que executem os seus programas, por intermédio de projectos e actividades, de forma a atingir as metas propostas. Nesse processo de planeamento-orçamento, o elo de ligação e articulação entre os vários níveis de planeamento é o programa, a ser processado no Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) que permitirá uma agregação de orçamentos a vários níveis, na base de nomenclaturas normalizadas e de uma melhor identificação do circuito dos recursos públicos.

A definição dos indicadores sucede numa lógica *top-down* acompanhando o processo de planeamento, isto é: Visão, Eixos, Programas, Projectos/Unidades Funcionais e Actividades. O processo natural aponta a que inicialmente se defina um programa para logo proceder à definição dos projectos ou actividades finalísticas que constituem o programa. A definição dos indicadores a nível dos programas precede a definição dos indicadores dos projectos ou unidades funcionais. Este procedimento visa garantir o alinhamento e coerência dos indicadores nos vários níveis.

Figura 5.2 – Objectivos Sectoriais



A implementação e o seguimento e avaliação da estratégia serão realizados de acordo com a nova lógica programática. Ou seja, a implementação processar-se-á através dos planos de acção sectoriais e dos programas e projectos definidos nos QDMPs e OGEs a serem implementados no período de abrangência do DECRP III. O processo terá a intervenção de vários actores, nomeadamente o Ministério das Finanças e do Planeamento através da Direcção Nacional do Planeamento (DNP), o Sistema Estatístico Nacional, os ministérios sectoriais e respectivas estruturas desconcentradas, e as estruturas descentralizadas - Municípios, organizações da sociedade civil e o sector privado.

A lógica programática possibilita uma gestão centrada em resultados ao ligar os recursos alocados às metas dos indicadores de resultados esperados em cada programa. A apreciação do nível de execução do DECRP III não se fará somente no plano da execução financeira dos orçamentos, mas também em relação ao nível dos resultados atingidos e, mesmo da qualidade desses resultados. O processo de seguimento e avaliação deve ser entendido como um exercício contínuo, a ser alvo de um reforço progressivo e gradual. Uma abordagem modular e flexível permitirá produzir numa base regular relatórios de progresso da execução do DECRP III. O Governo dará continuidade à coordenação e participação dos parceiros de desenvolvimento junto do processo, convidando-os a participar activamente no seu desenvolvimento e a situar as respectivas intervenções e avaliações em torno das revisões anuais do DECRP III.

O objectivo do DECRP III requer um equilíbrio apropriado entre os programas de investimento que possibilitem o crescimento económico e os programas finalísticos centrados na redução da pobreza. Isto no sentido de possibilitar a concretização do objectivo de construir uma economia dinâmica, competitiva e sustentável, e cuja prosperidade seja partilhada por todos.

O equilíbrio apropriado diz respeito não somente ao nível de investimentos públicos e sua composição, mas também ao comportamento esperado dos investimentos privados. O acompanhamento do DECRP pelo sector privado e o engajamento deste na prossecução das metas traçadas afigura-se fundamental para o alcance dos objectivos definidos no Programa do Governo.

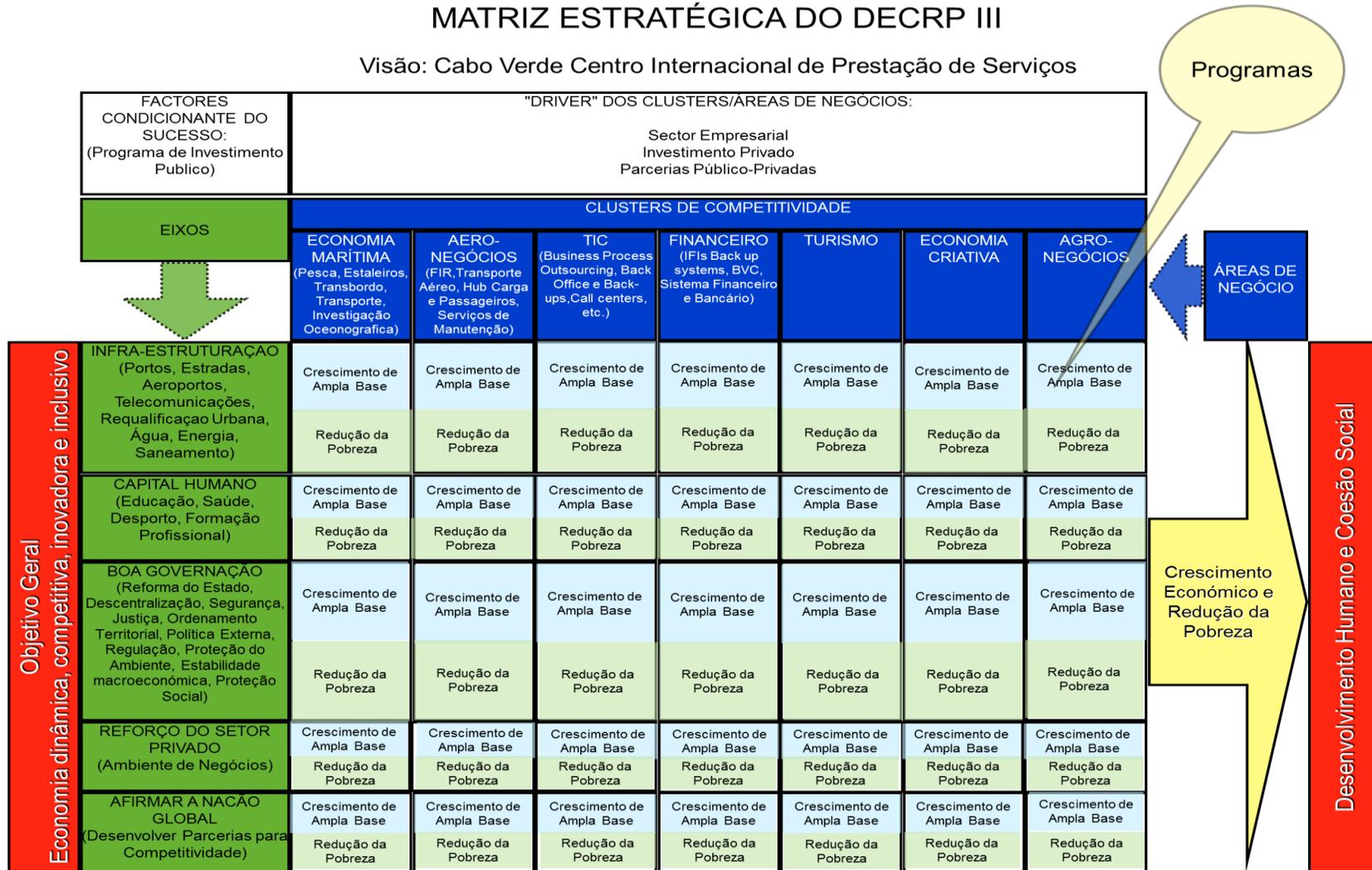
Os programas encaixam nos cinco eixos de intervenção estratégica que constituem, por sua vez, a substância da intervenção pública no domínio da estratégia de crescimento económico e combate à pobreza. O Quadro Lógico do DECRP descreve em síntese o alinhamento do Documento com a visão do Programa do Governo (Figura 5.3). O Quadro organiza as intervenções do Governo segundo os respectivos programas de investimento e finalísticos agrupados nos 5 Eixos Estratégicos e tendo em conta as prioridades na promoção dos 7 *clusters* de competitividade.

Os programas identificados vão procurar responder ao propósito de reduzir a pobreza através do crescimento económico inclusivo sem esquecer as camadas mais pobres da população não especificamente abrangidas pelo crescimento dos *clusters*. É importante relembrar que a programação dos recursos a serem alocados na fase do DECRP só considera o nível de “Programa”. O detalhe da alocação dos recursos ao nível de projectos unidades funcionais corresponde à elaboração do QDMP e OGE.

Figura 5.3 – Matriz Estratégica do DECRP III

MATRIZ ESTRATÉGICA DO DECRP III

Visão: Cabo Verde Centro Internacional de Prestação de Serviços



5.2 – Programas e Metas do DECRP III

O conjunto dos programas do DECRP III e respectivos quadros lógicos constam no Anexo I organizados por eixo e função. Os seguintes subtópicos procedem a uma breve descrição das prioridades por eixo, remetendo no entanto para os quadros lógicos em anexo para uma exposição em maior detalhe dos objectivos e metas por programa finalístico e de investimento. A presente síntese de acções por eixo também não substitui a consulta dos respectivos documentos estratégicos sectoriais que conduzem a definição e condução de políticas específicas em mais detalhe e cujos objectivos estão reflectidos nos quadros lógicos.

A nova estratégia, contemplada no DECRP III, concretiza a aposta em investimentos no sector primário de forma significativa (construção de 17 barragens) e infra-estruturas portuárias (um porto moderno em cada ilha). Neste quadro, a dosagem apropriada no que diz respeito aos programas finalísticos visa a priorização da despesa recorrente na função educação, especialmente na formação técnico-profissional no sentido de alavancar no curto prazo os recursos humanos do sector primário, e também na educação pré-escolar no sentido de potenciar a melhoria do capital humano no longo prazo. A acção social escolar manter-se-á também como um dos vectores com vista a promover a equidade no acesso ao ensino independentemente do estrato socioeconómico do aluno.

Num cenário de lento crescimento económico mundial, a recuperação do sector turismo poderá ser tímida e portanto incapaz de absorver a crescente oferta de jovens a entrar no mercado de emprego. O sector terciário irá por isso manter a importância enquanto fonte de riqueza da economia cabo-verdiana sendo que, no entanto, o sector primário deverá contribuir de forma mais significativa na geração de novos empregos, redução da pobreza e diminuição da desigualdade na distribuição do rendimento.

O equilíbrio óptimo entre programas de investimento e programas finalísticos nos diferentes sectores responde, em primeiro lugar, às características da pobreza em Cabo Verde. Tendo em conta que a pobreza extrema está concentrada no meio rural e que o desemprego tem maior incidência nas faixas etárias mais jovens, fica claro que o equilíbrio desejável deve conter um número de programas de investimento que visem apoiar o crescimento económico e incentivar a participação do investimento privado no sector primário por este sector ter uma maior elasticidade do que os sectores secundário e terciário na geração do emprego. Por outro lado, no que diz respeito à proporção ideal de programas finalísticos, a prioridade estará na educação técnico-profissional (e.g. técnicos agrícolas, hotelaria e informática) e desenvolvimento rural no sentido de assegurar o incremento da produtividade dos investimentos no sector primário.

A arquitectura do DECRP evidencia os programas que assumem um carácter prioritário no estabelecimento dos *clusters* que norteiam o crescimento económico, a geração de emprego e a redução da pobreza. Para o período do DECRP III, o Programa do Governo fixa como meta alcançar um crescimento robusto do PIB num ambiente de equilíbrio dos fundamentais da economia e controlo da inflação. Suportado numa economia dinâmica e forte crescimento do sector primário, o Governo trabalhará, em parceria com o sector privado, para continuar a reduzir o desemprego através da criação de postos de trabalho.

No âmbito da harmonização, alinhamento e eficácia da ajuda ao desenvolvimento segundo os princípios corporizados na Declaração de Paris e tendo em conta a oportunidade que se apresenta por ocasião da introdução do orçamento programático a todo o perímetro da despesa pública, importa que os parceiros de desenvolvimento conduzam a devida apropriação dos indicadores apresentados,

especialmente em sede das convenções plurianuais de apoio ao orçamento a serem negociadas no quadro do apoio ao DECRP III. Desde já, a concepção da nova matriz conjunta de apoio orçamental deverá nascer da selecção de um subconjunto de indicadores listados, consoante a lógica de seguimento sectorial que conste no respectivo programa de cooperação plurianual de cada parceiro. O seguimento anual e a avaliação dos indicadores de efeito e impacto da estratégia estarão ancorados à Agenda Estatística e garantidos pelo INE.

Quadro 5.1 – Indicadores e Metas Globais do DECRP III (Cenários Base e Alternativo)

Indicadores e Metas Globais do DECRP III							
Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. População	<i>Efectivo da população</i>						
Base		495.070	498.424	501.513	504.295	506.746	508.858
Alternativo		495.070	498.424	501.513	504.295	506.837	509.133
2. Crescimento Económico	<i>Taxa de Crescimento Anual do PIB real (%)</i>						
Base		5,6	4,6	4,8	4,6	4,8	5,4
Alternativo		5,6	4,6	4,8	5,5	5,5	6,5
3. Crescimento Económico Per Capita	<i>Taxa de Crescimento Anual do PIB real per capita (%)</i>						
Base		4,8	3,9	4,1	4,1	4,3	5,0
Alternativo		4,8	3,9	4,1	4,9	4,9	6,0
4. Pobreza	<i>Índice de incidência da pobreza (%)</i>						
Base		22,5	24,6	24,0	22,4	21,2	20,2
Alternativo		22,5	24,6	24,0	21,8	20,3	18,8
5. Pobreza Extrema	<i>Índice de incidência da pobreza extrema (%)</i>						
Base		12,0	11,6	11,5	11,0	10,6	10,2
Optimista		12,0	11,6	11,5	10,9	10,3	9,8
6. Desemprego	<i>Taxa de Desemprego (%)</i>						
Base		12,2	12,0	11,9	11,6	11,0	10,8
Alternativo		12,2	12,0	11,9	10,2	8,6	7,6
7. Desigualdade	<i>Índice de GINI</i>						
Base		45,7	45,2	45,3	45,4	45,7	46,1
Alternativo		45,7	45,2	45,3	45,3	45,5	45,7

Fonte: DNP, Modelo DECRP-III

5.2.1 Programas do EIXO I: Infra-estruturação

Os programas abrangidos no DECRP III para o desenvolvimento das infra-estruturas englobam um conjunto de sectores cujos serviços têm impacto directo na qualidade de vida das famílias e na produtividade e competitividade da actividade económica do país. O Eixo é composto por 18 programas (6 finalísticos e 12 de investimento) agrupados em sete funções: 1) Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; 2) Água e Saneamento; 3) Energia e Mineração; 4) Habitação, Urbanismo e Ordenamento do Território; 5) Transportes. Todos têm um contributo decisivo à dinamização dos *clusters* de competitividade considerados prioritários, nomeadamente Agro Negócios, Economia Marítima e Turismo. Os programas de infra-estruturação das funções Educação, Saúde e Agricultura não foram considerados no eixo I e formam parte dos eixos Capital Humano e Reforço do Sector Privado para facilitar o seguimento estratégico de seus respectivos eixos e funções. Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.2 - Indicadores e Metas Globais do Eixo Infra-estruturação

Indicadores e Metas do EIXO I: Infraestruturação

Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. ÁGUA							
a. Agrícola		28	31	34	36	38,5	57
b. Distribuição de água potável							
b.1. % ligados a rede pública	<i>% de domicílios ligados à rede pública de distribuição de água</i>	57,0	59,9	62,9	66,0	69,3	72,8
b.2. % fonte melhorada água potável	<i>Percentagem da população que utiliza uma fonte melhorada de abastecimento de água(exceptuando auto tanque e outra fonte)</i>	83,4	84,3	85,1	86,0	86,8	87,7
c. Dessalinizada	<i>Quantidade de água dessalinizada produzida (milhões de metros cúbicos)</i>	5,4	7,3	9,0	10,9	12,7	12,7
2. ENERGIA							
a. Rede de Electricidade	<i>% de alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de electricidade</i>	84,0	87,1	90,4	93,6	96,9	100,0
b. Acesso a Electricidade	<i>% de população que tem acesso à electricidade</i>	84,0	87,0	89,9	92,9	95,9	98,8
c. Geração de Electricidade	<i>Produção de energia eléctrica (MegaWh)</i>	325.421	335.184	345.239	355.596	366.264	377.252
d. Consumo Gás para Cozinha	<i>Proporção da população que utiliza o gás como principal fonte de preparação dos alimentos</i>	70,7	71,2	71,8	72,4	72,9	73,5
e. Geração Energia Alternativa	<i>Produção de energia eléctrica alternativa (MegaWh)</i>	33,5	35,0	37,5	39,0	41,5	41,5
3. HABITAÇÃO, URBANISMO e ORDEN. TERRIT.							
a. Casas Entregues	<i>número de casas entregues no âmbito dos programas do DECRP-III</i>	146	147	1.765	3.615	3.622	277
b. Casas Reabilitadas	<i>número de casas reabilitadas no âmbito dos programas do DECRP-III</i>	--	60	250	300	300	450
4. SANEAMENTO							
a. Rede de Esgoto	<i>% de alojamentos ligados à rede de esgoto</i>	20,4	21,4	22,4	23,4	24,5	25,5
b. Fossa Séptica	<i>% alojamentos ligados à fossa séptica</i>	47,7	48,1	48,4	48,7	49,1	49,4
c. Instalação Sanitária Melhorada	<i>Percentagem da população que utiliza instalações sanitárias melhoradas</i>	67,2	71,2	74,8	77,8	80,5	82,9
d. Recolha Resíduos Sólidos	<i>% agregados familiares que usam um sistema de recolha de lixo de forma adequada (carro de lixo, contentor)</i>	73,0	73,9	74,8	75,7	76,6	77,6
5. TRANSPORTES RODOVIARIO							
a. Estradas Totais	<i>Kms. estradas</i>	437	561	700	957	1057	1057
b. Estradas Pavimentadas	<i>Kms. de estradas pavimentadas</i>	207	207	224	270	310	345
6. TRANSPORTE MARITIMO							
a. Passageiros	<i>Número de passageiros de transporte marítimo</i>	838.490	877.899	919.160	962.361	1.007.592	1.054.949
b. Carga	<i>Carga mobilizada no transporte marítimo</i>	828.987	869.607	912.218	956.917	1.003.806	1.052.992
7. TRANSPORTE AEREO							
a. Doméstico	<i>Número de passageiros de voos domésticos</i>	434.385	456.104	478.909	502.855	527.998	554.398
b. Internacional	<i>Número de passageiros de voos domésticos</i>	458.647	486.166	515.336	546.256	579.031	613.773

Desde logo, a questão do transporte surge como uma forte prioridade tendo em conta a condição arquipelágica do país e a importância de integrar e ligar os agentes económicos produtores e fornecedores de bens e serviços com os centros de consumo. O provimento de um sistema de transportes intermodal devidamente articulado e integrado e que possibilite serviços fiáveis de qualidade e com segurança é condição necessária para o desenvolvimento de todos os *clusters*. O DECRP III aposta nesta área em importantes investimentos desde logo em:

- Desenvolvimento de portos internacionais mais competitivos e adaptados às necessidades de desenvolvimento do transporte inter-ilhas e da internacionalização da economia, isto é, devidamente equipados com capacidade de logística satisfatória para carga e passageiros (destacando-se os investimentos em rampas *roll-on e roll-off*). Acresce referir os investimentos para aumento da segurança marítima, nomeadamente através da instalação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios e de outros instrumentos de apoio e suporte à monitoria das zonas marítimas;
- Consolidação e desenvolvimento de aeroportos modernos que assegurem os padrões mais exigentes de segurança, eficiência e conforto, e com especial atenção às exigências que uma crescente procura turística vão aportar para o desenvolvimento destas infra-estruturas;
- Desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias que garantam a circulação em cada ilha de pessoas e mercadorias em condições de segurança e conforto contribuindo assim decisivamente para o acesso das populações a serviços e mercados. A conservação do património rodoviário existente via a implementação de um sistema eficiente, transparente e sustentável para a gestão e manutenção da rede de estradas principais e locais, através da consolidação do Instituto de Estradas, é também fundamental.

Ainda na função transportes e de uma forma transversal, importa referir o plano de acção para o desenvolvimento do transporte inter-ilhas cujo objectivo passa por realizar reformas profundas de políticas estruturais e regulatórias, de forma a reduzir a burocracia e os encargos do sector dos transportes, fomentar a qualidade de serviço e proteger melhor os utentes. Estas reformas visam também facilitar a programação entre os diferentes meios de transportes.

No que toca à mobilização de recursos hídricos, que inclui a construção de barragens, diques, furos e reservatórios e o desenvolvimento das respectivas redes de adução, pretende-se que os programas associados criem condições para um incremento da produção agrícola e pecuária. A melhoria da gestão destes recursos e o respectivo ordenamento das bacias hidrográficas possibilitará um aumento da produtividade e o desejado impacto no aumento do rendimento e conseqüente redução da pobreza especialmente no meio rural. Para esse efeito, os programas estão em sintonia com os objectivos preconizados no Programa de Governo e estratégias sectoriais – Plano Nacional de Investimento Agrícola (Dezembro de 2010) e Plano Estratégico para o Desenvolvimento Agrícola (2005 - horizonte 2015).

Outro desafio fundamental no eixo é a melhoria do fornecimento de energia. A pouca fiabilidade e o alto custo do serviço representam constrangimentos sérios à competitividade e produtividade da economia. Em total convergência com os objectivos sectoriais preconizados na Estratégia e Plano de Acção Cabo Verde 50% renovável em 2020, os programas de energia do DECRP III providenciam uma abordagem multidimensional que aposta no aumento da capacidade de produção (com especial enfoque em fontes de energia renovável), melhoria do armazenamento e distribuição. A consolidação das reformas institucionais no sector, incluindo a conclusão do processo de reestruturação e de reengenharia da Electra com vista entre outros à redução de perdas e aumento da qualidade de serviço, constituem também iniciativas prioritárias para ultrapassar o problema.

No sector da habitação, fundamental na luta contra a pobreza e na promoção de inclusão social, a dimensão dos desafios exigem respostas contundentes e decididas. O Governo, através da implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e especificamente o Programa Casa para Todos, propõe-se a reduzir em 20 por cento o défice habitacional quantitativo e na mesma percentagem o défice habitacional qualitativo, participando na construção e nos apoios à aquisição de habitação própria de até cerca de 8155 fogos habitacionais e contribuindo para a reabilitação de mais de 15 mil moradias. Os programas afectos a esta função, que buscam o forte envolvimento dos Municípios, pretendem actuar também no plano da sensibilização e introdução de técnicas para uma construção ambientalmente sustentável e devidamente enquadrada na ordem jurídica de ordenamento territorial e urbanismo.

Os investimentos no sector de água e saneamento, conjugados com a profunda reforma institucional de governação preconizada na Carta de Políticas⁴¹ para o sector, constituem também uma âncora para a melhoria do acesso seguro a fontes de água potável, melhoria das condições de higiene e de gestão dos resíduos sólidos. Os programas correspondentes a esta função corporizam as metas associadas à reestruturação prevista, apostando na criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento e criação de sociedades intermunicipais para melhorar a prestação de serviços, reduzir as perdas na distribuição e alavancar a gestão dos recursos hídricos para os diversos fins. A prossecução das metas contempladas na reforma neste domínio é condição necessária para que Cabo Verde consiga atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio associado.

⁴¹ *New institutional direction for the water and sanitation sectors – Carta de Políticas - August 2011.*

Quadro 5.3 – Resumo dos programas finalísticos e de investimento do eixo infra-estruturas 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016	
I. INFRA - ESTRUTURACAO						
<i>FINALISTICOS</i>						
	AGUA E SANEAMENTO	DISTRIBUICAO DE AGUA	1	MELHORIA DE GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS	538.903.202	
		SANEAMENTO URBANO	2	MELHORIA DA QUALIDADE DO SANEAMENTO BASICO	36.600.000	
	ENERGIA E MINERACAO	ENERGIA ELETRICA	3	MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE PRODUCAO ARMAZENAMENTO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA	86.022.166	
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	HABITACOES URBANAS	4	PROMOCAO E REABILITACAO DA HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	1.038.010.053	
	TRANSPORTES	TRANSPORTE RODOVIARIO	5	MELHORIA DA QUALIDADE DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS	2.844.319.156	
<i>TOTAL FINALISTICOS</i>					6	57.093.672.826
<i>INVESTIMENTO</i>						
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	ENGENHARIA RURAL E FLORESTAL	1	MOBILIZACAO DE ÁGUA E ORDENAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	6.520.996.200	
		PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	2	MOBILIZACAO DE ÁGUA E ORDENAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	53.563.116	
	AGUA E SANEAMENTO	DISTRIBUICAO DE AGUA	3	INFRAESTRUTURAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE E DISTRIBUICAO DE AGUA DESSALINIZADA	286.228.169	
			4	MOBILIZACAO DE AGUA E REFORCO DA CAPACIDADE DE ABASTECIMENTO PUBLICO	5.311.780.371	
	ENERGIA E MINERACAO	SANEAMENTO URBANO	5	PROMOCAO E DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BASICO	823.566.000	
		ENERGIA ELETRICA	6	INFRA-ESTRUTURAS DE PRODUCAO ARMAZENAMENTO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA	9.941.337.553	
		ENERGIAS ALTERNATIVAS	7	PROMOCAO DO USO DE ENERGIA ALTERNATIVAS E EFICIENCIA ENERGÉTICA	1.237.527.892	
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	HABITACOES URBANAS	8	CONSTRUCAO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2.364.596.979	
	TRANSPORTES	PORTOS	9	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS PORTUARIAS	13.655.160.123	
		TRANSPORTE AEREO	10	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS AEROPORTUARIAS	73.250.993	
		TRANSPORTE MARITIMO	11	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTES E SEGURANCA MARITIMA	298.518.596	
		TRANSPORTE RODOVIARIO	12	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS	6.852.517.273	
<i>TOTAL INVESTIMENTO</i>					47.419.043.265	

5.2.2 Programas do EIXO II: Capital Humano

O eixo Capital Humano é constituído por 35 programas, sendo 22 de carácter finalístico e 13 de cariz de investimento. A priorização das despesas orçamentais para as funções da educação; saúde; cultura lazer e desporto; justiça, cidadania e juventude; e trabalho e protecção social favorecem a qualificação do capital humano, condição necessária para o crescimento económico e aumento da produtividade. Para que este crescimento ocorra numa base de equidade, a alocação dos recursos financeiros nestes sectores procurará ter particular impacto nos estratos da população mais vulneráveis, em particular jovens e mulheres. Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.4 - Indicadores e Metas Globais do Eixo Capital Humano

Indicadores e Metas do EIXO II: Capital Humano

Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. EDUCAÇÃO							
a1. Taxa Alfabetização da população de 15 ou mais anos	Taxa de alfabetização da população de 15 ou + anos por sexo - Total	83.6	84.4	85.2	86.0	86.8	87.6
-Masculino	MASC	88.9	89.4	89.9	90.4	90.9	91.4
-Feminino	FEM	78.4	79.5	80.5	81.6	82.6	83.7
a2. Taxa Alfabetização dos 15 aos 24 anos	Taxa de alfabetização da população dos 15 aos 24 anos por sexo- Total	97.1	97.2	97.4	97.6	97.7	97.9
-Masculino	MASC	96.4	96.6	96.7	96.9	97.0	97.2
-Feminino	FEM	97.6	97.8	97.9	98.1	98.3	98.5
b. Ensino Básico (EB)							
-Taxa Líquida de Escolarização	Taxa líquida de escolarização no EB por sexo	95.4	95.4	95.5	95.6	95.6	95.7
c. Ensino Secundário (ES)							
-Taxa Líquida de Escolarização	Taxa líquida de escolarização no ES por sexo	56.0	56.2	56.4	56.7	56.9	57.2
d. Abandono no Secundário							
- Taxa de Abandono	Taxa de Abandono Ensino Secundário	7.0	6.7	6.4	6.2	5.9	5.6
2. SAÚDE							
a. Mal Nutrição em crianças menores de 5 anos	Percentagem de crianças menores de 5 anos com mal nutrição	9.1	8.9	8.7	8.5	8.3	8.1
b. Acesso a Saúde Básica	% população com acesso à saúde básica (vivem a menos de 30 minutos de uma estrutura de saúde)	86.0	87.2	88.4	89.6	90.8	92.0
c. Mortalidade Infantil	taxa de mortalidade infantil (por mil)	14.9	17.4	16.7	16.0	15.4	14.8
d. Mortalidade Materna	taxa de mortalidade materna (por cem mil)	25.8	24.7	23.8	22.8	21.9	21.0
e. VIH SIDA	taxa de transmissão vertical do VIH (PTV)	10.0	6.0	5.0	3.0	3.0	0.0
f. Esperança de vida	esperança de vida Homens (anos)	69.9	70.3	70.7	71.1	71.5	71.8
	esperança de vida Mulheres (anos)	79.2	79.4	79.5	79.7	79.9	80.0
g. Médicos/Habitante	rácio médicos por habitante	5.2	5.2	5.3	5.5	5.8	6.0
h. Enfermeiros/Habitante	rácio enfermeiros por habitante	10.6	10.6	12.0	14.0	16.0	18.0
i. Habitantes/Cama	rácio habitantes por cama hospitalar	675.0	688.5	702.3	716.3	730.6	745.3
j. Crianças com vacinação completa	Taxa de cobertura vacinal em menores de 1 ano (DTC3)	94.0	94.0	97.0	98.0	98.0	98.0
3. DESPORTO							
a. Agentes desportivos formados	Número de agentes	125.0	125.0	169.0	213.0	256.0	300.0
b. Competições educativas	Número de competições organizadas (militares, universitárias e escolares)	4.0	4.0	5.0	6.0	7.0	8.0
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR							
a. Estudantes Registados	Número de estudantes registados	13,417	15,027	16,529	17,852	18,923	19,679
b. Estudantes no último ano de curso	% de estudantes no último ano em relação ao número total de inscritos	60.0	60.0	62.0	65.0	68.0	70.0
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL							
a. Estudantes Registados	Número de estudantes matriculados	2,380	1,360	2,000	3,600	3,600	3,600
b. Inserção no Mercado de Trabalho	Proporção de inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional durante mais de um ano	66	45	50	55	58	60
6. GÉNERO							
a. Violência contra mulheres	Percentagem de Processos de Violência Baseada no Género resolvidos	28.3	30.3	33.0	36.0	38.0	40.0
b. Mulher/Homem no Ensino Primário	Rácio raparigas/rapazes no ensino primário	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	1.0
c. Mulher/Homem no Ensino Secundário	Rácio raparigas/rapazes no ensino secundário	1.2	1.2	1.1	1.1	1.1	1.1
d. Mulher/Homem no Ensino Superior	Rácio raparigas/rapazes no ensino superior	1.4	1.3	1.3	1.2	1.2	1.1
7. CULTURA							
a. Museus criados	Número de museus criados	5.0	5.0	4.0	4.0	4.0	4.0
8. PROTECÇÃO SOCIAL							
a. População no INPS	Percentagem da População total que beneficia de uma protecção social no quadro do regime contributivo (INPS)	35.5	36.4	37.3	38.2	39.1	40.0
b. Empresas inscritas no INPS	Percentagem de empresas inscritas no INPS	37.0	38.0	39.0	40.0	41.0	42.0
c. População com Pensão Social	Número de beneficiários de uma pensão social	21,889	21,252	21,252	21,252	21,675	21,141
d. População activa no Sistema de Pensões	Percentagem da população economicamente activa que contribui para o sistema de pensões	33.7	34.8	35.8	36.9	37.9	39.0

Na última década a prioridade do Governo incidiu maioritariamente no desenvolvimento da infraestrutura de educação e saúde assim como o reforço das actividades de alfabetização nas zonas mais pobres. Cabo Verde dispõe agora de estabelecimentos de ensino secundário em todos os Municípios. Existem actualmente também diversos centros de formação técnica e profissional e uma Universidade pública. O sistema de saúde conta também com hospitais regionais funcionais e centros de saúde na maioria dos Municípios.

Apesar da evolução positiva em muitos indicadores de desenvolvimento no plano do Capital Humano, a qualidade e equidade dos serviços de educação e saúde necessitam de esforços adicionais. Neste quadro, o DECRP III concretiza a evolução no plano das prioridades ao assumir uma mudança no sentido da melhoria da qualidade de prestação de serviços ao invés do desenvolvimento das infra-estruturas. Em decorrência da mudança de prioridades, as despesas em programas finalísticos tomam natural precedência e relevância em comparação com as despesas em programas de investimento.

A educação é fundamental para a redução de pobreza. Diversos estudos empíricos demonstram que a probabilidade de ser pobre aumenta em relação inversa ao nível de instrução. A melhoria da qualidade de educação tem por isso um papel fundamental no DECRP III e um impacto transversal em todos os *clusters* de competitividade.

Com vista a alcançar os objectivos preconizados, o DECRP III contempla de forma prioritária os programas finalísticos de melhoria da qualidade do ensino básico e secundário em conjunto com os programas de desenvolvimento do ensino técnico e profissional e reforço do pré-escolar. O objectivo passa por criar as condições para que a escolaridade obrigatória seja de doze anos e para o alargamento a todo o território nacional de creches e jardins infantis. A visão é de assegurar a melhoria da qualidade do ensino desde o pré-escolar até ao ensino técnico e profissional e ensino superior, implantando controlo de qualidade em todo o sistema. No plano do pré-escolar, aponta-se a uma reestruturação que melhore a qualidade e aumente a taxa de cobertura assim como a um programa de educação parental. As medidas associadas no plano do ensino básico passam por melhorar as condições institucionais e pedagógicas, assim como proceder à necessária revisão curricular. Destaca-se também a forte ênfase em novas tecnologias de informação e comunicação com vista a enriquecer a experiência educativa do Ensino Básico através do projecto “Mundu Novu” - um computador para cada professor e para cada aluno. O esforço incidirá também na governação e regulação do sector através da regulamentação das respectivas lei de bases e revisão e optimização da orgânica do Ministério da tutela.

No que respeita ao ensino secundário, o objectivo passa por privilegiar a aquisição de técnicas de aprendizagem que favoreçam uma base sólida de línguas, tecnologias e ciências. Adicionalmente, a forte articulação com a formação profissional e a necessária reformulação da estrutura curricular de cada um dos ciclos de ensino superior à luz do reforço do alinhamento com a agenda de competitividade, constituem também prioridades. Especificamente sobre o ensino superior, atendendo ao crescimento exponencial da oferta e frequência de alunos neste nível em Cabo Verde – o número de estudantes por 100.000 habitantes passou de 164 em 2001 para 2364 em 2011 -, urge agora construir mecanismos de credenciação e de avaliação da qualidade da oferta, assim como formação e capacitação de docentes, com vista a garantir que os alunos ganham as devidas competências que os cursos advogam.

O Governo tem adoptado uma política de valorização progressiva dos recursos humanos provenientes de uma população jovem e dinâmica. A necessidade de qualificação de mão-de-obra é uma condição para poder estimular a instalação de empresas e conseqüente dinamização do mercado de emprego. É necessária uma aposta forte e decisiva na qualificação da educação, no alargamento e na diversificação da oferta de novas áreas de ensino técnico profissional (agro negócios, economia marítima, ambiente, saúde, energias renováveis e turismo) e da formação profissional, assim como a adequação/adaptação de mais escolas secundárias de via geral com ofertas em áreas de ensino técnico profissional, de modo a adequar o perfil formativo do país às reais necessidades do mercado de trabalho. A formação profissional será encarada de forma a priorizar a formação de técnicos nas áreas de hotelaria e agricultura, agro-negócios e economia marítima, em convergência com as áreas de competitividade

identificadas na economia. A formação para o empreendedorismo e inovação será também uma vertente importante atendendo à importância que a criação de novos negócios tem para a revitalização contínua da competitividade do tecido empresarial do país.

Os programas na área da acção social escolar constituem um vector fundamental na política de educação uma vez que visam criar as condições para que todos os estratos populacionais, independentemente da condição socioeconómica, tenham condições de frequentar o sistema educativo. Procura-se para esse efeito a aplicação do regime de gratuidade na escolaridade obrigatória através de um sistema de apoios e complementos que possibilite o cumprimento integral da escolaridade obrigatória e a frequência de outros escalões de ensino. A cobertura total das cantinas escolares e de iniciativas de saúde escolar no ensino básico e correspondente extensão progressiva ao pré-escolar, assim como a concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino secundário, superior e técnico profissional, concorre também para aumentar a frequência e retenção de alunos no sistema educativo. Acresce também referir o programa de reforço da educação especial, que aponta a que mais instituições de ensino em mais concelhos possam acomodar alunos com necessidades educativas especiais.

Não obstante a priorização da vertente finalística de melhoria da qualidade da educação, mantém-se a construção e reabilitação de escolas, especialmente no ensino secundário. Nesta sentido, está em curso a construção das Escolas Secundarias do Tarrafal de São Nicolau, da ilha do Maio, dos Mosteiros e Ponta Verde na ilha de Fogo e está em curso os preparativos para a construção do Complexo Educativo de Santa Maria na ilha do Sal, bem como a Escola de Formação de Professores do Ensino Basico de Santa Catarina. De igual modo, os projectos para a reabilitação e ampliação das Escolas Secundarias do paul, da Boa Vista e da Brava estão em fase final de elaboração, assim como a Escola de Formação de professores do Ensino Basico do Mindelo. Os investimentos vão adicionalmente incidir na capacitação das infra-estruturas do ensino superior com valências para investigação e no desenvolvimento e melhoria do parque de escolas do ensino Básico, no quadro da implementação do alargamento da escolaridade básica para 8 anos.

Na área da saúde, é possível aferir que a população cabo-verdiana tem assistido a uma diminuição gradual das doenças transmissíveis que, no entanto ainda persistem e por tendência crescente do peso das doenças não transmissíveis. As principais prioridades para o sector estão centradas na promoção da saúde materno-infantil, na vigilância integrada das doenças com potencial endémico, e na luta contra as doenças não transmissíveis. Estas linhas de orientação devem ser apoiadas pela estruturação do sistema de saúde e pelo desenvolvimento dos recursos humanos. A promoção da equidade no acesso a serviços de saúde por parte dos cidadãos constitui, igualmente, um pilar fundamental nas opções políticas do Governo.

O DECRP III aponta a continuar a solidificar os avanços de anos recentes. Desde logo uma das prioridades passa por alocar recursos ao desenvolvimento e capacitação da rede de atenção primária de saúde (centros, postos e sedes de delegacia de saúde). O desenvolvimento da rede, no plano das infra-estruturas e também da capacitação dos recursos humanos afectos, é importante para consolidar uma rede de resposta contínua de primeira linha e que complemente e alivie a pressão sobre a rede hospitalar. Outro dos aspectos fundamentais passa também por melhorar a acessibilidade aos medicamentos através de medidas para desenvolver o sector farmacêutico, procurando assim garantir acesso a fármacos seguros e eficazes para toda a população.

Os principais desafios que permanecem passam por melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e respectivo atendimento, promovendo, para isso, a implementação de modelos de gestão de

qualidade total, nomeadamente pela melhor utilização das infra-estruturas existentes, a qualificação dos profissionais, e a criação de condições para a formação de médicos no país, sem descuidar a sustentabilidade financeira do sistema nacional de saúde.

Em suma, o processo de reforma da saúde de Cabo Verde visa a materialização dos grandes objectivos do sector, nomeadamente: i) promoção de uma maior equidade nas oportunidades e nas prestações descentralizadas de cuidados de saúde, e reforço do conteúdo funcional das instituições de saúde; ii) garantia da qualidade técnica crescente dos cuidados; iii) melhoria do acesso aos serviços, da humanização no atendimento e da satisfação do utente; iv) melhoria do desempenho do serviço nacional e da gestão dos recursos de saúde, com reforço da descentralização nas delegacias de saúde e regiões sanitárias, assim como uma maior diferenciação do nível central de prestação e de gestão.

No que respeita à promoção da prática do desporto, o DECRP III apostará em programas que vão construir e reabilitar infra-estruturas desportivas (principalmente no meio escolar), formar agentes desportivos e organizar competições de diversos escalões e modalidades. Procurar-se-á assim facilitar o acesso da população ao desporto fortalecendo os respectivos serviços públicos como forma de engajar a juventude para uma cidadania activa e saudável.

No campo da cultura e arte, o DECRP III incluirá programas que apontam à implementação do Plano Estratégico da Cultura (elaborado em 2011) que procura dinamizar de uma forma ampla todos os sectores que envolvem criação (artística ou intelectual), assim como os produtos e serviços ligados à fruição e difusão da cultura (museus, turismo cultural, património histórico, salas de espectáculo, etc.). A dinamização das economias criativas ganha ascendente até no âmbito da agenda de competitividade, na medida em que pode aportar ganhos substanciais no fortalecimento do valor acrescentado da actividade âncora da economia – turismo.

No que toca à protecção social e relativo ao eixo capital humano, destaca-se o programa afecto ao Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos e executado pelo Instituto Cabo Verdeano da Criança e Adolescente (ICCA) - organismo que exerce um papel fundamental de garante da protecção dos direitos e segurança das crianças e adolescentes em situação de risco, e sua posterior integração escolar, sociofamiliar e/ou profissional.

Apesar dos esforços prosseguidos, constata-se que muitas crianças e adolescentes continuam a enfrentar dificuldades económicas e sociais acrescidas. A pobreza e conseqüente agravamento das condições de vida condicionam a plena realização dos direitos e colocam estes grupos sociais em situação de risco e vulnerabilidade permanentes.

Atendendo à estrutura demográfica jovem de Cabo Verde, é imprescindível dispor de uma “*safety Net*” para este extracto da população. O objectivo do DECRP III passa por isso por expandir as actividades do ICCA de modo a abranger mais população neste segmento. Neste âmbito afigura-se fundamental o reforço das estruturas regionais de protecção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, nomeadamente as delegações do ICCA, os Centros de Emergência Infantil, os Centros “Nos Kaza” – Crianças de/na rua, os Centros de Protecção e Reinserção Social, os Centros de Acolhimento Dia e todas as estruturas contempladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com vista à plena realização dos direitos associados.

Quadro 5.5 – Programas Finalísticos e de Investimento no Eixo Capital Humano 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
III. CAPITAL HUMANO					
<i>FINALISTICOS</i>					
	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	DESPORTO COMUNITARIO	1	PROMOCAO DA PRATICA DE DESPORTO	2.000.000
		DIFUSAO CULTURAL	2	MELHORIA DO ACERVO BIBLIOTECARIO, PATRIMONIAL E ARQUIVISTICO	374.172.551
	EDUCACAO	PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL	3	PROMOCAO NACIONAL DAS ARTES	204.274.624
			4	MELHORIA DO ACERVO BIBLIOTECARIO, PATRIMONIAL E ARQUIVISTICO	38.425.387
		APOIO AO EDUCANDO	5	ACA SOCIAL E ESCOLAR	5.058.987.695
		DESPORTO COMUNITARIO	6	PROMOCAO DA PRATICA DE DESPORTO	661.721.108
		EDUCACAO BASICA	7	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO BASICO	15.356.287.443
		EDUCACAO ESPECIAL	8	REFORCO DA EDUCACAO ESPECIAL	24.000.000
		EDUCACAO PRE-ESCOLAR	9	REFORCO DA EDUCACAO PRE-ESCOLAR	41.286.708
		ENSINO SECUNDARIO	10	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO SECUNDARIO	13.265.518.693
		ENSINO SUPERIOR	11	FORMACAO E CAPACITACAO	4.004.416.178
			12	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR	398.072.021
			13	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TECNICO E PROFISSIONAL	1.871.010.275
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE SAUDE	JUVENTUDE	14	PROMOCAO DO EMPREGO E FROMACAO PROFISSIONAL	721.092.979
			15	PARTICIPACAO E REPRESENTACAO DOS JOVENS	561.910.876
		ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR	16	PRESTACAO DOS CUIDADOS DE SAUDE NA REDE HOSPITALAR	8.349.055.561
			17	DESENVOLVIMENTO DO SECTOR FARMACEUTICO	1.163.486.742
		ATENCAO PRIMARIA DE SAUDE	18	PRESTACAO DOS CUIDADOS DE SAUDE NA REDE DE ATENCAO PRIMARIA	4.023.314.531
			19	PROMOCAO DE SAUDE E INVESTIGACAO	175.044.945
		SUPORTE MEDICO ESPECIALIZADO	20	REFORCO DA LUTA CONTRA SIDA	167.909.559
			21	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	100.500.000
TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	22	MELHORIA DAS CONDICoes DE VIDA DAS CRIANCAS E ADOLESCENTES	531.184.950	
TOTAL FINALISTICOS				23	57.093.672.826
<i>INVESTIMENTO</i>					
	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL	1	DESENVOLVIMENTO DAS INDUSTRIAS CRIATIVAS	27.046.916
			2	VALORIZACAO DO PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO	123.720.308
EDUCACAO		ADMINISTRACAO GERAL	3	REFORCO DA QUALIDADE DO SISTEMA EDUCATIVO E DESPORTIVO	540.751.974
			4	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS	486.000.000
			5	DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE ENSINO BASICO	312.730.453
			6	DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE ENSINO SECUNDARIO	1.589.753.501
			7	CONSOLIDACAO DO ENSINO SUPERIOR	144.871.152
			8	INFRAESTRUTURAS DO ENSINO SUPERIOR	299.272.838
			9	INFRA-ESTRUTURACAO DE REDE HOSPITALAR	311.043.001
SAUDE		ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR	10	INFRA-ESTRUTURACAO DE REDE DE ATENCAO PRIMARIA DE SAUDE	246.388.401
			11	DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DE SAUDE	133.727.211
			12	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACAO PARA SAUDE	110.000.000
TRABALHO E PROTECAO SOCIAL		PROMOCAO DO EMPREGO	13	FORMACAO PROFISSIONAL DIRECCIONADA PARA O EMPREGO E INCLUSAO SOCIAL	1.715.954.384
			TOTAL INVESTIMENTO		

5.2.3 Programas do EIXO III: Boa Governação

A boa governação é uma necessidade básica para que qualquer transformação ocorra. No mundo actual, a transformação sustentável a longo prazo somente é possível com a presença de boas práticas de governação que facilitem a apropriação da política de redução da pobreza. O eixo de boa governação congrega todos os programas transversais e sectoriais que apontam a melhorar a qualidade de governação – cerca de 75 programas (45 finalísticos e 30 de investimento) que abarcam 16 funções de governação. Aqui constam os programas que pretendem implementar e avançar as reformas primordiais descritas em detalhe no capítulo 4. Neste eixo incluem-se também os programas de gestão

e apoio administrativo para os diversos sectores (48 no total). Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.6 – Indicadores e Metas para o Eixo Boa Governação

Indicadores e Metas do EIXO III: Boa Governação							
Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. REFORMA DO ESTADO							
a. Relatório <i>Doing Business</i>	<i>Ranking no relatório de "Doing Business"</i>	129	119	122	119	116	110
b. Relatório <i>Competitiveness Report</i>	<i>Ranking no "world competitiveness report"</i>	117	119	120	121	122	123
c. Risco País	<i>Rating</i>	B	B	B	B	B	B
d. Reservas Internacionais Líquidas	<i>Reservas Internacionais Líquidas (milhões ECV)</i>	28.340	27.418	31.627	34.443	36.366	39.100
e. Défice Fiscal	<i>Percentagem do défice fiscal em relação ao PIB</i>	-7,3	-6,6	-7,4	-2,9	0,0	1,8
f. Receitas Tributárias	<i>Percentagem das receitas tributárias em relação ao PIB</i>	25,0	23,4	26,5	27,2	25,8	24,3
g. Inflação	<i>Taxa média anual de inflação</i>	4,5	2,4	2,5	2,6	2,5	2,5
h. Despesas Ambientais	<i>Percentagem de despesas ambientais no Orçamento do Estado</i>	0,9	0,4	1,0	1,2	1,3	1,4
i. Despesas Educação	<i>Percentagem das despesas de Educação no Orçamento do Estado</i>	5,1	5,0	5,4	5,9	6,5	7,2
j. Despesas de Saúde	<i>Percentagem das despesas de Saúde no Orçamento do Estado</i>	13	11	15	16	17	17
2. SEGURANÇA							
a. Crime Violento contra pessoas	<i>Percentagem das ocorrências de crimes violentos em relação ao total de crimes contra pessoas</i>	16,3	--	--	--	--	--
b. Crime Violento dos 16 aos 24 anos	<i>Taxa de variação anual das ocorrências de crimes violentos perpetrados por jovens de 16-24 anos</i>	0,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0
c. Crimes contra Património	<i>Variação anual de ocorrências de crime contra o património</i>	0,0	-2,0	-4,0	-4,0	-4,0	-4,2
d. Crimes Sexuais	<i>Taxa de evolução das ocorrências de crimes sexuais</i>	0,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0
e. Crime contra pessoas	<i>Variação anual de ocorrências de crimes contra pessoas</i>	0,0	-2,0	-2,0	-2,0	-2,0	-2,0
f. Força Policial	<i>Numero de agentes policiais por 10000 habitantes</i>	--	--	--	--	--	--
g. Acidentes Rodoviários	<i>Numero de mortos em acidentes rodoviários</i>	48	44	41	37	34	30
3. JUSTIÇA							
a. Processos Entrados	<i>Numero de processos crime entrados</i>	28463	--	--	--	--	--
b. Processos Transitados	<i>Percentagem de processos crime transitados</i>	63,0	--	--	--	--	--
c. Processos Concluídos	<i>Percentagem de processos crime resolvidos</i>	13,5	22	30	38	45	52
4. AMBIENTE							
a. Praias protegidas	<i>Número de praias protegidas</i>	20	20	33	50	65	70
b. Apanha de Areia	<i>% de areia origem legal</i>	75	75	80	85	90	100
5. TRABALHO E PROTECAO SOCIAL							
a. Desemprego Juvenil total	<i>Taxa desemprego nos jovens entre 15-24 anos por sexo- Total</i>	27,1	26,9	26,8	26,5	25,9	25,7
b. Desemprego Juvenil masculino	<i>Mas.</i>	22,1	21,9	21,9	21,6	21,1	21,0
c. Desemprego Juvenil feminino	<i>Fem</i>	33,5	32,9	32,8	32,4	31,6	31,3
d. Diálogo Social Sindicatos	<i>Taxa de sindicalização dos trabalhadores (%)</i>	18,9	--	--	--	--	--
6. ORDENAMENTO DO TERRITORIO							
a. Cadastros Informatizados	<i>Numero de cadastros informatizados</i>	0	0	0	1	1	2
7. DESCENTRALIZACAO							
a. Municípios com SIM	<i>Numero de Municípios com Sistema de Informação Municipal activo</i>	20	22	22	22	22	22

A agenda de reforma da Administração Pública do DECRP III contempla desde logo, no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento (SNP) e especificamente na subcomponente de Seguimento e Avaliação, a adopção do orçamento baseado em resultados num contexto de planeamento estratégico. Pretende-se que este avanço, reflectido desde já na estrutura programática do DECRP III, contribua decisivamente para orientar a despesa pública numa lógica de gestão com base em resultados.

Adicionalmente, todas as grandes reformas no âmbito das finanças públicas, desde a bancarização do tesouro, o reforço na gestão da dívida, até ao reforço do sistema nacional de aquisições públicas, concorrem para o aumento da qualidade e eficiência da governação central e local.

Noutro plano, a racionalização das estruturas do Estado aposta em procurar sinergias e ganhos através da fusão/criação de distintas entidades da Administração Central. Importa também alterar os valores que presidem à actuação dos diversos agentes da Administração Pública, investindo na cultura de excelência no trabalho e na produtividade com foco nas necessidades dos clientes/utentes, cidadãos e empresas. O Programa “Mudar para Competir” e a agenda da Reforma do Estado corporizam medidas neste sentido que procuram manter a boa dinâmica de reformas conducentes à melhoria do ambiente de negócios e correspondente melhoria da prestação dos serviços a todos os contrapartes da administração pública. A reforma e reforço do sistema de regulação, com o contributo importante do pilar de convergência técnico-normativa da Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia, pretende elevar a qualidade e eficiência da supervisão económica e técnica em vários sectores económicos de Cabo Verde. O Sistema de Investimento Público, outro pilar do SNP, e as reformas preconizadas com vista à implementação de práticas melhoradas de avaliação e selecção de projectos de investimentos públicos, constitui também uma reforma prioritária tendo em conta o volume de despesa de investimento que o DECRP III contempla.

O Sistema Estatístico Nacional, terceira subcomponente do SNP, e especificamente a nova Agenda Estatística Nacional e a capacitação do INE enquanto actor central da produção oficial de estatísticas, constitui também uma prioridade fundamental com vista ao provimento, de forma regular e a todos os agentes económicos, do conjunto de informações necessárias para a avaliação do contexto socioeconómico. O INE terá também um papel fundamental no rastreio e acompanhamento de indicadores de seguimento e avaliação do DECRP III.

Sobre a temática de planeamento territorial, o DECRP III dará continuidade à regulamentação e aplicação dos normativos produzidos recentemente, encabeçados pela Directiva Nacional do Ordenamento Territorial, e dará procedência às reformas que apontam à melhoria do sistema de cadastro predial procurando o reforço da segurança jurídica nas transacções imobiliárias. Um sistema transparente e articulado de gestão territorial entre todos os actores envolvidos, com especial enfoque no papel dos Municípios, é condição necessária à indispensável melhoria do ambiente de negócios.

No que respeita à descentralização e ao reforço do municipalismo, o objectivo a alcançar é a busca de melhor eficácia na implementação de políticas públicas a todo o país, com qualidade e celeridade. Neste particular, a aposta é no contínuo ajuste do quadro legal aos novos desafios, mas também na mobilização de recursos humanos, tecnológicos (especialmente através da disseminação do Sistema de Informação Municipal) e financeiros para alavancar o desenvolvimento local e a capacitação da Administração Municipal no sentido de encontrar factores indutores ao desenvolvimento regional que potenciem os recursos de cada ilha.

As novas tecnologias de comunicação são hoje um pilar fundamental de qualquer economia de serviços e nesse sentido Cabo Verde não pode dissociar-se da aposta contínua na agenda de governação electrónica e de sociedade da informação tendo em conta os avanços já concretizados nesta frente. Nesse sentido, o DECRP III dá continuidade à agenda através da solidificação, introdução e disseminação de novas tecnologias de informação em vários domínios, destacando-se com particular ênfase a educação e a melhoria da qualidade e eficiência da Administração Central e Local. O NOSI continuará a ser a âncora para a concretização da visão corporizada nos planos estratégicos associados – Plano Estratégico para a Sociedade de Informação (PESI) e Plano de Acção para a Governação

Electrónica – e colaborará para materializar em Cabo Verde um centro de serviços nas TIC conforme descrito na agenda de competitividade.

A quantidade e importância dos programas afectos às funções segurança e justiça demonstram desde logo a forte aposta do DECRP III em melhorar a resposta nestas áreas. No plano da segurança interna, contemplam-se programas para a prevenção e repressão do crime nomeadamente a apreensão de armas ilegais, luta contra a delinquência juvenil e aumento da capacidade de combate a fenómenos de criminalidade organizada, especialmente de cariz urbano e mais violenta. A Polícia Nacional e a Polícia Judiciária vão ver as respectivas capacidades de intervenção e investigação reforçadas em linha aos objectivos propostos. A capacitação da vertente penitenciária através da construção e remodelação de infra-estrutura existente, formação de mais agentes penitenciários, assim como a promoção da integração social dos reclusos, serão também prioridades da função justiça. Procurar-se-á, através nomeadamente do recurso a meios tecnológicos, melhorar a celeridade e qualidade da resposta judicial em busca de uma maior eficácia no combate à criminalidade.

No plano da defesa nacional, a reforma e apetrechamento das Forças Armadas constituirá um reforço substancial para a garantia da segurança em domínios fundamentais tais como o patrulhamento e controlo da Zona Económica Exclusiva e a mitigação de riscos associados a fluxos e tráficos ilícitos. O reforço do número de horas de patrulhamento aéreo e marítimo com recurso a novos meios para a Guarda Costeira ganha especial relevo neste âmbito.

No que toca à governação ambiental, permanecem no horizonte importantes desafios. A articulação e implementação da segunda edição do Plano Nacional de Acção para o Ambiente entre a Administração Central e Municípios exigirá um aumento do nível de coordenação tendo em conta a importância de sustentar o equilíbrio ambiental face ao desenvolvimento económico desejado. O desenvolvimento dos *clusters* de competitividade não pode ser dissociado de medidas de salvaguarda dos recursos ambientais para benefício das gerações futuras. O DECRP III apostará por isso na implementação de programas de consolidação e requalificação ambiental com a elaboração dos correspondentes instrumentos de gestão (planos de gestão para áreas florestais, regulamentação das áreas protegidas, entre outros). O reforço do sistema de seguimento ambiental será também essencial para monitorar de forma regular a qualidade de vários parâmetros do sector e poder assim melhor informar o processo de tomada de decisão de políticas e medidas associadas.

O eixo contempla igualmente o reforço das capacidades endógenas de investigação e desenvolvimento em áreas críticas da agenda para a competitividade. Destaca-se neste âmbito a investigação ligada à pesca com vista ao melhor conhecimento e à utilização mais racional e sustentável dos recursos marinhos, e também a melhoria dos serviços de meteorologia e geofísica com vista à melhoria da modelização, previsão climática e mitigação dos riscos associados aos desastres naturais.

A promoção da equidade e igualdade do género continuará a encontrar no Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género o ponto nevrálgico para a implementação de políticas e actividades transversais. Pretende-se que o Instituto continue a apostar numa agenda ambiciosa com vista a conseguir mudanças qualitativas de comportamentos e atitudes face ao papel das mulheres no plano socioeconómico. A questão ganha relevância também na perspectiva da competitividade uma vez que os desafios do aumento da produtividade e crescimento económico só podem ser vencidos através da realização do pleno potencial contributo das mulheres à capacitação e desenvolvimento do capital humano do país.

Quadro 5.7 – Programas Finalísticos do Eixo Boa Governação 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
II. BOA GOVERNACAO					
<i>FINALISTICOS</i>					
	ADMINISTRACAO	ADMINISTRACAO DO ESTADO	1	REFORCO DA PARTICIPACAO NA VIDA POLITICA	280.431.130
		ADMINISTRACAO GERAL	2	MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS HUMANOS	1.252.119
			3	MELHORIA DO SISTEMA DE AQUISICOES PUBLICAS	165.557.647
			4	REFORCO DA PARTICIPACAO NA VIDA POLITICA	80.229.504
			5	REFORCO DE COMPETENCIAS TECNICAS DO MFP	1.521.805.080
		ADMINISTRACAO LOCAL	6	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	167.955.750
			7	MELHORIA DA DESCENTRALIZACAO E REFORCO DA	180.492.343
			8	MELHORIA DA COMUNICACAO SOCIAL	99.903.934
		COMUNICACAO SOCIAL	9	MELHORIA DO SISTEMA ESTATISTICO NACIONAL	1.101.519.267
			10	PROMOÇÃO DA EXCELENCIA E TRANSPARENCIA NA GESTAO DAS FINANÇAS PUBLICAS	525.400.368
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	ASSISTENCIA ESPECIAL E COMUNITARIA	11	PROMOCAO DO DIREITO A ALIMENTACAO E ACESSO AOS SERVICOS SOCIAIS	48.000.000
		METEOROLOGIA E GEOFISICA	12	MELHORIA DOS SERVICOS DA METEOROLOGIA E GEOFISICA	832.843.223
		PESQUISA APLICADA AOS SERVIÇOS DO ESTADO	13	DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGACAO AGRICOLA	294.373.293
	CIENCIA E TECNOLOGIA	PLANEAMENTO E ESTATISTICA	14	MELHORIA DO SISTEMA ESTATISTICO NACIONAL	40.000.000
		METEOROLOGIA E GEOFISICA	15	MELHORIA DOS SERVICOS DA METEOROLOGIA E GEOFISICA	12.500.000
		PESQUISA APLICADA AOS SERVIÇOS DO ESTADO	16	DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGACAO APLICADA À PESCA	363.942.355
	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	PATRIMONIO HISTORICA E ARTISTICO NACIONAL	17	INVESTIGACAO E GESTAO DO PATRIMONIO CULTURAL	332.763.455
	DEFESA NACIONAL	DEFESA NACIONAL	18	MELHORIA DA DEFESA NACIONAL	3.736.276.597
			19	MELHORIA DO PATRULHAMENTO AEREO MARITIMO E URBANO	273.388.652
	ENCARGOS ESPECIAIS	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	20	DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE GESTAO DAS FINANÇAS PUBLICAS	30.643.041.378
	GESTAO AMBIENTAL	TRANSFERENCIAS	21	SUSTENTABILIDADE E EQUILIBRIO MUNICIPAL	15.603.303.958
		PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	22	CONSOLICAO E REQUALIFICACAO AMBIENTAL	3.255.515.788
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO JUSTICA, CIDADANIA E	INFRAESTRUTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANISTICO	23	MELHORIA DO PLANEAMENTO E GESTAO DO TERRITORIO E DOS SOLOS	284.900.000
			24	PROMOCAO DA JUSTICA CIVIL E CRIMINAL	973.067.317
			25	PROMOCAO DA LEGALIDADE DEMOCRATICA DO INTERESSE PUBLICO E DA ACCAO PENAL	960.937.541
			26	PROMOCAO JUSTICA SUPREMA	271.250.755
		CIDADANIA	27	MELHORIA DO SISTEMA JUDICIAL	939.681.749
			28	MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL E DE REINSERCAO SOCIAL DE ADULTOS E DE MENORES EM CONFLITO COM A LEI	1.240.956.581
		DEFESA DO INTERESSE COLETIVO	29	REINSERCAO SOCIAL DOS TOXICO-DEPENDENTES	168.138.945
			30	MELHORIA DOS SERVICOS DOS REGISTOS NOTARIADO E	1.191.175.277
		GENERO	31	PROMOCAO DA DEFESA DO INTERESSE COLECTIVO	66.830.000
			32	PROTECCAO DOS DIREITOS DOS CIDADAO	156.478.000
	LEGISLATIVA	33	PROMOCAO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GENERO	62.514.591	
		34	INVESTIGACAO CIENTIFICA E CRIMINAL	1.208.689.980	
	RELACOES EXTERIORES	REGULACAO E FISCALIZACAO	35	PROMOÇÃO DA EXCELENCIA E TRANSPARENCIA NA GESTAO DAS FINANÇAS PUBLICAS	58.124.541
		SEGURANCA E ORDEM	RELACOES DIPLOMATICAS	36	APROFUNDAR A INTEGRACAO REGIONAL DE CABO VERDE
	ADMINISTRACAO GERAL		37	REFORCO DA PARTICIPACAO NA VIDA POLITICA	830.367.475
	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	POLICIAMENTO	38	MELHORIA DA SEGURANCA INTERNA	10.288.319.830
		TRANSPORTE RODOVIARIO	39	MELHORIA DA SEGURANCA DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS	45.500.000
		40	REFORCO DA SEGURANCA DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS	44.000.000	
	TRANSPORTES	ASSISTENCIA ESPECIAL E COMUNITARIA	41	GARANTIA DO ACESSO A TODOS OS GRUPOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS A PROTECCAO SOCIAL	1.767.537.389
		PROTECAO E ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	42	MELHORIA DAS CONDICÕES DE TRABALHO E DAS RELACOES ENTRE OS PARCEIROS SOCIAIS	135.442.788
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	TRANSPORTE MARITIMO	43	MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTES E SEGURANCA	605.032.482
		REGULACAO E FISCALIZACAO	44	MELHORIA DA FUNCAO FISCALIZADORA E REGULADORA DO ESTADO	415.648.674
				45	MELHORIA DA PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR
TOTAL FINALISTICOS					81.312.015.908

Quadro 5.8 – Programas de Investimento do Eixo Boa Governação 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
II. BOA GOVERNACAO					
<i>INVESTIMENTO</i>					
	ADMINISTRACAO	ADMINISTRACAO GERAL	1	SISTEMA INTEGRADO DE RH	15.000.000
		PLANEAMENTO E ESTATISTICA	2	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTATISTICO	356.233.156
		REFORMA DO ESTADO	3	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO PUBLICA	845.526.080
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	4	GOVERNACAO ELECTRONICA	780.650.488
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	METEOLOGIA E GEOFISICA	5	REDUCAO DOS RISCOS DE CATASTROFES NATURAIS	86.000.000
	DEFESA NACIONAL	DEFESA NACIONAL	6	REQUALIFICACAO DAS INFRAESTRUTURAS DA DEFESA NACIONAL	268.797.495
	GESTAO AMBIENTAL	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	7	REFORCO DA QUALIDADE AMBIENTAL	42.500.000
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	INFRAESTRUTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANISTICO	8	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE INFRAESTRUTURAS DO ESTADO	1.295.063.897
			9	REFORCO DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E PLANEAMENTO URBANISTICO	77.148.461
			10	SISTEMA NACIONAL DO CADASTRO PREDIAL	1.376.890.633
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE	ACCAO JUDICIAL	11	MODERNIZACAO DAS SECRETARIAS JUDICIAIS	295.000.000
		CIDADANIA	12	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL SEGURO E SUSTENTABILIDADE DAS CADEIAS	73.045.000
		CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	13	PREVENCAO E COMBATE A DROGA	60.000.000
		DEFESA DO INTERESSE COLETIVO	14	PROMOCAO DOS SERVICOS DE REGISTO E NOTARIADO E IDENTIFICACAO	108.000.424
		GENERO	15	REFORCO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GENERO	21.735.000
		SERVICOS URBANOS	16	CONSTRUCAO E REQUALIFICACAO DAS CADEIAS E INFRAESTRUTURAS JUDICIAIS	916.200.000
	RELACOES EXTERIORES	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	17	GOVERNACAO ELECTRONICA	30.000.000
	SAUDE	NORMALIZACAO E QUALIDADE	18	CERTIFICACAO DA QUALIDADE DOS SERVICOS DE SAUDE	320.000.000
	SEGURANCA E ORDEM PUBLICA	DEFESA CIVIL	19	REFORCO DA PROTECAO CIVIL	12.255.698
		INFRAESTRUTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANISTICO	20	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE INFRAESTRUTURAS DO ESTADO	89.059.700
		POLICIAMENTO	21	CONSTRUCAO E BENEFICIACAO DAS INFRAESTRUTURAS POLICIAIS	292.050.000
			22	MODERNIZACAO DOS SERVICOS DA ADMINISTRACAO INTERNA	36.592.014
			23	REFORCO DA SEGURANCA DA INTERNA	170.860.766
		PROTECAO CONTRA INCENDIO	24	REFORCO DA PROTECCAO CONTRA INCENDIO	20.006.400
		SERVICOS URBANOS	25	CONSTRUCAO E REQUALIFICACAO DAS CADEIAS E INFRAESTRUTURAS JUDICIAIS	6.000.000
		TRANSPORTE RODOVIARIO	26	REFORCO DA SEGURANCA DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS	9.000.000
	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	ASSISTENCIA ESPECIAL E COMUNITARIA	27	ACESSO AOS POBRES DOS SERVICOS SOCIAIS DE BASE E AO RENDIMENTO	569.389.648
			28	PROGRAMA MAIS QUALIDADE MAIS COMUNIDADE E MICRO REALIZACOES	3.734.595.260
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	REGULACAO E FISCALIZACAO	29	FUNCAO FISCALIZADORA E REGULADORA DO ESTADO	1.890.000
			30	RACIONALIZACAO DAS ESTRUTURAS	28.201.500
TOTAL INVESTIMENTO					11.937.691.620

Quadro 5.9 – Programas de Gestão e Apoio Administrativo do Eixo Boa Governação 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
II. BOA GOVERNACAO					
<i>GESTAO E APOIO ADMINISTRATIVOS</i>					
	ADMINISTRACAO	ADMINISTRACAO DO ESTADO	1	PROGRAMA DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	1.273.816.084
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MAHOT	69.692.676
			3	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MFP	899.848.572
			4	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MJEDRH	206.907.855
			5	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL- CHEFIA GOV	218.842.703
			6	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL- MComunidades	37.636.391
			7	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL- MDN	28.830.864
		ADMINISTRACAO GERAL	8	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MIEM	157.154.840
			9	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MAHOT	540.301.575
			10	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL- MAPM	65.037.500
			11	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL- MCOMUNIDADES	145.820.107
			12	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL- MDN	202.165.890
			13	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MDR	17.255.712
			14	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MFP	8.710.036.761
			15	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MIEM	518.565.056
			16	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MJEDRH	730.523.470
			17	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MTIE	439.226.720
			18	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL- PCM	461.236.149
			19	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL-GMRE	870.808.590
			20	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL-GPM	1.193.199.341
			21	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL-SEAP	189.346.350
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	22	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MDR	273.252.555
		ADMINISTRACAO GERAL	23	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MDR	444.830.839
			24	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MIEM	43.168.750
	CIENCIA E TECNOLOGIA	ADMINISTRACAO GERAL	25	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MIEM	112.038.016
	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	26	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MCULTURA	30.272.834
		ADMINISTRACAO GERAL	27	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MCULTURA	254.939.985
	EDUCACAO	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	28	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MED	1.751.677.510
			29	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MESCI	56.122.157
		ADMINISTRACAO GERAL	30	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MED	871.880.924
			31	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MESCI	196.079.863
	ENCARGOS ESPECIAIS	ADMINISTRACAO GERAL	32	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MFP	10.000.000
		SERVICO DA DIVIDA	33	GESTAO DA DIVIDA PUBLICA	19.420.517.305
	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	ADMINISTRACAO GERAL	34	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MAHOT	105.461.969
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE	ACCAO JUDICIAL	35	ADMINISTRACAO E GESTAO DOS TRIBUNAIS E SECRETARIAS JUDICIAIS	514.281.646
			36	PROMOCAO DA LEGALIDADE DEMOCRATICA DO INTERESSE PUBLICO E DA ACCAO PENAL	210.553.789
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	37	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MJ	502.920.558
		ADMINISTRACAO GERAL	38	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MJ	447.503.282
	LEGISLATIVA	ACCAO LEGISLATIVA	39	PROGRAMA DE ACCAO PARLAMENTAR	3.773.940.126
	RELACOES EXTERIORES	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	40	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MIREX	711.492.032
		ADMINISTRACAO GERAL	41	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MIREX	498.580.368
	SAUDE	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	42	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MS	2.979.299.050
		ADMINISTRACAO GERAL	43	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MS	173.971.508
	SEGURANCA E ORDEM PUBLICA	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	44	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL - MAI	89.436.013
		ADMINISTRACAO GERAL	45	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL - MAI	787.718.178
	TRANSPORTES	ADMINISTRACAO GERAL	46	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MIEM	73.000.003
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	ADMINISTRACAO FINANCEIRA, ORCAMENTAL E PATRIMONIAL	47	ADMINISTRACAO FINANCEIRA ORCAMENTAL E PATRIMONIAL MTIE	163.680.842
		ADMINISTRACAO GERAL	48	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL MTIE	20.730.251
TOTAL GESTAO E APOIO ADMINISTRATIVOS					51.493.603.559

5.2.4 Programas do EIXO IV: Reforço do Sector Privado

O crescimento económico não é somente produto da acumulação de capital, físico e humano, mas também de ganhos de produtividade. Afigura-se essencial que se desenvolvam as competências de gestão das cadeias de valor tendo em vista o provimento de produtos e serviços marca Cabo Verde que se consigam afirmar pela qualidade/preço. Tendo em conta a pequena dimensão de Cabo Verde e os constrangimentos que tal facto implica em matéria de dotação de recursos para produção e exportação, os esforços do Governo pretendem concentrar sobre áreas em que foram identificadas vantagens comparativas e competitivas – os *clusters* de competitividade que correspondem aos sectores de actividade económica susceptíveis de ter um impacto maior no crescimento e no combate à pobreza, destacando-se Agro Negócios, Economia Marítima e Turismo. Além destes com maior impacto previsto no crescimento económico, o DECRP III prioriza também outras áreas que contribuem para o aumento da competitividade do país no mercado internacional, nomeadamente Aero Negócios, TIC, Finanças e Economia Criativa. Identificam-se para esse efeito no eixo reforço do sector privado 20 programas – 16 de cariz finalístico e 4 de investimento. Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.10 – Indicadores e Metas do Eixo Reforço do Sector Privado

Indicadores e Metas do EIXO IV: Reforço do Sector Privado

Área/Metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. AGRO-NEGÓCIOS							
a. PIB Agrícola	<i>PIB Agrícola</i>	11.408	12.056	13.157	14.770	15.734	16.959
b. Rega gota a gota	<i>Hectares cobertos</i>	600	800	1.000	1.250	1.400	3.000
c. Terras de sequeiro	<i>Hectares cobertos(milho e feijão)</i>	55.263	61.170	60.558	59.953	59.353	58.760
d. Terras irrigadas	<i>Hectares cobertos</i>	2.400	2.600	2.800	3.050	3.200	5.000
e. Exportações Agrícolas	<i>Volume das Exportações Agrícolas (milhões de ECV)</i>	77,7	78,5	79,3	80,0	80,8	81,7
f. Promoção do Sector	<i>Fileiras Agropecuárias Organizadas</i>	2	2	3	5	8	10
2. ECONOMIA MARÍTIMA							
a. PIB Pesca	<i>PIB Pesca</i>	1.737	1.835	2.003	2.248	2.395	2.582
b. Exportações Pesca	<i>Volume das Exportações de Pesca (M ECV)</i>	153	160	168	178	185	195
c. Promoção do Sector	<i>% de operadores de pesca formados em novas técnicas de pesca</i>	10	10	20	20	20	20
3. TURISMO							
a. PIB hotelaria e restaurantes	<i>PIB hotelaria e restaurantes</i>	6.371	6.918	7.530	8.228	9.019	9.922
b. Turistas	<i>Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros</i>	475.294	519.397	567.591	620.258	677.812	740.706
c. Hospedagem	<i>Número de camas</i>	14.076	15.638	17.359	19.268	21.388	23.740
d. Promoção do Sector	<i>Número de empresas do sector turístico criadas</i>	5	7	9	12	14	16
4. TIC							
a. Telefone Celular	<i>% de população que dispõe de telefone celular</i>	396.056	403.723	411.240	418.565	425.667	428.458
b. Telefone Fixo	<i>% de população com acesso a telefone fixo</i>	72.198	72.270	72.343	72.415	72.487	72.560
c. Internet	<i>% de população com acesso à internet no alojamento</i>	49.094	67.453	86.009	104.725	123.562	142.480
d. Promoção do Sector	<i>Número de empresas no sector</i>	87	89	91	93	96	99
5. AERO-NEGÓCIOS							
a. PIB Transporte Aéreo	<i>PIB Transporte Aéreo (CN)</i>	4.749	5.148	5.662	6.281	7.058	7.856
b. Voos	<i>Numero de voos domésticos</i>	16.701	17.369	18.064	18.786	19.538	20.319
6. FINANÇAS							
a. Bancos e Seguros	<i>PIB bancos e seguros (CN)</i>	7.479	8.121	8.839	9.659	10.587	11.646
b. Crédito Sector Privado	<i>Taxa crescimento anual do crédito ao sector privado</i>	9	8	8	8	8	8
7. ECONOMIA DA CULTURA							
a. PIB Lazer, TV, Música	<i>Taxa Anual Cresc. PIB Lazer, TV, Música</i>	--	--	--	--	--	--
b. Apoio à Cultura	<i>Empréstimos concedidos pelo fundo autónomo de apoio à cultura</i>	--	--	--	--	--	--

Pretende-se adoptar uma abordagem pragmática que enfatize oportunidades de negócio, cadeias de valores e medidas concretas que sejam implementáveis, para facilitar o comércio, impulsionar a produção e a qualidade, e fomentar novas oportunidades de negócios. Importa que o desenvolvimento do comércio em Cabo Verde aumente a competitividade internacional do país, diversifique e amplie a base produtiva, posicione o país como uma plataforma internacional para serviços de alta qualidade. O país encontra-se numa nova fase de desenvolvimento que ocorre num ambiente externo complexo, gerando um novo conjunto de prioridades e requerendo um diferente foco das políticas públicas. Tal contexto impõe reformas institucionais e reformas do lado da oferta, destinadas a unificar o mercado nacional e a reforçar a competitividade internacional do país. As reformas identificadas pretendem ser capazes de potenciar as oportunidades que se oferecem, explorando-as para melhorar a produção, aumentar a competitividade, criar empresas e negócios orientados para a exportação, desenvolver produtos de nicho destinados à exportação nos sectores identificados como prioritários.

No quadro do DECRP III, o papel do sector privado é por isso fulcral na criação e instalação de empresas e na promoção de parcerias com investidores externos. Pelo seu lado, o Estado tem um papel como facilitador e regulador através da implementação de um quadro institucional que assegure a adequação das estruturas administrativas, que promova a reforma da legislação laboral, e que aposte fortemente no desenvolvimento da formação técnica e profissional nas áreas identificadas. A formação para o empreendedorismo e a implementação de políticas activas de emprego especialmente para os mais jovens concorrem também para alinhar o capital humano com os propósitos do desenvolvimento do sector privado.

Para corporizar esta agenda ambiciosa, o DECRP III apostará em qualificar e fortalecer a gestão das cadeias de valor associadas aos *clusters* prioritários. A organização das fileiras agro-pecuárias e o desenvolvimento de uma pesca competitiva e sustentável tomam especial importância neste eixo com vista ao fortalecimento do sector privado nestas áreas chave em que convergem uma parte importante dos recursos plurianuais durante o período de vigência do DECRP III. No que toca à pesca, procurar-se-á trabalhar com os operadores nacionais com acções de formação em gestão de negócio e também com medidas para melhoria do acesso ao crédito. A implementação de um sistema sólido de certificação e segurança segundo os melhores critérios internacionais é também essencial para alavancar a base exportadora. Nos agro-negócios, e para poder rentabilizar o grande esforço de investimento realizado para mobilização de recursos hídricos, afigura-se essencial gerir de forma sustentável os novos perímetros irrigados para desenvolver fileiras de produtos agrícolas de alto valor acrescentado.

O desenvolvimento de um modelo de turismo mais diversificado e sustentável constitui também um dos objectivos primordiais conforme descrito no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (2010-2013). As políticas para o sector económico mais importante do país ganham relevo em diversas frentes, desde o aumento da capacidade de regulação e fiscalização de operadores, até à melhoria da capacidade de produção de informação estatística sobre o sector. A diversificação do produto turístico, especificamente novos nichos distintos do produto sol e praia, é também fundamental para aumentar a resiliência do sector e realizar o seu pleno potencial.

A Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação e a Cabo Verde Investimentos serão peças chave no apoio aos agentes económicos privados na busca de *know-how* em modelos de negócio competitivos e de parcerias e investimento directo estrangeiro para os sectores chave. Pretende-se que os sectores público e privado trabalhem em sintonia com vista à criação e valorização do produto marca Cabo Verde para efeitos de promoção do mercado interno e de exportação.

Figura 5.11 – Programas de Investimento e Finalísticos Eixo Reforço do Sector Privado 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
IV. REFORÇO DO SECTOR PRIVADO					
<i>FINALISTICOS</i>					
	ADMINISTRACAO	REFORMA DO ESTADO	1	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGOCIOS	520.142.439
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	DESENVOLVIMENTO E EXTENSAO RURAL	2	MELHORIA DO AGRO-NEGOCIO E DAS FILEIRAS AGRO-PECUARIAS	2.533.244.834
			3	MELHORIA E VALORIZACAO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENV. AGRO - SILVO - PASTORIL	557.685.588
		INDUSTRIA PESQUEIRA	4	GESTAO DOS RECURSOS HALIEUTICOS PARA UMA PESCA SUSTENTAVEL	830.004.078
			5	GESTAO INTEGRADA DA PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL	371.325.226
			6	GESTAO INTEGRADA DA QUALIDADE E AGREGACAO DE VALORES DOS PRODUTOS DA PESCA	178.835.762
	CIENCIA E TECNOLOGIA	PESQUISA APLICADA AOS SERVICOS DO ESTADO	7	INVESTIGACAO AGRICOLA APLICADA E TRANSFERENCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS	229.000.000
	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	DIFUSAO CULTURAL	8	DESENVOLVIMENTO DA MICROECONOMIA ATRAVES DA CULTURA	75.724.500
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE	CIDADANIA	9	ADMINISTRAÇÃO CIDADAO E EMPRESA	466.063.189
			10	MODERNIZAR PARA COMPETIR-PCM	133.816.263
	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	PROMOCAO DO EMPREGO	11	AMBIENTE ECONOMICO FAVORAVEL A CRIACAO DE EMPREGO	351.915.000
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	PROMOCAO DO TURISMO	12	MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO TURISMO	109.321.626
		PROMOCAO INDUSTRIAL	13	INTEGRACAO DA INDUSTRIA NA POLITICA DO DESENVOLVIMENTO	10.409.460
			14	PROMOCAO DO INVESTIMENTO DE CABO VERDE	803.617.418
		REFORMA DO ESTADO	15	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGOCIOS	14.526.089
		SISTEMA FINANCEIRO	16	PROMOCAO DA CAPACITACAO DAS MPMES E CONSTRUÇÃO DOS CLUSTERS ESTRATÉGICOS	508.566.544
TOTAL FINALISTICOS					7.694.198.016
<i>INVESTIMENTO</i>					
	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	COMERCIALIZACAO	1	INSERCAO NA ECONOMIA MUNDIAL	99.027.984
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	2	IMPLEMENTACAO E DINAMIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE QUALIDADE	45.500.000
		PROMOCAO DO TURISMO	3	RECURSOS TURÍSTICOS DE QUALIDADE EM CABO VERDE	76.556.397
		PROMOCAO INDUSTRIAL	4	IMPLEMENTACAO E DINAMIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE QUALIDADE	2.332.312
TOTAL INVESTIMENTO					223.416.693

5.2.5 Programas do EIXO V: Nação Global

A evolução de Cabo Verde é indissociável do contexto externo e neste âmbito é essencial que Cabo Verde continue a desenvolver de forma pragmática os laços político-económicos no plano bilateral e multilateral. As secções anteriores já focaram a importância das trocas comerciais com o espaço da União Europeia e nesse sentido a aposta na Parceria Especial e na convergência técnico-normativa com este bloco deverá permanecer um pilar da política externa do País.

Adicionalmente, Cabo Verde tem a particularidade de contar com mais cabo-verdianos ou descendentes de cabo-verdianos fora do que dentro do país. Os emigrantes na Diáspora foram e continuam a ser uma importante alavanca para o desenvolvimento das ilhas via transferência de remessas, investimentos e também como fonte de recursos humanos qualificados que aportam ao país uma mais-valia em termos de liderança nos sectores público e privado.

Neste quadro, o DECRP III contempla acções a serem levadas a cabo para materializar a agenda do Governo de uma Nação Global sem fronteiras. A diáspora cabo-verdiana será considerada um vector importante das políticas internas e externas da governação. Os programas do DECRP III neste âmbito – 6 no total de carácter finalístico - vão procurar manter e reforçar a ligação às comunidades no estrangeiro, especificamente entre outros através de acções de sensibilização, realização de estudos sobre as características da emigração e sua descendência, criação de uma base de dados sobre emigrantes, e também instalação de serviços públicos de referência nos países de acolhimento (balcões

Casa do Cidadão). Os indicadores e metas do eixo para o período de implementação do DECRP III são as seguintes:

Quadro 5.12 – Indicadores e Metas para o Eixo Afirmar a Nação Global

Indicadores e Metas do EIXO V: Afirmar Nação Global							
Sector/metas	Indicador	Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. IMIGRAÇÃO							
a. Imigrantes Número	<i>Número de imigrantes legais</i>	1.806	2.167	2.817	3.662	4.761	6.189
b. Imigrantes Processos	<i>Percentagem de Processos de autorização de residência pendentes</i>	24,0	20	16	13	9	5,0
2. REMESSAS							
a. Remessas dos emigrantes	<i>Remessas de emigrantes (ECV milhões)</i>	13.523	13.820	14.235	14.844	15.586	16.366
3. INVESTIMENTOS DA DIÁSPORA EM CV							
a. Depósitos em Bancos	<i>Depósitos de emigrantes em bancos no território nacional (ECV milhões)</i>	36.906	39.120	41.467	43.955	46.592	49.388

O propósito da Nação Global não acaba somente na gestão dos fluxos migratórios externos. Importa também gerir e alavancar da melhor forma os fluxos cujo destino é Cabo Verde. Para esse efeito, a implementação da Estratégia Nacional de Imigração e respectivo Plano de Acção assim como a criação das instâncias de coordenação (Conselho Nacional de Imigração) encontram relevo neste eixo. Atendendo aos fluxos migratórios que se têm verificado para Cabo Verde, principalmente nas ilhas com maior massa crítica de turismo, importa accionar uma política que regulamente na íntegra a entrada, permanência, mobilidade interna, saída, trabalho e previdência de cidadãos não nacionais.

Figura 5.13 – Programas Finalísticos Eixo Afirmar Nação Global 2012 - 2016

EIXO	FUNCAO	CAT	#	PROGRAMA	VALOR 2012-2016
V. AFIRMAR A NAÇÃO GLOBAL					
<i>FINALISTICOS</i>					
	ADMINISTRACAO	CIDADANIA	1	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMIGRANTES	211.597.387
		RELACOES DIPLOMATICAS	2	MELHORIA DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS CONSULARES E TRATADOS	73.721.360
	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	CIDADANIA	3	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMIGRANTES	25.000.000
	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE	CIDADANIA	4	MELHORIA DA POLITICA DE IMIGRACAO	81.774.541
	RELACOES EXTERIORES	RELACOES DIPLOMATICAS	5	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMIGRANTES	160.899.778
		RELACOES DIPLOMATICAS	6	MELHORIA DE REDE DE REPRESENTACAO DIPLOMATICAS E CONSULARES	3.042.592.766
TOTAL FINALISTICOS					3.595.585.832

5.3 O Enquadramento Macroeconómico do DECRP III

O desempenho da economia cabo-verdiana no período de execução do DECRP III estará fortemente condicionado pelas incertezas advindas da evolução da crise económica e financeira global. A gestão macroeconómica será condicionada por este contexto, o que põe em causa a realização das metas estipuladas para o período. A necessidade de fontes de financiamento e a priorização dos programas de investimento são factores cruciais para atingir as respectivas metas.

Face às incertezas em relação à economia mundial, o DECRP III contempla dois cenários. O primeiro - Cenário Base - refere-se a um panorama com uma lenta recuperação da economia mundial e com reduzida disponibilidade de recursos financeiros; recuperação progressiva do sector do turismo; incremento limitado do investimento directo estrangeiro; incremento da dívida pública. O segundo - Cenário Alternativo - refere-se a um cenário com uma melhoria da economia mundial; maior disponibilidade de recursos financeiros; crescimento das remessas de emigrantes; aceleração do investimento directo estrangeiro; recuperação mais significativa do sector do turismo; retoma da ajuda

pública ao desenvolvimento. Neste segundo cenário o nível de investimento público é ajustado a novos patamares em linha com o maior nível das receitas e o maior espaço para o endividamento.

O crescimento económico é resultado de um conjunto de factores que incluem entre outros, a entrada de turistas, os investimentos públicos e privados, o nível de poupança externa, impulsionado pelas remessas dos emigrantes e o nível de investimento directo estrangeiro, o nível da produtividade dos factores nos sectores primário, secundário e terciário, o impacto dos preços internacionais e a taxa de câmbio.

Os diferentes pressupostos definidos no âmbito internacional e nacional para os dois cenários considerados foram alimentados no Modelo de Coerência Macroeconómica do DECRP III, conjuntamente com os dados consolidados dos programas de investimento e finalísticos de ambos os cenários. De seguida, apresentam-se os principais resultados obtidos das simulações de cada cenário no modelo do DECRP III.

População

Os resultados do Recenseamento Geral da População de 2010 mostram uma significativa desaceleração da taxa de crescimento da população em relação a décadas passadas. As projecções apontam para uma continuação desta tendência no cenário base e para uma estabilização no caso do cenário alternativo (ver Gráfico 5.3.1). O número de filhos médio por mãe caiu de 6,3 no início dos oitenta para 2,3 em 2010 (ver Gráfico 5.3.2). As projecções, no caso do Cenário Base, apontam para uma continuação da tendência observada nos últimos anos em decorrência de factores tais como o maior nível de educação das mulheres.

No Cenário Alternativo, o modelo assume que o número de filhos por mãe será idêntico aos níveis observados no cenário base e que os investimentos em saúde e educação melhoram as taxas de sobrevivência líquida em todas as faixas etárias. No Gráfico 5.3.3 é possível observar as projecções da população total nos dois cenários até 2016.

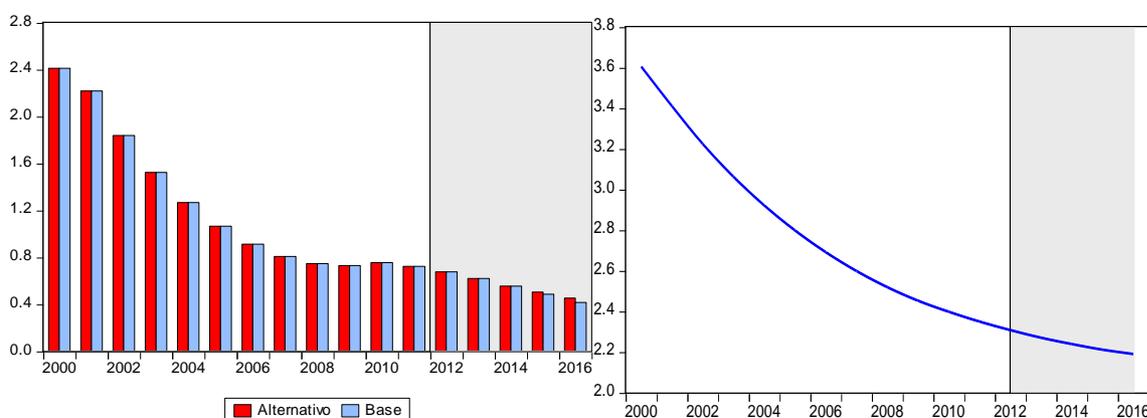


Figura 5.3.1 – Taxa de Crescimento Anual da População (%)

Figura 5.3.2 – Número Médio de filhos por Mulher

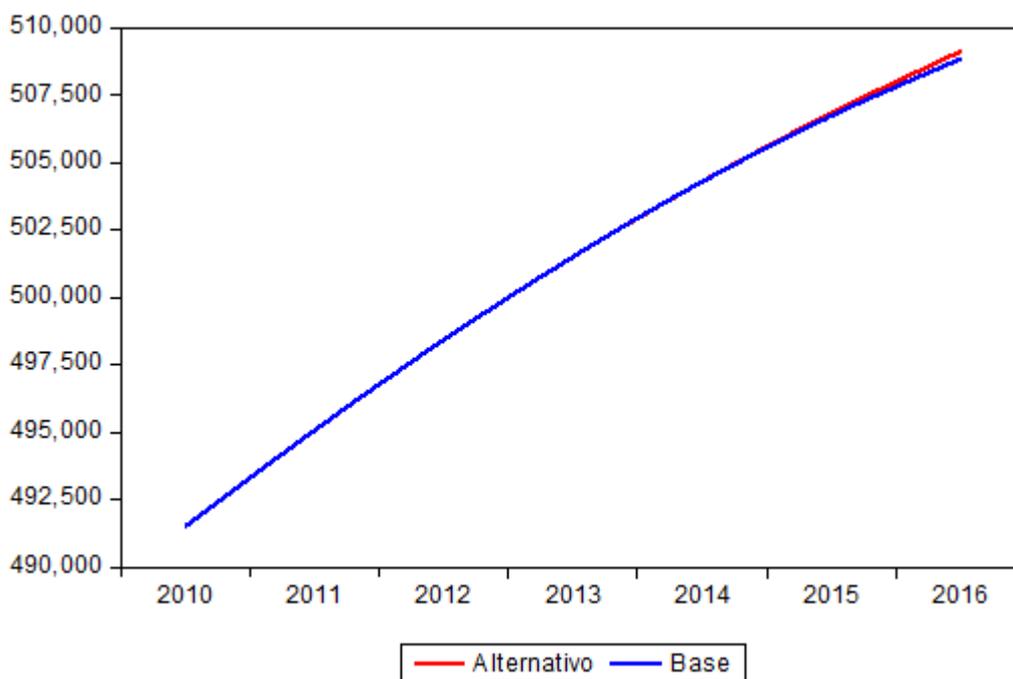
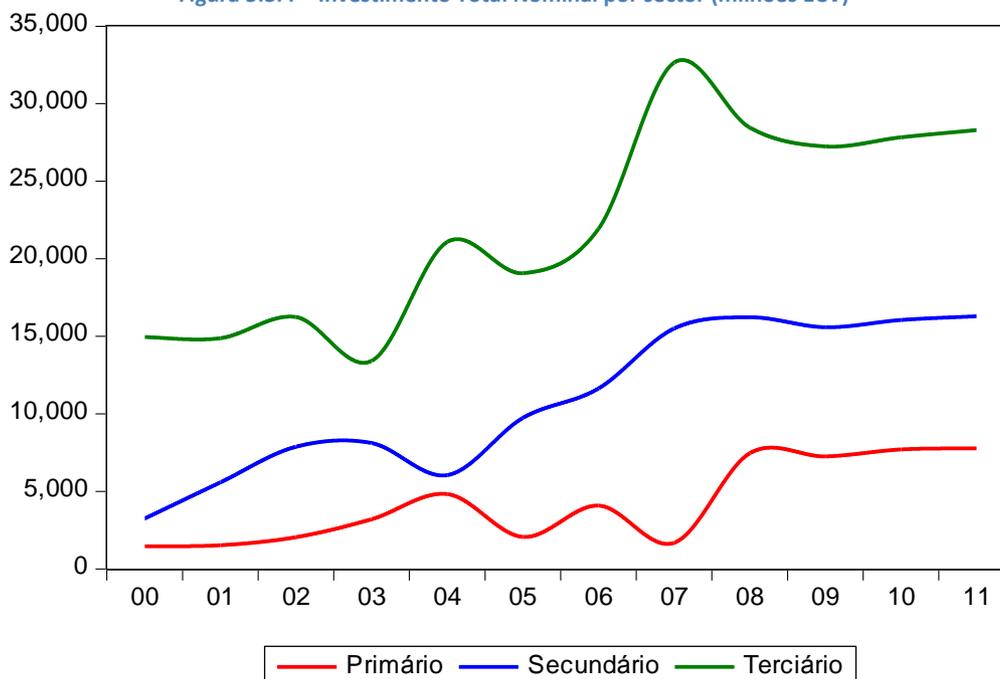


Figura 5.3.3 – População Total

Investimentos

Os níveis de investimento público e privado constituem contributos decisivos para o crescimento económico. A principal hipótese de trabalho do DECRP III é de que o investimento privado acompanhará a tendência do investimento público. Neste quadro, até 2008 os investimentos públicos e privado estiveram maioritariamente direccionados ao sector terciário, mais concretamente com foco no turismo e serviços governamentais (ver Gráfico 5.3.4).

Figura 5.3.4 – Investimento Total Nominal por sector (milhões ECV)

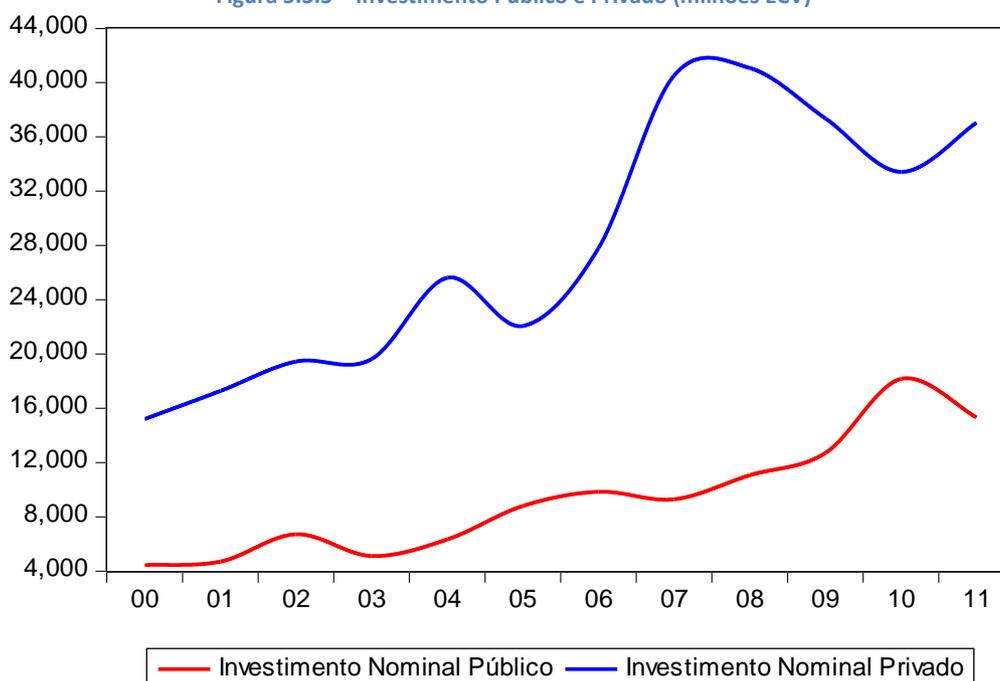


Os investimentos em aeroportos, estradas e hotéis conjuntamente com o investimento em escolas e centros de saúde, todos eles pertencentes ao sector terciário, possibilitaram o rápido crescimento

económico da década passada, em detrimento do sector primário, cuja participação no PIB total decresceu. Em decorrência da crise mundial e da graduação de Cabo Verde da lista dos PMA em 2008, o Governo acelerou a mobilização de recursos para implementação de projectos estruturantes. Os investimentos privados registaram uma queda significativa e os investimentos públicos incrementaram para compensar a queda do investimento privado (ver Gráfico 5.3.5).

O acréscimo de investimento público caracterizou-se também por uma mudança de foco a favor de áreas com maior impacto na redução do desemprego e da pobreza. Estudos econométricos mostram de modo conclusivo que, no caso de Cabo Verde, 1000ECV de investimento adicional no sector primário (nomeadamente agricultura e pescas) têm um impacto ligeiramente inferior sobre o crescimento económico quando comparado com um investimento similar no sector terciário. Porém, no que respeita ao impacto na geração de emprego e diminuição da pobreza, os investimentos no sector primário têm um efeito superior ao efeito de um investimento semelhante no sector terciário.

Figura 5.3.5 – Investimento Público e Privado (milhões ECV)



No caso do DECRP III, o Cenário Base assume que os investimentos públicos estão direccionados prioritariamente para os sectores da agricultura e da pesca (maioritariamente barragens e portos), porém o nível de investimento total é limitado pelas restrições financeiras decorrentes da crise mundial assumida neste cenário. Para o investimento privado é assumida uma tendência similar à do investimento público. No caso do Cenário Alternativo, o volume de investimento tanto público como privado é maior (ver Gráfico 5.3.6 e 5.3.7).

Figura 5.3.6 – Investimento Total Nominal por Sector – Cenário Base (mil ECV)

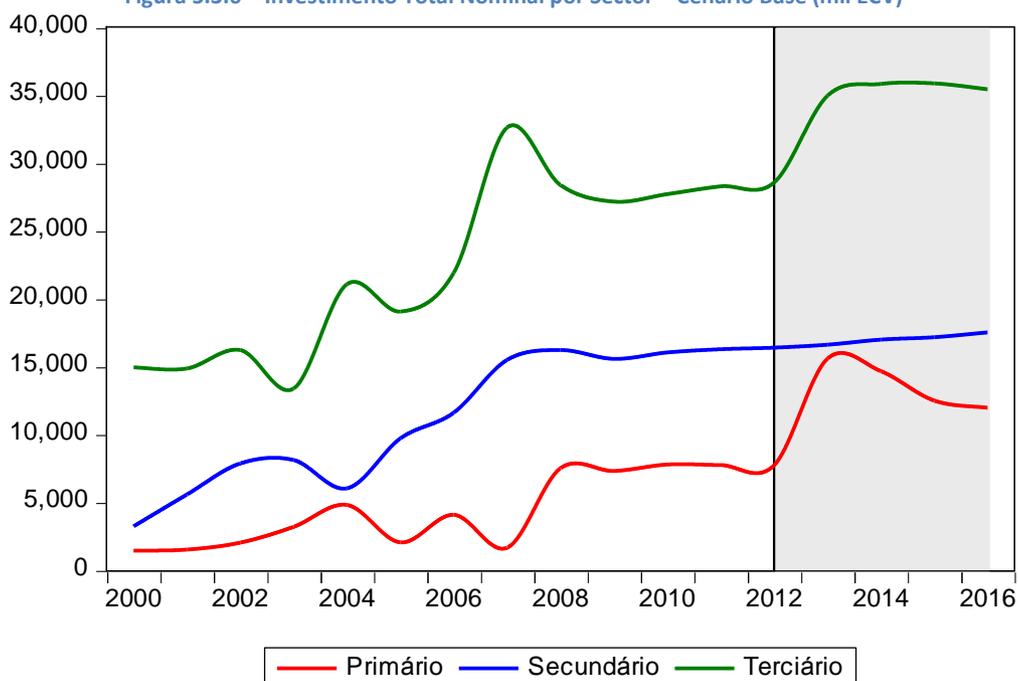
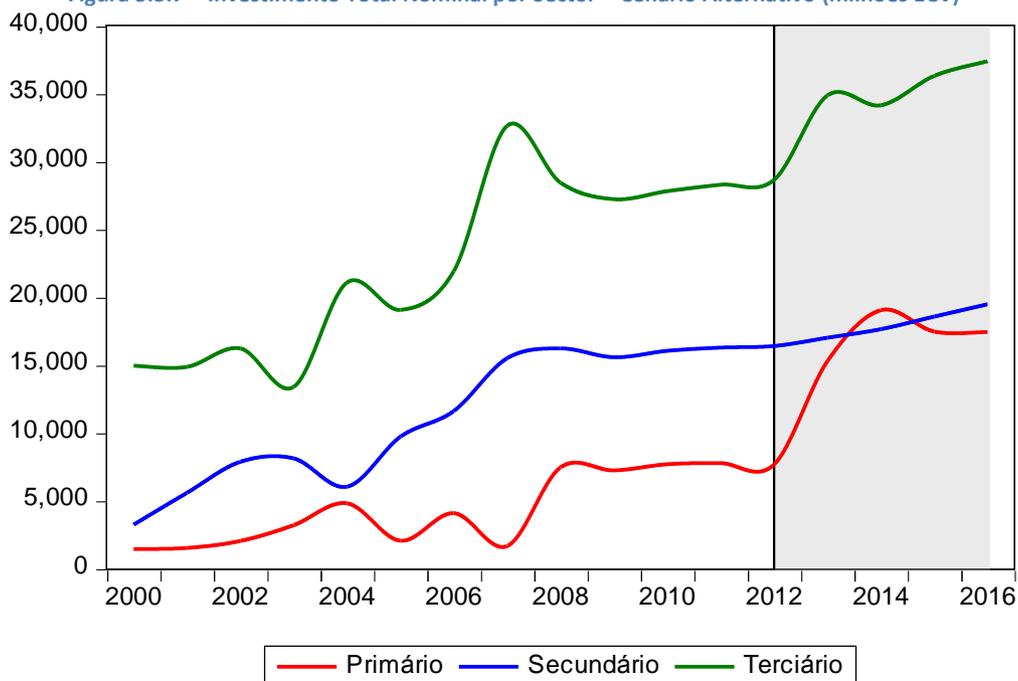


Figura 5.3.7 – Investimento Total Nominal por Sector – Cenário Alternativo (milhões ECV)

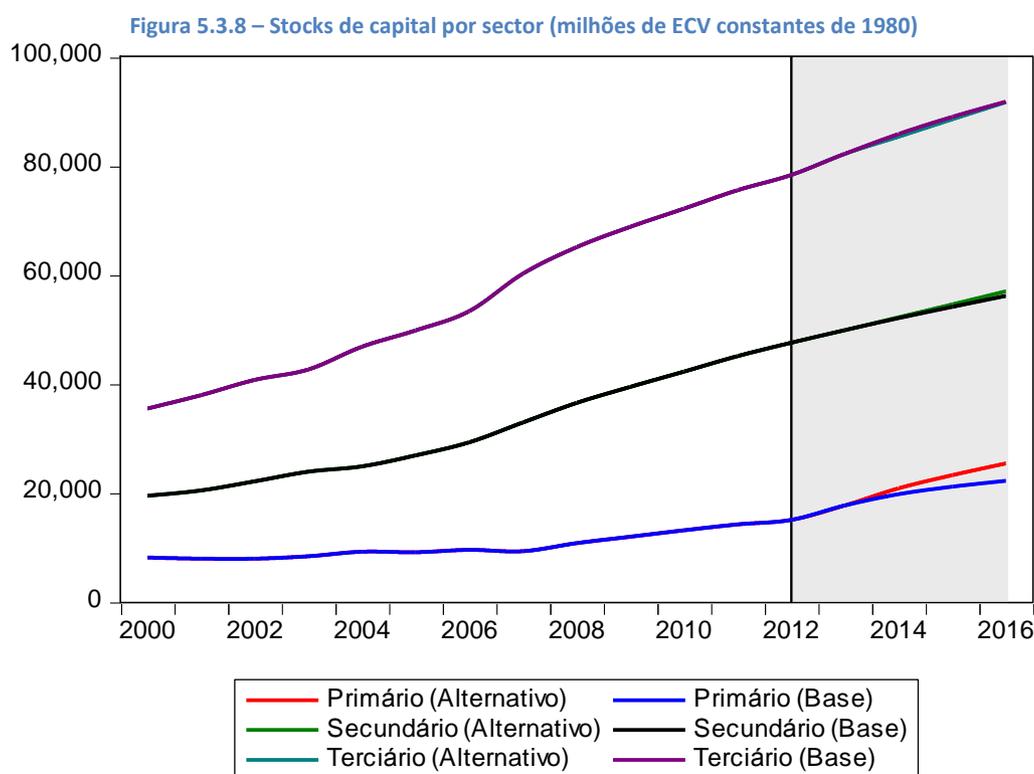


O contributo do investimento do sector privado para o crescimento económico será decisivo. O investimento do sector público apontará, de forma preferencial, para as áreas com maior impacto na redução da pobreza, como sejam a infra-estrutura agrícola, pesca e educação. A mobilização da água nas bacias hidrográficas e a capacitação de técnicos agrícolas e de pesca deverá incrementar a produtividade destes sectores e incentivar a cultura de agro-negócios e economia marítima, com vista a provocar um aumento significativo do investimento privado nestas áreas (e promoção de técnicas que aumentem a produtividade - rega gota a gota, estufas, hidroponia e novas fileiras).

Stock de Capital e Geração de Emprego

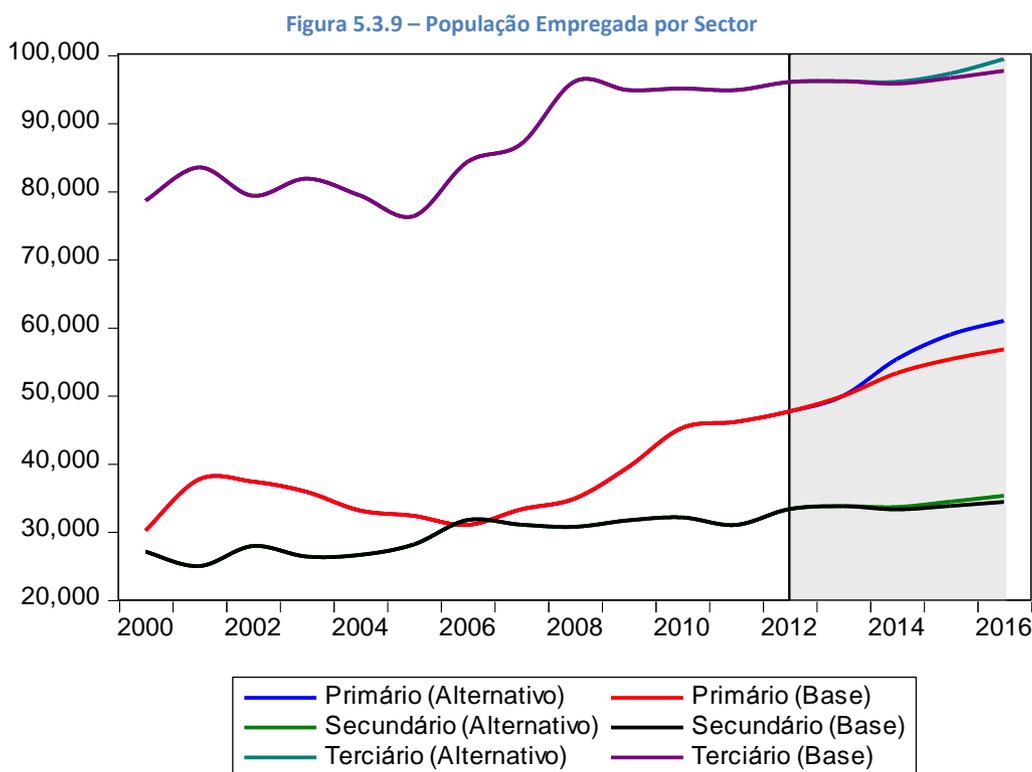
As projecções de crescimento económico no modelo DECRP III estão baseadas em funções de produção Cobb-Douglas para os três sectores económicos considerados no modelo, nomeadamente Primário, Secundário e Terciário. Os factores de produção considerados nas funções Cobb-Douglas são o *stock* de capital sectorial e a população empregada em cada sector. O direccionamento dos investimentos público e privado definirá a evolução do *stock* de capital em cada sector.

Na década passada os investimentos apostaram no sector terciário em detrimento do sector primário. Em decorrência da crise de 2008, registou-se a inversão de tendências observada nos *stocks* de capital sectorial. O DECRP III pressupõe dar prioridade aos investimentos no sector primário e portanto esperar que as tendências observadas nos *stocks* de capital nos últimos anos se extrapolem para o período 2012 –2016. No caso do cenário alternativo, e em função de maiores níveis de investimento, espera-se uma aceleração do ritmo de crescimento dos *stocks* de capital sectorial (ver Figura 5.3.8).

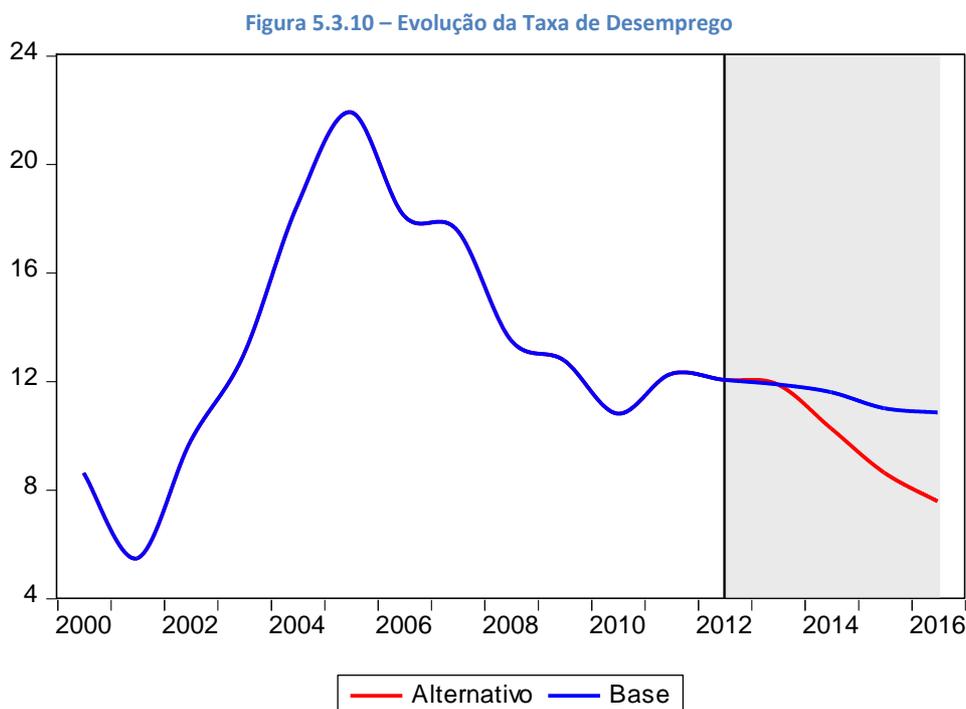


No que diz respeito ao outro factor de produção, a população empregada por sector, o modelo estima que os níveis de emprego sejam baseados no nível do *stock* de capital sectorial e no nível de utilização do capital que por sua vez vai depender do nível de procura em cada sector, nomeadamente o nível do consumo das famílias, das exportações de bens e serviços, das importações de bens e serviços, investimentos públicos e privados, nível do consumo corrente do Governo e do consumo intermediário em cada sector.

Até 2006, a participação da população empregada no sector primário apresentou uma tendência descendente. Com a construção da barragem de Poilão e novas actividades na pesca, verifica-se recentemente um aumento do número de empregados no sector primário (ver Gráfico 5.3.9).



Tendo em conta a evolução esperada da população activa total da economia, o modelo projecta uma diminuição da taxa de desemprego no período de vigência do DECRP III. No Gráfico 5.3.10 apresentam-se as evoluções projectadas da taxa de desemprego em ambos os cenários



Crescimento Económico

A taxa média anual de crescimento do PIB real no período 2012—2016 deverá situar-se à volta de 4.8% no cenário base e de 5.4% no cenário alternativo. Porém, o crescimento dos sectores primário, secundário e terciário serão diferenciados em decorrência dos diferentes níveis de investimento

sectorial. No caso do sector primário, o modelo projecta um crescimento mais dinâmico que os restantes sectores. O cenário base contempla um crescimento anual médio de 6.6% para o período em análise. No caso do cenário alternativo a taxa média subirá para os 8.3%.

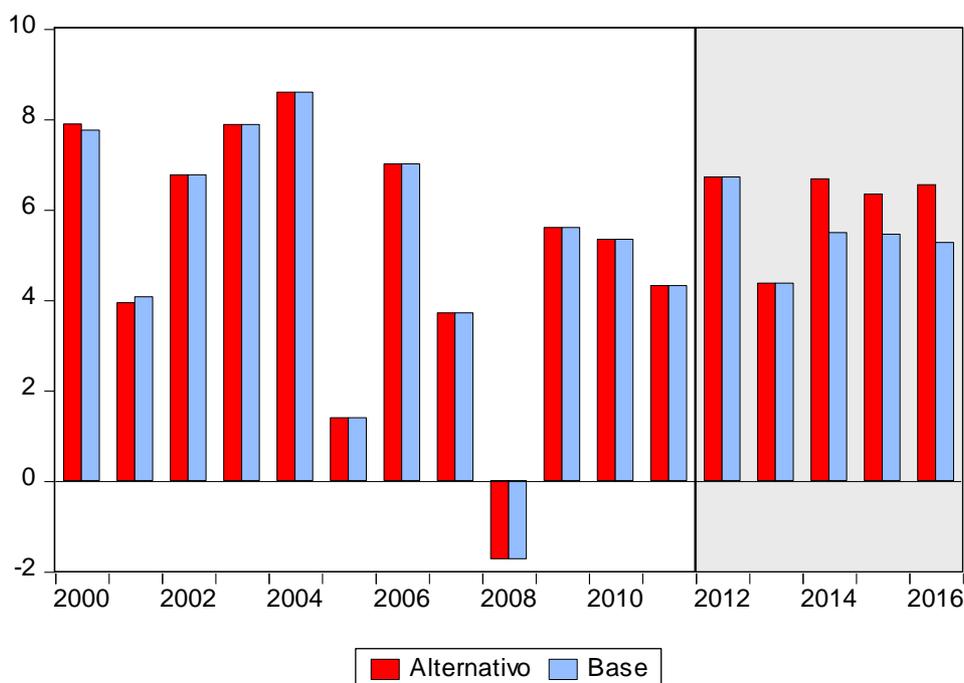
Para o sector secundário a projecção no caso do cenário base aponta para um crescimento anual médio de 4.1%. No caso do cenário alternativo a taxa passa para 4.7%. O crescimento do sector secundário estará baseado no dinamismo das actividades de construção e na transformação dos produtos agrícolas e piscatórios.

Para o sector terciário projecta-se uma taxa média de crescimento de 5.4% no cenário base e de 5.8% no cenário alternativo. O crescimento esperado do sector terciário reflecte a dinâmica do aumento do volume de turistas que estará fortemente associado ao desempenho das economias europeias.

Consumo das Famílias

Do lado da procura, o crescimento económico deverá resultar de um conjunto variado de factores. O consumo privado será um factor importante no crescimento económico conjuntamente com as exportações e importações de bens e serviços. Um aumento do rendimento *per capita* constituirá o principal factor do dinamismo do consumo privado. No período de vigência do DECRP III espera-se um crescimento similar à evolução do PIB com taxas de crescimento médio 5.5 % e 6.1% nos cenários base e alternativo, respectivamente.

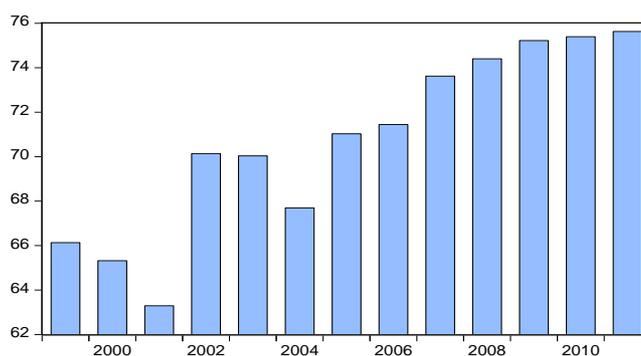
Figura 5.3.11 – Crescimento Real do Consumo das Famílias 2012 – 2016 (%)



Consumo Intermediário

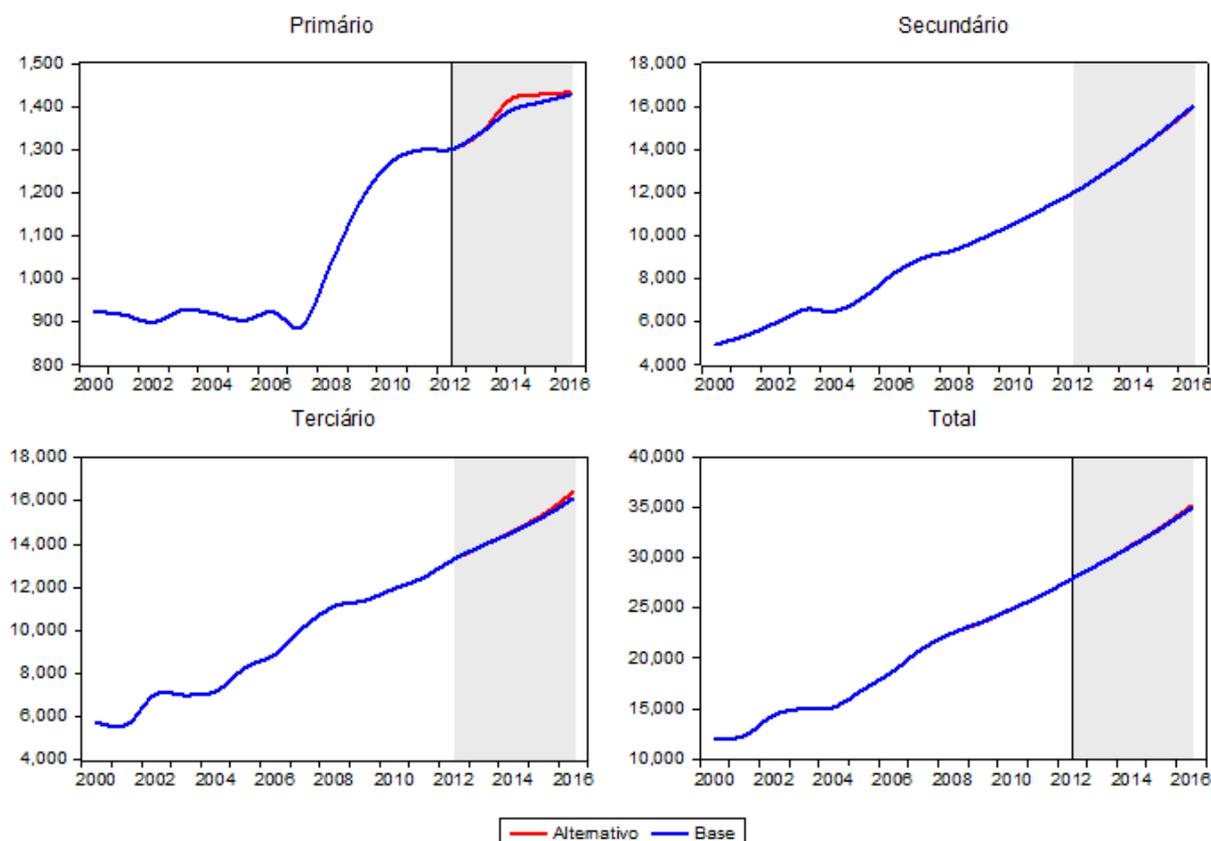
Conjuntamente com o consumo privado e o investimento, o consumo intermédio é um dos componentes mais importantes da procura agregada. Na década passada, o consumo intermédio representava em média cerca de 70% do PIB real (ver gráfico 5.3.12). Os bens de consumo são os que contribuíram com uma maior fatia para o consumo intermédio entre 2005 e 2008.

Figura 5.3.12 – Percentagem do Consumo Intermédio Real no PIB



Ao longo da última década, o sector secundário e terciário contribuíram com mais de 80% do consumo intermédio total. A taxa de crescimento do consumo intermédio esperada para o período da vigência do DECRP III situar-se-á no intervalo entre 5% a 6%.

Figura 5.3.13 – Consumo Intermédio por sector e total entre 2000 e 2016



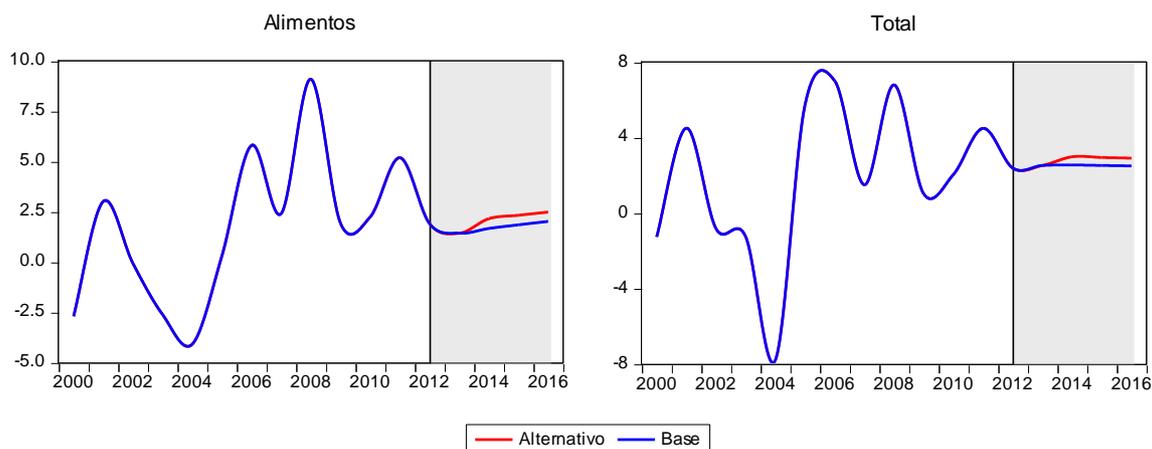
Preços e deflatores

A importância da estabilidade dos preços para a economia cabo-verdiana num contexto internacional de subida dos preços de produtos agrícolas e petrolíferos tornou-se mais evidente. Cabo Verde, devido à sua dependência externa, é um país vulnerável a choques exógenos. A inflação em Cabo Verde é na quase totalidade uma inflação importada devido ao peso que os produtos importados, principalmente bens alimentares e petrolíferos, têm na economia.

O modelo explica uma forte interligação entre as mudanças nos preços do petróleo e produtos agrícolas no mercado internacional e as mudanças nos preços nacionais. Os preços dos bens

alimentares e bebidas não alcoólicas no mercado nacional têm sido muito voláteis, mas espera-se que no período de vigência do DECRP III, fruto dos investimentos realizados em construções de barragens, os preços nacionais de produtos agrícolas dependa menos dos preços internacionais e a respectiva variação assuma valores próximos dos 2% (ver gráfico 5.3.14).

Figura 5.3.14 – Inflação do Índice de Preços ao Consumidor em bens de alimentos e bebidas não alcoólicas e total

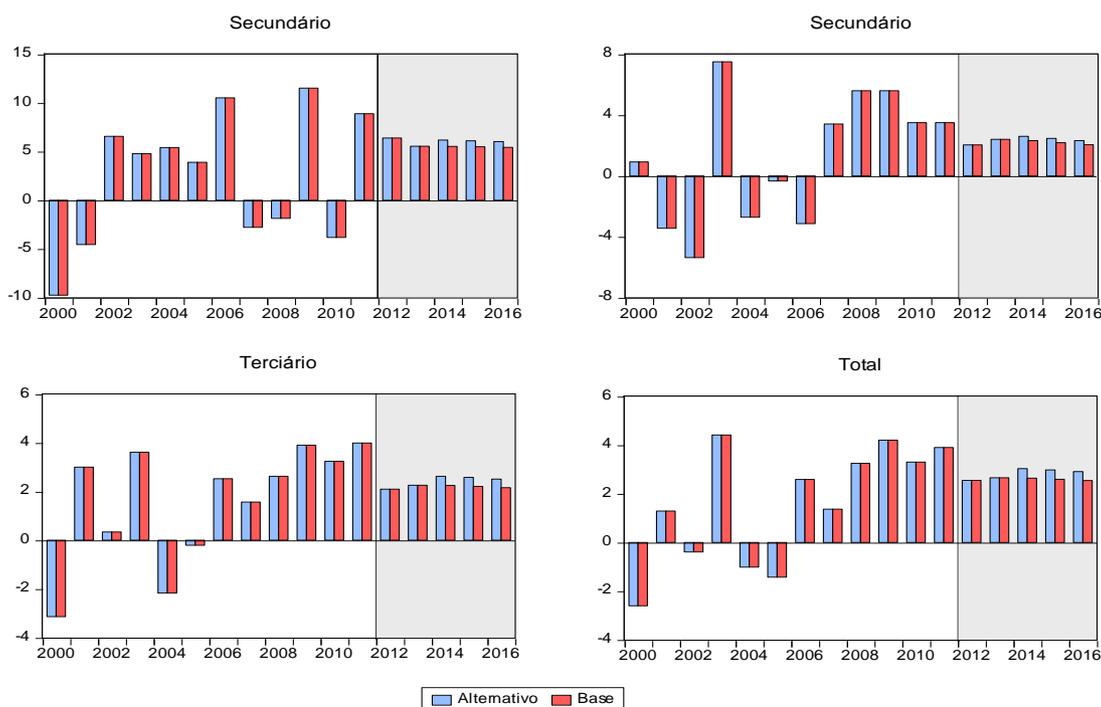


A inflação, medida pelo índice de preços no consumidor nas várias categorias de bens e serviços, registou na última década uma taxa média de 2%. A variação é influenciada sobretudo pelas variações dos preços dos produtos alimentares e bebidas alcoólicas, contribuindo ambas estas categorias para mais de metade das variações do índice total.

Durante esse período, o deflator do PIB total cresceu a uma taxa média de aproximadamente 1.5% com o sector terciário a contribuir mais para essa variação. As projecções para o período de vigência do DECRP III apontam para uma estabilização da inflação muito próxima dos 3%, compatível com o objectivo de estabilidade da política monetária (com a defesa do *peg* nominal com o euro) e melhoria da competitividade da economia cabo-verdiana.

No que diz respeito aos deflatores dos PIBs sectoriais e total, no período 2008-2011 situaram-se nos 3% e no período da vigência do DECRP III não se espera que ultrapassem os 4%. Para o deflator do PIB total contribui maioritariamente o deflator do sector terciário com cerca de 70%.

Figura 5.3.15 – Deflator do PIB por Sector e Total

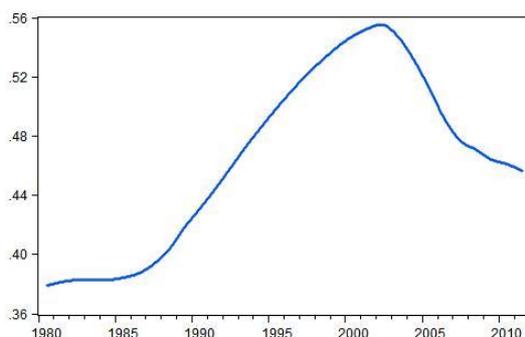


Rendimento, Pobreza e Desigualdade

O crescimento em Cabo Verde até 2002 foi acompanhado por um aumento da desigualdade na repartição do rendimento, conforme expresso na evolução do índice de Gini (figura 5.3.16). Os resultados do QUIBB 2007 revelaram que a partir de 2002 as reformas económicas permitiram uma significativa redução da desigualdade até 2008. No entanto, a crise económica mundial, o menor nível de remessas de cabo-verdianos no exterior e a desaceleração do crescimento económico fizeram que a redução da desigualdade apresentasse sinais de desaceleração após 2008.

As causas da pobreza em Cabo Verde estão vinculadas às características do sector agrícola. O papel dominante da pobreza rural levanta um conjunto de questões sobre o sector primário (agricultura e pesca essencialmente) e a respectiva capacidade de oferecer aos trabalhadores deste sector um nível de rendimentos que lhes permita sair da pobreza.

Figura 5.3.16 – Índice de Gini



Apesar da melhoria significativa de produtividade verificada no sector hortícola, os ganhos de produtividade no sector primário como um todo ainda são muito baixos. A redução da emigração para

o estrangeiro vem a reforçar o processo gerador de pobreza no meio rural. Contudo, o forte crescimento económico na década 2000 – 2010 vem permitindo uma redução significativa do número de pobres e extremamente pobres no país.

A migração, que tradicionalmente se dirigia para o exterior do país, começou a orientar-se também para as zonas urbanas em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Esta migração interna coloca aos centros urbanos novos problemas em termos de saneamento, habitação, educação e saúde, e modifica também o perfil da pobreza. Por outro lado, o valor das remessas de emigrantes enviadas às famílias contribui com uma quota importante para o rendimento total das camadas mais pobres da população.

Para o período do DECRP III espera-se que a pobreza continue a descer cumprindo os limites do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Espera-se também uma tendência similar com o número de pessoas em pobreza extrema.

Figura 5.3.17 – Pobreza e Pobreza Extrema (número de pessoas) cenário base

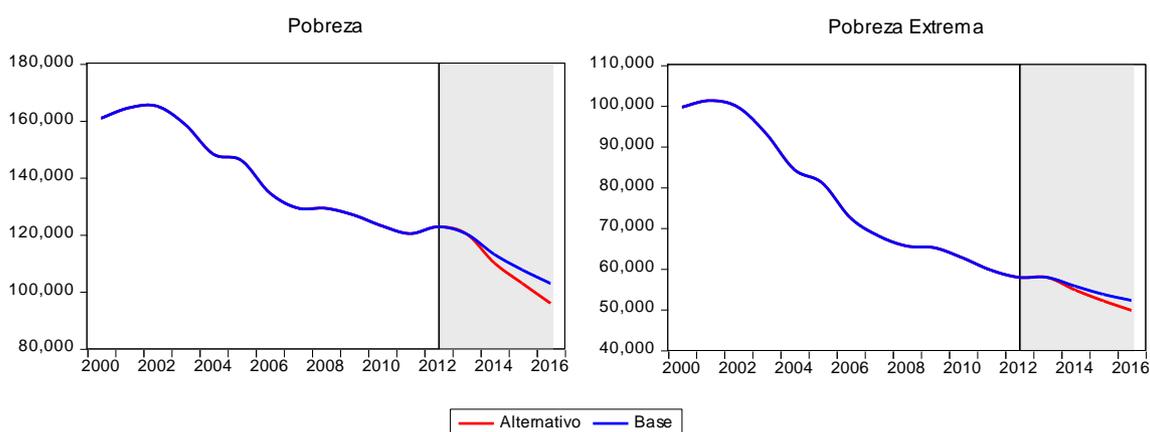
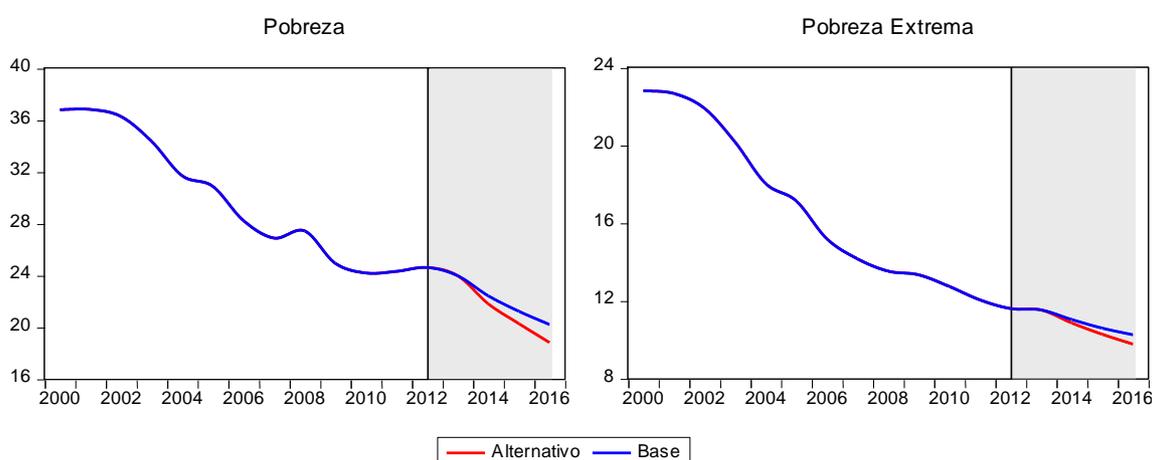
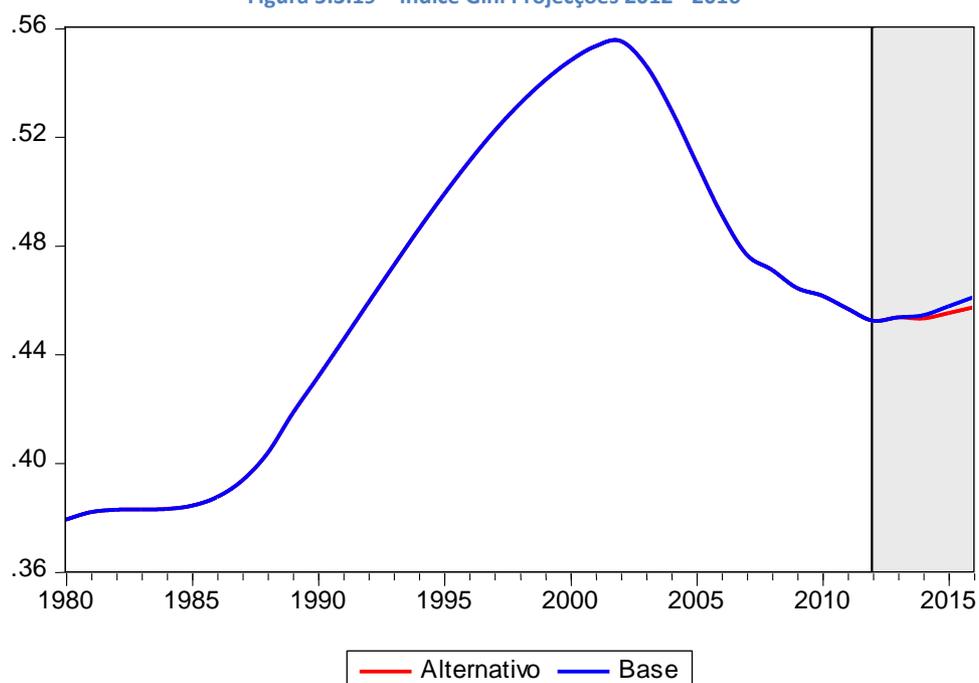


Figura 5.3.18 – Pobreza e Pobreza Extrema (% população total)



No que diz respeito à desigualdade, as projecções apontam para uma desaceleração da redução da desigualdade registrada no período 2000 – 2008, reflectida na evolução do Índice Gini para 2012 – 2016 (ver figura 5.3.19). O crescimento do sector primário criará um maior número de empregos contribuindo para a redução do número de pobres e extremadamente pobres, mas a desaceleração do envio de remessas por parte dos emigrantes cabo-verdianos no exterior e a desaceleração do crescimento do sector terciário não vão permitir uma queda significativa na desigualdade no período do DECRP III.

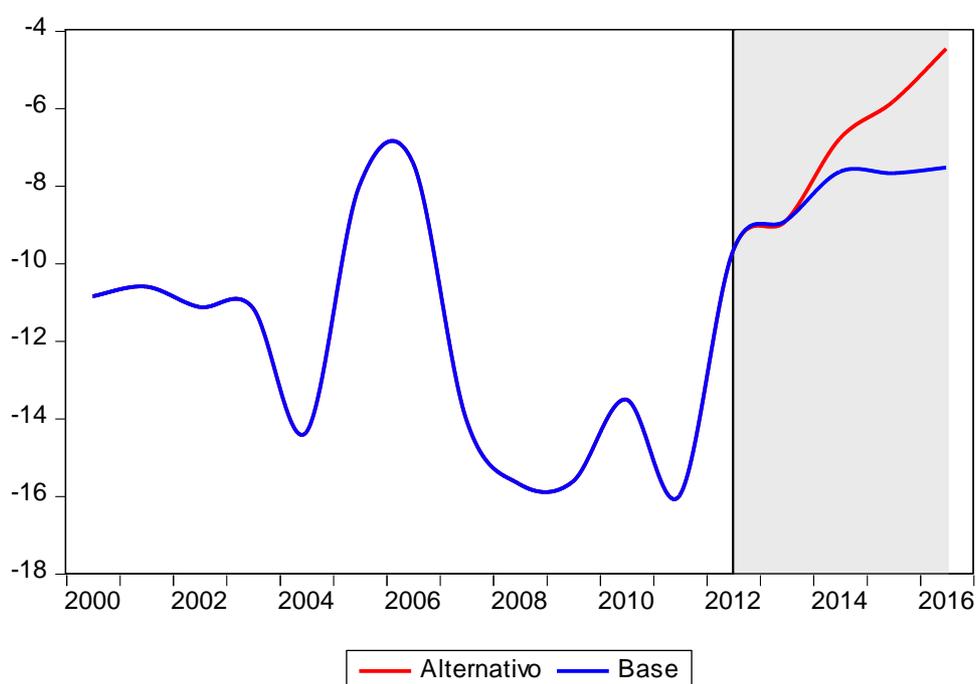
Figura 5.3.19 – Índice Gini Projeções 2012 - 2016



Balança de Pagamentos

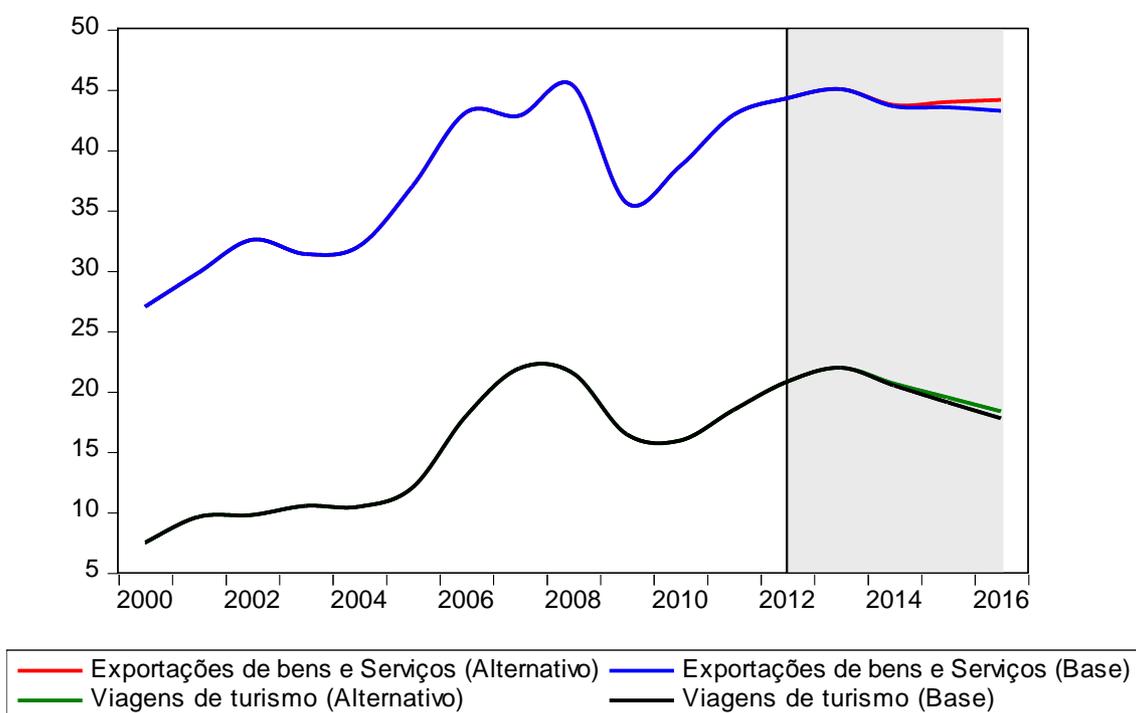
Relativamente ao sector externo, os pressupostos foram assumidos tendo em conta a necessidade de reduzir o défice da conta corrente e manter um nível adequado de reservas cambiais. A evolução prevista para a produção derivada do sector primário e para as receitas de turismo devem contribuir significativamente para o aumento das exportações de bens e serviços, e por conseguinte, conjugado com um aumento relativo das importações, para a melhoria do saldo deficitário na conta corrente.

Figura 5.3.20 – Evolução do défice da conta corrente (em percentagem do PIB nominal)



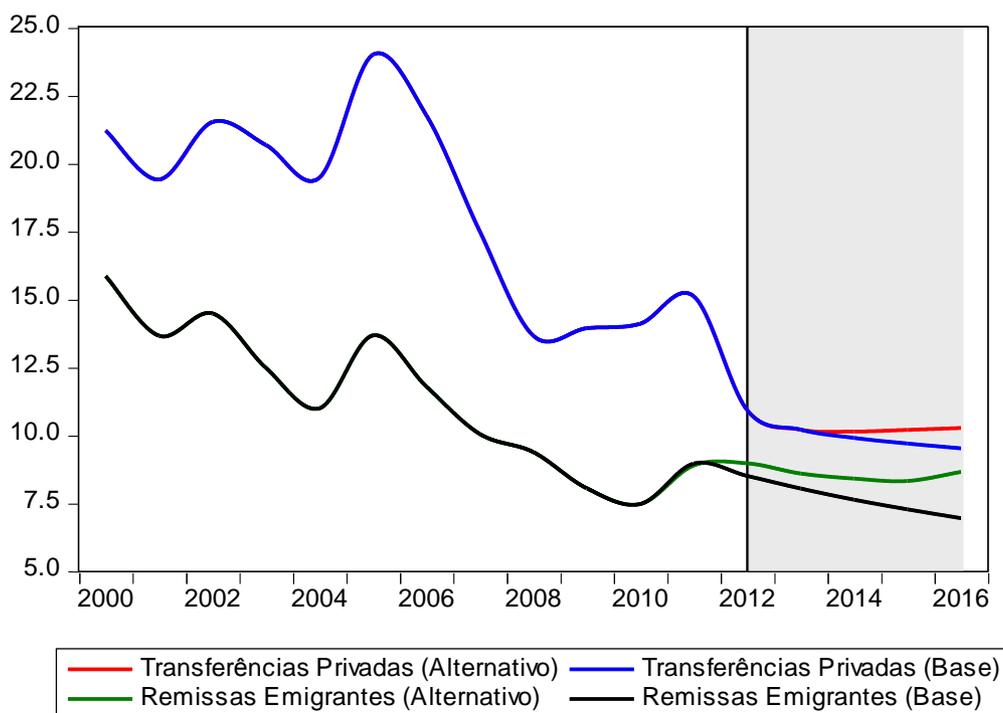
As exportações de bens e serviços devem crescer em média cerca de 9.5% e 10.8%, nos cenários base e alternativo, respectivamente. Estas evoluções resultam, em particular, da performance das exportações dos serviços ligados ao turismo. No primeiro cenário, as receitas turísticas crescem em média 8.8% e, no segundo, 10.2%. O aumento destas receitas resulta do aumento do número de turistas. No que toca às importações de bens e serviços, devem atingir em média cerca de 57% do PIB, em ambos os cenários.

Figura 5.3.21 – Evolução das exportações e das receitas do turismo (em % do PIB nominal)



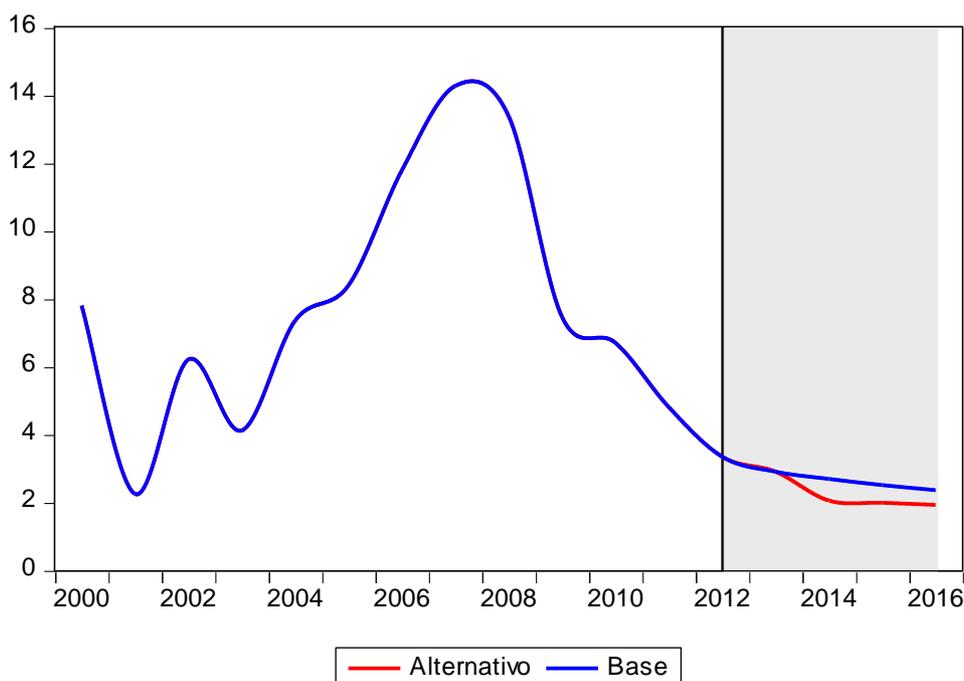
Relativamente às transferências correntes, prevê-se um crescimento mais optimista no cenário alternativo, resultado do aumento das transferências privadas, com as remessas dos emigrantes a desempenhar um papel determinante na redução do nível da pobreza.

Figura 5.3.22 – Evolução das remessas dos emigrantes (em % do PIB nominal)



O investimento directo estrangeiro (IDE) deverá evidenciar um crescimento moderado, sendo a sua evolução crucial para o melhor desempenho da balança financeira. Assim, o IDE deverá representar em média cerca de 2% do PIB, em ambos os cenários.

Figura 5.3.23 – Evolução do Investimento Directo Estrangeiro (em % do PIB)



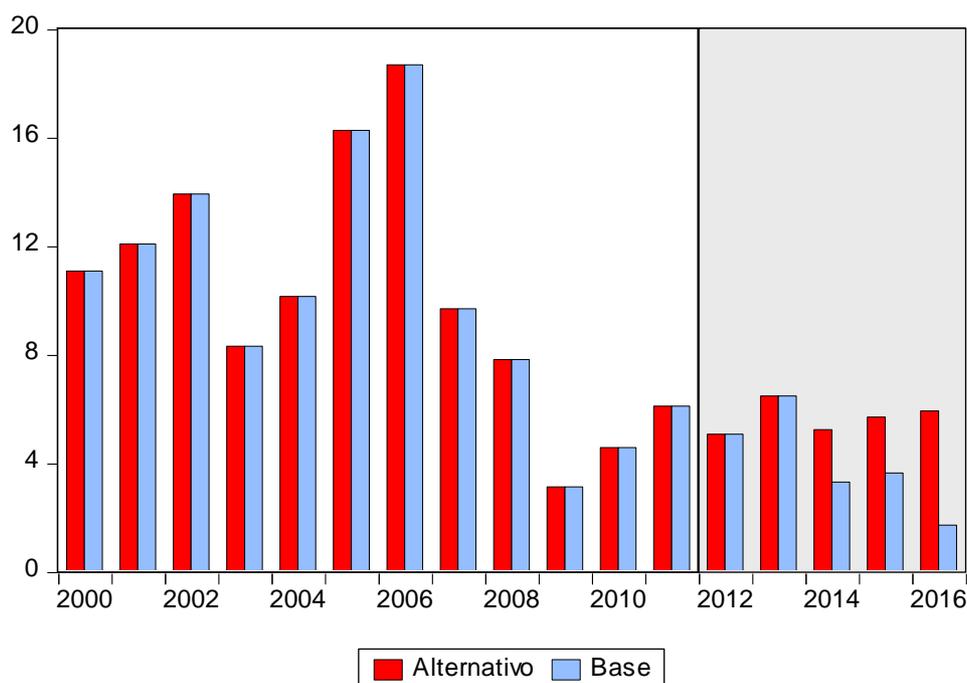
Em suma, espera-se do saldo da conta corrente uma evolução favorável, explicada pelas variações das importações e das exportações ao longo do período, traduzindo o desempenho da economia e sua relação com o exterior. Projecta-se também que as reservas internacionais líquidas projectadas possam regressar ao patamar dos 4 meses de importação de bens e serviços.

Situação monetária

Os pressupostos assumidos no que se refere à evolução dos principais indicadores monetários e financeiros são consistentes com a preservação da estabilidade de preços e da credibilidade do regime cambial, reflectida no reforço do nível de reservas em relação às importações de bens e serviços, e com a disponibilização de recursos internos para o financiamento da actividade económica.

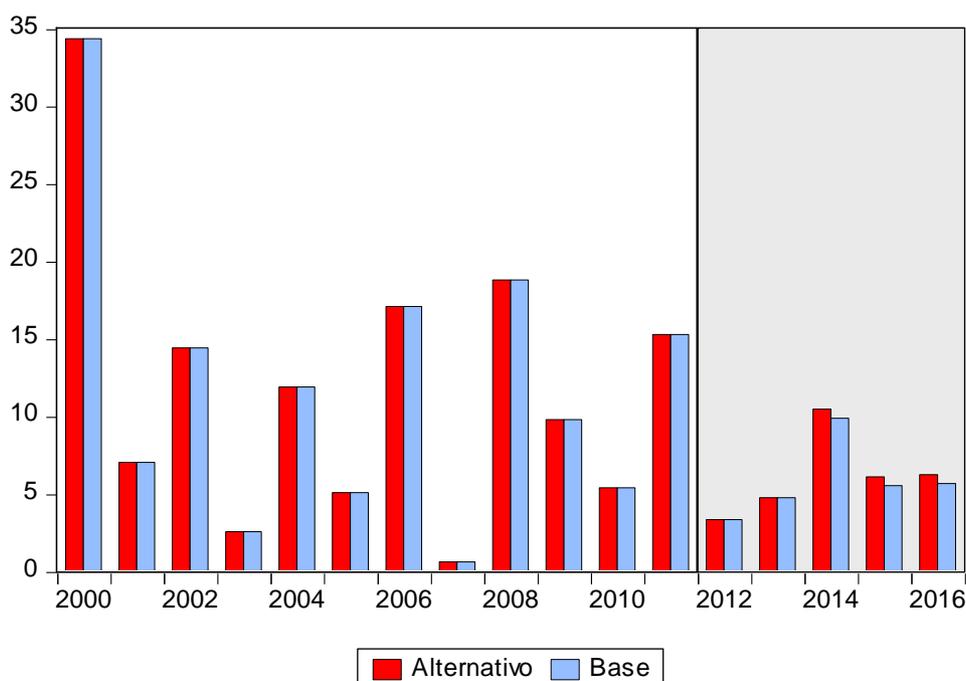
A massa monetária (M2) deverá evidenciar uma variação global em linha com a do PIB, esperando-se assim um crescimento médio de cerca de 4% no cenário base e 5.7% no alternativo.

Figura 5.3.24 – Evolução da Massa Monetária (em %)



A dinâmica do crédito interno líquido (CIL) deverá contribuir para a evolução da massa monetária, prevendo-se um crescimento médio anual de 5.8% e 6.2% nos cenários base e alternativo, respectivamente.

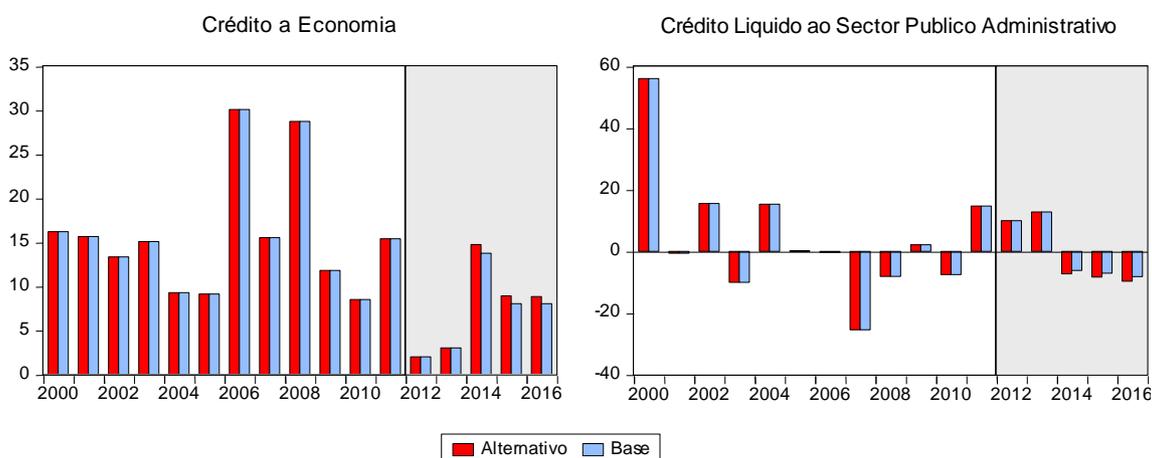
Figura 5.3.25 – Evolução Anual do Crédito Interno



Um melhor desempenho da actividade económica deverá impactar na redução do nível de aversão ao risco do sistema bancário, viabilizando a canalização dos recursos para o sector privado, o deverá permitir que o crédito à economia cresça em média 6.9% e 7.5%, nos cenários base e alternativo, respectivamente.

O crédito líquido ao sector público administrativo deverá registar um perfil descendente, com o crédito ao sector privado a representar uma maior percentagem do crédito interno.

Figura 5.3.26 – Evolução Anual do Crédito à Economia e Crédito ao SPA



6. Custos e Financiamento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

Finanças Públicas

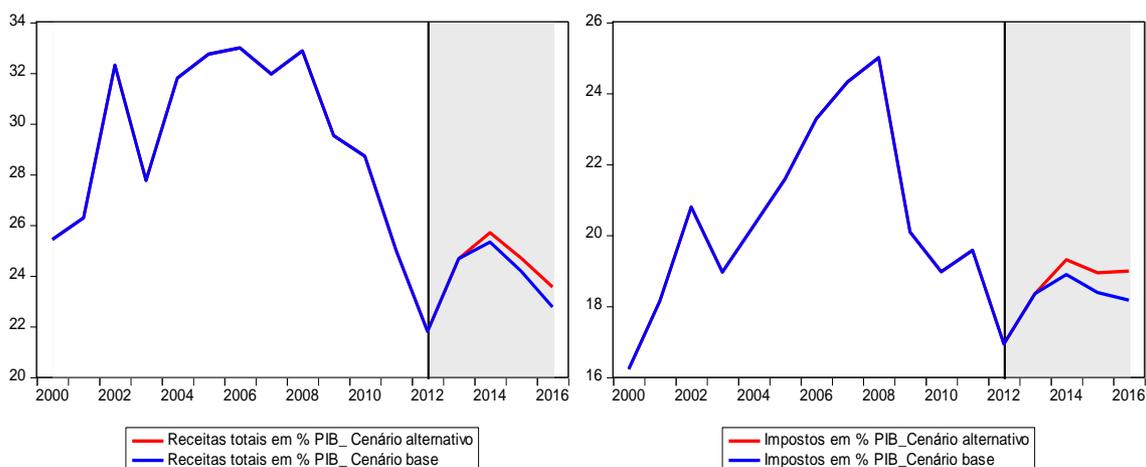
O comportamento das finanças públicas deverá pautar-se pela continuação de uma gestão prudente, em concordância com a política global de estabilidade macroeconómica, crescimento sustentável e redução da pobreza.

Para a realização das metas propostas no DECRP III será determinante a mobilização de recursos externos, para além dos que estão garantidos até 2016 (cenário base), com o fim de garantir o nível de investimento necessário para a prossecução dos objectivos propostos. Com efeito, não obstante o esforço de contenção das despesas correntes com vista a libertar recursos para o investimento público, a mobilização de recursos externos continua a revelar-se imprescindível à concretização do programa do investimento público, especialmente à luz dos limites ao endividamento interno que a sustentabilidade da política monetária exige.

As projecções apontam que um maior nível de investimento público e privado (cenário alternativo), estrategicamente alocado entre os sectores primário, secundário e terciário, resultam num impacto positivo no crescimento nominal e real do PIB. Este crescimento mais robusto da actividade económica, associado a uma melhoria da eficiência da administração tributária, confere espaço para um maior nível de arrecadação de receitas, levando a que as receitas de imposto se situem em 19% do PIB em 2016, sem incluir a maioria das taxas, dado que estas são consideradas nas receitas não fiscais.

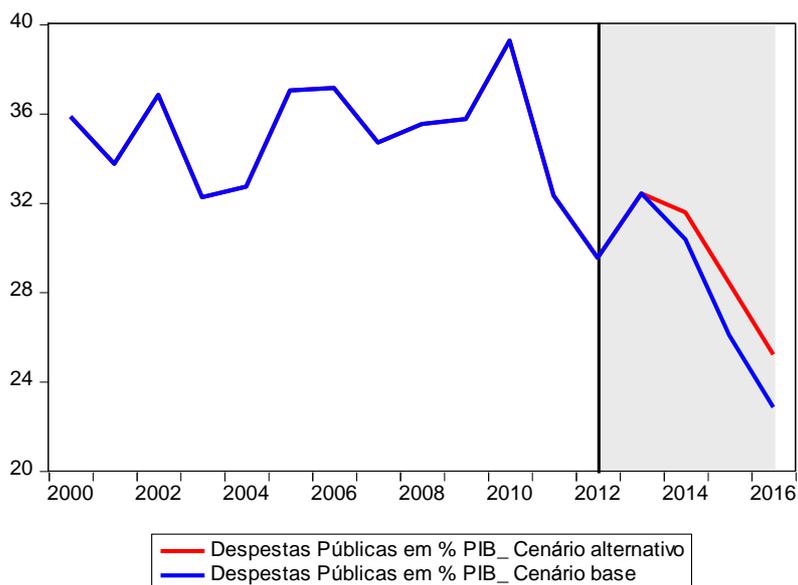
As receitas totais, durante o período de 2012 a 2016, deverão atingir em média de 24.1% do PIB no cenário alternativo, contra 23.7% do PIB no cenário base. Em relação às receitas dos impostos, o valor médio para o período deverá situar-se em torno de 18.5% do PIB no cenário alternativo e 18.1% do PIB no cenário base, o que sugere que os investimentos a realizar darão um impulso ao crescimento económico, com impactos positivos no nível de fiscalidade, não obstante o denominador ser superior no cenário alternativo. Estima-se que os donativos poderão registar uma média de 2.7% do PIB, nos dois cenários, com uma tendência decrescente nesse período.

Figura 6.0.1 – Evolução das Receitas Totais e de Imposto



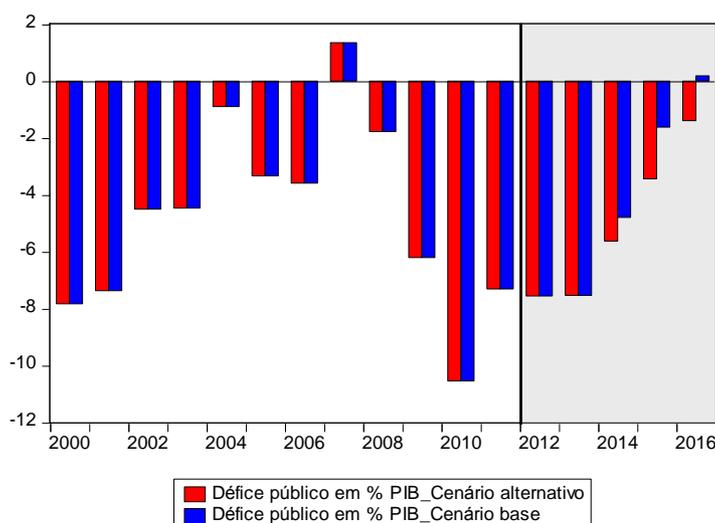
Para a implementação da estratégia de crescimento e redução da pobreza a despesa pública (incluindo investimento) deverá atingir em média 29.6% do PIB, no cenário alternativo. O cenário base aponta para despesas públicas em torno de 28.2%, para o período. O investimento do sector público empresarial, via Orçamento do Estado, representará em média 4.8% do PIB, nos dois cenários.

Figura 6.0.2 – Evolução das Despesas Públicas



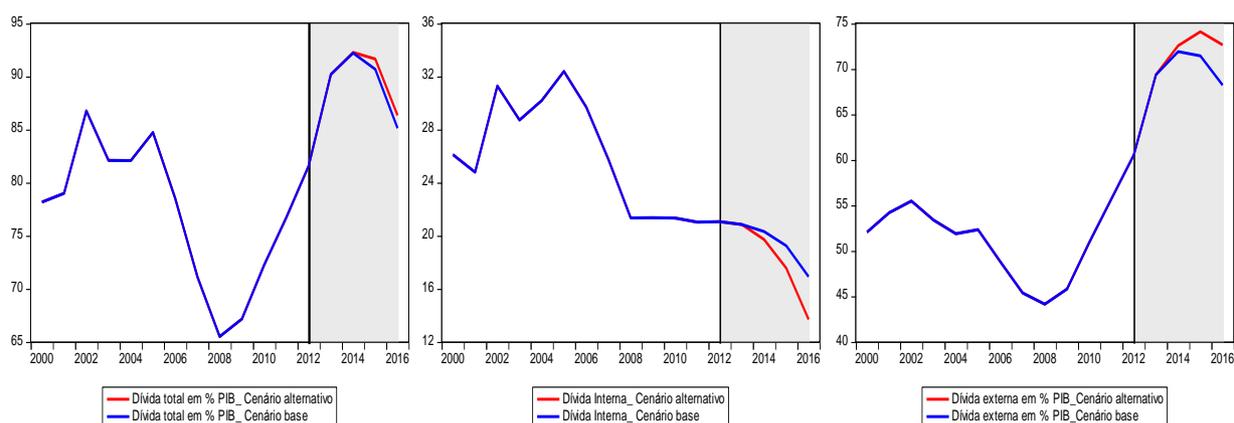
O saldo orçamental global, incluindo donativos, durante o período deverá em média atingir cerca de - 5.1% do PIB, enquanto o saldo corrente primário durante o período deverá rondar em média 1.9% do PIB, de acordo com a estratégia. O cenário base implicaria um saldo orçamental global de -4.3% do PIB, em termos médios, e um saldo corrente primário médio de 1.7% do PIB.

Figura 6.0.3 – Evolução do Saldo Global



A d vida pública total deverá atingir 88.4 % do PIB, sendo 18.6% referentes à d vida interna e 69.8%   d vida externa, mantendo-se a natureza essencialmente concessional da carteira de financiamento externo. No cenário base a d vida total ascende a 88% do PIB, com 19.7% do lado interno e 68.3% do lado externo, ligeiramente inferior ao cenário alternativo. Entretanto, neste último, prevê-se uma menor pressão sobre o endividamento interno, dando margem para a sustentabilidade da política monetária e maior espaço para o engajamento do sector privado na estratégia de crescimento económico, para além dos ganhos em termos dos impactos do maior volume de investimentos, em sectores prioritários, a nível do crescimento real da economia e da redu o da pobreza.

Figura 6.0.4 – Evolu o da D vida Pública



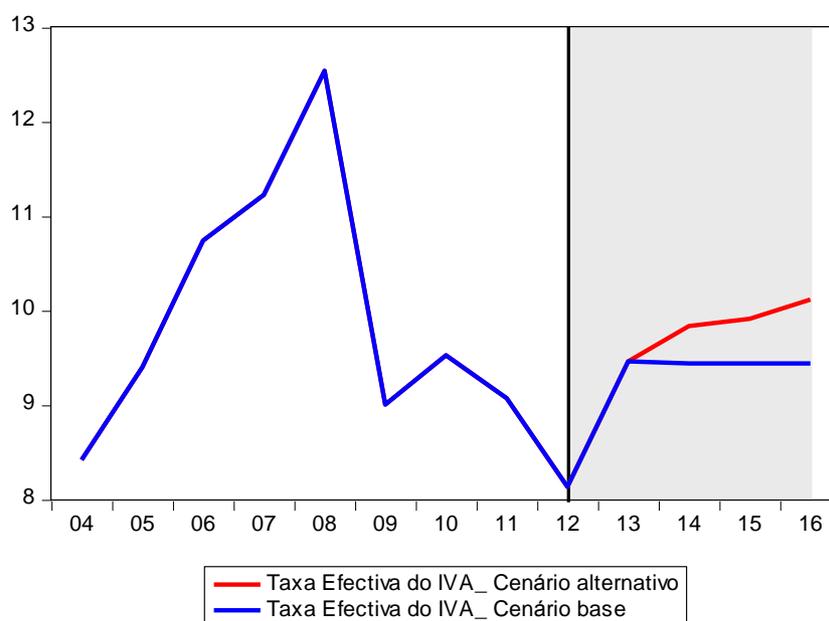
6.1. Quadro Fiscal do DECRP III

Os impostos indirectos deverão representar a maioria das receitas fiscais arrecadadas no período, 70%, com o IVA a destacar-se como a maior fonte de receitas. Do lado dos impostos directos, o Imposto  nico sobre o Rendimento – Pessoas Singulares deverá ter uma melhor performance que o Imposto  nico sobre Rendimento – Pessoas Colectivas.

As medidas de reforma da administra o tributária deverão permitir alcançar taxas efectivas dos impostos mais elevados, como reflexo da melhoria da eficiência tributária. Entretanto, tendo em conta

o contexto económico externo e interno menos favorável, não se prevê que as taxas efectivas venham a registar, até 2016, os níveis máximos registados no passado.

Figura 6.1.1 – Taxa Efectiva do IVA



Quadro 6.1.1 – Estrutura das receitas fiscais no cenário alternativo

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos (Receitas Fiscais Totais - RFT)	100							
Impostos Directos	32	30	29	32	30	30	29	29
Imposto Unico sobre Rendimentos	32	30	29	32	30	30	29	29
IUR-PS	17	18	16	19	17	17	17	16
IUR-PC	14	12	13	14	13	13	13	12
Outros Impostos sobre Rendimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Indirectos	68	70	71	68	70	70	71	71
Impostos sobre Bens e Servicos	43	46	47	44	48	47	48	49
Sobre Bens e Servicos	38	40	39	37	40	38	38	38
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	38	40	39	37	40	38	38	38
IVA DGA	23	24	26	24	22	20	19	18
IVA DGCI	15	17	14	13	17	18	19	20
Sobre Consumo	4	5	6	5	6	7	9	9
Imposto Consumo Especial	4	5	6	5	6	7	9	9
Outros Impostos	1	1	2	2	2	2	2	2
Taxa Ecologica	1	1	2	2	2	2	2	2
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Sobre Transacoes Internacionais	21	21	21	21	19	18	18	18
Direitos de Importacao	20	21	20	20	18	17	17	18
Taxa Comunitaria CEDEAO	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Impostos	4	3	3	3	3	4	4	4
Imposto de Selo	4	3	3	3	3	4	4	4
Imposto Especial sobre Jogos	0	0	0	0	0.5	0.5	0.6	0.6
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 6.1.2 – Nível de fiscalidade (imposto em %PIB) – cenário alternativo

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Imposto único sobre rendimento	6.4	5.8	5.8	5.5	5.5	5.8	5.6	5.4
Imposto sobre bens e serviços	8.8	8.8	9.2	7.5	8.7	9.2	9.1	9.3
Imposto sobre comércio internacional	4.3	4.1	4.1	3.5	3.5	3.5	3.4	3.5
Outros impostos indirectos	0.8	0.5	0.6	0.5	0.6	0.8	0.8	0.8
Impostos totais	20.2	19.3	19.6	16.9	18.4	19.3	18.9	19.0

A não materialização dos pressupostos assumidos no cenário alternativo, implicam um cenário de crescimento económico menos favorável, patente no cenário base e que conduz a níveis de fiscalidade inferiores.

Quadro 6.1.3 – Estrutura das receitas fiscais – cenário base

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos (Receitas Fiscais Totais - RFT)	100							
Impostos Directos	32	30	29	32	30	31	30	30
Imposto Unico sobre Rendimentos	32	30	29	32	30	31	30	30
IUR-PS	17	18	16	19	17	18	17	17
IUR-PC	14	12	13	14	13	13	13	13
Outros Impostos sobre Rendimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Indirectos	68	70	71	68	70	69	70	70
Impostos sobre Bens e Servicos	43	46	47	44	48	47	47	47
Sobre Bens e Servicos	38	40	39	37	40	38	37	36
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	38	40	39	37	40	38	37	36
IVA DGA	23	24	26	24	22	20	19	18
IVA DGCI	15	17	14	13	17	18	18	19
Sobre Consumo	4	5	6	5	6	7	9	9
Imposto Consumo Especial	4	5	6	5	6	7	9	9
Outros Impostos	1	1	2	2	2	2	2	2
Taxa Ecologica	1	1	2	2	2	2	2	2
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos Sobre Transacoes Internacionais	21	21	21	21	19	18	18	19
Direitos de Importacao	20	21	20	20	18	17	18	18
Taxa Comunitaria CEDEAO	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros Impostos	4	3	3	3	3	4	4	4
Imposto de Selo	4	3	3	3	3	4	4	4
Imposto Especial sobre Jogos	0	0	0	0	0.5	0.5	0.6	0.6
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 6.1.4 – Nível de fiscalidade (imposto em % do PIB) – cenário base

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Imposto único sobre rendimento	6.4	5.8	5.8	5.5	5.5	5.8	5.5	5.4
Imposto sobre bens e serviços	8.8	8.8	9.2	7.5	8.7	8.8	8.7	8.6
Imposto sobre comercio internacional	4.3	4.1	4.1	3.5	3.5	3.5	3.4	3.4
Outros impostos indirectos	0.8	0.5	0.6	0.5	0.6	0.8	0.8	0.8
Impostos totais	20.2	19.3	19.6	16.9	18.4	18.9	18.4	18.2

6.2 Quadro Despesas do DECRP III

Durante o período de vigência do DECRP III, as despesas totais verão atingir em média 29.6% do PIB, repartidos em 21.5% para as rubricas das despesas correntes e 8.1% para os activos não financeiros. Importa referir que 2013 coincide com pico máximo de realização de despesas, passando, a partir de 2014, a assumir um comportamento decrescente. Os investimentos do sector público empresarial correspondem aos empréstimos retrocedidos pelo Governo a empresas públicas e deverão atingir em média cerca de 4.8% do PIB, entre 2012 e 2016.

Quadro 6.2.1 – Despesas Públicas – cenário alternativo

Rubrica	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal	14,207	14,810	15,616	16,755	17,768	18,988	19,856	20,271
Aquisicao de Bens e Servicos	5,294	5,171	4,697	5,587	6,828	7,564	7,344	7,195
Juros Correntes Total	1,861	2,173	2,256	2,470	3,681	3,941	4,277	4,524
Juros Divida Interna	1,271	1,460	1,404	1,410	1,850	1,806	1,772	1,676
Juros Divida Externa	547	699	852	1,000	1,753	2,109	2,474	2,815
Outros Encargos da Divida	43	14	0	60	78	25	30	34
Subsidios	874	752	1,020	439	450	622	637	654
Transferencias Correntes	3,781	4,939	4,710	4,022	4,637	5,155	5,393	5,500
Beneficios Sociais	2,890	2,893	3,551	3,620	3,852	4,658	5,039	5,150
Outras Despesas Correntes	3,252	2,362	2,052	2,468	2,524	3,338	3,700	3,474
Despesas Correntes Totais	32,159	33,099	33,901	35,361	39,740	44,266	46,247	46,768
Compra de Activos não Financeiros	13,268	21,214	14,923	12,632	17,663	18,052	16,045	14,860
Total das Despesas	45,427	54,313	48,824	47,993	57,403	62,317	62,292	61,628
Investimento do sector público empresarial (ISPE)	836	1,430	5,331	5,449	11,279	11,002	11,680	7,400
Total incluindo ISPE	46,262	55,743	54,156	53,442	68,682	73,319	73,973	69,028

A não-mobilização de recursos adicionais, para viabilizar a implementação da estratégia, resultaria, no actual cenário de despesas, em impactos negativos a nível do crescimento económico. No cenário base, as despesas totais atingem em média 28.2% do PIB, assumindo as rubricas das despesas correntes 21.3% do PIB e a compra de activos não financeiros 7%. Os activos não financeiros desempenham um importante papel na formação bruta de capital fixo, daí que este cenário estaria menos propenso a contribuir para o crescimento real da economia.

Quadro 6.2.2 – Despesas Públicas (cenário base)

Rubrica	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal	14,207	14,810	15,616	16,755	17,768	18,988	19,856	20,271
Aquisicao de Bens e Servicos	5,294	5,171	4,697	5,587	6,828	7,032	6,279	5,917
Juros Correntes Total	1,861	2,173	2,256	2,470	3,681	3,890	4,110	4,222
Juros Divida Interna	1,271	1,460	1,404	1,410	1,850	1,806	1,772	1,676
Juros Divida Externa	547	699	852	1,000	1,753	2,059	2,310	2,518
Outros Encargos da Divida	43	14	0	60	78	24	28	29
Subsidios	874	752	1,020	439	450	619	632	648
Transferencias Correntes	3,781	4,939	4,710	4,022	4,637	5,076	5,235	5,311
Beneficios Sociais	2,890	2,893	3,551	3,620	3,852	4,600	4,924	5,012
Outras Despesas Correntes	3,252	2,362	2,052	2,468	2,524	3,285	3,595	3,348
Despesas Correntes Totais	32,159	33,099	33,901	35,361	39,740	43,491	44,631	44,728
Compra de Activos não Financeiros	13,268	21,214	14,923	12,632	17,663	15,657	11,244	9,105
Total das Despesas	45,427	54,313	48,824	47,993	57,403	59,148	55,874	53,833
Investimento do sector público empresarial (ISPE)	836	1,430	5,331	5,449	11,279	11,002	11,680	7,400
Total incluindo ISPE	46,262	55,743	54,156	53,442	68,682	70,150	67,555	61,233

6.3 O Orçamento da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza

A implementação do DECRP III será o quadro de referência para a afectação de recursos ao longo do período de 2012 a 2016, e implicará um esforço considerável de mobilização de recursos externos. Os custos da implementação da estratégia estão sintetizados no quadro seguinte e totalizam nesse período 291.634 milhões de escudos, dos quais 79.252 milhões de escudos em activos não financeiros e 212.383 milhões de escudos em despesas correntes, decorrentes das medidas e actividades específicas associadas à implementação do DECRP III. O investimento do sector público empresarial mobilizado pelo Governo totaliza 46.810 milhões de escudos nesse período.

Quadro 6.3.1 – Tabela de Operações Financeiras do Estado do DECRP III (Cenário Alternativo)

	em milhões de escudos							Taxa de crescimento em %								% do PIB Projectado MFP							
	Execução		Est	Reprog.	Projeção																		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
Receitas Totais	39,725	37,746	35,431	43,707	50,739	54,170	57,617	6%	-5%	-6%	23%	16%	7%	6%	29.2%	25.1%	21.8%	24.7%	25.7%	24.7%	23.6%		
Receitas correntes	30,239	33,547	31,553	38,738	43,849	47,870	53,451	1%	11%	-6%	23%	13%	9%	12%	22.2%	22.3%	19.4%	21.9%	22.2%	21.8%	21.9%		
Receitas fiscais - Impostos	26,241	29,563	27,513	32,513	38,121	41,547	46,443	3%	13%	-7%	18%	17%	9%	12%	19.3%	19.6%	16.9%	18.4%	19.3%	18.9%	19.0%		
Outras Receitas	3,998	3,984	4,040	6,224	5,728	6,323	7,008	-10%	0%	1%	54%	-8%	10%	11%	2.9%	2.6%	2.5%	3.5%	2.9%	2.9%	2.9%		
Receitas de capital	9,486	4,199	3,879	4,970	6,890	6,299	4,166	26%	-56%	-8%	28%	39%	-9%	-34%	7.0%	2.8%	2.4%	2.8%	3.5%	2.9%	1.7%		
Donativos	9,486	4,199	3,879	4,966	6,890	6,299	4,166	26%	-56%	-8%	28%	39%	-9%	-34%	7.0%	2.8%	2.4%	2.8%	3.5%	2.9%	1.7%		
Despesas Totais	33,099	33,901	35,361	39,740	44,266	46,247	46,768	3%	2%	4%	12%	11%	4%	1%	24.3%	22.5%	21.8%	22.4%	22.4%	21.1%	19.1%		
Despesas correntes	33,099	33,901	35,361	39,740	44,266	46,247	46,768	3%	2%	4%	12%	11%	4%	1%	24.3%	22.5%	21.8%	22.4%	22.4%	21.1%	19.1%		
Despesas com pessoal	14,810	15,616	16,755	17,768	18,988	19,856	20,271	4%	5%	7%	6%	7%	5%	2%	10.9%	10.4%	10.3%	10.0%	9.6%	9.1%	8.3%		
Aquisição de Bens e Serviços	5,171	4,697	5,587	6,828	7,564	7,344	7,195	-2%	-9%	19%	22%	11%	-3%	-2%	3.8%	3.1%	3.4%	3.9%	3.8%	3.3%	2.9%		
Juros da dívida	2,173	2,256	2,470	3,681	3,941	4,277	4,524	17%	4%	9%	49%	7%	9%	6%	1.6%	1.5%	1.5%	2.1%	2.0%	1.9%	1.8%		
Subsídios	752	1,020	439	450	622	637	654	-14%	36%	-57%	3%	38%	2%	3%	0.6%	0.7%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%		
Transferências correntes	4,939	4,710	4,022	4,637	5,155	5,393	5,500	31%	-5%	-15%	15%	11%	5%	2%	3.6%	3.1%	2.5%	2.6%	2.6%	2.5%	2.2%		
Benefícios Sociais	2,893	3,551	3,620	3,852	4,658	5,039	5,150	0%	23%	2%	6%	21%	8%	2%	2.1%	2.4%	2.2%	2.2%	2.4%	2.3%	2.1%		
Outras despesas Correntes	2,362	2,052	2,468	2,524	3,338	3,700	3,474	-27%	-13%	20%	2%	32%	11%	-6%	1.7%	1.4%	1.5%	1.4%	1.7%	1.7%	1.4%		
Resultado Operacional Bruto	6,626	3,845	71	3,967	6,473	7,922	10,848	-	-	-	-	-	-	-	4.9%	2.6%	0.0%	2.2%	3.3%	3.6%	4.4%		
Activos não Financeiros	21,209	14,881	12,348	17,313	17,583	15,458	14,260	60%	-30%	-17%	40%	2%	-12%	-8%	15.6%	9.9%	7.6%	9.8%	8.9%	7.0%	5.8%		
Compra de activos não Financeiros	21,214	14,923	12,632	17,663	18,052	16,045	14,860	60%	-30%	-15%	40%	2%	-11%	-7%	15.6%	9.9%	7.8%	10.0%	9.1%	7.3%	6.1%		
Venda de activos não Financeiros	4	42	284	350	469	587	600	-77%	886%	577%	23%	34%	25%	2%	0.0%	0.0%	0.2%	0.2%	0.2%	0.3%	0.2%		
Saldo global	-14,584	-11,036	-12,277	-13,346	-11,109	-7,536	-3,412	-	-	-	-	-	-	-	-10.7%	-7.3%	-7.6%	-7.5%	-5.6%	-3.4%	-1.4%		
Saldo Corrente	-2,860	-354	-3,808	-1,003	-417	1,623	6,682								-2.1%	-0.2%	-2.3%	-0.6%	-0.2%	0.7%	2.7%		
Saldo global primário	-12,411	-8,780	-9,807	-9,665	-7,168	-3,259	1,113								-9.1%	-5.8%	-6.0%	-5.5%	-3.6%	-1.5%	0.5%		
Saldo primário corrente	-687	1,902	-1,338	2,678	3,524	5,900	11,207								-0.5%	1.3%	-0.8%	1.5%	1.8%	2.7%	4.6%		
Financiamento	14,066	10,913	12,277	13,346	11,109	7,536	3,412	-	-	-	-	-	-	-	10.3%	7.3%	7.6%	7.5%	5.6%	3.4%	1.4%		
Activos Financeiros	-1,445	-5,378	-6,426	-13,841	-11,788	-11,951	-7,521								-1.1%	-3.6%	-4.0%	-7.8%	-6.0%	-5.4%	-3.1%		
Empréstimo concedidos	-1,430	-5,331	-5,426	-11,279	-11,002	-11,680	-7,400								-1.1%	-3.5%	-3.3%	-6.4%	-5.6%	-5.3%	-3.0%		
Acções e outras Participações	-15	-46	-1,000	-1,500	0	0	0								0.0%	0.0%	-0.6%	-0.8%	0.0%	0.0%	0.0%		
Outros Activos	0	0	0	-1,062	-786	-271	-121																
Passivos Financeiros	15,512	16,291	18,703	27,187	22,897	19,487	10,932								11.4%	10.8%	11.5%	15.3%	11.6%	8.9%	4.5%		
Interno Líquido	988	2,119	5,008	2,699	1,283	-1,124	-5,660								0.7%	1.4%	3.1%	1.5%	0.6%	-0.5%	-2.3%		
Externo Líquido	14,524	14,172	13,695	24,488	21,614	20,611	16,592								10.7%	9.4%	8.4%	13.8%	10.9%	9.4%	6.8%		
Erros e Omissões	-517	-123	0	0	0	0	0								-0.4%	-0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%		
Saldo global (em % do PIB)	-10.7	-7.3	-7.6	-7.5	-5.6	-3.4	-1.4																
Crédito Interno Líquido	0.7	1.4	3.1	1.5	0.6	-0.5	-2																
Saldo corrente (em % do PIB)	-2.1	-0.2	-2.3	-0.6	-0.2	0.7	2.7																
Saldo global primário(em % do PIB)	-9.1	-5.8	-6.0	-5.5	-3.6	-1.5	0.5																
Saldo primário corrente (em % PIB)	-0.5	1.3	-0.8	1.5	1.8	2.7	4.6																
Interno Líquido (em % PIB)	0.7	1.4	3.1	1.5	0.6	-0.5	-2.3																
Externo Líquido(em % PIB)	10.7	9.4	8.4	13.8	10.9	9.4	6.8																
PIB Nominal_ Cenário alternativo	136,173	150,471	162,509	177,135	197,452	219,386	244,589																

No cenário base, as despesas públicas totalizam 274.252 milhões de escudos, dos quais 66.300 milhões de escudos em activos não financeiros e 207.952 milhões de escudos em despesas correntes. O investimento do sector público empresarial mobilizado pelo Governo totaliza 46.810 milhões de escudos nesse período.

Quadro 6.3.2 – Tabela de Operações Financeiras do Estado (cenário base)

	em milhões de escudos							Taxa de crescimento em %								% do PIB Projectado MFP							
	Execução		Est	Reprog.	Projeção			2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016			
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
Receitas Totais	39,725	37,746	35,431	43,707	49,344	51,824	53,673	5.9%	-5.0%	-6.1%	23.4%	12.9%	5.0%	3.6%	29.2%	25.1%	21.8%	24.7%	25.3%	24.2%	22.8%		
Receitas correntes	30,239	33,547	31,553	38,738	42,454	45,525	49,507	0.8%	10.9%	-5.9%	22.8%	9.6%	7.2%	8.7%	22.2%	22.3%	19.4%	21.9%	21.8%	21.2%	21.0%		
Receitas fiscais - Impostos	26,241	29,563	27,513	32,513	36,804	39,405	42,828	2.8%	12.7%	-6.9%	18.2%	13.2%	7.1%	8.7%	19.3%	19.6%	16.9%	18.4%	18.9%	18.4%	18.2%		
Outras Receitas	3,998	3,984	4,040	6,224	5,650	6,120	6,679	-10.3%	-0.3%	1.4%	54.1%	-9.2%	8.3%	9.1%	2.9%	2.6%	2.5%	3.5%	2.9%	2.9%	2.8%		
Receitas de capital	9,486	4,199	3,879	4,970	6,890	6,299	4,166	25.9%	-55.7%	-7.6%	28.1%	38.6%	-8.6%	-33.9%	7.0%	2.8%	2.4%	2.8%	3.5%	2.9%	1.8%		
Donativos	9,486	4,199	3,879	4,966	6,890	6,299	4,166	25.9%	-55.7%	-7.6%	28.0%	38.7%	-8.6%	-33.9%	7.0%	2.8%	2.4%	2.8%	3.5%	2.9%	1.8%		
OFN	0	0	0	4	0	0	0																
Despesas Totais	33,099	33,901	35,361	39,740	43,491	44,631	44,728	2.9%	2.4%	4.3%	12.4%	9.4%	2.6%	0.2%	24.3%	22.5%	21.8%	22.4%	22.3%	20.8%	19.0%		
Despesas correntes	33,099	33,901	35,361	39,740	43,491	44,631	44,728	2.9%	2.4%	4.3%	12.4%	9.4%	2.6%	0.2%	24.3%	22.5%	21.8%	22.4%	22.3%	20.8%	19.0%		
Despesas com pessoal	14,810	15,616	16,755	17,768	18,988	19,856	20,271	4.2%	5.4%	7.3%	6.0%	6.9%	4.6%	2.1%	10.9%	10.4%	10.3%	10.0%	9.7%	9.3%	8.6%		
Aquisição de Bens e Serviços	5,171	4,697	5,587	6,828	7,032	6,279	5,917	-2.3%	-9.2%	18.9%	22.2%	3.0%	-10.7%	-5.8%	3.8%	3.1%	3.4%	3.9%	3.6%	2.9%	2.5%		
Juros da dívida	2,173	2,256	2,470	3,681	3,890	4,110	4,222	16.7%	3.8%	9.5%	49.0%	5.7%	5.7%	2.7%	1.6%	1.5%	1.5%	2.1%	2.0%	1.9%	1.8%		
Interna	1,460	1,404	1,410	1,850	1,806	1,772	1,676	14.8%	-3.8%	0.4%	31.2%	-2.3%	-1.9%	-5.4%	1.1%	0.9%	0.9%	1.0%	0.9%	0.8%	0.7%		
Externa	699	852	1,060	1,753	2,059	2,310	2,518	27.8%	21.8%	17.5%	75.3%	17.5%	12.2%	9.0%	0.5%	0.6%	0.6%	1.0%	1.1%	1.1%	1.1%		
Outros Encargos	14	0	60	78	24	28	29	-68.3%	-100.0%	+100%	30.0%	-69.1%	14.2%	3.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%		
Subsídios	752	1,020	439	450	619	632	648	-14.0%	35.7%	-57.0%	2.7%	37.5%	2.0%	2.6%	0.6%	0.7%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%		
Transferências correntes	4,939	4,710	4,022	4,637	5,076	5,235	5,311	30.6%	-4.6%	-14.6%	15.3%	9.5%	3.1%	1.4%	3.6%	3.1%	2.5%	2.6%	2.6%	2.4%	2.3%		
Benefícios Sociais	2,893	3,551	3,620	3,852	4,600	4,924	5,012	0.1%	22.8%	2.0%	6.4%	19.4%	7.0%	1.8%	2.1%	2.4%	2.2%	2.2%	2.4%	2.3%	2.1%		
Outras despesas Correntes	2,362	2,052	2,468	2,524	3,285	3,595	3,348	-27.4%	-13.1%	20.3%	2.3%	30.1%	9.4%	-6.9%	1.7%	1.4%	1.5%	1.4%	1.7%	1.7%	1.4%		
Resultado Operacional Bruto	6,626	3,845	71	3,967	5,853	7,193	8,945	-	-	-	-	-	-	-	4.9%	2.6%	0.0%	2.2%	3.0%	3.4%	3.8%		
Activos não Financeiros	21,209	14,881	12,348	17,313	15,188	10,657	8,505	60.1%	-29.8%	-17.0%	40.2%	-12.3%	-29.8%	-20.2%	15.6%	9.9%	7.6%	9.8%	7.8%	5.0%	3.6%		
Compra de activos não Financeiros	21,214	14,923	12,632	17,663	15,657	11,244	9,105	59.9%	-29.7%	-15.4%	39.8%	-11.4%	-28.2%	-19.0%	15.6%	9.9%	7.8%	10.0%	8.0%	5.2%	3.9%		
Venda de activos não Financeiros	4	42	284	350	469	587	600	-76.9%	885.9%	576.6%	23.1%	34.0%	25.2%	2.2%	0.0%	0.0%	0.2%	0.2%	0.2%	0.3%	0.3%		
Saldo global	-14,584	-11,036	-12,277	-13,346	-9,335	-3,464	440	-	-	-	-	-	-	-	-10.7%	-7.3%	-7.6%	-7.5%	-4.8%	-1.6%	0.2%		
Saldo Corrente	-2,860	-354	-3,808	-1,003	-1,037	894	4,779								-2.1%	-0.2%	-2.3%	-0.6%	-0.5%	0.4%	2.0%		
Saldo global primário	-12,411	-8,780	-9,807	-9,665	-5,445	646	4,662								-9.1%	-5.8%	-6.0%	-5.5%	-2.8%	0.3%	2.0%		
Saldo primário corrente	-687	1,902	-1,338	2,678	2,852	5,004	9,001								-0.5%	1.3%	-0.8%	1.5%	1.5%	2.3%	3.8%		
Financiamento	14,066	10,913	12,277	13,346	9,335	3,464	-440	-	-	-	-	-	-	-	10.3%	7.3%	7.6%	7.5%	4.8%	1.6%	-0.2%		
Activos Financeiros	-1,445	-5,378	-6,426	-13,841	-11,002	-11,680	-7,400								-1.1%	-3.6%	-4.0%	-7.8%	-5.6%	-5.4%	-3.1%		
Empréstimo concedidos	-1,430	-5,331	-5,426	-11,279	-11,002	-11,680	-7,400								-1.1%	-3.5%	-3.3%	-6.4%	-5.6%	-5.4%	-3.1%		
Acções e outras Participações	-15	-46	-1,000	-1,500	0	0	0								0.0%	0.0%	-0.6%	-0.8%	0.0%	0.0%	0.0%		
Outros Activos	0	0	0	-1,062	0	0	0																
Passivos Financeiros	15,512	16,291	18,703	27,187	20,337	15,144	6,959								11.4%	10.8%	11.5%	15.3%	10.4%	7.1%	3.0%		
Interno Líquido	988	2,119	5,008	2,699	1,933	876	-2,085								0.7%	1.4%	3.1%	1.5%	1.0%	0.4%	-0.9%		
Externo Líquido	14,524	14,172	13,695	24,488	18,404	14,267	9,045								10.7%	9.4%	8.4%	13.8%	9.4%	6.7%	3.8%		
Erros e Omissões	-517	-123	0	0	0	0	0								-0.4%	-0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%		
Saldo global (em % do PIB)	-10.7	-7.3	-7.6	-7.5	-4.8	-1.6	0.2																
Crédito Interno Líquido	0.7	1.4	3.1	1.5	1.0	0.4	-1																
Saldo corrente (em % do PIB)	-2.1	-0.2	-2.3	-0.6	-0.5	0.4	2.0																
Saldo global primário (em % do PIB)	-9.1	-5.8	-6.0	-5.5	-2.8	0.3	2.0																
Saldo primário corrente (em % PIB)	-0.5	1.3	-0.8	1.5	1.5	2.3	3.8																
Interno Líquido (em % PIB)	0.7	1.4	3.1	1.5	1.0	0.4	-0.9																
Externo Líquido (em % PIB)	10.7	9.4	8.4	13.8	9.4	6.7	3.8																
PIB Nominal_Cenário base	136,173	150,471	162,509	177,135	194,848	214,333	235,767																

6.4. Financiamento do DECRP III

O DECRP III será financiado com recursos internos e recursos externos, estes últimos provenientes da ajuda bilateral e multilateral ao desenvolvimento. Cada fonte de financiamento depende de vários

factores, entre os quais se destaca a capacidade de mobilizar a comunidade de países e organizações de doadores, face aos objectivos de crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza em Cabo Verde.

Preconiza-se que o financiamento da estratégia seja realizado maioritariamente com recurso a empréstimos externos concessionais. A mobilização de recursos internos e externos deverá resultar numa acumulação do *stock* da dívida de 88.4% do PIB em termos médios, entre 2012-2016, sendo 18.6% referentes à dívida interna e 69.8% à dívida externa e registando uma tendência decrescente.

Quadro 6.4.1 – Evolução das Operações de Financiamento do COMP (cenário alternativo)

Rubrica	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Financiamento	7,782	14,066	10,913	12,277	13,346	11,109	7,536	3,412
Activos Financeiros	-836	-1,445	-5,378	-6,426	-13,841	-11,788	-11,951	-7,521
Reembolso de Empréstimo de Retrocessao	24	29	31	23	238	216	217	218
Investimento do sector público empresarial	-860	-1,459	-5,362	-5,449	-11,516	-11,218	-11,897	-7,617
Accoes e Outras Participacoes	0	-15	-46	-1,000	-1,500	0	0	0
Outros Activos					-1,062	-786	-271	-121
Passivos Financeiro	8,618	15,512	16,291	18,703	27,187	22,897	19,487	10,932
Interno Liquido	2,317	988	2,119	5,008	2,699	1,283	-1,124	-5,660
Amortizacoes	0	0	0	-3,435	-5,718	-3,430	-3,677	-5,660
Empréstimos Obtidos	0	0	0	6,417	8,417	4,713	2,553	0
Externo Liquido	6,301	14,524	14,172	13,695	24,488	21,614	20,611	16,592
Desembolsos	8,248	16,498	15,987	15,278	26,488	23,745	22,883	18,983
Amortizacoes Programadas	-1,947	-1,975	-1,815	-1,582	-2,001	-2,131	-2,272	-2,391

A predominância do financiamento externo maioritariamente concessional mantém-se igualmente no cenário base, associado a um stock da dívida externa de 68.3% do PIB, em termos médios. A dívida total deverá atingir 88% do PIB, em termos médios, e a interna 19.7%.

Quadro 6.4.2 – Evolução das Operações de Financiamento do COMP (cenário base)

Rubrica	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Financiamento	7,782	14,066	10,913	12,277	13,346	9,335	3,464	-440
Activos Financeiros	-836	-1,445	-5,378	-6,426	-13,841	-11,002	-11,680	-7,400
Reembolso de Empréstimo de Retrocessao	24	29	31	23	238	216	217	218
Investimento do sector público empresarial	-860	-1,459	-5,362	-5,449	-11,516	-11,218	-11,897	-7,617
Accoes e Outras Participacoes	0	-15	-46	-1,000	-1,500	0	0	0
Outros Activos					-1,062	0	0	0
Passivos Financeiro	8,618	15,512	16,291	18,703	27,187	20,337	15,144	6,959
Interno Liquido	2,317	988	2,119	5,008	2,699	1,933	876	-2,085
Amortizacoes	0	0	0	-3,435	-5,718	-3,430	-3,677	-3,085
Empréstimos Obtidos	0	0	0	6,417	8,417	5,363	4,553	1,000
Externo Liquido	6,301	14,524	14,172	13,695	24,488	18,404	14,267	9,045
Desembolsos	8,248	16,498	15,987	15,278	26,488	20,535	16,540	11,435
Amortizacoes Programadas	-1,947	-1,975	-1,815	-1,582	-2,001	-2,131	-2,272	-2,391

A possibilidade de cumprir na íntegra as metas preconizadas nos quadros lógicos dos programas (anexo I) e as metas globais de efeito e impacto apresentadas no capítulo 5 está intrinsecamente ligada à implementação do cenário alternativo. Para além de um melhor desempenho das receitas internas que permita um maior financiamento interno, a implementação do cenário alternativo estará condicionada pela mobilização adicional de donativos e empréstimos nas modalidades de apoio orçamental e apoio a projectos. Neste quadro, o *gap* de financiamento é representado pela diferença

entre o cenário alternativo e o cenário base. O *gap* é também influenciado significativamente pelo impacto do contexto externo na economia nacional.

7. DECRP III: Riscos na Implementação

A implementação, seguimento e avaliação do DECRP III é um exercício complexo e comporta diversos riscos. Os riscos podem dividir-se em três categorias: Externos, Domésticos e Operacionais. Os Riscos Externos estão associados à evolução da crise económica mundial, à disponibilidade da ajuda orçamental, à mobilização de investimento directo estrangeiro e ao volume de remessas de cabo-verdianos residentes no exterior. Os Riscos Domésticos estão associados ao comportamento do sector privado e às incertezas climáticas. Os Riscos Operacionais estão associados à disponibilidade dos elementos técnicos e quadro institucional necessários para a implementação do DECRP III e à montagem de um sistema apropriado de seguimento e avaliação.

Riscos Externos

As estimativas apontam que a economia cabo-verdiana continue a crescer a ritmo relativamente moderado, não obstante a condição externa globalmente adversa. O desempenho da economia cabo-verdiana no período de execução do DECRP III estará fortemente condicionado pelas incertezas advindas da evolução económico-financeira global. A gestão macroeconómica será condicionada por este contexto, pondo em causa a realização das metas estipuladas para o período.

Os desenvolvimentos da conjuntura internacional vão determinar a evolução da ajuda orçamental, do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e das exportações de serviços, movidas pela evolução das receitas de turismo. Do mesmo modo, a evolução da crise internacional determinará a evolução das remessas dos cabo-verdianos no exterior.

Para acautelar e mitigar risco nesta frente, o DECRP III contempla conforme descrito dois cenários que definem as ações do Governo face à evolução da economia mundial. O cenário base assume que a economia mundial cumpre as perspectivas económicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) de Abril de 2012. Neste cenário, as economias da zona euro deverão registrar taxas de crescimento nula com especial ênfase nos países afectados pela crise da dívida soberana. A economia portuguesa deverá contrair 3,3% em 2012, devendo depois registrar um leve crescimento ao longo do período do DECRP III. As perspectivas do FMI apontam para uma redução do IDE em Cabo Verde e uma desaceleração das remessas provenientes de cabo-verdianos no exterior. No que diz respeito aos preços internacionais, o FMI alertou para o risco das tensões geopolíticas no Médio Oriente que podem ter um impacto nefasto no aumento dos preços de petróleo.

O cenário alternativo ou optimista contemplado pelo DECRP III é já um cenário que assume uma superação da crise económica financeira mundial. Neste cenário, as economias da Zona Euro deverão registrar taxas de crescimento superiores em 2 pontos percentuais às taxas definidas no cenário base a partir de 2014. O IDE em Cabo Verde registraria uma recuperação significativa à semelhança das remessas dos cabo-verdianos no exterior. Em decorrência do retomar do crescimento da economia mundial, esse cenário assumiria um aceleração de inflação nos países da Zona Euro.

A consideração de dois cenários permitirá ao DECRP III definir um espectro de opções estratégicas que vão contribuir para mitigar o risco das incertezas associadas ao desenvolvimento da economia mundial ao longo do período de implementação.

Riscos Domésticos

No plano doméstico o maior risco na implementação do DECRP III corresponde ao engajamento apropriado do sector privado com os objectivos do plano tendo em conta que o sucesso de implementação da estratégia aposta no envolvimento destes agentes económicos e também em empresas públicas e organizações da sociedade civil.

Neste quadro, um suposto fulcral do DECRP III é a participação do sector privado na mobilização de recursos em cada um dos “clusters” identificados. Em particular, a mobilização do investimento privado nos clusters de Agro Negócios, Economia Marítima e Turismo será fulcral para atingir os objectivos do Programa do Governo e consequentemente do DECRP III. Os níveis significativos de investimento público em infra estruturação contemplados no DECRP III para estes clusters necessitam de ser replicados com um igual acréscimo na dinâmica do investimento privado no sentido de se poderem atingir as metas definidas no DECRP III.

Um segundo desafio do DECRP III é o envolvimento do Sector Empresarial do Estado cujas acções reflectidas nos respectivos planos de negócio devem convergir e ser coerentes com as metas e iniciativas com a implementação da estratégia. As empresas públicas (ENAPOR, ASA, IFH, e ELECTRA, entre outras) vão assumir parte dos investimentos públicos a serem financiados com empréstimos garantidos com o aval do Governo a serem pagos com as receitas geradas pelas próprias empresas públicas. Neste quadro, a reestruturação administrativa e a saúde financeira das empresas públicas será garantia da concretização dos investimentos contemplados no DECRP III nas áreas de actuação de cada empresa pública.

A área de actuação do DECRP III concentra-se nas actividades da Administração Central e não inclui as actividades das empresas públicas. No futuro, e no intuito de garantir a abrangência do sistema de planeamento, será preciso incorporar na esfera de análise as actividades das empresas públicas e as actividades do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Riscos Operacionais

A execução do DECRP III é baseada em reformas profundas dos sistemas de planeamento, de orçamentação, e de execução e controlo dos programas públicos. Apesar das reformas terem já sido identificadas e iniciadas, subsistem riscos associados à capacidade institucional para a implementação dos programas, projectos e unidades finalísticas. A Administração Pública necessita de apoio e reforço na consolidação de instrumentos como o QDMP, os QDS-MP, o Sistema de Seguimento e Avaliação, bem como para a elaboração e implementação do Sistema Nacional de Investimento Público.

Para mitigar o risco operacional, o Governo adoptará uma abordagem gradual para o estabelecimento dos indicadores e metodologia programática baseada em resultados de modo a permitir uma boa apropriação pelos quadros nacionais destes novos instrumentos, dando aos ministérios envolvidos o tempo necessário para se adaptarem às mudanças institucionais exigidas.

O Governo reconhece que o processo de seguimento e avaliação do DECRP III constitui um exercício complexo e difícil que comporta alguns riscos e pressupõe não somente o seguimento dos indicadores

mas igualmente o estabelecimento de mecanismos funcionais de avaliação. Isto significa dispor de um sistema de informação capaz de fornecer informações de qualidade em tempo oportuno.

A estrutura de indicadores adoptados é determinante para o sucesso da implementação do DECRP III. Uma estrutura muito detalhada e rígida poderá confrontar problemas de implementação considerando a falta de experiência com a metodologia de orçamentação baseada em resultados. Uma estrutura muito simples e não estruturada para alinhar os indicadores do DECRP com os indicadores do QDMP e OE poderá gerar vácuos no seguimento e avaliação do processo de planeamento.

A credibilidade do DECRP, QDMP e OE depende da existência de um sistema de planeamento global que disponha de um eficiente sistema de informações. A disponibilidade do modelo macroeconómico de equilíbrio geral que permite gerar projecções de diversos indicadores macroeconómicos – e.g. PIB, população, emprego, perfil de distribuição do rendimento, pobreza e pobreza extrema, execução fiscal - é um elemento fulcral.

Adicionalmente, para reduzir o risco de que o seguimento e avaliação seja ineficiente, o Governo garantirá o necessário reforço institucional do Sistema Estatístico Nacional e do Instituto Nacional de Estadística com vista à mobilização de recursos para garantir a realização efectiva da Agenda Estatística.

Anexo I - Quadros Lógicos dos Programas do DECRP III por Eixo

EIXO I - Infra-Estruturação

ESTRADAS									
FUNÇÃO	TRANSPORTES							CAT F-11-425-MIEM	
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSAVEL MIEM	
PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS								
OBJECTIVO	1) Planear as novas estradas projetando as características técnicas para o nível de serviço mais adequado às funções que a estrada assegura; 2) Melhorar a formulação e o seguimento do cumprimento dos contratos por forma a responsabilizar as partes envolvidas pela eventual deficiente execução das obras; 3) Estender os serviços de manutenção corrente a toda rede rodoviário nacional.								
DESCRIÇÃO	O programa "Melhoria da Qualidade das Infraestruturas Rodoviárias" é um conjunto de actividades contratualizadas de manutenção e reabilitação da rede de estrada nacional existente, com vista a assegurar a conservação do património rodoviário, a um nível adequado de serviço consoante a função exercida por uma determinada estrada, considerando o princípio da sua eficiência económica e social.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Implementação Plano Rodoviário 2020	Numero	0	0	0	1	1	1	1	Metas acumuladas
Contratos fiscalizados pelo IE	Numero	4	5	8	8	8	8	37	Metas não Acumuladas
Estradas nacionais asfaltadas em estado de manutenção adequado	Km	207	207	224	270	310	345	345	Metas acumuladas
Estradas nacionais não-asfaltadas em estado de manutenção adequado	Km	230	230	337	430	647	712	712	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			409,145,300	571,361,714	621,361,714	621,088,714	621,361,714	2,844,319,156	

EIXO I - Infra-Estruturação

2	FUNÇÃO	TRANSPORTES						CAT	I-11-425-MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSAVEL	MIEM
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS							
	OBJECTIVO	Extender e reabilitar as infraestruturas rodoviária de modo a permitir a circulação pessoas e mercadorias em condições de segurança e conforto							
	DESCRIÇÃO	O programa consiste na melhoria das condições de circulação das estradas nacionais e rurais através da construção e reabilitação							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Novas estradas asfaltadas	KM	40	50	24	20	26	26	146	Metas não Acumuladas
Estradas reabilitadas	KM	7	6	2	0	0	0	83	Metas não Acumuladas
Estradas rurais construídas	km	3	3	0	0	0	0	3	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			2,708,916,846	1,765,312,343	996,521,997	698,399,501	683,366,586	6,852,517,273	

EIXO I - Infra-Estruturação

PORTOS										
3	FUNÇÃO	TRANSPORTES							CAT	I-11-427-MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSAVEL	MIEM
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS PORTUARIAS								
	OBJECTIVO	Adequar as infraestruturas portuárias às necessidades do transporte inter-ilhas e internacional de acordo com a natureza dos tráfegos de passageiros e de mercadorias								
	DESCRIÇÃO	O objetivo deste programa é o desenvolvimento, ampliação e modernização de portos e estaleiros navais, e o desenvolvimento do transporte marítimo interilhas com a construção de terminais de passageiros e carga e aquisição de equipamentos roll-on roll-off. O programa é um completo as obras de infraestrutura diretamente assumidas pela ENAPOR.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Capacidade para a logística portuária	Hectar	0	0	12	8	8	4	32	Metas não Acumuladas	
Handling de passageiros em terminais	Numero	10	2	1	1	1	1	6	Metas não Acumuladas	
Movimentação de contentores nacional e internacional	Hectares	28	2	2	2	2	2	10	Metas não Acumuladas	
Capacidade de acostagem	metros	200	263	263	264	0	0	790	Metas não Acumuladas	
Infraestruturas portuárias equipadas com rampas roll-on-roll-off operacionais	Numero	3	4	4	0	1	0	9	Metas não Acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			5,981,878,067	6,595,683,167	538,592,750	373,974,015	165,032,124	13,655,160,123		

EIXO I - Infra-Estruturação

TRANSPORTES									
4	FUNÇÃO	TRANSPORTES						CAT	I-11-426-MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSAVEL	MIEM
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTES E SEGURANCA MARITIMA							
	OBJECTIVO	Desenvolver um sistema de transporte marítimo, capaz de dar resposta aos desafios da competitividade da economia nacional, em condições de segurança e protecção.							
	DESCRIÇÃO	o programa consiste globalmente na conclusão de instalação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios (Vessel Traffic Management System – VTMS), mais radares e sistemas de avisos marítimos (Global Maritime Distress System) e de Identificação Automática de navios (AIS), actualização e publicação de cartas náuticas, reabilitação e modernização dos faróis e instalação/operacionalização da janela única							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Sistemas de segurança e protecção Implementados	Numero	2 (GMDSS e AIS)		4	4	4	4	16	Metas não Acumuladas
Centros de Controlo VTS construídos	Numero	0	1	0	1	0	0	2	Metas não Acumuladas
Estações Radares	Numero	0	4	4	9	9	9	9	Metas acumuladas
Cartas atualizadas e publicadas	Numero	6	9	9	9	9	9	9	Metas acumuladas
Ajudas à navegação operacionais	Numero	39	42	48	60	60	65	65	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			77,836,979	185,681,617	15,000,000	10,000,000	10,000,000	298,518,596	

EIXO I - Infra-Estruturação

AEROPORTOS										
5	FUNÇÃO	TRANSPORTES							CAT	I-11-430-MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MIEM
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS AEROPORTUARIAS								
	OBJECTIVO	Desenvolver a capacidade das infraestruturas aeroportuárias e melhorar a operatividade dos serviços, potenciando a inovação tecnológica e a intermodalidade, atendendo a demanda turística actual e futura.								
	DESCRIÇÃO	Desenvolver a capacidade das infraestruturas aeroportuárias e melhorar a operatividade dos serviços, potenciando a inovação tecnológica e a intermodalidade, atendendo a demanda turística actual e futura								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Equipamento de radio ajudas renovados	Numero	1	0	1	0	0	0	1	Metas não Acumuladas	
Terminal de cargas construído	Numero	0	0	0	0	1	0	1	Metas não Acumuladas	
Terminais passageiros alargadas e modernizadas	Numero	1	0	2	1	0	0	3	Metas não Acumuladas	
Pistas reabilitadas	Numero	0	0	1	0	0	0	1	Metas não Acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			7,312,523	65,938,470	0	0	0	73,250,993		

EIXO I - Infra-Estruturação

6

HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO									
FUNÇÃO		HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO						CAT F-14-439-MAHOT	
TIPO DE PROGRAMA		FINALISTICO						RESPONSAVEL MAHOT	
PROGRAMA		PROMOCAO E REABILITACAO DA HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL							
OBJECTIVO		Promoção de habitação de Interesse social a custos controlados e criar condições condignas de habitabilidade							
DESCRIÇÃO		Enquadrado na política do governo para redução do déficit habitacional e criação de melhores condições de habitabilidade desenhou-se o programa Casa para Todos que de forma integrada e articulada intervém no sector da habitação através de sub-programas que visam por um lado a promoção de Programas de melhoria da planificação urbanística, da produção e oferta habitacional de qualidade e por outro lado a Requalificação urbana, tendo como principais parceiros, as Câmaras Municipais, as famílias e os operadores do sector da construção civil e imobiliária.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Habitacões reabilitadas	Numero		60	250	300	300	450	1,360	Metas não Acumuladas
Ações de promoção de novas tecnologias	Numero	6	2	3	3	4	4	16	Metas não Acumuladas
Planos Municipal de Habitação Social elaborado	Numero	0	1	4	5	5	7	22	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			177,119,955	216,530,503	209,030,503	214,600,853	220,728,239	1,038,010,053	

EIXO I - Infra-Estruturação

7	FUNÇÃO	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO						CAT I-14-430-MAHOT	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSAVEL MAHOT	
	PROGRAMA	CONSTRUCAO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL							
	OBJECTIVO	Provir Condições condígnas de habitação a custos controlados							
	DESCRIÇÃO	Redução do défice habitacional, criação de melhores condições de habitabilidade de forma integrada e articulada através da melhoria da produção e oferta habitacional de qualidade e da Requalificação urbana, tendo como principais parceiros, as Câmaras Municipais, as famílias e os operadores do sector da construção civil e imobiliária.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Habitções Construídas	Numero	146	146	1,765	3,615	3,622	277	9,425	Metas não Acumuladas
Inclui os projectos da Linha de Credito de Portugal e China									
RECURSOS TOTAIS			2,364,596,979	0	0	0	0	2,364,596,979	

EIXO I - Infra-Estruturação

AGUA E SANEAMENTO

8	FUNÇÃO	SANEAMENTO	CAT F-20-605-MAHOT							
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	RESPONSAVEL MAHOT							
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DO SANEAMENTO BASICO								
	OBJECTIVO	1) Reforço do Quadro Legal e Institucional; 2) Reforço do Engajamento da Sociedade Civil, do sector Privado e dos Municípios para o Saneamento								
	DESCRIÇÃO	O reforço da gestão de vários aspectos dentro do sector do saneamento constitui um dos maiores desafios do país para os próximos tempos. É de crucial importância reforçar o quadro legal e institucional do sector de modo a clarificar o papel de cada interveniente e assegurar que não haja sobreposição das acções desenvolvidas. Existem aspectos dentro dos subsectores resíduos sólidos, águas residuais, drenagem das águas pluviais e do próprio abastecimento da água potável que precisam ser objecto de regulamentação. Outra dimensão importante deste programa é a implicação dos municípios e do sector privado na constituição de empresas para participarem activamente na gestão de água, de resíduos, de águas residuais. Outra dimensão importante ainda deste programa é a fiscalização das infraestruturas de saneamento básico construídas pelo Estado de modo a aferir se estão a cumprir os requisitos estabelecidos para a operação, bem como aferir o acesso às mesmas infraestruturas por parte das populações. Por outro lado, pretende-se desenvolver acções de sensibilização para reforçar o engajamento de todos na gestão do saneamento básico.								
			Metas					TOTAL GERAL		
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	Observações
	Instrumentos legais e de Gestão Elaborados e em implementação	Numero	1	1	1	1	1	1	5	Metas não Acumuladas
	Acções de Fiscalização a infraestruturas de saneamento Realizadas	Numero	8	12	15	14	12	10	63	Metas não Acumuladas
	População com acesso a sistema adequados de evacuação de águas residuais	%	35	35	40	45	50	60	60	Metas acumulados
	Empresas no domínio de Saneamento Criadas	Numero	3	4	5	5	4	4	22	Metas não Acumuladas
	Acções de Sensibilização realizadas	Numero	8	12	15	14	12	10	63	Metas não Acumuladas
	RECURSOS TOTAIS			270,066,000	252,100,000	287,000,000	27,000,000	24,000,000	860,166,000	

EIXO I - Infra-Estruturação

9	FUNÇÃO	SANEAMENTO							CAT F-20-604-MAHOT	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSAVEL	MAHOT
	PROGRAMA	MELHORIA DE GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS								
	OBJECTIVO	Reforma Institucional do sector da água e saneamento								
	DESCRIÇÃO	Pretende-se aumentar a disponibilidade de água através da execução de furos, construção de barragens e instalação de unidades dessalinizadoras. Pretende-se igualmente atingir a meta definida pelo Programa do Governo da VIII Legislatura que em 2015, 100% da população esteja abastecida com água potável através de redes e chafarizes.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Criação de Empresas Intermunicipais e Municipais	Numero	1	0	1	1	1	1	4	Metas não Acumuladas	
Planos de Gestão Elaborados	Numero	1	1	1	1	0	0	3	Metas não Acumuladas	
Criação de Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANAS)	Numero	0	0	1	0	0	0	1	Metas não Acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			104,545,128	104,545,128	108,598,982	110,606,982	110,606,982	538,903,202		

EIXO I - Infra-Estruturação

10	FUNÇÃO	AGUA							CAT	I-20-604-MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSAVEL	MTIE
	PROGRAMA	INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO, TRANSPORTE E DISTRIBUICAO DE AGUA DESSALINIZAC								
	OBJECTIVO	Melhorar o acesso e segurança do abastecimento de agua potável para consumo humano								
	DESCRIÇÃO	Este programa visa reforçar os investimentos na infra-estruturação de um sector essencial para sustentar o progresso do País. O acesso à agua possibilita desenvolvimento de diversas actividades económicas e é um bem essencial para a melhoria da qualidade de vida no País. Melhoria nos aspectos institucionais relativos à produção e distribuição da agua assim como a produção e melhoria da rede de distribuição são as preocupações desse Programa.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Unidades de dessalinização que utilizam Osmose inversa ou tecnologias mais eficientes	%	100	100	100	100	100	100	100	Metas acumulados	
Perdas de distribuição de agua	%	31.7	30	27	25	22	20	20	Metas acumulados	
RECURSOS TOTAIS			86,569,265	88,240,840	65,418,064	36,000,000	10,000,000	286,228,169		

EIXO I - Infra-Estruturação

11	FUNÇÃO	AGUA						CAT	I-20-604-MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSAVEL	MAHOT
	PROGRAMA	MOBILIZACAO DE AGUA E REFORCO DA CAPACIDADE DE ABASTECIMENTO PUBLICO							
	OBJECTIVO	Aumento da disponibilidade de água;Aumento do acesso a água potável							
	DESCRIÇÃO								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Volume de água superficial mobilizado	M3	1,700,000	3,500,000	2,000,000	3,000,000	13,000,000	19,000,000	40,500,000	Metas não Acumuladas
Volume de água subterrânea mobilizado	M3	248,000	54,000	2,500,000	350,000	0	0	2,904,000	Metas não Acumuladas
Volume de água dessalinizada mobilizado	M3	5,435,000	1,825,365	1,825,365	1,825,365	1,825,365	0	7,301,460	Metas não Acumuladas
População com acesso à água potável	%	91	94	96	98	100	100	100	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			652,662,793	1,161,553,655	1,421,876,067	1,173,845,610	901,842,246	5,311,780,371	

EIXO I - Infra-Estruturação

12	FUNÇÃO	AGUA						CAT I-20-604-MAHOT		
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSAVEL	MDR	
	PROGRAMA	MOBILIZACAO DE ÁGUA E ORDENAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS								
	OBJECTIVO	Ordenamento das bacias hidrográficas e aumento da mobilização de água para agricultura visando o incremento da área irrigada e da produtividade agrícola.								
	DESCRIÇÃO	O objetivo deste programa é de ordenar as bacias hidrográficas e mobilizar 75 milhões de m3 ate no período do DECRP III. Para atingir o objetivo, o programa contempla a construção de 17 barragens, 73 furos, 140 diques, 120 reservatórios, e a instalação de 50 estufas para culturas hidropônicas.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Bacias hidrográficas com projecto de ordenamento implementado	Unidades	3	3	3	4	8	11	11	Metas acumuladas
	Areas Irrigadas	Ha	2,400	2,600	2,800	3,050	3,200	5,000	5,000	Metas acumuladas
	Areas com irrigação GaG	Ha	600	800	1,000	1,250	1,400	3,000	3,000	Metas acumuladas
	Barragens construidas	Unidades	1	2	4	4	8	17	17	Metas acumuladas
	Água mobilizada para agricultura	m3	28,000,000	31,000,000	34,000,000	36,000,000	38,500,000	57,000,000	57,000,000	Metas acumuladas
	RECURSOS TOTAIS			1,637,719,427	2,413,580,430	2,034,845,319	278,414,140	210,000,000	6,574,559,316	

EIXO I - Infra-Estruturação

ENERGIA									
13	FUNÇÃO	ENERGIA						CAT	F-10-418-MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSAVEL	MTIE
	PROGRAMA	MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE PRODUCAO ARMAZENAMENTO E DISTRIBUICAO DE							
	OBJECTIVO	Melhorar a segurança do abastecimento de energia e oferecer maior informação sobre o sector energético							
	DESCRIÇÃO	O programa "Melhoria de Infraestrutura de Produção, Armazenamento e Distribuição de Energia" visa a consolidação das reformas institucionais no setor da energia, incluindo a conclusão do processo de reestruturação e de reengenharia da ELECTRA, o reforço das capacidades instaladas de produção de energia nas ilhas, de modo a interligar e expandir as redes, reduzir as perdas e levar energia elétrica a toda a população.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Perdas de energia na distribuição	%	27	25	22	20	18	16	16	Metas acumuladas
Tempo de Black-out	Minutos	4,300	3,500	2,900	2,400	1,500	1,300	1,300	Metas acumuladas
Taxa de Cobertura de Electricidade	%	95	95	96	97	98	98	98	Metas acumuladas
Documento do Balanço Energético Publicado	Unidades	0	1	1	1	1	1	5	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			12,500,000	16,778,132	24,500,000	23,551,995	8,692,039	86,022,166	

EIXO I - Infra-Estruturação

14	FUNÇÃO	ENERGIA						CAT	F-10-418-MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSÁVEL	MTIE
	PROGRAMA	INFRA-ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA							
	OBJECTIVO	Melhorar a capacidade de oferta de energia e permitir o acesso e segurança do abastecimento de energia							
	DESCRIÇÃO	O programa "Melhoria de Infraestrutura de Produção, Armazenamento e Distribuição de Energia" visa a consolidação das reformas institucionais no setor da energia, incluindo a conclusão do processo de reestruturação e de reengenharia da ELECTRA, o reforço das capacidades instaladas de produção de energia nas ilhas, de modo a interligar e expandir as redes, reduzir as perdas e levar energia elétrica a toda a população.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Redes reabilitadas	Km	35	35	35	35	55	70	230	Metas não Acumuladas
Redes construídas	Km	800	50	50	50	90	120	360	Metas não Acumuladas
Introdução de contadores pre-pagos	Numero	0	100	2,000	3,500	4,000	4,500	4,500	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			1,141,725,124	2,376,105,962	2,423,237,644	2,116,052,383	1,884,216,440	9,941,337,553	

EIXO I - Infra-Estruturação

15	FUNÇÃO	ENERGIA							CAT	I-10-419-MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSAVEL	MTIE
	PROGRAMA	PROMOCAO DO USO DE ENERGIA ALTERNATIVAS E EFICIENCIA ENERGÉTICA								
	OBJECTIVO	Valorizar as energias renováveis, preservar o ambiente e reduzir a dependência externa de combustíveis fósseis								
	DESCRIÇÃO	Cabo Verde adoptou um ambicioso plano para as energias renováveis e a implementação do Programa "Promoção do uso de energia alternativa e eficiência energética será um passo decisivo para garantir que o País esteja livre da importação de combustíveis fósseis e reduzir a factura de energia nas residências das famílias e empresas no País. O investimento nas energias renováveis já não é uma opção ao País sendo portanto um caminho necessário para a sustentabilidade do progresso que se tem verificado nos últimos anos.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Capacidade de produção instalada com base nas energias renováveis	MW	37	38	41	45	50	57	57	Metas acumuladas
	Rácio de utilização do Fuel Oil em relação a energia produzida	L/MWh	163	158	153	149	144	140	140	Metas acumuladas
	Intensidade energética	KWH/PIB	4,500	4,450	4,430	4,400	4,350	4,300	4,300	Metas acumuladas
	RECURSOS TOTAIS			379,817,867	807,710,025	15,000,000	20,000,000	15,000,000	1,237,527,892	

EIXO II - Capital Humano

EDUCAÇÃO										
1	FUNÇÃO	EDUCACAO							CAT	F-17-557-MED
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSAVEL	MED
	PROGRAMA	ACAO SOCIAL E ESCOLAR								
	OBJECTIVO	Facilitar à população o acesso à educação a diferentes níveis de ensino								
	DESCRIÇÃO	O programa de acção Social e Escolar assume como áreas fundamentais para a actuação, a aplicação do regime de gratuidade da escolaridade obrigatória, através do sistema de apoios e complementos socioeducativos e privilegia o efectivo cumprimento do princípio da escolaridade básica obrigatória e gratuita, bem como a promoção do sucesso escolar e o incentivo à escolaridade obrigatória. Para além disso, a acção Social e Escolar actua ainda em outros níveis de ensino, no sentido de contribuir para a elevação do nível da escolaridade e formação da população cabo-verdiana								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Beneficiários do ensino secundário dos programas de acção social e escolar da FICASE	Numero	19,211	19,769	20,327	20,884	21,442	22,000	22,000	Metas acumuladas	
Taxa de cobertura anual do programa de cantinas escolar	%	100	100	100	100	100	100	100	Metas Não Acumuladas	
Taxa de cobertura do programa de saúde escolar nas escolas do ensino básico	%	12	30	47	65	82	100	100	Metas acumuladas	
Recursos Totais			995,804,144	986,648,141	1,024,329,937	1,045,114,153	1,007,091,320	5,058,987,695		

EIXO II - Capital Humano

2	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO						CAT	F-17-553-med
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSAVEL	MED
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL							
	OBJECTIVO	1) Garantir o alargamento e a diversificação da oferta do ensino técnico profissional; 2) Melhorar a qualidade do ensino secundário técnico por forma a contribuir para a promoção do emprego, inovação e empreendedorismo							
	DESCRIÇÃO	A Formação Profissional será encarada de forma sistêmica e como fator de desenvolvimento e valorização do capital humano. O programa "Desenvolvimento do Ensino Técnico e Profissional" será um instrumento crucial para o desenvolvimento socioeconômico do país. O programa prioriza a formação de técnicos nas áreas de hotelaria e agricultura, agro negócios e economia marítima a fim de possibilitar uma maior integração dos jovens no mercado de trabalho.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Municípios com estruturas que oferecem o ensino secundário técnico profissional (adaptação/construção)	Nº	4	4	5	6	7	8	8	Metas acumuladas
Áreas de formação do EST oferecidas	Nº	6	6	8	8	9	10	10	Metas acumuladas
% de alunos do 3º ciclo que seguem a via técnica	%	14	14	16	22	27	30	30	Metas acumuladas
Taxa de aprovação no ensino secundário técnico	%	57	58	59	60	61	62	62	Metas acumuladas
% de diplomados do ensino técnico empregados no 1º ano de obtenção do diploma	%	A definir em 2013							
Recursos Totais			368,220,810	374,459,867	376,109,866	376,109,866	376,109,866	1,871,010,275	

EIXO II - Capital Humano

3	FUNÇÃO	EDUCACAO							CAT F-17-555-MESCI	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							Responsável MESCI	
	PROGRAMA	FORMACAO E CAPACITACAO								
	OBJECTIVO	O ensino superior contribui para melhorar a qualificação do capital humano necessário para os desafios de crescimento e desenvolvimento								
	DESCRIÇÃO	<p>Nos últimos dez anos temos vindo a assistir a uma grande expansão do acesso e frequência ao ensino superior em Cabo Verde, com o número de alunos matriculados a passar de 717 no ano lectivo 2000/01 para 11769 no de 2010/11. O que corresponde a um aumento de 1541%, ocorrido num ritmo médio anual de 32,3%. A taxa bruta de escolarização, neste nível de ensino, isto é, de indivíduos na faixa etária entre os 18 e 22 anos, passou de 1,8%, em 2000/01, para 21,1%, em 2010/11. Por sua vez, o número de estudantes por cada 100.000 habitantes passou de 164, em 2000/01, para 2394, 2010/11. Graças a esta rápida e pujante evolução do acesso e da frequência verificada entre nós, é que Cabo Verde, em termos comparativos, constitui neste momento dos países da África Sub-sariana com maior taxa de cobertura no Ensino Superior. Note-se que neste espaço sub-continental a taxa de cobertura média é de 6% e que mesmo os países mais bem posicionados nesta matéria, como são as Maurícias e a África do Sul, apresentam valores em torno de 17%, portanto claramente abaixo do de Cabo Verde.</p> <p>Estes dados mostram que estamos perante um sector com grande dinâmica, que contribui, e continuará a contribuir, e muito, para os objectivos do milénio. Todavia, e não obstante esse facto, o sistema padece ainda de muitas fraquezas que urge debelar. Com este programa, pretende-se, por uma lado consolidar os ganhos já conseguidos, e, por outro, desenvolver, fomentar acções que permitam melhorar a qualidade do ensino superior em Cabo Verde.</p>								
			Metas					TOTAL GERAL	Observações	
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016		2012/2016
	Taxa de diplomados	%	0	0	40	45	50	55	55	Metas acumuladas
	Cursos nas áreas relevantes oferecidos	%	2	28	33	38	43	45	45	Metas acumuladas
	Recursos Totais			692,843,024	777,546,431	827,411,009	842,997,624	863,618,090	4,004,416,178	

EIXO II - Capital Humano

4	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO							CAT	F-17-515-MED
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							Responsável	MED
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO BASICO								
	OBJECTIVO	1) Alargamento da Educação Básica obrigatória para 8 anos;								
	DESCRIÇÃO	O programa "Melhoria da Qualidade do Ensino Básico" abrange a educação pré-escolar e o ensino básico. No que diz respeito a educação pré-escolar o programa visa um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para incrementar a cobertura de creches e jardins infantis à população mais carente no intuito de garantir o nível nutricional da faixa etária de 0 a 4 anos de idade incluindo as mães gestantes. O nível nutricional nos primeiros anos da criança é fundamental para garantir o rendimento educacional futuro do educando. No que diz respeito ao ensino básico, o programa além de aumentar o número de anos de escolaridade para 12 anos, procura enriquecer a experiência educativa								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Taxa de sobrevivência até ao 8º de escolaridade	%	74	77	80	82	85	88	88	Metas acumuladas	
Alunos com nível de aprendizagem suficiente em língua portuguesa	%	24	27	30	34	37	40	40	Metas acumuladas	
Alunos com nível de aprendizagem suficiente em matemática	%	28	30	33	35	38	40	40	Metas acumuladas	
Docentes do ensino primário com formação pedagógica	%	94	94	95	96	96	98	98	Metas acumuladas	
Recursos Totais			2,812,765,513	2,902,548,123	3,061,141,268	3,395,590,248	3,184,242,291	15,356,287,443		

EIXO II - Capital Humano

5	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO						CAT	F-17-520-MED
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MED
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO SECUNDARIO							
	OBJECTIVO	1) Integração de padrões de qualidade de ensino para o reforço das competências de saída dos alunos do ES;							
	DESCRIÇÃO	O programa "Melhoria da Qualidade do Ensino Secundário" abrange a educação secundária. O programa visa um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para incrementar a cobertura do ensino secundário. O programa visa privilegiar a aquisição de técnicas de aprendizagem aliada a uma sólida base em línguas, na tecnologias e nas ciências. Em particular o programa visa melhoria do ensino técnico em articulação com a Formação Profissional e reformular a estrutura curricular de cada um dos ciclos de Ensino Secundário.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Taxa de sobrevivência de 9º ao 12ºAno	%	52	57	61	66	70	75	75	Metas acumuladas
Taxa líquida de escolarização no secundário	%	68	69	70	72	73	75	75	Metas acumuladas
Alunos do 12º ano com resultados positivos na avaliação de conhecimento em Matemática	%	A definir em 2013							Os valores do indicador só podem existir no ano 2013 para estabelecer o valor do ano base. Está previsto a realização e testes de avaliação nas Escolas Secundárias ainda este ano.
Alunos 12º ano com resultados positivos na avaliação de conhecimento em língua inglesa	%	A definir em 2013							
Taxa de aprovação no ensino secundário	%	70	71	71	72	72	72	72	Metas acumuladas
Percentagem de abandono no ensino secundário	%	7	7	6	6	6	6	6	Metas acumuladas
Recursos Totais			2,388,480,483	2,642,687,257	2,681,293,412	2,759,926,375	2,793,131,166	13,265,518,693	

EIXO II - Capital Humano

6	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO						CAT	F-7-555-MESCI
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MESCI
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR							
	OBJECTIVO	1)Um sistema de acreditação, gestão e controlo da qualidade capaz de responder aos desafios da sustentabilidade do ensino superior caboverdiano é implementado; 2)Melhoria da capacidade de Investigação, em particular da aplicada, com ênfase para os desafios estratégicos de desenvolvimento ; 3)Garantir um sistema de ensino a distância que permita o alargamento do acesso ao ensino superior de qualidade.							
	DESCRIÇÃO	A questão da qualidade é e será sempre premente em qualquer processo. Essa necessidade torna-se ainda mais evidente no caso de um país como o nosso em que os recursos humanos são, sem dúvida, o seu maior activo. Com esse entendimento, preparou-se o presente programa que visa a fixação de um quadro regulatório, a promoção de iniciativas de investigação e uma gestão eficiente e eficaz de todo o sistema.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Sistema de acreditação e controlo de qualidade de instituições, cursos e programas operacional	Número	0	0	0	1	0	0	1	Metas não acumuladas
Estudantes que atingem o último ano do curso	%	60	60	62	65	68	70	70	Metas acumuladas
Teses, artigos e publicações científicas de investigadores nacionais	Número	0	500	700	1,000	1,250	1,500	1,500	Metas acumuladas
Professores Doutores nas áreas estratégicas	%	0	10	12	15	17	20	20	Metas acumuladas
Agência Nacional para a Ciência e Tecnologia operacional	Número	0	0	0	1	0	0	1	Metas não acumuladas
Cursos com componentes a distância oferecidos	Número	0	0	10	20	30	40	40	Metas acumuladas
Recursos Totais			59,926,053	69,502,836	91,744,982	91,048,024	85,850,126	398,072,021	

EIXO II - Capital Humano

7	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO							CAT F-17-553-MJEDRH
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							Responsável MJEDRH
	PROGRAMA	PROMOCAO DO EMPREGO E FROMACAO PROFISSIONAL							
	OBJECTIVO	Promover o Emprego, Empreendedorismo e a Formação Profissional.							
	DESCRIÇÃO	O programa visa a promoção e integração das políticas nacionais para a formação profissional, emprego e empreendedorismo, assente em ações nas diversas áreas que irão contribuir para a criação de um mercado de trabalho promissor para empreendedorismo e o auto-emprego.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Acções de Formação Profissional realizadas	Numero	132	68	100	180	180	180	708	Metas não acumuladas
Beneficiarios de Formação Profissional	Numero	2,380	1,360	2,000	3,600	3,600	3,600	14,160	Metas não acumuladas
Formandos inseridos no mercado de emprego	%	66%	45%	50%	55%	58%	60%	60%	Metas não acumuladas
Recursos Totais			144,190,442	144,331,211	144,190,442	144,190,442	144,190,442	721,092,979	

EIXO II - Capital Humano

8	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO						CAT	F-17-551-MED	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MED	
	PROGRAMA	REFORCO DA EDUCACAO ESPECIAL								
	OBJECTIVO	Promover a inclusão de todos os alunos com necessidades educativas especiais no sistema de ensino								
	DESCRIÇÃO	Atendendo aos desafios existentes em termos de oferta de serviços aos alunos com necessidade educativas especiais, o desenvolvimento da educação especial requer: i) a regulamentação dos procedimentos especiais na linha da educação inclusiva; ii) melhorar a definição de estratégias; iii) capacitação dos professores, educadores e coordenadores pedagógicos; e o iv) alargamento da cobertura a todos os concelhos do país de centros de recursos para um melhor atendimento das crianças com necessidades educativas especiais.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Concelhos cobertos por serviços de resposta aos alunos com NEE nos ensinos básico e secundário	Numeros	6	3	3	4	3	3	22	Metas não acumuladas
	Recursos Totais			0	1,000,000	9,000,000	7,000,000	7,000,000	24,000,000	

EIXO II - Capital Humano

9	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO						CAT	F-17-512-MED	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MED	
	PROGRAMA	REFORCO DA EDUCACAO PRE-ESCOLAR								
	OBJECTIVO	Re-organização de um sistema pré-escolar de qualidade e promoção de um programa de educação parental em reforço ao pré-escolar								
DESCRIÇÃO	A inexistência de um sistema organizado do pré-escolar com padrões de qualidade, regulamentos, mecanismos de seguimento, acreditação, subvenção bem definido é o principal constrangimento deste nível de ensino. Tudo isso tem efeitos nas na equidade de acesso a uma educação pré-escolar de qualidade entre rural e urbano e categorias sócio-econômico e conseqüentemente na própria capacidade dos jardins de infancia em preparar as crianças para a sua entrada no ensino primário. Em 2011, a proporção do Orçamento do Ministério da Educação alocado para o pré-escolar foi de 0,5%, insuficiente para os desafios de desenvolvimento desse nível de ensino.									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Taxa de cobertura do pré-escolar (4-5 anos)	%	83	84	86	87	89	90	90	Metas não acumuladas
	Crianças que atendem aos padrões mínimos de competências de saída	%	A ser definido através do Estudo Competencias							definidas após o estudo Competencias a ser concluído.
	Recursos Totais			5,000,000	9,071,677	9,071,677	9,071,677	9,071,677	41,286,708	

EIXO II - Capital Humano

10	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO							CAT	I-17-555-MESCI
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							Responsável	MESCI
	PROGRAMA	CONSOLIDACAO DO ENSINO SUPERIOR								
	OBJECTIVO	Apoiar e promover a infraestruturação científica das instituições de ensino superior e de investigação, permitindo melhorar o processo de ensino/aprendizagem e da produção científica nacional								
DESCRIÇÃO	O programa preconiza o fomento da investigação científica no seio das Instituições de Investigação e Ensino Superior, através do apetrechamento dos laboratórios, bibliotecas e outros instrumentos, essenciais para a melhoria do processo ensino/aprendizagem e desenvolvimento de iniciativas por parte de investigadores cabo-verdianos (residentes no país e na diáspora), em áreas eleitas pelo Governo como de interesse para o país. Visa ainda fomentar a divulgação do conhecimento científico, elevando, por esta via, o nível da nossa população.									
Indicadores de Resultados		Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Laboratórios equipados		Número	50	70	74	78	82	85	85	Metas acumuladas
Bibliotecas (de impressos e digitais) apetrechadas com referências bibliográficas básicas, definidas no currículos dos cursos.		%	55	60	65	70	75	80	80	Metas acumuladas
Empresas incubadas nas instituições de ensino superior e investigação		Número	0	0	3	4	5	6	6	Metas acumuladas
Taxa de sobrevivência das empresas incubadas		%	0	0	30	40	50	60	60	Metas acumuladas
Recursos Totais				27,011,152	24,780,000	34,480,000	32,200,000	25,700,000	144,171,152	

EIXO II - Capital Humano

11	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO							CAT	I-16-503-MED
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							Responsável	MED
	PROGRAMA	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS								
	OBJECTIVO	Dotar o país de infra-estruturas adaptadas para o incremento da prática desportiva.								
	DESCRIÇÃO	Cabo verde precisa de desenvolver infra-estruturas desportivas e apostar na diversificação de práticas desportivas. Para isso, existe o desafio de promover uma cultura de manutenção das infra-estruturas desportivas existentes e apostar na construção de infra-estruturas especializadas.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Infra-estruturas desportivas especializadas construídas	Numero	4	4	6	8	10	12	12	Metas acumuladas
	Infra-estruturas desportivas recuperadas	Numero	0	0	1	3	5	8	8	Metas acumuladas
	Infra-estruturas desportivas escolares contruídas/reabilitadas	Numero	0	3	5	7	9	10	10	Metas acumuladas
	Recursos Totais			206,000,000	88,000,000	64,000,000	64,000,000	64,000,000	486,000,000	

EIXO II - Capital Humano

12	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO						CAT	I-17-515-MED	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						Responsável	MED	
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE ENSINO BASICO								
	OBJECTIVO	Adaptação funcional das infraestruturas escolares para os atender aos desafios da qualidade e equidade no ensino básico								
	DESCRIÇÃO	<p>1. O grande esforço das últimas três décadas no que se refere às infraestruturas escolares concentrou-se sobretudo na expansão da rede escolar. Para o efeito recorreu-se à aplicação de soluções-tipo e à construção normalizada e em série.</p> <p>2. Tal esforço não permitiu desenvolver em paralelo uma prática constante e consistente, quer ao nível da conservação e manutenção dos edifícios existentes, quer ao nível da sua adaptação funcional em função das alterações entretanto ocorridas em termos dos currícula e das práticas educativas e formativas. Não foram tomadas medidas integradas para fazer face ao desgaste provocado pelo uso e aos problemas construtivos a que os edifícios estão sujeitos durante a sua vida útil, apesar da elevada robustez física demonstrada. Acresce ainda a necessidade de atender às crescentes exigências legais de conforto ambiental bem como à eficiência energética dos edifícios.</p>								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Escolas primárias que atendem aos padrões de qualidade	%	22	22	30	38	46	40	40	Metas acumuladas
	Escolas primárias construídas e equipadas	Numero	414	414	415	417	419	420	420	Metas acumuladas
	Recursos Totais			32,730,453	70,000,000	70,000,000	70,000,000	70,000,000	312,730,453	

EIXO II - Capital Humano

13	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO						CAT	I-17-520-MED	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						Responsável	MED	
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE ENSINO SECUNDARIO								
	OBJECTIVO	Adaptação funcional das infraestruturas escolares para os atender os novos desafios da competitividade e da inclusão								
DESCRIÇÃO	O programa "Desenvolvimento da Infraestrutura do Ensino Secundário" abrange a construção e reabilitação das escolas do ensino secundário. O programa contempla construção de novas escolas secundarias em Boavista, Brava, Santa Maria, Tarrafal de São Nicolau, Maio, Mosteiros, Ponta Verde, Paul, recuperações de Escolas Secundárias, construção e rabilitação de escolas de formação de professores do Ensino Básico, recuperação e modernização da infraestrutura escolar de multiplas escolas.									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Escolas secundárias adaptadas/reabilitadas e equipadas	Numero	0	3	7	9	10	0	29	Metas não acumuladas
	Escolas secundárias construídas e equipadas	Numero	48	48	49	50	0	0	50	Acumulado
	Recursos Totais			490,439,419	524,569,874	574,744,208			1,589,753,501	

EIXO II - Capital Humano

14	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO							CAT	17-555-MESCI
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							Responsável	MESCI
	PROGRAMA	INFRAESTRUTURAS DO ENSINO SUPERIOR								
	OBJECTIVO	Adequação de infraestruturas de ensino superior à missão de formação, investigação e extensão.								
	DESCRIÇÃO	Este programa visa a adequação das infraestruturas do ensino superior, criando assim condições para que o sistema possa ter capacidade para continuar a responder a cada vez mais forte demanda de formação de nível superior e profissionalizante no país.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Infraestruturas adaptadas/reabilitadas e equipadas	Número		0	2	3	0	0	3	Metas Acumuladas
	Recursos Totais			113,373,572	177,899,266	8,000,000	0	0	299,272,838	

EIXO II - Capital Humano

15	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO						CAT	I-17-520-MED
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						Responsável	MED
	PROGRAMA	REFORÇO DA QUALIDADE DO SISTEMA EDUCATIVO E DESPORTIVO							
	OBJECTIVO	1) Reforço das capacidades institucionais para atender aos desafios da educação; 2) Educação Ambiental implementado em todas as suas vertentes							
	DESCRIÇÃO	O desenvolvimento da educação requer ainda a implementação de acções transversais, ou seja, no sentido promover um desenvolvimento integrado do sistema educativo, na componente de promoção do uso das TICs no processo de ensino e aprendizagem, educação ambiental, desenvolvimento de currículos escolares e reforço institucional dos serviços de gestão a nível central e descentralizado							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Estabelecimentos cobertos pelo programa Mundo Novo	Numero	29	29	49	69	89	109	109	Metas acumuladas
Nova organica do MED implementada e funcional	Taxa de implementação (%)	0	0	100	100	100	100	100	Metas acumuladas
Lei de bases dos sistemas educativo e desportivo regulamentado	Numero	0	0	2	4	5	7	7	Metas acumuladas
Escolas com experimentação dos novos currícula	Numero	33	33	33	128	223	414	414	Metas acumuladas
Recursos Totais			57,450,000	77,411,974	168,500,000	159,520,000	77,870,000	540,751,974	

16	FUNÇÃO	DESPORTO						CAT	F-16-503-MED	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MED	
	PROGRAMA	PROMOCAO DA PRATICA DE DESPORTO								
	OBJECTIVO	1) Aumentar a participação desportiva da população caboverdiana em todas as vias de acesso à prática do Desporto; 2) Fortalecer os serviços públicos do Desporto para o desenvolvimento da prática do desporto								
	DESCRIÇÃO	1. O Desporto é um sector dinâmico e de rápido crescimento cujo impacto macroeconómico está a ser subestimado, e que pode contribuir para o crescimento e criação de emprego. Pode também contribuir para o desenvolvimento local e regional, a regeneração urbana e o desenvolvimento rural. 2. O desenvolvimento de qualquer desporto não pode ser o produto de um processo espontâneo. Ele implica orientação estratégica, definição de prioridades, impõe planeamento e, fundamentalmente, exige que os agentes desportivos sejam altamente qualificados. A animação desportiva, a iniciação, a orientação, o treino, a gestão, a direcção, a arbitragem, as acções de formação dirigidas aos agentes desportivos têm de obedecer a uma linha orientadora que interligue, que una, que integre a sua intervenção na execução de um plano nacional de desenvolvimento. A formação de quadros não deve reduzir-se a um qualquer kit, pacote ou produto de consumo. Também não deverá constituir-se como um meio de doutrinação, de alinhamento ou de uniformização.								
Indicadores de Resultados		Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Competições desportivas militares, universitário e escolar realizadas		Numero	4	4	5	6	7	8	8	Metas acumuladas
Escolas de iniciação desportiva		Numero	160	160	175	190	205	220	220	Metas acumuladas
Agentes desportivos formados anualmente		Numero	125	125	169	213	256	300	1,063	Metas não acumuladas
Sistema de informação desportiva implementado		%	0	0	25	50	100	100	100	Metas acumuladas
Recursos Totais				128,830,014	129,330,014	136,187,024	136,187,028	145,187,028	663,721,108	

EIXO II - Capital Humano

17	FUNÇÃO	Cultura						CAT	F-16-505-MC	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MC	
	PROGRAMA	MELHORIA DO ACERVO BIBLIOTECARIO, PATRIMONIAL E ARQUIVISTICO								
	OBJECTIVO	1)Resgate, inventariação e preservação do acervo Bibliotecário, Patrimonial e Arquivístico nacional; 2)Melhoria dos hábitos de Leitura								
DESCRIÇÃO	O programa pretende resgatar o acervo histórico de Cabo Verde existente nos arquivos nacionais de Portugal, visando o seu restauro, digitalização, conservação e integração, por via das novas tecnologias, no acervo documental nacional do Instituto do Arquivo Histórico Nacional, para a sua posterior disponibilização aos investigadores e ao público em geral. Implementação de um conjunto de acções práticas tendentes a aumentar os níveis de literacia dos caboverdianos e a criar as condições para um maior e mais fácil acesso ao livro. Melhorar os hábitos de leitura, e daí capacitar o cidadão para compreender e adquirir um conjunto de conhecimentos capazes de o transformar num actor participativo no desenvolvimento do país.									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Acervos e fundos documentais adquiridos	Numero	45,000	29,500	30,000	30,000	30,000	30,000	149,500	Metas não acumuladas
	Registos e depositos legais implementados	Numero	0	0	30	120	0	0	150	Metas não acumuladas
	Arquivos audiovisuais recuperados e conservados	Numero	0	0	1,000	1,500	1,500	1,000	5,000	Metas não acumuladas
	Agentes de leitura formados	Numero	27	50	30	50	50	50	230	Metas não acumuladas
	Titulos editados	Numero	8	7	7	10	12	14	50	Metas não acumuladas
	Livros distribuidos	Numero	3,000	3,000	4,000	5,000	6,000	7,000	7,000	Metas acumuladas
	Recursos Totais			76,141,555	78,595,049	83,517,590	87,071,872	87,271,872	412,597,938	

EIXO II - Capital Humano

18	FUNÇÃO	CULTURA							CAT	F-16-506-MC
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							Responsável	MC
	PROGRAMA	PROMOCAO NACIONAL DAS ARTES								
	OBJECTIVO	1) Produção de conhecimento artístico e técnico nas artes; 2) Criação de instituições nacionais de arte e realização de formações artísticas; 3) Inserção das Artes e da Cultura no Sistema Formal de Ensino								
	DESCRIÇÃO	O Programa da Promoção Nacional das Artes, tem, como objectivos últimos, projectar nacional e internacionalmente a criatividade e a capacidade de inovação artísticas; desenvolver a sensibilidade e o pensamento crítico das populações, promovendo a sua qualificação e a coesão social.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Eventos realizados por cada manifestação artística (10)	Numero	90	90	100	120	150	200	200	Metas acumuladas
	Formandos capacitados	Numero	0	0	300	300	300	300	1,200	Metas não acumuladas
	Instituições nacionais de arte criadas	Numero	2	2	2	1	2	3	10	Metas não acumuladas
	Escolas de Arte no sistema	Numero	0	0	30	5	5	5	45	Metas não acumuladas
	Recursos Totais			19,980,776	36,191,927	42,810,215	52,548,561	52,743,145	204,274,624	

EIXO II - Capital Humano

19	FUNÇÃO	CULTURA							CAT	I-08-369-MC
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							Responsável	MC
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS INDUSTRIAS CRIATIVAS								
	OBJECTIVO	Estruturar e potencializar o ambiente dos negócios das Industrias Criativas para um crescimento económico inclusivo e participativo								
	DESCRIÇÃO	Fortalecer tecnicamente os agentes culturais e criar um ambiente legal que os incentive e crie condições favoráveis de implementação de projectos sustentáveis com visão económica e competitiva, de forma a aumentar a participação da cultura no PIB nacional. Promover a organização do sector de forma a obter benefícios claros em termos de geração de riqueza e criação de empregos sustentáveis.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Diplomas legais aprovados	Numero	1	0	2	6	6	6	20	Metas não acumuladas
	Agentes Culturais formados e reconhecidos legalmente	Numero	0	0	25	25	25	25	100	Metas não acumuladas
	Parcerias publico/privadas	Numero	15	15	15	15	15	15	15	Metas acumuladas
	Recursos Totais			3,000,000	4,161,500	10,285,416	4,800,000	4,800,000	27,046,916	

EIXO II - Capital Humano

20	FUNÇÃO	CULTURA							CAT	I-16-505-MC
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							Responsável	MC
	PROGRAMA	VALORIZACAO DO PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO								
	OBJECTIVO	1) Dotar o País e os Municípios de Museus, como polos de atracção turística ;								
	DESCRIÇÃO	Integração do património ao cotidiano das pessoas e às suas celebrações através da criação de museus municipais e temáticos faz com que este exerça força geradora de identidade, de valorização e de referência cultural e turística. A partir da preservação de valores , e com uma aliança ao turismo constitui um pilar fundamental para a sustentabilidade socioeconómica de Cabo Verde. Implementação de uma política de preservação do património, basicamente traduzido num conjunto de normas, suporte técnico adequado e canais de participação da sociedade. É importante que se considere a priorização de políticas preventivas, como estratégia de estímulo, bem como a diversidade de alternativas de promoção, buscando entender								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas				TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
	Museus criados	Numero	5	5	4	4	4	4	26	Metas não acumuladas
	Monumentos reabilitados	Numero	4	4	5	5	5	5	28	Metas não acumuladas
	Recursos Totais		12,754,897	23,975,257	27,129,774	29,965,190	29,895,190	123,720,308		

21	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE						CAT F-18-562-MJEDRH	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MJEDRH
	PROGRAMA	PARTICIPACAO E REPRESENTACAO DOS JOVENS							
	OBJECTIVO	Promover a participação e representação dos jovens no processo do desenvolvimento do país							
	DESCRIÇÃO	O programa visa a criação de condições e oportunidades para todos os jovens participarem na vida económica, social, cultural e política do país.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Jovens beneficiados no pagamento de propinas para a Formação Profissional, Ensino Secundário e Actividades Geradoras de Rendimento	Numero	1,500	2,500	3,500	4,500	6,000	7,500	7,500	Metas acumuladas
Centros de Juventude e Telecentros reforçados a nível de funcionamento	Numero	61	6	5	5	10	5	31	Metas não acumuladas
Jovens multiplicadores em matéria de Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes e Jovens/Gravidez na Adolescência /IST/HIV/SIDA e Droga/Alcoolismo	Numero	550	1,070	2,100	3,200	4,500	6,000	6,000	Metas acumuladas
Jovens portadores do Cartão Jovem	Numero	13,164	2,000	4,000	5,000	5,500	6,500	6,500	Metas acumuladas
Recursos Totais			107,874,108	108,374,108	108,374,108	115,000,023	122,288,529	561,910,876	

SAUDE

EIXO II - Capital Humano

22	FUNÇÃO	SAUDE						CAT	F-15-452-MS	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MS	
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DO SECTOR FARMACEUTICO								
	OBJECTIVO	Assegurar a acessibilidade aos medicamentos essenciais e produtos Farmacêuticos seguros, eficazes e de qualidade à população								
	DESCRIÇÃO									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Medicamentos prescritos dentro da lista de medicamentos essenciais	%	40	50	60	80	90	100	100	Metas acumuladas
	Farmacias/habitantes	Numero	1 /14000	1 /14000	1 /12000	1 /10000	1 /8000	1 /6000	1 /6000	Metas acumuladas
	Taxa de penetração de genéricos	%	40	40	50	60	70	80	80	Metas acumuladas
	Percentagem das necessidades de contraceptivos modernos assumida pelo OGE	%	0	0	30	40	60	70	70	Metas acumuladas
	Percentagem das necessidades de medicamentos essenciais, vacinas e dispositivo medico satisfeitas	%	90	90	95	95	95	95	95	Metas acumuladas
	Recursos Totais			88,286,742	237,050,000	254,050,000	282,050,000	302,050,000	1,163,486,742	

EIXO II - Capital Humano

23	FUNÇÃO	SAUDE							CAT	F-02-205-MS
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							Responsável	MS
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL								
	OBJECTIVO	Reforçar e adequar o quadro institucional e legal por forma a responder as exigências das reformas previstas para o sector								
	DESCRIÇÃO									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Pacote legislativo produzido e aprovado	Numero	1	1	2	2	2	2	9	Metas não acumuladas
	Produção de Regulamentos	Numero	0	0	3	3	3	3	12	Metas não acumuladas
	Criação do Instituto Nacional de Saude	Numero	0	0	1	0	0	0	1	Metas não acumuladas
	Criação da Região Sanitária de Santo Antão e Fogo Brava	Numero	1	0	0	1	1	0	2	Metas não acumuladas
	Pacto Nacional a favor das parcerias na saúde assinado e funcional	Numero	0	0	1	0	1	0	2	Metas não acumuladas
	Normalização de técnicas e procedimentos	Numero	0	0	2	2	2	2	8	Metas não acumuladas
	Recursos Totais			13,500,000	15,500,000	15,500,000	25,500,000	30,500,000	100,500,000	

EIXO II - Capital Humano

24	FUNÇÃO	SAUDE						CAT	F-15-451-MS	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MS	
	PROGRAMA	PRESTACAO DOS CUIDADOS DE SAUDE NA REDE DE ATENCAO PRIMARIA								
	OBJECTIVO	Por a funcionar na rede de centros de saúde, para uma resposta continua, global e integral aos episódios de doenças ou de risco, que assegura a cobertura a população								
	DESCRIÇÃO	Os objetivos do programa "Prestacao dos Cuidados de Saude na Rede de Atencao Primaria" são a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos nos Centros de Saúde, e a melhoria ao acesso aos serviços primários da saúde propugnando a melhor utilização das infraestruturas existentes.								
Indicadores de Resultados		Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Taxa de cobertura vacinal em menores de 1 ano (DTC3)		%	94	94	97	98	98	98	98	Metas acumuladas
Taxa de cobertura vacinal em menores de 1 ano Sarampo		%	97	97	97	98	98	98	98	Metas acumuladas
Percentagem de Centros de Saude com tratamento correto das ISTs e VIH Sida		%	98	98	99	99	100	100	100	Metas acumuladas
Taxa de Mortalidade especifica por tuberculose		Por cem mil	4.30	4.30	4.8	4.8	4.8	4.8	4.8	Metas acumuladas
Taxa de incidência de paludismo		Por cem mil	9.6	9.6	9.8	9.8	9.8	9.8	9.8	Metas acumuladas
Taxa de transmissão Vertical do VIH (PTV)		%	10	6	5	3	3	0	0	Metas acumuladas
Recursos Totais				766,935,932	806,675,718	822,276,168	818,096,627	809,330,086	4,023,314,531	

EIXO II - Capital Humano

25	FUNÇÃO	SAUDE						CAT	F-15-454-MS	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MS	
	PROGRAMA	PRESTACAO DOS CUIDADOS DE SAUDE NA REDE HOSPITALAR								
	OBJECTIVO	Por a funcionar na rede de centros de saúde, para uma resposta continua, global e integral aos episódios de doenças ou de risco, que assegura a cobertura a população								
DESCRIÇÃO	Os objetivos do programa "Prestacao dos Cuidados da Saúde na Rede Hospitalar" são a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e do atendimento, propugnando, para isso, a implementação de modelos de gestão da qualidade total que visa a melhoria do acesso pela melhor utilização das infraestruturas existentes.									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas				TOTAL GERAL	Observações	
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Consulta de especialidade Medica percapita	Numero	0.11	0.11	0.13	0.15	0.20	0.25	0.25	Metas acumuladas
	Evacuações por causas nefrológicas	Numero	30	30	26	20	17	15	15	Metas acumuladas
	HR com o minimo de pessoal medico especializado segundo as normas	Numero	0	0	1	2	3	3	3	Metas acumuladas
	Recursos Totais			1,526,356,724	1,670,056,061	1,716,110,436	1,718,266,170	1,718,266,170	8,349,055,561	

EIXO II - Capital Humano

26	FUNÇÃO	SAUDE						CAT	F-15-456-MS
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	MS
	PROGRAMA	PROMOCAO DE SAUDE E INVESTIGACAO							
	OBJECTIVO	Desenvolver políticas de promoção de saúde e investigação num contexto multissectorial e plurissectorial							
DESCRIÇÃO	O Programa visa promover a introdução de agendas de Promoção de Saúde, em diferentes sectores públicos, e promover a investigação como um instrumento fundamental de produção de conhecimento em saúde, para a tomada de decisões baseadas em evidências.								
			Metas					TOTAL GERAL	
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	Observações
Nível de conhecimento da população sobre medidas preventivas relativas ao VIH SIDA , por concelho	%	98	98	98	98	98	98	98	Metas acumuladas
Nível de consumo de álcool na população jovem	%	53	53	52	50	47	45	45	Metas acumuladas
Projetos de investigação aprovados e implementados	Numero	1	1	2	2	2	2	8	Metas não acumuladas
Nº de programas de TV difundidos	Numero	0	6	10	10	10	10	46	Metas não acumuladas
Recursos Totais			33,973,422	34,478,422	34,996,047	35,526,612	36,070,442	175,044,945	

EIXO II - Capital Humano

27	FUNÇÃO	SAUDE						CAT F-15-502-CHGOV		
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						Responsável	CHGOV	
	PROGRAMA	REFORCO DA LUTA CONTRA SIDA								
	OBJECTIVO									
DESCRIÇÃO										
Indicadores de Resultados		Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
		Numero		2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	Metas acumuladas
Recursos Totais				147,329,559	5,145,000	5,145,000	5,145,000	5,145,000	167,909,559	

EIXO II - Capital Humano

28	FUNÇÃO	SAUDE							CAT	I-02-203-MS
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							Responsável	MS
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DE SAUDE								
	OBJECTIVO	Dotar o SNS de RH qualificados e em quantidade suficiente por níveis de prestação de cuidados								
DESCRIÇÃO	O efetivo dos recursos humanos é dominado por médicos e enfermeiros gerais, com uma carência grande particularmente em profissionais especializados nos diversos domínios, nomeadamente farmacêuticos, biólogos, nutricionistas, psicólogos, estomatologistas, técnicos de radiologia, técnicos de laboratório, assistentes sociais administradores saúde									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Rácio Medico / Habitante	1/10000Hab	5,2/10000	5,2/10000	5.3/10000	5.5/10000	5.8/10000	6/10000	6/10000	Metas acumuladas
	Rácio Enfermeiro/Habitante	1/10000Hab	10,6/10000	10,6/10000	12/10000	14/10000	16/10000	18/10000	18/10000	Metas acumuladas
	Proporção de Estrutura de Saude do Estado com Farmacêutico	Numero	(03)/(35)	(03)/(35)	(10)/(35)	20/35	25/35	30/35	30/35	Metas acumuladas
	Rácio de Técnicos superiores de Saude / habitante	1/10000Hab	1.5/10000	1.5/10000	1.8/10000	2/10000	2.5/10000	3/10000	3/10000	Metas acumuladas
	Recursos Totais			15,517,211	20,385,000	25,385,000	36,220,000	36,220,000	133,727,211	

EIXO II - Capital Humano

29	FUNÇÃO	SAUDE							CAT	I-15-451-MS
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							Responsável	MS
	PROGRAMA	INFRA-ESTRUTURACAO DE REDE DE ATENCAO PRIMARIA DE SAUDE								
	OBJECTIVO	Consolidar a rede de infraestruturas da atenção primária de saúde para uma resposta contínua, global e integral								
	DESCRIÇÃO									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Centros de saúde construídos	Numero	0	0	0	0	5	2	7	Metas não acumuladas
	Posto de Saude construídos	Numero	0	0	0	4	0	0	4	Metas não acumuladas
	Sede de Delegacia de Saude	Numero	1	1	0	1	0	0	2	Metas não acumuladas
	Recursos Totais			209,060,701	37,327,700	0	0	0	246,388,401	

EIXO II - Capital Humano

30	FUNÇÃO	SAUDE							CAT	I-15-454-MS
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							Responsável	MS
	PROGRAMA	INFRA-ESTRUTURACAO DE REDE HOSPITALAR								
	OBJECTIVO	Consolidar a infraestruturação da rede hospitalar para responder as necessidades diferenciadas de saúde								
	DESCRIÇÃO	Os objetivos do programa "Infra-estruturação de rede Hospitalar" são a implantação de um serviço de Hemodiálise e a implementação de um sistema de informação da saúde (incluindo o registro eletrônico da saúde, receitas eletrônicas, acesso aos serviços de saúde "online" e a base de dados de saúde nacional e a utilização e expansão da infraestrutura de telemedicina existente.								
Indicadores de Resultados		Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Hospital remodelado		Numero	0	0	0	1	1	0	2	Metas não acumuladas
Construcao de infraestrutura hospitalar		Numero	0	0	1	0	0	0	1	Metas não acumuladas
Recursos Totais				231,043,001	20,000,000	20,000,000	20,000,000	20,000,000	311,043,001	

EIXO II - Capital Humano

31	FUNÇÃO	SAUDE							CAT	I-15-456-MS
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							Responsável	MS
	PROGRAMA	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACAO PARA SAUDE								
	OBJECTIVO	Reforçar o sistema de informação e de gestão do MS como ferramenta de apoio a tomada de decisão em todos os níveis.								
	DESCRIÇÃO	O SIS consiste num conjunto de módulos informáticos de apoio à gestão dos serviços do Sistema Nacional de Saúde								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Estruturas de saúde ligado a rede do SISAUDE - como meio de referencia e cantra referencia	%	15	15	30	80	100	100	100	Metas acumuladas
	Delegacias de Saude no SIGOF	%	6	25	50	100	100	100	100	Metas acumuladas
	Informação padronizada e publicada em cada nível da estrutura	Numero	5	5	10	20	30	30	30	Metas acumuladas
	Recursos Totais			15,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	5,000,000	110,000,000	

TRABALHO E PROTECAO SOCIAL
EIXO II - Capital Humano

32	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL							CAT F-18-562-MJEDRH
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							Responsável MJEDRH
	PROGRAMA	MELHORIA DAS CONDICÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES							
	OBJECTIVO	Garantir a protecção dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco e exclusão social garantido-lhes um desenvolvimento harmonioso e integrado.							
	DESCRIÇÃO	O programa tem como objetivo principal, garantir a protecção dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco e exclusão social proporcionando-lhes um desenvolvimento harmonioso e integrado - no intuito de protege-los contra situações de risco pessoal e social que, de algum modo, possam pôr em perigo o seu desenvolvimento.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Casos de crianças e adolescentes em situação de risco e respectivas famílias atendidas nas estruturas do ICCA a nível nacional.	Numero	2,395	2,695	2,855	3,085	3,315	3,545	3,545	Metas acumuladas
Crianças e os adolescentes em situação de risco e respectivas famílias a nível nacional beneficiados.	Numero	1,306	1,306	1,436	1,566	1,696	1,826	1,826	Metas acumuladas
Recursos Totais			101,731,642	107,363,327	107,363,327	107,363,327	107,363,327	531,184,950	

EIXO II - Capital Humano

33	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL						CAT I-18-564-MJEDRH	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSAVEL MJEDRH	
	PROGRAMA	FORMACAO PROFISSIONAL DIRECCIONADA PARA O EMPREGO E INCLUSAO SOCIAL							
	OBJECTIVO	1) Promover a integração das politicas nacionais para a Educação, 2) Formação Profissional e Emprego.							
DESCRIÇÃO	O Programa visa a integração das politicas e sub-sistemas ecistentes num verdadeiro sistema integrado de ensino e formação técnico-profissional, por um lado, e da sua articulação/adequação às necessidades de qualificação e competências por parte do mercado, por outro, em continua mutação paralelamente ao processo de desenvolvimento e de reforço da competitividade do país no espaço global.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Centros de IEFP criados e funcionais	Numero	8	1	3	1	0	0	5	Metas não acumuladas
Estruturas do IEFP reabilitadas	Numero	2	5	1	0	0	0	6	Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS			571,585,600	895,935,784	80,951,000	82,751,000	84,731,000	1,715,954,384	

EIXO III - Boa Governação

ADMINISTRAÇÃO									
FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO							CAT	F-02-208-MAHOT
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	RESPONSÁVEL						RESPONSÁVEL	MAHOT
PROGRAMA	MELHORIA DA DESCENTRALIZACAO E REFORCO DA ADMINSTRACAO LOCAL								
OBJECTIVO	1) Aproximar, cada vez mais, o processo de tomada de decisão do cidadão, reforçar e promover os mecanismos de participação do cidadão no processo de decisão local ; 2) Empoderamento dos Governos Municipais, incluindo capacitação e fornecimento de ferramentas de gestão, contribuindo para a boa governação local								
DESCRIÇÃO	O programa "Melhoria da Descentralização e Reforço da Administração Local" visa contribuir para a melhoria das condições e qualidade de vida da população, ao criar condições de aproximação do processo de tomada de decisões e de execução das políticas públicas ao nível cada vez mais próximo da população.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Quadro Legal sobre a Descentralização e o Poder Local reforçado e adequado ao processo de reforma do Estado em curso	Numero	3	3	4	3	3	3	16	Metas não acumuladas
Estudos realizados, tendo em vista o reforço da descentralização e do poder local	Numero	2	2	2	2	2	2	10	Metas não acumuladas
Melhorias e Up-grade do Sistema de Informação Municipal - SIM	Numero	44	3	25	23	29	22	146	Metas não acumuladas
Eleitos e técnicos municipais capacitados para a correcta utilização das ferramentas de gestão e aplicação da legislação autárquica	Numero	150	150	180	180	180	180	870	Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS			23,500,000	37,497,000	39,831,781	39,831,781	39,831,781	180,492,343	

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO							CAT	F-02-206-MAPM
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSÁVEL	MAPM
PROGRAMA	MELHORIA DA COMUNICACAO SOCIAL								
OBJECTIVO	1) Estimular e desenvolver iniciativas de capacitação e de especialização dos recursos humanos do sector; 2) Reforçar a regulação do sector; 3) Realizar inquéritos regulares para aferir o grau de satisfação com os serviços e a qualidade dos produtos da Comunicação Social; 4) Apoiar a modernização tecnológica do sector público; 5) Reforçar os mecanismos de fiscalização e o cumprimento das normas vigentes; 6) Implementação dos projectos âncoras definidos no Plano Estratégico da CS e criar as condições para o desenvolvimento do sector								
DESCRIÇÃO	O Programa Melhoria da Comunicação Social visa, no essencial, promover a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector da comunicação social, enquanto pedra angular do fortalecimento dos processos democráticos participativos, visando garantir o exercício dos direitos constitucionalmente consagrados, estimular a participação da sociedade civil na realização dos objectivos do milénio, contribuir para a boa governação e incentivar o desenvolvimento socioeconómico equilibrado do país. O enfoque essencial deste programa estará voltado para questões temáticas relacionadas com a regulação do sector, a melhoria da cobertura informativa do país, a qualidade da prestação do serviço público de radiodifusão e de televisão, a formação e capacitação dos recursos humanos e a incorporação e modernização tecnológica do sector.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Acções de formação realizadas	Numero	0	1	3	3	3	3	3	Metas acumuladas
Iniciativas de capacitação	Numero	0	200	300	300	300	300	300	Metas acumuladas
Instituições apoiadas	Numero	3	5	5	5	5	5	25	Metas não acumuladas
Medidas legislativas adoptadas e regulamentos ou leis actualizados	Numero	2	2	4	5	5	5	21	Metas não acumuladas
Nível de satisfação dos utentes	%	75	75	80	85	90	95	95	Metas acumuladas
Taxa de digitalização TCV (componente difusão)	%	0	0	35	70	100	100	100	Metas acumuladas
Taxa de digitalização RCV (componente difusão)	%	0	0	35	70	100	100	100	Metas acumuladas
Taxa de digitalização TCV (sector da produção)	%	0	70	80	90	100	100	100	Metas acumuladas
Taxa de digitalização RCV (sector da produção)	%	15	50	70	85	100	100	100	Metas acumuladas
Acções de fiscalização efectuadas	Numero	0	1	2	2	2	2	9	Metas não acumuladas
Contratação de técnicos superiores para a DGCS	Numero	0	0	2	0	0	0	2	Metas não acumuladas
Acções de formação do pessoal da DGCS	Numero	0	0	2	3	3	3	11	Metas não acumuladas
Índice de implementação das acções previstas no Plano estratégico da comunicação social	%	0	0	25	30	30	15	100	Metas não acumuladas
Recursos Totais			10,170,779	23,783,155	24,750,000	21,450,000	19,750,000	99,903,934	

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO								CAT	F-02-202-MFP
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO								RESPONSÁVEL	MFP
PROGRAMA	MELHORIA DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS									
OBJECTIVO	<p>1) Assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos empregues na aquisição de bens e serviços, bem como na concessão de obras e serviços públicos e ainda na contratação de empreitadas de obras públicas;</p> <p>2) Assegurar que os processos aquisitivos se desenvolvam de acordo com os princípios da legalidade, liberdade de acesso aos procedimentos, economia e eficiência, interesse público, igualdade, proporcionalidade, transparência e publicidade;</p> <p>3) Promover, de forma pedagógica, uma cultura de boas práticas de aquisições públicas entre os funcionários e agentes das entidades adjudicantes e das UGA;</p> <p>4) Zelar pela garantia da sã concorrência entre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, efectiva ou potencialmente concorrentes aos processos de aquisições públicas;</p> <p>5) Actuar preventivamente no sentido de detectar, esclarecer e combater quaisquer sinais de corrupção que ameacem afectar, ainda que de modo circunstancial, o sistema de aquisições públicas;</p>									
DESCRIÇÃO	<p>Foram criados instrumentos visando o cumprimento das atribuições por parte dos intervenientes no sistema, nomeadamente a Autoridade Reguladora das Aquisições públicas, a Direcção Geral do Património e da Contratação Pública e as Unidades de Gestão de aquisições. Há falta de autonomia financeira e a ausência de um plano estratégico delimita a actuação da ARAP e das demais instituições no ambiente onde é preciso assegurar a segregação de funções entre o controlador a priori e o regulador/controlador a posteriori. Contudo, parte dos constrangimentos do sistema serão sanados com a revisão das principais leis que regem esse sistema.</p>									
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Auditorias realizadas por ano Fiscal	Numero	0	1	1	1	2	2	7	Metas não acumuladas	
Processos Auditados por ano Fiscal	Numero	0	47	65	75	85	90	362	Metas não acumuladas	
Processos de Aquisição acompanhados e supervisionados pela ARAP	Numero	22	22	30	35	40	45	172	Metas não acumuladas	
Técnicos Formados em Aquisições Públicas	Numero	64	72	80	40	30	30	252	Metas não acumuladas	
Planos de Aquisição Publicadas no Site da ARAP	Numero	7	18	30	40	48	63	199	Metas não acumuladas	
Recursos tratados pela Comissão de resolução de Conflitos da ARAP	Numero	4	9	14	18	14	9	64	Metas não acumuladas	
Directivas emitidas pela ARAP	Numero	0	0	6	10	10	8	34	Metas não acumuladas	
Recursos Totais			31,314,457	31,388,257	32,798,165	35,011,831	35,044,937	165,557,647		

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO							CAT	F-02-203-MFP
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSÁVEL	MFP
PROGRAMA	REFORÇO DE COMPETENCIAS TECNICAS DO MFP								
OBJECTIVO	Garantir o cumprimento dos objectivos do programa de reforma das finanças públicas e fortalecer o sistema de gestão financeira, orçamental e patrimonial , através de contratação de serviços especializados, tendo em conta as mobilidades e as exigências da reforma								
DESCRIÇÃO	O sistema moderno e automatizado de gestão das finanças públicas actualmente existente implicou o desencadeamento de estratégias constantes para mobilização de recursos humanos, técnicos e para o financiamento e sustentabilidade do programa de reforma do sector concebido. Apesar do sucesso que é hoje a gestão financeira, ainda persistem constrangimentos e necessidade para a sua consolidação que justificam: 1) a sua continuidade para a consolidação dos resultados alcançados; e 2) o reforço nos domínios de fiscalização, gestão patrimonial, sistema de aquisições públicas.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Serviço de consultoria/ Assistência técnica realizado	%	100	100	100	100	100	100	100	Metas acumuladas
Garantida a tecnicidade dos serviços	%	100	100	100	100	100	100	100	Metas acumuladas
Objectivos do programa de reforma cumpridos	%		100	100	100	100	100	100	Metas acumuladas
Recursos Totais			198,556,397	711,895,787	221,457,960	194,947,468	194,947,468	1,521,805,080	

EIXO III - Boa Governação

5	FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO							CAT	F-02-210-MRE
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MRE
	PROGRAMA	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA								
	OBJECTIVO	Modernizar a Administração Pública, colocando-a ao serviço do desenvolvimento, tornando-a mais acessível, produtiva e célere, com vista a satisfação dos cidadãos e empresas								
	DESCRIÇÃO									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Instituições na rede do Estado	Numero	309	30	100	110	100	100	440	Metas não acumuladas
	Instituições Públicas na rede do estado que fazem uso de infraestruturas do Estado	%	64	4	6	8	9	9	36	Metas não acumuladas
	Taxa de penetração da internet	%	30	32	34	36	38	40	40	Metas acumuladas
	Pontos de acesso gratuito à Internet (konekta)	Numero	32	4	4	6	4	0	18	Metas não acumuladas
	Recursos Totais			163,330,360	172,778,664	173,312,959	173,101,795	163,002,302	845,526,080	

EIXO III - Boa Governação

6	FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO							CAT	F-02-203-SEAP
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	SEAP
	PROGRAMA	SISTEMA INTEGRADO DE RH								
	OBJECTIVO	1)Desenvolver mecanismos /novas tecnologias na gestão administrativa , como apoio no controlo e fiscalização dos actos e processos administrativos e da gestão de RH; Modernizar a Administração Pública tornando-a mais acessível, produtiva e célere								
	DESCRIÇÃO									
			Metas					TOTAL GERAL		
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	Observações
	Instrumentos criados no Sistema de Base Dados dos Recursos Humanos	Numero	1	1	1	1	1	0	4	Metas não acumuladas
	Instrumentos operacionalizados no Sistema de Base Dados dos Recursos Humanos	Numero	1	1	1	1	1	0	4	Metas não acumuladas
	Recursos Totais		6,000,000	3,000,000	3,000,000	3,000,000	3,000,000	0	15,000,000	

EIXO III - Boa Governação

AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO

7	FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO							CAT	F-09-412-MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSÁVEL	MAHOT
	PROGRAMA	MELHORIA DOS SERVICOS DA METEOROLOGIA E GEOFISICA								
	OBJECTIVO	1) Garantir apoio efectivo às actividades económicas através de um sistema de previsão do tempo e modelação climática eficiente; 2) Promover a mitigação dos impactos dos desastres naturais através da monitorização, prevenção e informação geofísica;								
	DESCRIÇÃO	Com este programa pretende-se dotar o INMG de capacidade de resposta as atuais exigências e assegurar uma resposta institucional sustentada, à procura de informação climática para a decisão política, garantindo respostas eficientes aos requisitos do Sistema de Protecção Civil e aos cidadãos.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Utilizadores das previsões meteorológicas produzidas	Numero	25	28	32	35	35	35	35	Metas acumuladas	
Sistema de informação da qualidade do ar	Numero	1	1	1	2	2	3	9	Metas não acumuladas	
Estações sismométricas instaladas e em funcionamento	Numero	12	16	20	23	23	23	23	Metas acumuladas	
Estações inclinométricas instaladas e em funcionamento	Numero	3	3	3	5	5	5	21	Metas não acumuladas	
Observatórios geofísicos funcionais	Numero	1	1	1	1	3	3	9	Metas não acumuladas	
Cartografia de risco vulcânico	Numero	0	0	0	0	0	2	2	Metas acumuladas	
Ações de formações sobre vulcanologia	Numero	1	1	1	1	1	1	5	Metas não acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			165,037,647	168,455,144	166,450,144	166,450,144	166,450,144	832,843,223		

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO						CAT	F-09-410-MDR	
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSÁVEL	MDR	
PROGRAMA	PROMOCÃO DO DIREITO A ALIMENTAÇÃO E ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS								
OBJECTIVO	Promover o Direito a Alimentação para diminuir a Vulnerabilidade a Insegurança Alimentar e Nutricional								
DESCRIÇÃO	<p>O direito humano à alimentação está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p> <p>O Programa Direito à Alimentação e Acesso aos Serviços Sociais apresenta como objetivo promover o direito à alimentação às famílias mais vulneráveis com vista a reduzir a insegurança alimentar e nutricional.</p> <p>A realização do direito humano à alimentação adequada implica em obrigações específicas do Estado e da sociedade de respeitar, proteger, promover e prover: a) Acesso físico e económico a uma alimentação saudável e diversificada de forma sustentável; b) condições que propiciem um cuidado adequado na escolha, preparação e ministração da alimentação; c) condições de vida que promovam a saúde e d) atenção integral à saúde.</p>								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Acções de promoção do Direito a Alimentação	Unidades	10	15	15	20	25	30	30	Metas acumuladas
Famílias beneficiadas com projectos para diversificar as suas AGR	Unidades	75	115	145	170	205	230	230	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			9,000,000	9,000,000	10,000,000	10,000,000	10,000,000	48,000,000	

EIXO III - Boa Governação

CIENCIA E TECNOLOGIA									
9	FUNÇÃO	CIENCIA E TECNOLOGIA						CAT	F-05-301-MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSÁVEL	MIEM
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGAÇÃO APLICADA À PESCA							
	OBJECTIVO	Desenvolver projetos de investigação enquanto ferramentas de apoio na tomada de decisões, visando um melhor conhecimento dos recursos marinhos e seus utilizadores, bem como a gestão sustentável e crescimento da exploração.							
	DESCRIÇÃO	O Programa visa realizar ações de investigação no domínio das ciências ligadas às pescas e o mar, através da realização de campanhas de investigação, amostragens biológicas, estudos de avaliação de stock e prospeção de recursos, estudos no domínio da aquacultura, implementação de projetos pilotos e comerciais em aquacultura. O intuito é de produzir conhecimento com base científico dos recursos marinhos e seus habitat, comportamentos em termos de reprodução e alimentação, bem como dos seus utilizadores que permitam formular propostas de medidas para gestão sustentável.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Campanhas de investigação realizadas	Numero	6	6	6	6	6	6	30	Metas não acumuladas
Amostragens Biologicas realizadas	Numero	150	150	170	170	170	170	830	Metas não acumuladas
Estudos de avaliação realizados	Numero	7	7	7	7	7	7	35	Metas não acumuladas
Estudos de avaliação stockrealizados	Numero	3	3	4	4	4	4	19	Metas não acumuladas
Estudos realizados em aquacultura	Numero	0	1	1	1	2	2	7	Metas não acumuladas
Projectos pilotos em aquacultura implementados	Numero	0	0	2	1	1	1	5	Metas não acumuladas
Projectos Comerciais apoiados no dominio da aquacultura	Numero	0	0	1	1	1	1	4	Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS			74,148,503	72,448,463	72,448,463	72,448,463	72,448,463	363,942,355	

EIXO III - Boa Governação

CULTURA, LAZER E DESPORTOS										
10	FUNÇÃO	CULTURA, LAZER E DESPORTOS							CAT	F-16-505-MC
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSÁVEL	MC
	PROGRAMA	INVESTIGAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL								
	OBJECTIVO	1) Incentivar e dinamizar a investigação e gestão do património cultural; 2) Exportar e internacionalizar a música e os bens culturais de Cabo Verde								
	DESCRIÇÃO	Possibilitar à comunidade em particular e a nação no geral a percepção de cumplicidade de um processo histórico nacional comum, como portadores de identidades e, com isso, reforçar a auto-estima individual e colectiva (indivíduo e comunidade), a protecção e valorização do património cultural e o auto-reconhecimento de indivíduos enquanto sujeitos históricos e culturais, capazes de actuar criticamente sobre a realidade em que vivem.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Obras e projectos investigativos divulgados	Numero	8	8	8	10	10	10	46	Metas não acumuladas	
Planos de gestao elaborados e implementados	Numero	6	6	0	0	0	0	6	Metas não acumuladas	
Artistas e agentes culturais enviados ao mercado internacional	Numero	100	100	100	286	606	926	926	Metas acumuladas	
Protocolos e contratos assinados com parceiros internacionais	Numero	5	5	5	15	20	23	23	Metas acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			62,997,371	63,820,855	66,970,855	69,469,479	69,504,895	332,763,455		

EIXO III - Boa Governação

DEFESA NACIONAL								CAT	F-06-307-MDN
11	FUNÇÃO	DEFESA NACIONAL						RESPONSÁVEL	MDN
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							
	PROGRAMA	MELHORIA DA DEFESA NACIONAL							
	OBJECTIVO	Capacitar os militares de conhecimentos técnicos e operacionais, para o cumprimento das missões que lhes são incumbidas.							
	DESCRIÇÃO	O Programa visa dotar as FA de meios humanos e financeiros que lhe permitirão cumprir de uma forma satisfatória as suas missões, tais como a defesa do território nacional contra as ameaças externas, combate ao crime organizado, defesa e integridade física das populações entre outras.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Militares recrutados	Numero	800	850	900	900	950	1,000	4,600	Metas não acumuladas
Militares formados/cursos	Numero	60	77	120	125	125	125	572	Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS			727,051,707	743,605,905	752,901,194	756,064,436	756,653,355	3,736,276,597	

EIXO III - Boa Governação

12	FUNÇÃO	DEFESA NACIONAL							CAT	F-06-307-MDN
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSÁVEL	MDN
	PROGRAMA	MELHORIA DO PATRULHAMENTO AÉREO MARÍTIMO E URBANO								
	OBJECTIVO	1) Garantir a segurança e estabilidade no País, protecção física das populações e bens, Luta contra crime organizado, migração clandestina, Pesca ilegal e protecção da nossa ZEE								
	DESCRIÇÃO	Realização de missões de patrulhamento empregando meios aéreos e navais na ZEE de Cabo Verde, com vista a combater actividades ilícitas no mar. Realização de missões de patrulhamento urbano pela Polícia Militar, em coordenação com a Polícia Nacional, com vista a combater a pequena criminalidade e delinquência juvenil.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Patrulhamento Maritimo realizado	Dias de Navegação	30	240	240	240	240	240	1,200	Metas não acumuladas	
Patrumento Aereo	Horas de voo	56	240	240	240	240	240	1,200	Metas não acumuladas	
Patrulhamento Urbano	Horas de Patrulha	0	0	180	180	180	180	720	Metas não acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			34,642,788	48,642,788	60,512,071	63,002,071	66,588,934	273,388,652		

EIXO III - Boa Governação

13	FUNÇÃO	DEFESA NACIONAL							CAT	I-06-307-MDN
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MDN
	PROGRAMA	REQUALIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA DEFESA NACIONAL								
	OBJECTIVO	Melhoria das condições de trabalho e habitabilidade nas Forças Armadas								
	DESCRIÇÃO	Beneficiação, aquisição e instalação de equipamento de escritório no edifício do Estado-Maior das Forças Armadas; Vedação do Quartel Eugénio Lima de forma a reforçar as condições de segurança do mesmo; remodelação do Quartel Jaime Mota com vista a albergar futuramente as instalações do MDN.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Infraestruturas militares reabilitadas	Numero	2	1	2	1	1	1	6	Metas não acumuladas
	Equipamentos adquiridos	Numero	0	282	282	282	282	282	1,412	Metas não acumuladas
	RECURSOS TOTAIS			21,294,000	18,599,644	81,634,617	74,634,617	72,634,617	268,797,495	

EIXO III - Boa Governação

ENCARGOS ESPECIAIS									
3.4	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						CAT	F-02-202-MFP
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS							
	OBJECTIVO	1) Satisfazer um conjunto de necessidades comuns da administração pública central e compromissos, responsabilidades para com as organizações da sociedade civil e organismos públicos privados e compromissos internacionais, mediante organização de processos.							
	DESCRIÇÃO	Ao Estado cabe a responsabilidade de honrar um conjunto de deveres e obrigações e deveres pré-estabelecidos para com a sociedade e a comunidade internacional. O programa desenvolvimento de actividades de gestão das Finanças públicas inclui assim os encargos financeiros para responder aos compromissos com essas organizações e grupos sociais específicos.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Grau de tempestividade nas resposta às solicitações	tempo médio em dias	30	30	30	30	30	30	30	Metas acumuladas
Processos concluídos de acordo com o calendário definido e encargos pagos	%	30	30	40	60	70	70	70	Metas acumuladas
Recursos Totais			5,601,527,883	6,028,956,701	6,114,185,598	6,134,185,598	6,764,185,598	30,643,041,378	

EIXO III - Boa Governação

GESTÃO DE AMBIENTE									
15	FUNÇÃO	PROTEÇÃO DE AMBIENTE						CAT	F-13-438-MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO						RESPONSÁVEL	MAHOT
	PROGRAMA	CONSOLIDAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL							
	OBJECTIVO	1) Reforço do quadro de Governação dos Recursos Naturais; 2) Reforço da participação das comunidades locais e Organizações da sociedade civil na Gestão ambiental							
	DESCRIÇÃO	Este programa pretende abordar de forma integrada e participativa a gestão dos recursos naturais de Cabo Verde. A concentração de esforços de conservação tanto dentro como fora das áreas protegidas, envolvendo as comunidades locais, as ONGs, as instituições de pesquisa e desenvolvimento dentro e fora do país e os demais parceiros que se mostrarem convenientes e interessados. Tendo em consideração que os recursos naturais do país caracterizam-se por algum índice de endemismo, a responsabilidade de conservação é ainda mais acrescida. Por outro lado, a dimensão migratória de alguns recursos, particularmente marinhos, acresce essa mesma responsabilidade do país, tendo em conta que Cabo Verde é signatária das principais convenções das Nações Unidas no domínio da biodiversidade. Outro aspecto importante deste programa tem a ver com o reforço da legislação ambiental, através da regulamentação de aspectos da lei de Bases da Política do Ambiente como a gestão das águas residuais, do ruído urbano, da poluição marinha, da exploração das massas minerais, das tartarugas marinhas e da iluminação das praias sensíveis, da taxa de exploração dos recursos geológicos entre outros. Outra dimensão importante deste programa é o reforço da protecção das praias do país contra o fenómeno da apanha de areia. Outra dimensão deste programa diz respeito à sensibilização e envolvimento da sociedade civil na gestão global do ambiente.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Áreas Protegidas com instrumentos de gestão em implementação	%	14	14	30	50	80	80	80	Metas acumuladas
Legislação ambiental em elaboração ou revisão	Numero	6	6	3	3	3	3	18	Metas não acumuladas
Praias Nacionais Protegidas	%	20	20	30	50	65	70	70	Metas acumuladas
Áreas Florestadas com Planos de Gestão elaborados	%	0	0	5	15	45	60	60	Metas acumuladas
Áreas Florestais com Planos de gestão em implementação	%	0	0	0	5	15	45	45	Metas acumuladas
Iniciativas da Sociedade Civil e dos Municípios para a Conservação dos Recursos Naturais financiado	Numero	22	25	35	35	35	35	35	Metas acumuladas
Ações de Informação, Educação e Comunicação realizado	Numero	15	25	28	28	30	30	30	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			545,278,662	587,805,553	678,764,760	704,621,440	739,045,373	3,255,515,788	

EIXO III - Boa Governação

16	FUNÇÃO	PROTEÇÃO DE AMBIENTE							CAT	I-13-438-MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MAHOT
	PROGRAMA	REFORÇO DA QUALIDADE AMBIENTAL								
	OBJECTIVO	1) Reforço do sistema de seguimento Ambiental; 2) Melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental								
	DESCRIÇÃO	Este Programa pretende reforçar os mecanismos de seguimento da qualidade de algumas indicadores ambientais, bem como os programas e projectos desenvolvidos ao nível dos municípios de Cabo Verde. O país será dotado de sistemas específicos para a monitorização da qualidade da água, do ar, do ruído e do consumo de areia (i)legal. O esforço conjugado dos parceiros com intervenção sobre essas dimensões ambientais resultará na montagem dos sistemas, no seguimento/monitorização e socialização periódica dos resultados. Trata-se de um programa que irá auxiliar na verificação do estado de cada uma dessas dimensões permitindo assim, o reforço da participação activa de cada interveniente, conducentes à formulação de propostas de medidas de política a serem submetidas para decisão superior.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Municípios objecto de seguimento no âmbito do PANA II realizado	Numero	5	9	16	18	20	22	22	Metas acumuladas
	Sistema de Seguimento e Validação do consumo de areia operacional	%	75	75	80	85	90	100	100	Metas acumuladas
	Sistemas de abastecimento de água para consumo humano com controlo da Qualidade	Numero	150	150	180	300	400	500	500	Metas acumuladas
	Centros Urbanos com Sistema de monitorização do Índice de Ruídos operacional	Numero/Ano	0	0	2	2	2	2	8	Metas não acumuladas
	Centros urbanos com monitorização da Qualidade do Ar	Numero/Ano	0	0	2	4	6	8	20	Metas não acumuladas
	RECURSOS TOTAIS			8,500,000	8,500,000	8,500,000	8,500,000	8,500,000	42,500,000	

EIXO III - Boa Governação

HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO										
17	FUNÇÃO	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO							CAT	F-14-441-MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSAVEL	MAHOT
	PROGRAMA	MELHORIA DO PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO E DOS SOLOS								
	OBJECTIVO	1) Dotar o país de instrumentos de Gestão Territorial visando uma adequada organização e utilização do Território, tendo como finalidade o seu desenvolvimento harmonioso; 2) Contribuir para o Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades visando o reforço da competitividade, criação de oportunidades económicas sociais e culturais e melhoria da qualidade de vida da população; 3) Implementação e operacionalização da Infraestrutura de Dados Espaciais de Cabo Verde (IDE-CV)								
	DESCRIÇÃO	No cumprimento do estipulado no Programa de Governo o programa procura garantir uma total cobertura do país com instrumentos de gestão territorial (de ordenamento e urbanísticos) procurando garantir através da implementação destes instrumentos e de todo o quadro legal associado, bem como o uso de informações georeferenciadas disponíveis no IDE-CV, a gestão e a racionalidade da utilização da terra.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Instrumentos de Gestão Territorial elaborados - anual	Numero	17	15	13	7	6	5	46	Metas não acumuladas	
Instrumentos de Gestão Territorial em Implementação - anual	Numero	10	5	15	13	8	4	45	Metas não acumuladas	
Instrumentos de Gestão Territorial Revisados	Numero	0	0	0	2	3	3	8	Metas não acumuladas	
Ações capacitados	Numero	20	10	5	5	5	5	30	Metas não acumuladas	
Serviços disponibilizados na IDE-CV - anual	Numero	15	5	4	4	5	5	23	Metas não acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			50,000,000	64,500,000	56,800,000	56,800,000	56,800,000	284,900,000		

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO							CAT	I-14-441-MFP
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MFP
PROGRAMA	CONSTRUCÃO E REABILITACÃO DE INFRAESTRUTURAS DO ESTADO								
OBJECTIVO	Remodelação /Remodelação de imóveis de modo a que estes adequem a nova dinâmicas e aos desafios que enfrenta o Estado de Cabo Verde								
DESCRIÇÃO									
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					Total Geral	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Infra-estruturas Recuperadas/reabilitadas	Numero	0	0	6	10	14	16	16	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			1,068,063,897	139,000,000	78,000,000	10,000,000		1,295,063,897	

EIXO III - Boa Governação

19	FUNÇÃO	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO							CAT	I-14-439-MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MAHOT
	PROGRAMA	SISTEMA NACIONAL DO CADASTRO PREDIAL								
	OBJECTIVO	1) Criação de um Sistema Centralizado com informações, jurídicas, físicas e económicas sobre os prédios; 2) Garantia de maior segurança jurídica nas transacções imobiliárias e melhoria em termos de eficiência de tempo e custo; 3) Criação de instrumentos que permite o melhor conhecimento e gestão do território.								
	DESCRIÇÃO	1) Criação de um Sistema Centralizado com informações, jurídicas, físicas e económicas sobre os prédios; 2) Garantir maior segurança jurídica nas transacções imobiliárias e melhoria em termos de eficiência de tempo e custo; 3) Criação de um instrumento que permite o melhor conhecimento e gestão do território.								
Indicadores de Resultados		Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Sistema Nacional do Cadastro Predial criada e operável		Numero	0	0	0	1	0	0	1	Metas não acumuladas
Adopção de mecanismos de resolução de conflitos		Numero	0	1	1	1	0	0	3	Metas não acumuladas
Ilhas com levantamento do cadastro predial		Numero	0	0	0	1	1	2	4	Metas não acumuladas
Adopção de um sistema de avaliação dos prédios		Numero	0	0	0	1	0	0	1	Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS				136,223,203	237,826,521	388,595,168	219,394,328	394,851,413	1,376,890,633	

EIXO III - Boa Governação

JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE								CAT	F-04-219-MU	
20	FUNÇÃO	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE							RESPONSAVEL	MU
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO								
	PROGRAMA	MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL E DE REINserçãO SOCIAL DE ADULTOS E DE MENORES EM CONFLITO COM A LEI								
	OBJECTIVO	1)Combater o uso de drogas nos estabelecimentos prisionais; 2)CapacitaçãO e FormaçãO de Pessoal; 3)PromoçãO da integraçãO social dos reclusos, das criançAs e jovens em conflito com a Lei;								
	DESCRIçãO	O programa "Melhoria do Sistema Prisional e de ReinserçãO Social de Adultos e de Menores em Conflito com a Lei" abrange a reclusos e criançAs em regime de internamento e, visa um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para incrementar o nÍvel de tratamento penitenciário e torna-la o mais humanizado possÍvel. O programa visa combater o uso de drogas e produtos ilícitos nos estabelecimentos prisionais e ao mesmo tempo promover constantemente a reintegraçãO social dos reclusos e de menores em conflito com a lei. O programa visa a formaçãO e capacitaçãO do pessoal.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	ObservaçõEs	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
InstalaçõEs da Unidade Livre de Drogas nas prisõEs nacionais	Numero	0	0	1	1	1	1	4	Metas nãO acumuladas	
Reclusos que optarem por participar do ambiente livre de drogas	%	0	0	0	30	35	40	40	Metas acumuladas	
Agentes Prisionais Formados	Numero	97	38	204	110	150	180	682	Metas nãO acumuladas	
Menores em Conflitos com a Lei no processo de ReintegraçãO	%	100	100	100	100	100	100	100	Metas acumuladas	
Jovens em Conflitos com a Lei condenados no processo de ReintegraçãO	%	44	68	75	80	90	100	100	Metas acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			225,900,098	243,528,874	251,076,255	257,696,480	262,754,874	1,240,956,581		

EIXO III - Boa Governação

21	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE							CAT	F-04-222-MJ
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSÁVEL	MJ
	PROGRAMA	MELHORIA DOS SERVICOS DOS REGISTOS NOTARIADO E IDENTIFICACAO								
	OBJECTIVO	1) Garantir a eficácia no atendimento; 2) Garantir os Direitos fundamentais dos cidadãos.								
	DESCRIÇÃO	O Programa "Melhoria dos Serviços dos RNI" consiste em capacitar o serviço de forma a dar respostas celeres aos desafios, que os serviços enfrentam. 1) Consiste em formar e capacitar os funcionários do Back Office; Informatizar o sistema dos RNI a nível nacional; 2) Consiste em criar serviços dos RNI em todos os concelhos do País, ampliar os que carecem de intervenção; Remodelar aqueles que já existem de forma a padronizar todos os RNI a nível nacional;								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Nível de satisfação dos utentes.	%	54	54	64	74	90	100	100	Metas acumuladas
	Crianças sem registo.	%	25	15	10	5	0	0	0	Metas acumuladas
	RECURSOS TOTAIS			211,097,946	242,992,739	245,694,864	245,694,864	245,694,864	1,191,175,277	

EIXO III - Boa Governação

22	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	CAT	F-04-223-MAPM					
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	RESPONSÁVEL	MAPM					
	PROGRAMA	PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO							
	OBJECTIVO	Promover a igualdade de género e de oportunidades, a todos os níveis, através de mudanças qualitativas de comportamentos e atitudes quer individuais, quer coletivas e institucionais							
	DESCRIÇÃO	O Programa Promoção da Igualdade e Equidade de Género tem como base a realização de ações promotoras da igualdade do género que possibilitem, por um lado a continuidade de ações empreendidas e bem-sucedidas e por outro ações que visam enfrentar a existência de fragilidades no processo de institucionalização da perspectiva género, marcadas pela débil integração da abordagem de género no conjunto das políticas públicas, e a prevalência de profundas desigualdades de género nos papéis sociais que cabem aos homens e as mulheres na família e na sociedade, na situação económica das mulheres e na escassa participação destas nos processos de tomada de decisões, tanto no espaço privado como no público. O Programa consiste em desenvolver ações estratégicas que passam por uma atuação mais acentuada para garantir a transversalização da abordagem género para que os processos de planificação nacionais, sectoriais e municipais reflitam as medidas estratégicas propostas e que possibilitem a eliminação de praticas discriminatórias em função do género na administração pública; pelo desenvolvimento de ações de educação e comunicação para a mudança de comportamentos e a aceitação do paradigma da igualdade de género; e pela promoção de oportunidades económicas das mulheres, de forma a subverter o atual quadro de profunda desigualdade entre o rendimento dos homens e o rendimento das mulheres.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Ilhas contempladas com ações de IEC/MC	Numero	3	2	4	4	4	4	4	Metas acumuladas
Campanhas de comunicação e plaidoyer em favor da igualdade de género	Numero	2	1	1	2	3	3	10	Metas não acumuladas
Mulheres que beneficiam de orientação vocacional e formação para o auto emprego	Numero	55	s/r	25	25	25	25	25	Metas acumuladas
Municípios que integram a abordagem género nos processos de planificação e orçamentação	Numero	4	s/r	4	4	4	4	4	Metas acumuladas
Recursos Totais			12,113,938	12,113,938	12,529,515	12,878,600	12,878,600	62,514,591	

EIXO III - Boa Governação

23	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE							CAT	F-04-222-MU
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	RESPONSÁVEL						RESPONSÁVEL	MU
	PROGRAMA	PROTECCAO DOS DIREITOS DOS CIDADADOS								
	OBJECTIVO	Assegurar a todos os cidadãos o acesso amplo e irrestrito à justiça e ao direito								
	DESCRIÇÃO									
Indicadores de Resultados		Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Casas do Direito a funcionar	Numero	17	2	2	1	2	2	9	Metas não acumuladas	
Aconselhamentos nas Casas do Direito	Numero	6,200	6,500	6,800	7,100	7,500	7,800	7,800	Metas acumuladas	
Casas do Direito com Serviço Mediação	Numero	1	3	5	7	9	12	12	Metas acumuladas	
Pessoas beneficiadas com Assitencia Judiciária	Numero	1,600	1,800	1,900	2,050	2,100	2,200	2,200	Metas acumuladas	
Ações de sensibilização realizadas sobre temas de interesse da comunidade	Numero	6	8	10	10	11	12	12	Metas acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			31,000,000	31,000,000	31,130,000	31,674,000	31,674,000	156,478,000		

EIXO III - Boa Governação

24	FUNÇÃO TIPO DE PROGRAMA	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE FINALISTICO	RESPONSÁVEL	CAT RESPONSÁVEL	F-04-219-MJ MJ				
	PROGRAMA	REINserÇÃO SOCIAL DOS TOXICO-DEPENDENTES							
	OBJECTIVO	1) Reforçar a reinserção profissional dos toxicodendentes; 2) Alargar o programa integrado de tratamento toxic. às prisões; 3) Reforçar a descentralização das acções de prevenção							
	DESCRIÇÃO								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Ateliers de reinserção socio-profissional realizados	Numero	2	3	4	5	6	7	7	Metas acumuladas
Parcerias estabelecidas no ambito da reinserção	Numero	1	2	3	4	5	6	6	Metas acumuladas
Reclusos toxic. submetidos a tratamento	Numero	0	0	12	24	36	48	48	Metas acumuladas
Redes criadas de educare de pares na área prev.	Numero	0	2	3	4	5	6	6	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			32,473,929	34,123,254	33,847,254	33,847,254	33,847,254	168,138,945	

EIXO III - Boa Governação

25	FUNÇÃO TIPO DE PROGRAMA PROGRAMA	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE FINALISTICO INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA E CRIMINAL	CAT RESPONSÁVEL	F-04-221-MJ MJ					
OBJECTIVO	1) Estender a capacidade de intervenção da Polícia Judiciária a todo o território nacional; 2) Aumentar o número de investigações relativas a crimes contra o Estado e o sector público; 3) Desmantelar grupos organizados (gangs) que se dedicam à criminalidade urbana violenta; 4) Combater a detenção ilegal e o tráfico de armas; 5) Aumentar a capacidade de intervenção científico-pericial da Polícia Judiciária; 6) Aumentar as acções de prevenção ao tráfico transnacional de estupefacientes por via aérea								
DESCRIÇÃO	O presente Programa vai no sentido da PJ assumir de pleno as suas atribuições constantes da Lei de Investigação Criminal e da própria Orgânica, propõe-se fixar objectivos de alargamento de âmbito espacial de actuação, bem como de reforço da sua combate na criminalidade organizada, violenta, especialmente complexa e/ou que atinja o sector público (Estado).								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Processos concluídos com proveniência das Comarcas onde a PJ não está instalada	Numero	7	12	15	25	35	45	45	Metas acumuladas
Processos concluídos	Numero	15	22	30	38	45	52	52	Metas acumuladas
Detenções efectuadas em investigações feitas a grupos organizados	Numero	73	75	80	83	85	80	403	Metas não acumuladas
Processos-crime concluídos ao Ministério Público relativos a crimes praticados por grupos organizados	Numero	56	60	65	70	72	65	332	Metas não acumuladas
Armas apreendidas	Numero	26	28	32	35	40	42	203	Metas não acumuladas
Inspeções judiciais realizadas a nível nacional	Numero	1,563	1,720	1,785	1,900	2,000	2,050	2,050	Metas acumuladas
Exames realizados pelo LPC	Numero	666	690	710	730	755	770	770	Metas acumuladas
Passageiros controlados nos aeroportos internacionais	Numero	1,757	1,800	1,830	1,850	1,875	2,000	2,000	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			227,928,119	227,357,554	240,687,656	251,164,493	261,552,158	1,208,689,980	

EIXO III - Boa Governação

26	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	CAT	F-04-217-MJ					
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	RESPONSÁVEL	MJ					
	PROGRAMA	MELHORIA DO SISTEMA JUDICIAL							
	OBJECTIVO	1) Implementar e Reforçar as capacidades institucionais da UIF; 2) Implementar um sistema informatico de estatística para o sector da Justiça;							
	DESCRIÇÃO								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Técnicos Formados	Numeros		3	5	5	4	4	21	Metas não acumuladas
Ação de formação realizadas às Instituições financeiras e não financeira	Numero	0	0	5	5	4	4	18	Metas não acumuladas
Celebrações de MoU's realizadas com outras UIF's	Numero	0	0	3	3	2	2	10	Metas não acumuladas
Software instalado	Numero	0	0	1	1	1	1	4	Metas não acumuladas
Técnicos capacitados	Numero	0	0	2	2	2	2	8	Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS			149,992,767	197,040,290	197,549,564	197,549,564	197,549,564	939,681,749	

EIXO III - Boa Governação

27	FUNÇÃO TIPO DE PROGRAMA	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE INVESTIMENTO						CAT RESPONSÁVEL	I-04-217-MJ MJ
	PROGRAMA	CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DAS CADEIAS E INFRAESTRUTURAS JUDICIAIS							
	OBJECTIVO	Dotar os departamentos da Justiça (serviços centrais MJ, Tribunais e Procuradorias, PJ) de melhores condições físicas e dignas de funcionamento.							
	DESCRIÇÃO								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Estabelecimento prisional construído	Numero			1				1	Metas não acumuladas
Estabelecimento prisional reabilitado	Numero		1	1	1	1	1	5	Metas não acumuladas
Edifícios -Serviços de Justiça instalados- requalificados e remodelados	Numero		2	4	3	4	4	17	Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS			228,500,000	233,000,000	159,700,000	147,500,000	147,500,000	916,200,000	

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE							CAT	I-04-219-MJ
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MJ
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL SEGURO E SUSTENTABILIDADE DAS CADEIAS								
OBJECTIVO	1) Reforma e Modernização do Sistema Prisional; 2) Melhoria da dieta alimentar e promoção de auto - produção de generos alimenticios;								
DESCRIÇÃO	O programa "Desenvolvimento do Sistema Prisional Seguro e Sustentabilidade das Cadeias" e de Reinserção Social de Adultos e de Menores em Conflito com a Lei", visa um racional dos recursos disponíveis para a introdução de sistemas modernos de organização e gestão prisional com o propósito de melhorar o nível de segurança e diminuir os custos de funcionamento dos estabelecimentos prisionais. O programa visa melhorar a dieta alimentar através de exploração agrícola e pecuária, mobilização de água através de furos, introdução de sistemas solares para eliminação e bombagem de água e a capacitação dos reclusos.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Sistema de gestão de acesso/segurança instalada	Numero	0	0	1	1	1	1	4	Metas não acumuladas
Generos Alimenticios produzidos	KG	4,655	12,815	22,000	30,000	40,000	45,000	149,815	Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS			17,045,000	14,000,000	14,000,000	14,000,000	14,000,000	73,045,000	

EIXO III - Boa Governação

29	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE							CAT	I-04-217-MU
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MU
	PROGRAMA	MODERNIZAÇÃO DAS SECRETARIAS JUDICIAIS								
	OBJECTIVO	1) A celeridade e a qualidade da resposta judicial e uma maior eficácia no combate ao crime e na justiça penal; 2) desenvolver e implementar um sistema informático que se adapte às especificidades inerentes aos Processos Penal e Civil Cabo-verdiano; 3) Promover e divulgar a BD junto das Instituições de Ensino Superior e demais potenciais clientes;								
	DESCRIÇÃO									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Sistema Informático desenvolvido	Numero	1	1	1	1	2		5	Metas não acumuladas
	Sistema Informático desenvolvido e implementado	Numero	0	1	1	1	1	2	6	Metas não acumuladas
	Instituições de ensino superior contemplados	Numero		1	4	4	5	5	5	Metas acumuladas
	Taxa de cobertura a nível nacional de potenciais clientes	%			20	25	30	30	30	Metas acumuladas
	RECURSOS TOTAIS			51,000,000	61,000,000	61,000,000	61,000,000	61,000,000	295,000,000	

EIXO III - Boa Governação

30	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE						CAT	I-04-218-MJ	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSÁVEL	MJ	
	PROGRAMA	PREVENÇÃO E COMBATE A DROGA								
	OBJECTIVO	1) Garantir a segurança individual dos funcionários e aumentar a sua capacidade operacional; 2) Proceder à recolha e tratamento de vestígios identificados em cena de crime; 3) Instalar e garantir a capacidade de realização de exames de biologia forense								
	DESCRIÇÃO	Os programas de investimento a que se referem estes objectivos têm vista equipar correctamente o pessoal policial com instrumentos de trabalho básicos, que garantam a sua segurança individual e o cabal cumprimento da obrigação de proteger os cidadãos. Os demais programas pretendem conferir à PJ os materiais necessários para a instalação, início e desenvolvimento adequado das suas atribuições enquanto policia científica, utilizando a perícia forense para a descoberta de elementos de prova, com interesse para a investigação criminal, em especial no que se refere à recolha de vestígios biológicos, nomeadamente sangue, sêmen e saliva.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Funcionários com equipamento policial básico	Numero	60	90	140	170	170	170	170	Metas acumuladas
	Exames solicitados ao Laboratório de policia científica pelas equipas de inspecção	Numero	48	55	60	65	65	65	65	Metas acumuladas
	Exames realizados na área de biologia forense	Numero	0	20	45	60	75	75	75	Metas acumuladas
	RECURSOS TOTAIS			7,000,000	12,500,000	13,500,000	13,500,000	13,500,000	60,000,000	

EIXO III - Boa Governação

31	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE						CAT	I-04-222-MJ	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSÁVEL	MJ	
	PROGRAMA	PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTO E NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO								
	OBJECTIVO	1) Garantir um serviço de qualidade aos utentes; 2) Modernizar as infraestruturas dos RNI								
	DESCRIÇÃO									
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Tempo Médio de Resposta aos Processos	Dias	30	30	20	10	5	3	3	Metas acumuladas
	Serviços remodelados	Numero	11	5	3	3	3	3	17	Metas não Acumuladas
	RECURSOS TOTAIS			20,000,424	22,000,000	22,000,000	22,000,000	22,000,000	108,000,424	

EIXO III - Boa Governação

32	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE						CAT	I-04-223-MAPM	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSÁVEL	MAPM	
	PROGRAMA	REFORÇO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO								
	OBJECTIVO	1) Reduzir os índices de incidência da violência contra as mulheres em Cabo Verde, através da implementação da Lei da VBG; 2) Reforçar a capacidade técnica do ICIEG com vista a implementação do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género								
	DESCRIÇÃO	O Programa Reforço da Igualdade e Equidade de Género visa proporcionar ao ICIEG o fortalecimento da sua capacidade interventiva, dando continuidade ao trabalho de promoção das ações de efetivação do princípio da igualdade de género, democratização das relações de poder e combate a violência baseada no género, enquanto estratégias eleitas para o fomento da inclusão e justiça sociais, através de reforço da capacidade técnica com vista a implementação do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género e desenvolvimento de ações que asseguram a efetiva implementação da Lei 84/VII/2011 que tipifica o crime da VBG. O programa procura por um lado assegurar o reforço da capacitação técnica e humana do ICIEG, para um bom desempenho das suas atribuições e consecução dos objetivos traçados no Plano Nacional de Igualdade e Equidade do Género, por meio de recrutamento de técnicos especializados e capacitação de recursos humanos, e por outro lado, apoiar a implementação da Lei da VBG, através de ações que visam a melhoria da prestação dos serviços às vítimas, fortalecimento das respostas institucionais e a prevenção. A iniciativa é resultado de um trabalho contínuo e concertado entre, o ICIEG, no quadro de implementação de seu Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género e as ONG, por meio de ações de plaidoyer, projetos e ações no terreno.								
	Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
				2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
	Taxa de violência contra as mulheres	%	22	2	3	5	4	0	-10	Metas não Acumuladas
	Taxa de cobertura nacional dos serviços de apoio às vítimas existentes	%	55	0	13	13	19	0	45	Metas não Acumuladas
	Profissionais recrutados para prestação de serviços de consultoria	Numero	2	3	4	4	4	4	19	Metas não Acumuladas
	Recursos Totais			3,735,000	4,500,000	4,500,000	4,500,000	4,500,000	21,735,000	

EIXO III - Boa Governação

SAÚDE											
FUNÇÃO		SAÚDE						CAT		I-15-451-MS	
33	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSÁVEL		MS	
PROGRAMA		CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE									
OBJECTIVO		Uniformizar normas e procedimento no SNS por forma garantir satisfação do utente e prestador.									
DESCRIÇÃO											
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base	Metas					TOTAL GERAL	Observações		
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016			
Serviços dos hospitais centrais em processo de certificação	Numero	0	0	0	0	3	3	6	Metas não Acumuladas		
Serviços dos hospitais regionais em processo de certificação	Numero	0	0	0	0	3	3	6	Metas não Acumuladas		
Serviço certificado	Numero	0	0	0	0	2	2	4	Metas não Acumuladas		
Normalização de técnicas e procedimentos	Numero	0	0	2	2	2	2	8	Metas não Acumuladas		
RECURSOS TOTAIS			0	0	0	50,000,000	270,000,000	320,000,000			

EIXO III - Boa Governação

SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA								CAT	F-07-355-MAI	
3.4	FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA							RESPONSÁVEL	MAI
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO								
	PROGRAMA	MELHORIA DA SEGURANÇA DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS								
	OBJECTIVO	1) Com este programa pretende-se desenvolver e implementar um conjunto de projectos de ordem organizacional, funcional, e por outro lado implementar um conjunto de acções de ordem educativo, informativo e formativo, com o objectivo de melhorar a prestação da DGTR e tornar o ambiente rodoviário mais seguro com a redução dos índices de sinistralidade rodoviária; 2) Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos utentes; 3) Melhorar a capacidade de fiscalização								
	DESCRIÇÃO	Consiste na materialização de um conjunto de acções ancorados em min-projectos, que abarcam as áreas de formação, informação e sensibilização dos utentes da via pública, organização interna dos serviços da DGTR, no sentido de melhorar a capacidade resposta aos novos desafios que se colocam a intuição responsável pela política da prevenção e segurança rodoviária.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Índice de mortalidade /100.000 Habitantes	%	15	11	10	10	10	10	10	Metas acumuladas	
Condutores fiscalizados (Alcool)	Numero	0	1,200	6,000	6,500	7,000	8,000	8,000	Metas acumuladas	
Taxa cobertura das Esquadras de todos os Concelhos com equipamentos fiscalização alcool	%	0	60	100	100	100	100	100	Metas acumuladas	
Condutores profissionais formados	Numero	0	10,000	200	200	200	200	10,800	Metas não Acumuladas	
Leis criadas e revistas	Numero	2	1	2	5	0	0	5	Metas não Acumuladas	
Viaturas fiscalizadas	Numero	0	1,200	8,000	9,500	10,000	10,000	38,700	Metas não Acumuladas	
Nível de informatização dos procedimentos da DGTR	%	30	50	70	80	90	100	100	Metas acumuladas	
Exame teórico realizado no sistema multimedia	Numero	0	0	1,500	2,100	2,400	3,000	3,000	Metas acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			8,000,000	13,500,000	8,000,000	8,000,000	8,000,000	45,500,000		

EIXO III - Boa Governação

35	FUNÇÃO TIPO DE PROGRAMA PROGRAMA	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA FINALÍSTICO MELHORIA DA SEGURANÇA INTERNA	CAT RESPONSÁVEL	F-07-352-MAI MAI					
	OBJECTIVO	1) Promover a segurança das pessoas e bens a nível Nacional com destaque na área da educação, do turismo, do comércio, comunidades durante os grandes eventos; 2) Garantir o normal funcionamento da Polícia Nacional.							
	DESCRIÇÃO	Consiste na implementação de um conjunto de projectos que visam a melhoria de condições de segurança interna e da qualidade de vida dos cidadãos que serão materializadas em todo o território nacional através de acções que visam sensibilizar a sociedade civil para a problemática da criminalidade, com projectos sociais, escola segura, comércio seguro, verão seguro e turismo seguro.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Escolas abrangidas pelo projecto escola segura.	Numero	20	50	80	100	150	200	200	Metas acumuladas
Agentes em investigação criminal e policiamento de proximidade.	Numero	120	79	120	120	120	120	679	Metas não Acumuladas
Estabelecimentos comerciais abrangidos pelo projecto comércio seguro.	Numero	100	150	200	250	300	350	350	Metas acumuladas
Instalação de estrutura de informações Policiais e Criminais na Dne nos Comandos Regionais	Numero	0	0	1	1	1	1	6	Metas não Acumuladas
Acções de fiscalização, patrulhamento, de detenções, de casos esclarecidos, de recuperação dos bens furtados/roubados.	Numero	85	95	96	98	98	100	572	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			1,860,575,798	1,908,595,688	2,080,190,184	2,187,977,895	2,250,980,265	10,288,319,830	

EIXO III - Boa Governação

36	FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA						CAT	F-07-352-MAI
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSÁVEL	MAI
	PROGRAMA	REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLÍTICA							
	OBJECTIVO	Apoiar o Processo Eleitoral e o serviço central encarregado especificamente de assegurar o apoio técnico, administrativo e logístico ao processo eleitoral, nos termos estabelecidos no Código Eleitoral.							
	DESCRIÇÃO	Consiste na criação das condições técnicas e logísticas para a realização dos actos eleitorais de 2016. Atendendo os prazos legais para a realização das eleições estabelecidas na lei, apesar das eleições serem realizadas em 2016 as condições técnicas e logísticas para o efeito devem estar criadas em 2015. O projecto contempla a aquisição do material necessário à votação - boletins de voto e cadernos eleitorais - e funcionamento das mesas de assembleia de voto, para além de campanha de educação cívica e condições técnicas e financeiras para a realização do recenseamento.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Realização das Eleições	Numero	2	1	0	0	0	3	4	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			198,680,015	0	0	257,887,719	373,799,741	830,367,475	

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO		SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA						CAT	F-07-355-MAI
TIPO DE PROGRAMA		FINALÍSTICO						RESPONSÁVEL	MAI
PROGRAMA		REFORÇO DA SEGURANÇA DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS							
OBJECTIVO		Organização, recuperação de todos os processos de veículos e carta de condução por forma a tornar mais acessível a sua consulta e o seu controlo							
DESCRIÇÃO		Consiste na materialização de um conjunto de acções ancoradas em min-projectos, que abarcam as áreas de formação, informação e sensibilização dos utentes da via pública, organização interna dos serviços da DGTR, no sentido de melhorar a capacidade resposta aos novos desafios que se colocam a intuição responsável pela política da prevenção e segurança rodoviária.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Processos de carta de condução recuperados	Numero	0	2,000	3,000	0	0	0	3,000	Metas não Acumuladas
Processos de veículos recuperados	Numero	0	500	500	0	0	0	1,000	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			12,500,000	10,000,000	8,500,000	6,500,000	6,500,000	44,000,000	

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA							CAT	I-07-355-MAI
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MAI
PROGRAMA	REFORÇO DA SEGURANÇA DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS								
OBJECTIVO	Organização, recuperação de todos os processos de veículos e carta de condução por forma a tornar mais acessível a sua consulta e o seu controlo								
DESCRIÇÃO	Consiste na materialização de um conjunto de acções ancorados em min-projectos, que abarcam as áreas de formação, informação e sensibilização dos utentes da via pública, organização interna dos serviços da DGTR, no sentido de melhorar a capacidade resposta aos novos desafios que se colocam a intuição responsável pela política da prevenção e segurança rodoviária.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Processos de carta de condução digitalizados	Numero	0	1,000	10,000	15,000	15,000	9,000	50,000	Metas não Acumuladas
Processos de veiculos digitalizados	Numero	0	0	15,000	15,000	15,000	15,000	60,000	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			1,000,000	2,000,000	2,000,000	2,000,000	2,000,000	9,000,000	

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA							CAT	I-07-352-MAI
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MAI
PROGRAMA	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS POLICIAIS								
OBJECTIVO	Dotar a Polícia Nacional de melhores condições físicas e de funcionamento de modo a garantir a segurança interna dos cidadãos nacionais e internacionais.								
DESCRIÇÃO	Consiste na materialização de um conjunto de projectos/medidas de âmbito policial nomeadamente o sistema de comunicação e gestão informática, melhoria de condições eléctricas nas unidades policiais, reforço de ordem pública e socorridação dos serviços de imigração e fronteira, construções e beneficiação de infraestruturas policiais.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Esquadras/comandos construídos.	Numero	0	1	4	2	1	1	9	Metas não Acumuladas
Esquadras/comandos remodelados.	Numero	1	2	2	3	1	1	9	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			0	80,000,000	82,050,000	70,000,000	60,000,000	292,050,000	

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA							CAT	I-07-352-MAI
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO							RESPONSÁVEL	MAI
PROGRAMA	REFORÇO DA SEGURANÇA DA INTERNA								
OBJECTIVO	1) Melhorar a capacidade de resposta da PN face às demandas das pessoas, elevar o capital de confiança junto do público, mudar pela positiva o sentimento de segurança tanto dos cidadãos nacionais como estrangeiros que visitam o país; 2) Aumentar o efectivo policial e reforçar às unidades operacionais com mais meios de mobilidade e equipamentos, visando combater a criminalidade geral e particularmente a proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre;								
DESCRIÇÃO	Consiste na implementação de um conjunto de projectos que visam a melhoria de condições de segurança interna e da qualidade de vida dos cidadãos que serão materializadas em todo o território nacional através de acções que visam sensibilizar a sociedade civil para a problemática da criminalidade, com projectos sociais, escola segura, comércio seguro, verão seguro e turismo seguro.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Esquadras a funcionar sem interrupção de energia.	Numero	0	6	6	8	0	0	8	Metas não Acumuladas
Policias devidamente uniformizados/ armados.	Numero	120	350	120	120	120	120	830	Metas não Acumuladas
Armas brancas e de fogo apreendidas	Numero	25	50	60	60	60	60	290	Metas não Acumuladas
Aquisição de meios de mobilidade e equipamentos.	Numero	20	23	20	20	20	20	123	Metas não Acumuladas
RECURSOS TOTAIS			42,582,042	104,058,623	17,040,101	7,180,000	0	170,860,766	

EIXO III - Boa Governação

TRABALHO E PROTECAO SOCIAL										
81	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL						CAT	F-18-563-MJEDRH	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSÁVEL	MJEDRH	
	PROGRAMA	GARANTIA DO ACESSO A TODOS OS GRUPOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS A PROTECCAO SOCIAL								
	OBJECTIVO	Garantir o acesso de todos os grupos sociais e profissionais à protecção social, em particular os grupos vulneráveis em situação de risco ou exclusão social.								
	DESCRIÇÃO	Visa contribuir para a melhoria das condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população, em situação de pobreza ou de exclusão social, atuando em diversas áreas, da família, criança e adolescência, terceira idade, e em situação de deficiência e de toxicodependência.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Beneficiarios de Pensão social	Numero	21,889	21,252	21,252	21,252	21,675	22,141	22,141	Metas acumuladas	
Estudantes de familias carenciadas apoiadas com propinas	Numero	206	206	206	206	206	206	206	Metas acumuladas	
Associações/ONG's que actuam junto às comunidades locais apoiadas	Numero	37	40	40	40	40	40	40	Metas acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			334,364,586	334,364,585	334,364,585	365,044,587	399,399,046	1,767,537,389		

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL							CAT	F-18-563-MJEDRH
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSÁVEL	MJEDRH
PROGRAMA	MELHORIA DAS CONDICÕES DE TRABALHO E DAS RELAÇÕES ENTRE OS PARCEIROS SOCIAIS								
OBJECTIVO	Promover um ambiente laboral mais seguro e decente, através das melhorias da condições e relações de trabalho.								
DESCRIÇÃO	O programa, tem como objetivo ajudar os parceiros sociais na promoção do Trabalho Digno, através do fortalecimento da administração do trabalho (enquanto um dos recursos estratégicos para a transformação do país), e da potenciação dos valores do trabalho decente, contribuindo para a promoção de um ambiente laboral mais seguro e decente, através da melhoria das condições e relações de trabalho", assente nas competências institucionais, promovendo o diálogo social e o respeito pelos princípios e direitos fundamentais das normas internacionais do trabalho.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Visitas inspectivas às empresas/instituições realizadas	Numero	1,449	1,594	1,913	2,486	2,486	2,486	2,486	Metas acumuladas
Acordos conseguidos no âmbito da mediações (greve) de conflitos laborais	%	66.70	70	80	80	90	90	90	Metas acumuladas
Cumprimento de obrigações constitucionais junto da OIT	%	90	95	95	100	100	100	100	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			28,422,564	28,422,564	25,889,220	26,189,220	26,519,220	135,442,788	

EIXO III - Boa Governação

43	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	CAT	I-18-560-MJEDRH					
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	RESPONSÁVEL	MJEDRH					
	PROGRAMA	ACESSO AOS POBRES DOS SERVICOS SOCIAIS DE BASE E AO RENDIMENTO							
	OBJECTIVO	PROMOVER A CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES ECONOMICAS INCLUSIVAS E DURÁVEIS PARA AS FAMÍLIAS RURAIS POBRES DAS ILHAS ABRANGIDAS PELO PROGRAMA							
	DESCRIÇÃO	Este programa assume um papel fundamental no desenvolvimento de actividades a favor das populações pobres, sobretudo as do meio rural e insere-se na estratégia do Governo de Cabo Verde com vista a reduzir de forma sustentada e duradoura a pobreza, com base nos princípios de sustentabilidade, descentralização, participação e coordenação. Focaliza a sua atuação na população rural que vive abaixo do limiar da pobreza, principalmente as mulheres chefes de família, os jovens desempregados, os grupos em situação de vulnerabilidade e os trabalhadores das ex-FAIMO.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Pessoas Formadas pelo Programa com Emprego perene	%	0	0	0	15	25	30	30	Metas acumuladas
Beneficiários de actividades económicas com emprego perene	%	0	0	0	40	80	80	80	Metas acumuladas
Alimentos consumidos nas zonas abrangidas pelo Programa produzidos localmente	%	0	0	0	0	15	15	15	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			248,888,796	131,320,125	57,154,298	62,869,729	69,156,700	569,389,648	

EIXO III - Boa Governação

TRANSPORTES										
FUNÇÃO		TRANSPORTES						CAT		F-11-426-MIEM
TIPO DE PROGRAMA		FINALISTICO						RESPONSÁVEL		MIEM
PROGRAMA		MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTES E SEGURANCA MARITIMA								
OBJECTIVO		Melhorar o sistema de transporte marítimo, garantindo a salvaguarda da vida humana no mar e a proteção do ambiente marinho.								
DESCRIÇÃO		o programa consiste globalmente na melhoria e maior abrangência do equipamento e cobertura de vigias de praias de mar, eficiência e eficácia das acções de busca e salvamento, conclusão do plano de contingência para poluição marinha, aumento de inspeções marítimas, melhoria (reabilitação e introdução de novas tecnologias de iluminação e segurança) da operacionalidade de faróis e implementação do sistema regulatório do sector marítimo e portuário.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Vidas humanas perdidas no mar	Numero	22	20	17	13	10	8	8	Metas acumuladas	
Plano de contingência elaborado	Numero	0	0	1	0	0	0	1	Metas Não Acumuladas	
Inspeções realizadas	Numero	180	185	190	200	205	210	210	Metas acumuladas	
Praias vigiadas e equipadas com meios de salvamento	Numero	22	30	35	45	50	60	60	Metas acumuladas	
Ajudas à navegação operacionais	Numero	31	35	40	45	50	60	60	Metas acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			113,829,050	122,800,858	122,800,858	122,800,858	122,800,858	605,032,482		

EIXO III - Boa Governação

TURISMO COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS										
FUNÇÃO		TURISMO COMERCIO INDUSTRIA E SERVIÇOS						CAT		
TIPO DE PROGRAMA		FINALISTICO		RESPONSAVEL		MTIE		RESPONSÁVEL		MTIE
PROGRAMA		MELHORIA DA FUNCAO FISCALIZADORA E REGULADORA DO ESTADO								
OBJECTIVO (Geral da IGAE)		Garantir a defesa do público consumidor e o bom funcionamento do mercado e da concorrência								
DESCRIÇÃO										
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observação	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Nº de inspeções	Numero	1,267	1,080	2,000	2,250	2,571	3,000	12,168	Metas não acumuladas	
Nº de Acções de Formação e Informação (internas e externas)	Numero	15	10	14	14	12	12	77	Metas não acumuladas	
Processos Instaurados	Numero	140	160	200	190	170	150	1,010	Metas não acumuladas	
Nº de amostras analisados	Numero	50	45	70	90	120	150	525	Metas não acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			37,348,721	54,404,602	87,154,086	95,231,042	91,510,223	365,648,674		

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	TURISMO COMÉRCIO INDUSTRIA E SERVIÇOS					CAT	I-08-368-MAPM		
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO					RESPONSÁVEL	MAPM		
PROGRAMA	MELHORIA DA PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR								
OBJECTIVO	Criar as condições para a afirmação e consciencialização dos direitos dos consumidores, enquanto elo fundamental e final do tecido económico, informando e formando sobre os direitos e exercício da cidadania								
DESCRIÇÃO	<p>1) Definição do melhor caminho e procura de maior eficiência na alocação de recursos humanos e financeiros, com vista a implementação e coordenação da estratégia e medidas de política de protecção e defesa do consumidor, mediante a criação de uma base institucional sólida, capaz de fazer a ponte entre as várias entidades com atribuições na matéria.</p> <p>2) Uma maior e melhor coordenação interinstitucional da temática protecção e defesa do consumidor, através da promoção e melhoria da acção das reguladoras sectoriais e das entidades com atribuições na matéria, nos diversos sectores económicos.</p> <p>3) O melhor figurino e circuito de criação e coordenação de serviços municipais de protecção do consumidor, e as soluções viáveis para a resolução célere dos conflitos de consumo.</p> <p>4) Melhor monitorização do trabalho e acções do Conselho Nacional do Consumo (CNC) e dos grupos de reflexão, criados no seio do mesmo.</p>								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Parcerias e protocolos assinados	Numero	0	1	0	2	2	2	7	Metas não acumuladas
Reclamações Atendidas	Numero	5	10	15	15	10	10	55	Metas não acumuladas
Ações de Sensibilização	Numero	0	0	12	24	24	24	84	Metas não acumuladas
Grau de Implementação do Plano estratégico de melhoria de protecção do consumidor	%	0	0	0	20	50	75		Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS					12,000,000	10,000,000	8,640,000	30,640,000	

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO		TURISMO COMERCIO INDUSTRIA E SERVIÇOS					CAT		I-08-367-MRE/UCRE	
TIPO DE PROGRAMA		INVESTIMENTO					RESPONSÁVEL		MRE/UCRE	
PROGRAMA		RACIONALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS								
OBJECTIVO		Tornar as estruturas da Administração Pública Central mais lógicas, funcionais e simples com vista a eficiência e economia de custos								
DESCRIÇÃO										
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Racionalizações, extinções e fusões entre as estruturas do Estado	Numero	3	0	3	4	2	0	9	Metas não acumuladas	
Unidades de Coordenação de Serviços Desconcentrados implementadas	Numero	0	0	3	3	3	0	9	Metas não acumuladas	
Cartas de missão implementadas na Direções Gerais e Nacionais	Numero	0	0	15	25	26	14	80	Metas não acumuladas	
Estrutura da Inspeção-Geral do Estado criada	Numero	0	0	1	0	0	0	1	Metas não acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			5,000,000	8,000,000	4,201,500	11,000,000	0	28,201,500		

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

ADMINISTRAÇÃO										
1	FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO						CAT	F-02-209-MTIE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSAVEL	MTIE	
	PROGRAMA	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS								
	OBJECTIVO	Reforço de um quadro legal, institucional e processual mais favorável ao negocio nos sectores da Industria e Comércio								
	DESCRIÇÃO	A Direcção está empenhada em garantir os sectores industrias e comercias regras universais, estaveis e claras que permitam previsibilidade e transparencia para aqueles que decidem investir no país. O reforço das instituições fortalece a confiança da sociedade e, em especial dos operadores, com acções como a eficiencia nos regulamentos claros e coerentes, transparencia e resposabilização nas das mesmas constituindo fundamento issencial da manutenção de um ambiente de negocios saudavel.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Dias para apreciação, análise e resposta dos processos	Numero	30	15	10	7	3	3	3	Metas acumuladas	
Regulamentações do Mercado	Numero	4	2	2	2	0	0	6	Metas não acumuladas	
Unidades de Negócios Identificados	Numero	0	0	2	2	0	0	4	Metas não acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			161,330,703	223,968,240	110,295,585	18,787,000	20,287,000	534,668,528		

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

2	FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO							CAT	F - 08 - 369	MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSAVEL		MTIE
	PROGRAMA	INTEGRAÇÃO DA INDUSTRIA NA POLITICA DO DESENVOLVIMENTO									
	OBJECTIVO	Promover o desenvolvimento do sector industrial e valorizar a produção nacional									
	DESCRIÇÃO	Apoiar a indústria e a produção nacional em estreita coordenação com outras instituições que actuam nesta área, visando o reforço do sector produtivo em geral e do sector industrial em particular.									
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações		
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016			
Feiras industriais apoiadas	Numero	0	0	2	2	2	2	8	Metas não acumuladas		
Campanhas de sensibilizacao	Numero	0	1	3	3	3	3	13	Metas não acumuladas		
RECURSOS TOTAIS			0	2,000,000	2,500,000	2,364,961	3,544,499	10,409,460			

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

3	FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO						CAT	F-09-414-MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSAVEL	MIEM
	PROGRAMA	GESTAO DOS RECURSOS HALIEUTICOS PARA UMA PESCA SUSTENTAVEL							
	OBJECTIVO	Garantir uma gestão sustentável dos recursos haliêuticos através de: 1)Reforço das acções de investigação visando a durabilidade das pescarias; 2) Revisão e adequação do quadro legal e regulamentar de suporte às actividades da pesca; 3)Reforço das acções de fiscalização na Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde (ZEE) com recurso a meios internos e provenientes de parcerias internacionais							
	DESCRIÇÃO	Através do programa "Gestão dos Recursos Haliêuticos para uma Pesca Sustentável" pretende-se contribuir para o desenvolvimento económico, para a segurança alimentar e nutricional e para a melhoria do emprego, por via de uma gestão responsável que garanta a durabilidade na exploração dos recursos haliêuticos. Nesta perspectiva, pretende-se fazer o seguimento do estado de exploração dos recursos, produzir informações úteis à tomada de decisões bem como aos operadores, fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos vigentes e promover uma boa governação no sector.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Planos de Gestão (PGRP) adoptados, publicados e implementados	Numero	0	1	1	1	1	1	5	Metas não acumuladas
Operações marítimas e patrulhas aéreas	Numero	25	32	42	47	53	54	54	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			258,804,962	270,203,501	207,690,893	46,652,361	46,652,361	830,004,078	

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

4	FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO					CAT		F-09-414-MIEM	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO					RESPONSAVEL		MIEM	
	PROGRAMA	GESTAO INTEGRADA DA PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL								
	OBJECTIVO	1) Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Pesca Artesanal e Industrial; 2) Reforço das capacidades empresariais e da competitividade, a nível artesanal industrial								
	DESCRIÇÃO	Pretende-se com este programa criar condições aos operadores de pesca artesanal e industrial através de disponibilização de linhas de crédito e micro créditos por forma a desenvolver uma classe empresarial forte, capacitar os agentes do sector através de acções de formação no domínio marítimo, novas tecnologias de pesca e transformação, pretende-se ainda promover a consolidação do associativismo no sector visando a sustentabilidade das mesmas.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Créditos concedidos aos operadores da pesca extractiva e de comercialização	Numero	55	80	100	150	200	250	250	Metas acumuladas	
Infraestruturas de apoio à pesca beneficiadas através da manutenção	Numero	2	2	3	3	3	3	3	Metas acumuladas	
Operadores de pesca formados em novas técnicas de pesca	%	10	10	20	20	20	20	90	Metas não acumuladas	
Captura Nacional fornecidos à indústria conserveira nacional e mercado local	Ton.	8,000	9,000	10,000	11,000	12,000	13,000	13,000	Metas acumuladas	
Operadores e pescadores formados nas áreas de créditos e gestão de negócios	%	10	5	10	15	20	0	20	Metas não acumuladas	
Operadores da pesca exportando	Numero	3	3	2	2	3	5	15	Metas não acumuladas	
PME's de transformação e agregação de valor aos produtos das pescas	Numero	1	1	2	2	3	2	10	Metas não acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			125,235,486	61,522,435	61,522,435	61,522,435	61,522,435	371,325,226		

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

5	FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO						CAT	F-09-414-MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSÁVEL	MIEM
	PROGRAMA	GESTAO INTEGRADA DA QUALIDADE E AGREGACAO DE VALORES DOS PRODUTOS DA PESCA							
	Objectivo	<p>1) Melhorar o sistema de controlo e garantia de qualidade intrínseca e extrínseca do pescado e dos seus produtos;</p> <p>2) Incrementar, em particular, a segurança e qualidade aplicáveis aos produtos da pesca no território nacional elevando-a ao nível verificado nos produtos destinados à exportação;</p> <p>3) Melhorar as sinergias e actuação sistémica entre as diferentes instituições ligadas a pesca, visando melhorar a eficácia e eficiência das actividades inspectivas como via para melhorar a qualidade;</p> <p>4) Promover a agregação de valores aos produtos de pesca por via da melhoria da qualidade .</p>							
	DESCRIÇÃO	<p>Pretende-se com este programa assegurar a qualidade e a valorização do pescado e dos produtos das pescas destinado ao consumo humano, através da regulamentação das normas sanitárias aplicáveis a produção e a colocação no mercado; Realizar as inspeções aos estabelecimentos e embarcações para autorização sanitárias; certificar os produtos das pescas colocados no mercado nacional ou internacional; desenvolver relações pertinentes com outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras interessadas pelos aspectos sanitários da pesca e Promover acções de formação para assegurar as Boas Práticas de Higiene(BPH), Analise de Riscos e identificação dos pontos críticos de controlo(HACCP) e Boas Práticas de Fabrico(BPF);</p>							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Embarcações com classificação mínima de Bom	%	50	50	60	70	80	92	92	Metas acumuladas
Estabelecimentos e embarcações com classificação mínima de Bom	%	50	50	60	70	82	95	95	Metas acumuladas
Análises sensoriais e laboratoriais do pescado e seus produtos realizadas	Numero	115	250	900	1,000	1,500	1,500	1,500	Metas acumuladas
Análises sensoriais e laboratoriais do pescado e seus produtos, realizadas com resultados conformes	Numero	86	188	720	850	1,365	1,485	1,485	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			63,837,534	28,749,557	28,749,557	28,749,557	28,749,557	178,835,762	

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

6	FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO						CAT	F-09-414-MDR
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSAVEL	MDR
	PROGRAMA	MELHORIA DO AGRO-NEGOCIO E DAS FILEIRAS AGRO-PECUÁRIAS							
	OBJECTIVO	1) Gestão sustentável dos novos perímetros irrigados através do aumento e valorização da produção agro-pecuária e desenvolvimento das fileiras de produtos de alto valor acrescentado							
	DESCRIÇÃO	Com este programa pretende-se valorizar os recursos hídricos mobilizados, promovendo o acesso dos produtores às novas técnicas e tecnologias de produção, de transformação e comercialização e focalizando nas fileiras agrícolas com maior potencial de rendimento. A dinamização do cluster Agro Negócios requer para além dos investimentos públicos a participação do setor privado no que diz respeito a instalação de sistemas de rega gota a gota, estufas, técnicas hidropónicas e introdução de novas fileiras que visam o incremento da produtividade na agricultura.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Producao horticola	Ton	26,500	27,179	29,150	32,344	36,896	42,740	42,740	Metas acumuladas
Producao raizes/tubercolos	Ton	12,500	12,821	13,750	15,256	17,404	20,160	20,160	Metas acumuladas
Areas cultivadas em estufas e hidroponia	M2	40,000	46,000	52,000	58,000	64,000	70,000	70,000	Metas acumuladas
Fileiras AgroPECUÁRIAs Organizadas	Numero	2	2	3	5	8	10	10	Metas acumuladas
Centros de Processamento (incluindo pequenas unidades satélites), Tratamento Pós-Colheita	Numero	1	1	2	6	8	10	10	Metas não acumuladas
RECURSOS TOTAIS			841,182,059	470,562,775	382,500,000	379,000,000	460,000,000	2,533,244,834	

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

CIENCIA E TECNOLOGIA									
7	FUNÇÃO	CIENCIA E TECNOLOGIA						CAT	F-09-414-MDR
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSAVEL	MDR
	PROGRAMA	INVESTIGAÇÃO AGRICOLA APLICADA E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS							
	OBJECTIVO	1) Contribuir para a modernização da agricultura disponibilizando informações e tecnologias de produção agro-PECUÁRIA com maior eficiência e rentabilidade							
	DESCRIÇÃO	O objectivo é desenvolver tecnologias agro-pecuárias adequadas e inovadoras, adaptadas à realidade nacional e que contribuam para o incremento da produção e da produtividade. Pretende ainda colaborar na melhoria da situação económica e social do mundo rural, de forma sustentada, incrementando a competitividade através de desenvolvimento de pesquisas que contribuam para dar um valor acrescentado aos produtos agro-pecuários, tornando-os mais competitivos no mercado;							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Pacotes tecnológicos produzidos para uso eficiente de agua, resistência a pragas e doenças e aumento de potencial produtivo agro-pecuario	Numero	23	25	28	33	36	40	40	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			29,000,000	46,000,000	46,500,000	53,500,000	54,000,000	229,000,000	

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

CULTURA, LAZER E DESPORTOS

8	FUNÇÃO	CULTURA, LAZER E DESPORTOS							CAT	F-16-506-MC
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSAVEL	MC
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DA MICROECONOMIA ATRAVES DA CULTURA								
	OBJECTIVO	Democratizar o acesso à cultura e desenvolver um sistema de funcionamento para as actividades culturais e comunitárias geradoras de rendimento								
	DESCRIÇÃO	Incentivar e criar condições para legalização de pequenos negócios informais, transformando-os em micro-empresas, organizadas e rentáveis. Trabalhar com os agentes culturais numa perspectiva de comércio e negócio, num mercado competitivo não apenas nacional, mas com uma visão global. Identificar e realizar o potencial existente nas comunidades, atingindo objectivos a nível nacional de geração de rendimentos, inclusão social através da identificação de potencial profissional e de coesão social a partir do reconhecimento do contributo do cidadão para a comunidade através da micro-negócio.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Pessoas atendidas pelo programa	Numero	8	8	50	50	50	50	208	Metas não acumuladas	
Protocolos assinados e parcerias efectivas	Numero	80	80	80	80	80	80	80	Metas acumuladas	
Microempresas criadas e reabilitadas	Numero	2	2	10	13	15	20	20	Metas acumuladas	
Pontos de venda de artesanato certificados e criados	Numero	0	0	11	11	14	14	14	Metas acumuladas	
Recursos Totais			1,900,000	14,650,000	22,711,500	18,231,500	18,231,500	75,724,500		

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE

9	FUNÇÃO	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE						CAT	F-04-222-SEAP
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSÁVEL	SEAP
	PROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO CIDADAO E EMPRESA							
	OBJECTIVO	1) Promover e operacionalizar uma nova cultura de prestação de serviço público, centrado nas necessidades do cidadão e das empresas; 2) Promover o desenvolvimento do Capital Humano na administração Publica Caboverdiana							
	DESCRIÇÃO	1. A Casa do Cidadão Garante a sustentabilidade e o crescimento do sistema através de uma gestão criteriosa de recursos, a optimização das transacções no atendimento, a integração dos sistemas, a racionalização das estruturas, o contínuo alargamento de serviços e a disponibilidade de fundos de investimento. Garante que o plano de expansão seja concretizado, em termos de abrangência nacional e na diáspora, alargamento do leque de produtos oferecidos e a melhoria contínua de qualidade.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Empresas no Dia Criadas	Numero	1,130	900	750	700	700	900	3,950	Metas não acumuladas
Certidões Online	Numero	66,130	65,660	64,000	64,000	64,000	64,000	321,660	Metas não acumuladas
Clientes Atendidos	Numero	93,199	108,150	110,520	110,500	110,500	110,500	550,170	Metas não acumuladas
Portondinosilha.cv	Numero	2,297	1,500	2,000	2,000	2,500	2,500	10,500	Metas não acumuladas
Service Center do Estado	Numero	5,500	5,340	5,500	6,000	6,500	6,500	29,840	Metas não acumuladas
Formandos Capacitados	Numero	110	288	320	500	600	600	600	Metas acumuladas
Recursos Totais			78,354,837	96,927,088	96,927,088	96,927,088	96,927,088	466,063,189	

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

TRABALHO E PROTECAO SOCIAL

10	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL							CAT	F-18-564-MJEDRH
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSAVEL	MJEDRH
	PROGRAMA	AMBIENTE ECONOMICO FAVORAVEL A CRIACAO DE EMPREGO								
	OBJECTIVO	Promover um Ambiente Favorável a Criação de Emprego								
	DESCRIÇÃO	O programa visa a implementação de medidas que favoreçam a criação de emprego. O Emprego, a problemática do Género e da Juventude e o Ambiente são apontados como os quatro elementos nucleares e transversais no processo de transformação económica e de modernização do país. Neste contexto, torna-se crucial por um lado, a consolidação das políticas activas existentes, e por outro lado, o alargamento e geração de novas políticas activas de criação de emprego.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Produção de Anuario sobre Emprego	Numero	0	1	1	1	1	1	5	Metas não acumuladas	
Jovens capacitados e apoiados com medidas activas do Emprego (Fomento do Emprego e Empreendedorismo (PFEE);	Numero	50	60	60	80	100	120	120	Metas acumuladas	
Qualificações Profissionais Elaboradas (QP);	Numero	48	48	5	15	10	10	88	Metas não acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			131,500,000	51,500,000	51,500,000	56,150,000	61,265,000	351,915,000		

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS

11	FUNÇÃO	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS							CAT	F-08-369-MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSAVEL	MTIE
	PROGRAMA	PROMOCAO DA CAPACITACAO DAS PMES E CONSTRUÇÃO DOS CLUSTERS ESTRATÉGICOS								
	OBJECTIVO	Facilitar à população o acesso à educação a diferentes níveis de ensino.								
	DESCRIÇÃO	Implementação de vários programas de apoio à criação e desenvolvimento empresarial, melhoria de capacidades (ações de formação e coaching), desenvolvimento de novos produtos e mercados, o acesso a mercados de distribuição local e de exportação, o acesso a tecnologia e o desenvolvimento da inovação, o aumento de instrumentos de financiamento, como a criação do Fundo Capital de Risco, bem como a promoção do espírito e atitudes empreendedoras através da introdução do empreendedorismo no sistema educacional, reforçado com ações de formação e sensibilização nas escolas secundárias, técnicas, profissionais e universidades.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Gabinetes do Empreendedor instalado nos Concelhos	Numero	6	0	2	4	6	4	16	Metas não acumuladas	
Empresas apoiadas com ações de desenvolvimento empresarial (backlog mais novas empresas)	Numero	53	80	100	110	120	200	200	Metas acumuladas	
Incubadoras de Empresas instaladas	Numero	1	0	3	2	2	2	9	Metas não acumuladas	
Instrumentos que facilitam o acesso ao financiamentos operacionalizados	Numero	0	2	2	0	0	0	4	Metas não acumuladas	
Eventos de Promoção da Cultura Empreendedora realizadas	Numero	50	90	100	110	120	180	180	Metas acumuladas	
Eventos de promoção do Empreendedorismo Migrante realizados	Numero	0	2	3	3	3	3	14	Metas não acumuladas	
Ações de Capacitação das MPMEs	Numero	0	11	20	30	40	100	100	Metas acumuladas	
Premios de Inovação atribuidos	Numero	0	0	2	2	2	2	8	Metas não acumuladas	
Apoio a Eventos organizados pelo sector privado	Numero	30	30	30	30	30	30	150	Metas não acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			20,000,000	99,279,670	107,252,873	113,564,676	168,469,325	508,566,544		

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

12	FUNÇÃO TIPO DE PROGRAMA PROGRAMA	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS FINALISTICO PROMOCAO DO INVESTIMENTO DE CABO VERDE	CHGOV	CHGOV	CAT RESPONSAVEL	F-08-408-CHGOV CHGOV			
OBJECTIVO	1) Inverter a tendência negativa do IDE nos últimos anos, intensificar e diversificar o investimento externo em Cabo Verde a uma taxa de crescimento médio anual de 11% num horizonte até 2016; 2) Acelerar o crescimento do fluxo de turistas em Cabo Verde a uma taxa média anual de 9% num horizonte até 2016; 3) Acelerar o crescimento das exportações de mercadorias, com realce para os produtos do mar.								
DESCRIÇÃO	Consiste na materialização de um conjunto de ações previstas no plano de Ação anexo ao Plano de Negócios e Plano Estratégico da CI com vista a atrair mais e melhor IDE que contribuirão para o aumento do produto interno e para a criação de mais empregos. É de suma importância considerar o IDE, principalmente ligado ao turismo, como uma componente indispensável no atual contexto de desenvolvimento do país. Assim, atenção especial deve ser dada ao ambiente de negócios por forma a se tornar o país mais competitivo. A outra vertente do IDE se prende com a transferência de tecnologia, de capital e o acesso aos mercados externos, ou seja a parceria entre o IDE e os empresários locais ajuda a capacitação da classe empresarial nacional que por si só não tem meios de se posicionar no mercado internacional (e em certos casos nem mesmo no mercado local). Por último, a tendência natural é o país promover a substituição, em parte e gradual, da APD e das remessas pelo IDE.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
IDE Acumulado	(milhoes de Euros)	987	109	121	135	150	166	166	Metas acumuladas
IDE	\$(milhoes de Contos)	7	12	13	15	17	18	18	Metas acumuladas
PIB preços correntes	\$(milhoes de Contos)	151	163	175	188	203	218	218	Metas acumuladas
IDE/PIB	%	5	7	8	8	8	8	8	Metas acumuladas
Entradas de Turistas	Numero	475	519	568	620	678	741	741	Metas não acumuladas
Aumento do número de Camas	Numero	14,076	15,638	17,359	19,268	21,388	23,740	24,000	Metas não acumuladas
Aumento do consumo de bens e serviços internos pelos turistas	\$(milhoes de Euros)	9	11	13	14	15	16	16	Metas não acumuladas
Valor Exportação	\$(milhoes de Euros)	385	425	470	519	574	634	634	Metas acumuladas
Valor Produtos do Mar	\$(milhoes de Euros)	41	46	52	59	67	16	240	Metas não acumuladas
Valor Produtos transformados	\$(milhoes de Euros)	8	10	11	13	16	19	19	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			142,910,455	145,020,154	166,205,045	173,319,382	176,162,382	803,617,418	

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

13	FUNÇÃO	TURISMO COMERCIO INDUSTRIA E SERVICOS							CAT	F-08-408-MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSAVEL	MTIE
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO TURISMO								
	OBJECTIVO	Implementação de mecanismos de acompanhamento e monitorização das actividades turísticas								
	DESCRIÇÃO	O programa "Melhoria da Qualidade dos Produtos e Serviços Turísticos", visa o reforço e a implementação de mecanismos de monitorização das actividades turísticas; percorrendo todo o processo de planeamento estratégico, envolvendo todos os stakeholders do sector, visando a criação de novos produtos turísticos. Pretende-se aqui trabalhar no sentido de dar maior sustentabilidade ao Destino CV e orientar melhor os investimentos privados no sector. Objectiva-se também com este programa, trabalhar toda a cadeia de valor no turismo, criando uma forte articulação e sinergia entre os varios sectores de actividade economica.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações	
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016		
Estalecimentos hoteleiros e prestadores de Serviços turísticos vistoriados	Numero	200	220	240	260	280	320	320	Metas acumuladas	
Programas de Educação para o turismo realizados	Numero	2	3	10	12	14	18	18	Metas acumuladas	
Barómetros do turismo lançados	Numero	4	4	6	8	10	12	12	Metas acumuladas	
Actividades Promoção turística	Numero	5	7	9	12	14	16	16	Metas acumuladas	
RECURSOS TOTAIS			20,339,582	12,600,000	23,484,596	21,690,326	31,207,122	109,321,626		

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

14	FUNÇÃO	TURISMO COMERCIO INDUSTRIA E SERVIÇOS						CAT	1-08-408-MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO						RESPONSÁVEL	MTIE
	PROGRAMA	RECURSOS TURÍSTICOS DE QUALIDADE EM CABO VERDE							
	OBJECTIVO	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS, ESTUDOS E PROJECTOS NECESSÁRIOS A QUALIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA							
	DESCRIÇÃO	O Programa " Recursos Turísticos de Qualidade", visa a promoção e diversificação da oferta turística nacional, com a identificação de novos núcleos receptivos e a execução de um conjunto de acções e orientações visando a materialização do "Cluster do Turismo", que contribuam directamente para a qualificação, estruturação e organização da oferta turística nacional, reforçando a vantagem competitiva de Cabo Verde.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2013	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Diplomas publicados	Numero	2	4	2	2	2	2	12	Metas não acumuladas
Concelhos com produtos inventariados e sinalizados	Numero	0	5	8	3	3	3	17	Metas não acumuladas
Oferta turística diversificada	Numero	10	12	15	20	25	30	30	Metas acumuladas
RECURSOS TOTAIS			9,660,418	29,370,169	8,527,650	15,498,160	13,500,000	76,556,397	

ADMINISTRAÇÃO

EIXO V - Afirmar Nação Global

1	FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO						CAT F-02-209-MCOM	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO						RESPONSÁVEL	MCOM
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMIGRANTES							
	OBJECTIVO	1) Proporcionar melhor qualidade de vida dos cabo-verdianos e seus descendentes na diáspora nos domínios da segurança social, educação, saúde, agricultura e integração nos países de acolhimento; 2) Contribuir para a capacitação dos cabo-verdianos e seus descendentes para que, através da formação/qualificação pro-fissional, se tornem autosuficientes;							
	DESCRIÇÃO	O "Programa Melhoria da Qualidade de Vida dos Emigrantes", para além de visar apoios à camada vulnerável de cabo-verdianos residentes na diáspora (através de, nomeadamente, atribuição de pensões sociais), visa também capacitar e dotá-los de instrumentos (formação / qualificação profissional), que os tornem autosuficientes e empreendedores nos países de acolhimento. Pretende-se ainda no âmbito do supracitado Programa desenvolver ações de formação junto do "Movimento Associativo" de cabo-verdianos e seus descendentes em áreas relacionadas, designadamente: Elaboração de Projetos, prestação de contas, Cultura Cabo-verdiana, Funcionamento de ONG's, Mobilização de recursos financeiros para os seus projetos e Legislação conexa, com o propósito de os tornar mais preparados para concretização de objectivos definidos junto das comunidades.							
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Aumento número Pensionistas com "Complementos Pensão"	Numero	1,415	1,415	1,870	2,335	2,795	3,250	3,250	Metas acumuladas
Cabo-verdianos com apoio médico medicamentosa em S. Tomé e Príncipe	Numero	0	0	1,500	3,000	4,500	6,000	6,000	Metas acumuladas
Produção Agro-pecuária comercializada	%	10	10	20	30	50	75	75	Metas acumuladas
Empoderamento "Segundas Gerações" Diáspora Através de Formação	Numero	67	67	115	170	225	270	270	Metas acumuladas
Capacitação (Ações Formação) Movimentos Associativos Comunidade Cabo Verde Diáspora	Numero	0	0	5	5	5	5	20	Metas não acumuladas
Recursos Totais			40,314,046	42,803,440	41,981,119	43,249,391	43,249,391	211,597,387	

EIXO V - Afirmar Nação Global

FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO							CAT F-02-209-MCOM	
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSÁVEL MCOM	
PROGRAMA	PARTICIPAÇÃO DA DIÁSPORA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE								
OBJECTIVO	Desenvolver projeto direcionados a cabo-verdianos e seus descendentes na diáspora relacionados a investimentos, empreendedorismo, remessas em divisas e transferências de know-how.								
DESCRIÇÃO	O "Programa Participação da Diáspora no Processo de Desenvolvimento de Cabo Verde" assenta no pressuposto do Governo de assumir o compromisso político de criar "Oportunidades de Investimento em Cabo Verde para Emigrantes e Seus Descendentes", em setores definidos como prioritários : - Mar, Tecnologias de informação e comunicação, Energias renováveis, Agricultura, Pecuária, Pescas, Indústria, Turismo e Serviços. Pretende-se, igualmente, criar mecanismos que valorizem as poupanças dos emigrantes, apoiando-os a direcionar o seu investimento para projetos sustentáveis e não apenas para consumo. O Programa tem ainda por finalidade mobilizar know da diáspora, para aplicação, p.e., nesses domínios definidos como prioritários.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Estimular junto comunidades CV Diáspora aumento remessas	%	13,438,000	0	10	15	20	25	25	Metas acumuladas
Estimular comunidades CV Diáspora aplicação remessas em projetos invest's geradores riqueza	%	0	0	10	15	20	25	25	Metas acumuladas
Mobilização Competência (conhecimentos e Know-how)	Numero	0	54	55	60	60	60	60	Metas acumuladas

EIXO V - Afirmar Nação Global

FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	CAT	F-02-206-MCOM						
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	RESPONSÁVEL	MCOM						
PROGRAMA	REFORÇO DOS LAÇOS CULTURAIS E DE COMUNICAÇÃO ENTRE A DIÁSPORA E CABO VERDE								
OBJECTIVO	1 - Criar condições favoráveis aos cabo-verdianos e seus descendentes para que possam desenvolver e valorizar a cultura crioula no país de acolhimento; 2 - Proporcionar iniciativas que proporcionem uma melhor circulação de informação entre C Verde / Diáspora / C Verde;								
DESCRIÇÃO	O "Programa Reforço dos Laços Culturais Entre Diáspora e Cabo Verde", visa, entre outras, criar mecanismos que propiciem a divulgação e o reforço da cultura cabo-verdiana nos países de acolhimento dos cabo-verdianos e seus descendentes. Para o efeito o Governo pretende implementar no âmbito do referido Programa: - "Casas de Cultura" e "Balcões de Casa do Cidadão" nos países de acolhimento dos emigrantes e seus descendentes; e - "Prémios da Diáspora". Para reforçar e consolidar a comunicação entre a Diáspora e Cabo Verde, o programa visa utilizar as TIC, por forma a rentabilizar recursos, diminuir a distância e quebrar burocracias.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Implementação "Casas de Cultura" na Diáspora	Numero	0	0	2	4	3	2	11	Metas não acumuladas
Reconhecimento, Valorização e Estimulo Casos Sucesso Cabo-verdianos Diáspora Através "Prémios Diáspora"	Numero	0	0	1	1	1	1	4	Metas não acumuladas
Implementação Balcões Casas Cidadão Países Acolhimento Cabo-verdianos	Numero	4	2	5	6	8	5	26	Metas não acumuladas

EIXO V - Afirmar Nação Global

FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO							CAT	F-02-209-MCOM
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO							RESPONSÁVEL	MCOM
PROGRAMA	MELHOR CONHECIMENTO DA REALIDADE DA EMIGRAÇÃO / COMUNIDADES								
OBJECTIVO	1 - Criar base de dados em vista a atualização regular do "Perfil dos Emigrantes Cabo-verdianos seus Descendentes na Diáspora; 2 - Elaborar o "Mapa Demográfico" dos Cabo-verdianos e seus Descendentes na Diáspora;								
DESCRIÇÃO	A história de Cabo Verde está marcada pelo fenómeno da emigração e é reconhecida a sua influência na vida social, económica e financeira do país. Entretanto, não se conhece profundamente as comunidades cabo-verdianas e seus descendentes na diáspora. Existem estudos dispersos sobre diversos aspectos da emigração cabo-verdiana, mas há uma grande carência de dados estatísticos sobre a situação atual das comunidades, no que respeita a: - Perfil; - Quantidade; - Localização geográfica; - Formação académica; - Grau de integração nos países de acolhimento; - Modalidades de participação no processo de desenvolvimento de Cabo Verde; e - Impacto real das comunidades na vida nacional. Com o presente "Programa Conhecimento da Realidade da Emigração / Comunidades", e através de realização estudos científicos, pretende-se conhecer melhor a diáspora cabo-verdiana, nas suas fragilidades mas também nas suas potencialidades, em vários domínios. Em termos gerais, pretende-se conhecer melhor, para melhor agir.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Realização Estudos Científicos Para Melhor Conhecimento Comunidades Cabo-verdianas seus Descendentes na Diáspora	Numero	0	0	2	2	2	2	8	Metas não acumuladas
Criação Base de Dados Sobre Emigração Cabo-verdiana na Diáspora	Numero	0	0	1	0	1	0	2	Metas não acumuladas

JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE

EIXO V - Afirmar Nação Global

5	FUNÇÃO TIPO DE PROGRAMA PROGRAMA	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE FINALISTICO MELHORIA DA POLITICA DE IMIGRACAO	CAT F-04-222-MCOM RESPONSAVEL MCOM						
OBJECTIVO	1) Reforçar as capacidades institucionais para implementação da Estratégia Nacional de Imigração (ENI) e Plano de Ação Nacional : Unidade de Coordenação da Imigração, e suas instâncias de coordenação (Grupos de trabalho temáticos, ou locais, Grupo permanente de Acompanhamento, Conselho Nacional de Imigração); 2) Reforçar o quadro legal e sua consequente aplicação em matéria de entrada, permanência, mobilidade interna, saída, emprego, trabalho, previdência social envolvendo estrangeiros/ imigrantes; 3) Melhorar o acolhimento e tratamento administrativos das solicitações e necessidades dos imigrantes; 4) Reforçar de capacidades de ONG's, associações de imigrantes conceção e execução de projetos; 5) Informar e formar para a consideração da dimensão imigrante/estrangeiro no delineamento das políticas públicas, e na gestão da sociedade								
DESCRIÇÃO	O Programa "Melhoria da Política de Imigração" visa essencialmente a implementação da Política e Estratégia Nacional de Imigração (PNI/ ENI), adotada pelo Governo, por Resolução 3/ 2012 de 23 de Janeiro, através da execução do seu Plano de Ação Nacional projetado para 2012 a 2015. É composta por três projetos: a. Implementação Unidade Coordenação Imigração; b. Promoção da Integração Social do Imigrante; e c. Promoção da Multiculturalidade. Através destes três projetos se materializam o objetivo central da PNI/ ENI que é a gestão dos fluxos migratórios, através do reforço de capacidade institucional dos principais atores envolvidos, a promoção da multiculturalidade em prol da aceitação e respeito pelas diferenças culturais, para, assim, favorecer a integração social dos imigrantes em Cabo Verde.								
Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas					TOTAL GERAL	Observações
			2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016	
Acções de formação realizadas	Numero	2	7	7	8	8	8	38	Metas não acumuladas
Reuniões dos membros do Conselho Nacional da Imigração (CNI)	Numero	0	10	15	20	25	25	25	Metas acumuladas
Ministerios com medidas do Plano de Ação Nacional incorporadas	%	0	25	35	60	80	80	80	Metas acumuladas
Legislações em revisão	Numero	0	0	2	4	4	5	5	Metas acumuladas
Agentes autárquicos formados/aptos para a boa aplicação da legislação aplicável a estrangeiros, a nível local	%	0	10	25	40	45	50	50	Metas acumuladas
Nível de Implementação do registo municipal de estrangeiros (obrigatório).	%	0	0	10	15	30	40	40	Metas acumuladas
Mecanismos efectivos de acompanhamento do funcionamento dos postos fronteiriços	Numero	0	0	2	4	4	5	5	Metas acumuladas
Gabinetes de Apoio ao Imigrante criados e capacitados	Numero	0	2	7	10	12	12	12	Metas acumuladas
Encontros com líderes de associações, e comunidades de imigrantes	Numero	2	6	10	10	15	15	15	Metas acumuladas
Iniciativas de ONG's e associações de imigrantes visando a melhor integração das suas comunidades	Numero	3	6	10	12	15	15	15	Metas acumuladas
Acções de capacitação para ONG's e associações de imigrantes	Numero	0	0	2	4	6	6	6	Metas acumuladas
Acções de Sensibilização realizadas	Numero	22	25	35	35	35	35	35	Metas acumuladas
Recursos Totais			5,892,925	18,970,404	18,970,404	18,970,404	18,970,404	81,774,541	

Anexo II – Fórmula de cálculo e meios de verificação dos quadros lógicos dos programas

Eixo I - Infra-Estruturação

1	ESTRADAS		
FUNÇÃO	TRANSPORTES		MIEM
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO		
PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS		
OBJECTIVO	1) Planear as novas estradas projetando as características técnicas para o nível de serviço mais adequado às funções que a estrada assegura; 2) Melhorar a formulação e o seguimento do cumprimento o dos contratos por forma a responsabilizar as partes envolvidas pela eventual deficiente execução das obras; 3) Estender os serviços de manutenção corrente a toda a rede rodoviária nacional.		

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Implementação Plano Rodoviário 2020	Nº	somatório simples	Relatório anual de implementação referente ao ano
Contratos fiscalizados pelo IE	Nº	somatório simples	Relatório anual de actividades do IE referente ao ano
Estradas nacionais asfaltadas em estado de manutenção adequado	Km	somatório simples	relatórios de avaliação das estradas mantidas
Estradas nacionais não-asfaltadas em estado de manutenção adequado	Km	somatório simples	relatórios de avaliação das estradas mantidas

Eixo I - Infra-Estruturação

2	FUNÇÃO	TRANSPORTES	MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS	
	OBJECTIVO	Estender e reabilitar as infraestruturas rodoviária de modo a permitir a circulação pessoas e mercadorias em condições de segurança e conforto	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Novas estradas asfaltadas	KM	somatório simples	RELATORIO DE VISITAS
Estradas reabilitadas	KM	somatório simples	RELATORIO DE VISITAS
Estradas rurais construídas	KM	somatório simples	RELATORIO DE VISITAS

Eixo I - Infra-Estruturação

3	PORTOS		
FUNÇÃO	TRANSPORTES		MIEM
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO		
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS PORTUARIAS		
OBJECTIVO	Adequar as infraestruturas portuárias às necessidades do transporte inter-ilhas e internacional de acordo com a natureza dos tráfegos de passageiros e de mercadorias		

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Capacidade para a logística portuária	Hectar	somatório simples	Relatório mensal
Handling de passageiros em terminais	Nº de terminais	somatório simples	Relatório mensal
Movimentação de contentores nacional e internacional	Hectar	somatório simples	Relatório mensal
Capacidade de acostagem	metros	somatório simples	Relatório mensal
Infraestruturas portuárias equipadas com rampas roll-on-rol-off operacionais	Nº	somatório simples	Relatório mensal

Eixo I - Infra-Estruturação

4	TRANSPORTES		
FUNÇÃO	TRANSPORTES		MIEM
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO		
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTES E SEGURANÇA MARÍTIMA		
OBJECTIVO	Desenvolver um sistema de transporte marítimo, capaz de dar resposta aos desafios da competitividade da economia nacional, em condições de segurança e proteção.		

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Sistemas de segurança e proteção implementados	Nº	somatório simples	Relatórios IMP
Centros de Controlo VTS construídos	Nº	somatório simples	Relatórios de inspeção
Estações Radares	Nº	somatório simples	Relatórios de inspeção
Cartas atualizadas e publicadas	Nº	somatório simples	Edição de cartas
Ajudas à navegação operacionais	Nº	somatório simples	Relatórios trabalhos manutenção

Eixo I - Infra-Estruturação

AEROPORTOS			
5	FUNÇÃO	TRANSPORTES	MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS AEROPORTUARIAS	
	OBJECTIVO	Desenvolver a capacidade das infraestruturas aeroportuárias e melhorar a operatividade dos serviços, potenciando a inovação tecnológica e a intermodalidade, atendendo a demanda turística actual e futura.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Equipamento de radio ajudas renovados	NR	somatório simples	MIEM
Terminal de cargas construído	NR	somatório simples	MIEM
Terminals passageiros alargadas e modernizadas	NR	somatório simples	Relatórios sectoriais
Pistas reabilitadas	NR	somatório simples	MIEM

Eixo I - Infra-Estruturação

HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO			
6	FUNÇÃO	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	PROMOCAO E REABILITACAO DA HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	
	OBJECTIVO	Promoção de habitação de Interesse social a custos controlados e criar condições condignas de habitabilidade	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Habitacões reabilitadas	NR	somatório simples	MAHOT
Ações de promoção de novas tecnologias	NR	somatório simples	MAHOT
Plano Municipal de Habitação Social elaborado	NR	somatório simples	MAHOT

Eixo I - Infra-Estruturação

7	FUNÇÃO	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	
	PROGRAMA	CONSTRUCAO E HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	
	OBJECTIVO	Provir Condições condignas de habitação a custos controlados	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Habitações Construídas	Nº	somatório simples	MAHOT

Eixo I - Infra-Estruturação

	SANEAMENTO		
8	FUNÇÃO	SANEAMENTO	MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DO SANEAMENTO BASICO	
	OBJECTIVO	Reforço do Quadro Legal e Institucional;Reforço do Engajamento da Sociedade Civil, do sector Privado e dos Municípios para o Saneamento	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Instrumentos legais e de Gestão Elaborados e em implementação	Nº	somatório simples	Relatórios Anuais da Direcção Geral do Ambiente
Ações de Fiscalização a infraestruturas de saneamento Realizadas	Nº	somatório simples	Relatórios Anuais da Direcção Geral do Ambiente
População com acesso a sistema adequados de evacuação de águas residuais	%	(META ATINGIDA/META FINAL)*100	Relatórios sectoriais
Empresas no domínio de Saneamento Criadas	Nº	somatório simples	dados administrativos do Ministério da Justiça
Ações de Sensibilização realizadas	Nº	somatório simples	Relatórios sectoriais

Eixo I - Infra-Estruturação

9	FUNÇÃO	SANEAMENTO	MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	MELHORIA DE GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS	
	OBJECTIVO	Reforma Institucional do sector da água e saneamento	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Criação de Empresas Intermunicipais e Municipais	Nº	somatório simples	BOLETIM OFICIAL
Planos de Gestão Elaborados	Nº	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO INGRH
Criação de Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANAS)	Nº	somatório simples	BOLETIM OFICIAL

Eixo I - Infra-Estruturação

	AGUA		
10	FUNÇÃO	AGUA	MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	
	PROGRAMA	INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO, TRANSPORTE E DISTRIBUICAO E DISTRIBUICÃO DE AGUA DESSALINIZADA	
	OBJECTIVO	Melhorar o acesso e segurança do abastecimento de água potável para consumo humano	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Unidades de dessalinização que utilizam Osrose inversa ou tecnologias mais eficientes	%	Nº de unidades com osrose inversas/ total de unidades de agua dessalinizadas*100	Relatorio dos produtores
Perdas de distribuição de agua	%	Total de perdas de água/ Total de distribuição de água *100	RELATORIO ANUAL DA ELECTRA

Eixo I - Infra-Estruturação

11	FUNÇÃO	AGUA	MAHOT
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	
	PROGRAMA	MOBILIZACAO DE AGUA E REFORCO DA CAPACIDADE DE ABASTECIMENTO PUBLICO	
	OBJECTIVO	Aumento da disponibilidade de água; Aumento do acesso a água potável	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Volume de água superficial mobilizado	M3	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR
Volume de água subterrânea mobilizado	M3	somatório simples	MAHOT
Volume de água dessalinizada mobilizado	M3	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
População com acesso à água potável	%	$(N^{\circ}$ de habitantes com acesso à água potável/ N° total de habitantes) *100	CENSO DA POPULACAO

Eixo I - Infra-Estruturação

12	FUNÇÃO	AGUA	MDR
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	
	PROGRAMA	MOBILIZACAO DE ÁGUA E ORDENAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	
	OBJECTIVO	Ordenamento das bacias hidrográficas e aumento da mobilização de água para agricultura visando o incremento da área irrigada e da produtividade agrícola.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Bacias hidrográficas com projecto de ordenamento implementado	Unidades	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR
Áreas irrigadas	Ha	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR
Áreas com irrigação GaG	Ha	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR
Barragens construídas	Unidades	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR
Água mobilizada para agricultura	m3/ano	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR

Eixo I - Infra-Estruturação

ENERGIA		
13 FUNÇÃO	ENERGIA	MTIE
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
PROGRAMA	MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	
OBJECTIVO	Melhorar a segurança do abastecimento de energia e oferecer maior informação sobre o sector energético	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Perdas de energia na distribuição	%	$(\text{Total de perdas energia} / \text{Total distribuição de energia}) * 100$	Relatorio anual dos operadores do sector electrico
Redução no número de Black-out	Minutos	somatório simples	Relatorio anual dos operadores do sector electrico
Taxa de Cobertura de Electricidade	%	$(\text{Zonas eletrificadas} / \text{total de zonas do pais}) * 100$	MTIE
Documento do Balanço Energético Publicado	Unidades	Somatório simples	Relatorio DG Energia

Eixo I - Infra-Estruturação

ENERGIA		
14 FUNÇÃO	ENERGIA	MTIE
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	
PROGRAMA	INFRA-ESTRUTURAS DE PRODUCAO ARMazenamento e DISTRIBUICAO DE ENERGIA	
OBJECTIVO	Melhorar a capacidade de oferta de energia e permitir o acesso e segurança do abastecimento de energia	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Redes reabilitadas	Km	somatório simples	Relatorio DG Energia
Redes construídas	Km	somatório simples	Relatorio DG Energia
Introdução de contadores pre-pagos	Nº	somatório simples	RELATORIO FINAL DO PROJECTO

Eixo I - Infra-Estruturação

15	FUNÇÃO	ENERGIA	MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	
	PROGRAMA	PROMOCAO DO USO DE ENERGIA ALTERNATIVAS E EFICIENCIA ENERGÉTICA	
	OBJECTIVO	Valorizar as energias renováveis, preservar o ambiente e reduzir a dependência externa de combustíveis fósseis	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Capacidade de produção instalada com base nas energias renováveis	MW	somatorio simples	Relatorio DG Energia
Rácio de utilização do Fuel Oil/ em relação a energia produzida	L/MWh	somatorio simples	RELATORIO ANUAL DA ELECTRA
Intensidade energética	KWH/PIB	somatorio simples	Relatorio DG Energia

EIXO II - Capital Humano

	EDUCAÇÃO		
1	FUNÇÃO	EDUCACAO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MED
	PROGRAMA	ACAO SOCIAL E ESCOLAR	
	OBJECTIVO	Facilitar à população o acesso à educação a diferentes níveis de ensino	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Metadados	Meios de Verificações
Beneficiários do ensino secundário dos programas de acção social e escolar da FICASE	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual de Seguimento
Taxa de cobertura anual do programa de cantinas escolar	%	Número Beneficiários Cantinas Escolares/ Número Total Alunos Ensino Básico*100	Relatório Anual de Seguimento
Taxa de cobertura do programa de saúde escolar nas escolas do ensino básico	%	Número Alunos Beneficiários Programa Saúde Escolar Ensino Básico/ Número Total Alunos Ensino Básico*100	Relatório Anual de Seguimento

EIXO II - Capital Humano

2	FUNÇÃO	EDUCACAO	MED
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TECNICO E PROFISSIONAL	
	OBJECTIVO	1) Garantir o alargamento e a diversificação da oferta do ensino técnico profissional; 2) Melhorar a qualidade do ensino secundário técnico por forma a contribuir para a	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Municípios com estruturas que oferecem o ensino secundário técnico profissional (adaptação/construção)	Nº	Somatório Simples	ANUÁRIO DO MED
Áreas de formação do EST oferecidas	Nº	Somatório Simples	ANUÁRIO DO MED
% de alunos do 3º ciclo que seguem a via técnica	%	$(\text{Alunos que seguem a VT} / \text{total alunos do 3º ciclo}) * 100$	ANUÁRIO DO MED
Taxa de aprovação no ensino secundário técnico	%	$(\text{Alunos que seguem a VT} / \text{total alunos do 3º ciclo}) * 100$	ANUÁRIO DO MED
% de diplomados do ensino técnico empregados no 1º ano de obtenção do diploma	%	$\text{Nº de diplomados do ET empregados no ano NO+1} / \text{Total de diplomados do ET no ano NO}$	ANUÁRIO DO MED

NO = ano de obtenção do diploma

EIXO II - Capital Humano

3	FUNÇÃO	EDUCACAO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MESCI
	PROGRAMA	FORMACAO E CAPACITACAO	
	OBJECTIVO	O ensino superior contribui para melhorar a qualificação do capital humano necessário para os desafios de crescimento e desenvolvimento	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Taxa de diplomados	%	$\text{Nº de estudantes que terminaram o curso} / \text{Nº de estudantes inscritos no último ano}$	MESCI
cursos nas áreas relevantes oferecidos	%	$\text{Nº de cursos nas áreas relevantes} / \text{Nº de cursos existentes}$	MESCI

EIXO II - Capital Humano

4	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MED
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO	
	OBJECTIVO	1) Alargamento da Educação Básica obrigatória para 8 anos; 2) Integração de padrões de qualidade de ensino para o reforço das competências de saída	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Taxa de sobrevivência até ao 8º de escolaridade	%	Numero de alunos que atingem o 8º ano de escolaridade/Total de alunos matriculados no 1º ano	ANUÁRIO DO MED
Alunos com nível de aprendizagem suficiente em língua portuguesa	%	Nº ALUNOS COM SUCESSO/Nº TOTAL DE ALUNOS	Relatório de análise dos resultados das provas aferidas
Alunos com nível de aprendizagem suficiente em matemática	%	Nº ALUNOS COM SUCESSO/Nº TOTAL DE ALUNOS	Relatório de análise dos resultados das provas aferidas
Docentes do ensino primário com formação pedagógica	%	Numero de professores formados/Total do professores do EB	ANUÁRIO DO MED

EIXO II - Capital Humano

5	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MED
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO	
	OBJECTIVO	1) Integração de padrões de qualidade de ensino para o reforço das competências de saída dos alunos do ES;	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Taxa de sobrevivência de 9º ao 12º Ano	%	(Nº de alunos sobrevivente até 12º ano na cohorte inscritos no 9º ano/total de alunos na cohorte do 9º ano) *100	ANUÁRIO DO MED
Taxa líquida de escolarização no secundário	%	(Total de alunos inscritos na idade de 12 a 17 anos no secundário/população na idade de 12 a 17 anos)*100	ANUÁRIO DO MED
Alunos do 12º ano com resultados positivos na avaliação de conhecimento em Matemática	%	(Nº de alunos com notas superior ou igual a 10 na disciplina de matemática/total de alunos avaliados na mesma disciplina) *100	ANUÁRIO DO MED
Alunos 12º ano com resultados positivos na avaliação de conhecimento em língua inglesa	%	(Nº de alunos com notas superior ou igual a 10 na disciplina de língua inglesa/total de alunos avaliados na mesma disciplina) *100	ANUÁRIO DO MED
Taxa de aprovação no ensino secundário	%	(Total de alunos aprovados no Ensino Secundário no ano t / Total de alunos matriculados no mesmo ano)*100	ANUÁRIO DO MED
Porcentagem de abandono no ensino secundário	%	(Total de alunos que abandonam no decorrer do ano lectivo/Total de alunos matriculados no mesmo ano)*100	ANUÁRIO DO MED

EIXO II - Capital Humano

5	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MESCI
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR	
	OBJECTIVO	1)Um sistema de acreditação, gestão e controlo da qualidade capaz de responder aos desafios da sustentabilidade do ensino superior cabo-verdiano é implementado;	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Sistema de acreditação e controlo de qualidade de instituições, cursos e programas operacional	Sim/Não		MESCI
Estudantes que atingem o último ano do curso	%	Nº de estudantes inscritos no último ano/Nº de estudantes inscritos	MESCI
Teses, artigos e publicações científicas de investigadores nacionais	Número	Somatório Simples	MESCI
Professores Doutores nas áreas estratégicas	%	Nº de professores com o grau de doutor/Nº de professores que leccionam nos cursos dessas áreas	MESCI
Agência Nacional para a Ciência e Tecnologia operacional	Sim/Não		MESCI
Cursos com componentes a distância oferecidos	Número	Somatório Simples	MESCI

EIXO II - Capital Humano

7	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MUEDRH
	PROGRAMA	PROMOÇÃO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
	OBJECTIVO	Promover o Emprego, Empreendedorismo e a Formação Profissional.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Ações de Formações Profissionais realizadas	Nº	Somatório Simples	MUEDRH
Beneficiários de Formação Profissional	Nº	Somatório Simples	MUEDRH
Formandos inseridos no mercado de emprego	%	(Formandos inseridos no mercado de emprego/Beneficiários de Formação)*100	MUEDRH

EIXO II - Capital Humano

8	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MED
	PROGRAMA	REFORCO DA EDUCACAO ESPECIAL	
	OBJECTIVO	Promover a inclusão de todos os alunos com necessidades educativas especiais no sistema de ensino	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Conceitos cobertos por serviços de resposta aos alunos com NEE nos ensinos básico e secundário	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO MINISTERIO DA EDUCACAO

EIXO II - Capital Humano

9	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MED
	PROGRAMA	REFORCO DA EDUCACAO PRE-ESCOLAR	
	OBJECTIVO	Re-organização de um sistema pré-escolar de qualidade e promoção de um programa de educação parental em reforço ao pré-escolar	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Taxa de cobertura do pré-escolar (4-5 anos)	%	$(\text{Crianças na idade de 4 e 5 anos inscritas no Pré-escolar} / \text{População na idade de 4 e 5 anos}) * 100$	ANUÁRIO DO MED
Crianças que atendem aos padrões mínimos de competências de saída	%	$(\text{Crianças que atendem os padrões mínimos} / \text{Crianças avaliadas nas competências de saída}) * 100$	ANUÁRIO DO MED

EIXO II - Capital Humano

10	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MESCI
	PROGRAMA	CONSOLIDACAO DO ENSINO SUPERIOR	
	OBJECTIVO	Apoiar e promover a infraestruturação científica das instituições de ensino superior e de investigação, permitindo melhorar o processo de ensino/aprendizagem e da produção	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Laboratórios equipados	Nº	Somatorio Simples	MESCI
Bibliotecas (de impressos e digitais) apetrechadas com referências bibliográficas básicas, definidas no currículos dos cursos.	%	Nº de bibliotecas apetrechadas com referência básica/ nº de bibliotecas existentes	MESCI
Empresas incubadas nas instituições de ensino superior e investigação	Nº	Somatorio Simples	MESCI
Taxa de sobrevivência das empresas incubadas	%	Nº de empresas que tiveram sucesso, ou seja, que continuam a prestar/vender serviços sobre o nº de empresas criadas ao longo do ano.	MESCI

EIXO II - Capital Humano

11	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MED
	PROGRAMA	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS	
	OBJECTIVO	Dotar o país de infra-estruturas adaptadas para o incremento da prática desportiva.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
infra-estruturas desportivas especializadas construídas	Nº	Somatorio Simples	Relatório Anual de Seguimento
infra-estruturas desportivas recuperadas	Nº	Somatorio Simples	Relatório Anual de Seguimento
infra-estruturas desportivas escolares contruídas/reabilitadas	Nº	Somatorio Simples	Relatório Anual de Seguimento

EIXO II - Capital Humano

12	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MED
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE ENSINO BÁSICO	
	OBJECTIVO	Adaptação funcional das infraestruturas escolares para os atender aos desafios da qualidade e equidade no ensino básico	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Escolas primárias que atendem aos padrões de qualidade	%	$(n^{\circ} \text{ de escolas com qualidade aceitável} / n^{\circ} \text{ total de escolas existentes}) * 100$	RELATORIO ANUAL DO MINISTERIO DA EDUCACAO
Escolas primárias construídas e equipadas	Nº	Somatorio Simples	BASE DE DADOS

EIXO II - Capital Humano

13	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MED
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE ENSINO SECUNDARIO	
	OBJECTIVO	Adaptação funcional das infraestruturas escolares para os atender os novos desafios da competitividade e da inclusão	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Escolas secundárias adaptadas/reabilitadas e equipadas	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO ANUAL DO MINISTERIO DA EDUCACAO
Escolas secundárias construídas e equipadas	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO ANUAL DO MINISTERIO DA EDUCACAO

EIXO II - Capital Humano

14	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MESCI
	PROGRAMA	INFRAESTRUTURAS DE ENSINO SUPERIOR	
	OBJECTIVO	Adequação de infraestruturas de ensino superior à missão de formação, investigação e extensão.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Infraestruturas adaptadas/reabilitadas e equipadas	Nº	Somatorio Simples	MESCI

EIXO II - Capital Humano

15	FUNÇÃO	EDUCAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MED
	PROGRAMA	REFORÇO DA QUALIDADE DO SISTEMA EDUCATIVO E DESPORTIVO	
	OBJECTIVO	1) Reforço das capacidades institucionais para atender aos desafios da educação; 2) Educação Ambiental implementado em todas as suas vertentes	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Estabelecimentos cobertos pelo programa Mundu Novu	Nº	Somatorio Simples	Relatório Anual de Seguimento
Nova organica do MED implementada e funcional	Taxa de implementação (%)	Nº de regulamentação da lei publicado/total da lista de artigos por regulamentar	BOLETIM OFICIAL
Lei de bases dos sistemas educativo e desportivo regulamentado	Nº de lei regulamentado	Somatorio Simples	BOLETIM OFICIAL
Escolas com experimentação dos novos curricula	Nº	Somatorio Simples	Programa curricular

EIXO II - Capital Humano

CULTURA, LAZER E DESPORTOS			
16	FUNÇÃO	DESPORTO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MED
	PROGRAMA	PROMOCAO DA PRÁTICA DE DESPORTO	
	OBJECTIVO	1) Aumentar a participação desportiva da população caboverdiana em todas as vias de acesso à prática do Desporto; 2) Fortalecer os serviços públicos do Desporto para o desenvolvimento da prática do desporto	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Competições desportivas militares, universitario e escolar realizadas	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Escolas de iniciação desportiva	Nº	Somatorio Simples	Relatórios sectoriais
Agentes desportivos formados anualmente	Nº	Somatorio Simples	Entidades formadoras
Sistema de informação desportiva implementado	%	Nº de registo realizado/Total de registo necessário	RELATORIO FINAL DO PROJECTO

EIXO II - Capital Humano

17	FUNÇÃO	Cultura	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MC
	PROGRAMA	MELHORIA DA ORGANIZACAO DO ACERVO BIBLIOTECARIO E ARQUIVISTICO	
	OBJECTIVO	1)Resgate, inventariação e preservação do acervo Bibliotecário, Patrimonial e Arquivístico nacional; 2)Melhoria dos hábitos de Leitura	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Acervos e fundos documentais adquiridos	Nº	Somatorio Simples	Catálogos
Registos e depositos legais implementados	Nº	Somatorio Simples	Catálogos
Arquivos audiovisuais recuperados e conservados	Nº	Somatorio Simples	Catálogos
Agentes de leitura formados	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO DA FORMAÇÃO
Títulos editados	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO DOS IVENTARIOS
Livros distribuidos	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO DOS IVENTARIOS

EIXO II - Capital Humano

18	FUNÇÃO	CULTURA	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MC
	PROGRAMA	PROMOCAO NACIONAL DAS ARTES	
	OBJECTIVO	1) Produção de conhecimento artístico e técnico nas artes; 2)Criação de instituicoes nacionais de arte e realizacao de formacoes artisticas; 3)Inserção das Artes e da Cultura no Sistema Formal de Ensino	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Eventos realizados por cada manifestação artística (10)	Nº	Somatorio Simples	Relatorio mensal
Formandos capacitados	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO DA FORMAÇÃO
Instituições nacionais de arte criadas	Nº	Somatorio Simples	Relatório
Escolas de Arte no sistema	Nº	Somatorio Simples	Relatório

EIXO II - Capital Humano

19	FUNÇÃO	CULTURA	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MC
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS INDUSTRIAS CRIATIVAS	
	OBJECTIVO	Estruturar e potencializar o ambiente dos negócios das Industrias Criativas para um crescimento económico inclusivo e participativo	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Diplomas legais aprovados	N.º	Somatorio Simples	MC
Agentes Culturais formados e reconhecidos legalmente	N.º	Somatorio Simples	MC
Parcerias publico/privadas	N.º	Somatorio Simples	MC

EIXO II - Capital Humano

20	FUNÇÃO	CULTURA	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MC
	PROGRAMA	VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO	
	OBJECTIVO	1) Dotar o País e os Municípios de Museus, como polos de atracção turística ; 2) Reabilitar monumentos, sítios e espaços culturais para conteúdo turístico-cultural	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Museus criados	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Monumentos reabilitados	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO

EIXO II - Capital Humano

JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE		
21	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO
	PROGRAMA	PARTICIPACAO E REPRESENTACAO DOS JOVENS
	OBJECTIVO	Promover a participação e representação dos jovens no processo do desenvolvimento do país

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Jovens beneficiados no pagamento de propinas para a Formação Profissional, Ensino Secundário e Actividades Geradoras de Rendimento	Nº	Somatorio Simples	Relatório
Centros de Juventude e Telecentros reforçados a nível de funcionamento	Nº	Somatorio Simples	Relatório Anual de Seguimento
Jovens multiplicadores em matéria de Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes e Jovens/Gravidez na Adolescência /IST/HIV/SIDA e Droga/Alcoolismo	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO DA FORMAÇÃO
Jovens portadores do Cartão Jovem	Nº	Somatorio Simples	BASE DE DADOS

EIXO II - Capital Humano

SAUDE		
22	FUNÇÃO	SAUDE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DO SECTOR FARMACEUTICO
	OBJECTIVO	Assegurar a acessibilidade aos medicamentos essenciais e produtos Farmacêuticos seguros, eficazes e de qualidade à população

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Medicamentos prescritos dentro da lista de medicamentos essenciais	%	número total de medicamentos prescritos nas receitas/número de medicamentos essenciais	dados estatísticos
Farmacias/habitantes	Nº	Somatorio Simples	RELATORIOS ESTADISTICO ANUAL DO MS
Taxa de penetração de genéricos	%	Número total de medicamentos importados anualmente/número de medicamentos genéricos importados	Relatório estatístico anual da EMPROPAC
Porcentagem das necessidades de contraceptivos modernos assumida pelo OGE	%	total de investimento em medicamentos/total de investimento em contraceptivos	RELATORIOS ESTADISTICO ANUAL DO MS
Porcentagem das necessidades de medicamentos essenciais, vacinas e dispositivo médico satisfeitas	%	número de produtos aviados nas requisições/total de produtos solicitados nas requisições	dados estatísticos das requisições das estruturas de saúde

EIXO II - Capital Humano

23	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MS
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
	OBJECTIVO	Reforçar e adequar o quadro institucional e legal por forma a responder as exigências das reformas previstas para o sector	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Pacote legislativo produzido e aprovado	Nº	Somatorio Simples	MS
Produção de Regulamentos	Nº	Somatorio Simples	MS
Criação do Instituto Nacional de Saúde	Nº	Somatorio Simples	MS
Criação da Região Sanitária de Santo Antão e Fogo Brava	Nº	Somatorio Simples	MS
Pacto Nacional a favor das parcerias na saúde assinado e funcional	Nº	Somatorio Simples	MS
Normalização de técnicas e procedimentos	Nº	Somatorio Simples	MS

EIXO II - Capital Humano

24	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MS
	PROGRAMA	PRESTACAO DOS CUIDADOS DE SAUDE NA REDE DE ATENCAO PRIMARIA	
	OBJECTIVO	Por a funcionar na rede de centros de saúde, para uma resposta continua, global e integral aos episódios de doenças ou de risco, que assegura a cobertura a população	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Taxa de cobertura vacinal em menores de 1 ano (DTC3)	%	$\frac{\text{Nº de crianças menores de um ano de idade com esquema básico de vacinação completa}}{\text{total de crianças menores de um ano}} * 100$	MS
Taxa de cobertura vacinal em menores de 1 ano Sarampo	%	$\frac{\text{Nº de crianças menores de um ano de idade com esquema básico de vacinação de sarampo}}{\text{total de crianças menores de um ano}} * 100$	MS
Porcentagem de Centros de Saúde com tratamento correto das ISTs e VIH Sida	%	$\frac{\text{Nº de centros de saúde com tratamento correto das ISTs e VIH Sida}}{\text{Nº total de centros de saúde}} * 100$	MS
Taxa de Mortalidade específica por tuberculose	Por cem mil	$\frac{\text{Nº de obitos de residentes por tuberculose}}{\text{Total de população residente}} * 100000$	MS
Taxa de incidência de paludismo	Por cem mil	$\frac{\text{Nº de novos casos de paludismo}}{\text{Total população}} * 100000$	MS
Taxa de transmissão Vertical do VIH (PTV)	%	$\frac{\text{Nº de crianças nascidas com vírus}}{\text{Total de maes portadoras com VIH}} * 100$	MS

EIXO II - Capital Humano

25	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MS
	PROGRAMA	PRESTACAO DOS CUIDADOS DE SAUDE NA REDE HOSPITALAR	
	OBJECTIVO	Por a funcionar na rede de centros de saúde, para uma resposta contínua, global e integral aos episódios de doenças ou de risco, que assegura a cobertura a população	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Consulta de especialidade Medica percapita	Nº	Somatorio Simples	MS
Evacuações por causas nefrologicas	%	$\frac{\text{Nº de doentes evacuados por causas nefrologicas}}{\text{Nº total de doentes evacuados}} \times 100$	MS
HR com o minimo de pessoal medico especializado segundo as normas	Nº	Somatorio Simples	MS

EIXO II - Capital Humano

26	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MS
	PROGRAMA	PROMOCAO DE SAUDE E INVESTIGACAO	
	OBJECTIVO	Desenvolver politicas de promoção de saúde e investigação num contexto multisectorial e plurisectorial	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Nível de conhecimento da população sobre medidas preventivas relativas ao VIH SIDA , por concelho	%	$\frac{\text{Nº de pessoas que conhecem 3 formas de prevenção}}{\text{total de inquiridos}} \times 100$	RELATORIOS DE INQUERITO
Nível de consumo de álcool na população jovem	%	$\frac{\text{Nº de estudantes que declaram ter consumido álcool, na última semana}}{\text{Nº total de inquiridos}} \times 100$	RELATORIOS DE INQUERITO
Projetos de investigação aprovados e implementados	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Pogramas de TV difundidos	Nº	Somatorio Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO

EIXO II - Capital Humano

27	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	CHGOV
	PROGRAMA	REFORCO DA LUTA CONTRA SIDA	
	OBJECTIVO		

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida
---------------------------	-------------------

EIXO II - Capital Humano

28	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MS
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DE SAUDE	
	OBJECTIVO	Dotar o SNS de RH qualificados e em quantidade suficiente por níveis de prestação de cuidados	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Rácio Medico / Habitante	1/10000Hab	Nº total de medicos/ População total *10000	Relatorio estatistico Anual MS
Rácio Enfermeiro/Habitante	1/10000Hab	Nº de enfermeiros/ População total *10000	relatorio estatisticas de saude
Proporção de Estrutura de Saude do Estado com Farmacêutico	Numero	Somatorio simples	Relatorio estatistico Anual MS
Rácio de Técnicos superiores de Saude / habitante	1/10000Hab	Nº te tecnicos superiores de saude/ População total *10000	Relatorio estatistico Anual MS

EIXO II - Capital Humano

29	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MS
	PROGRAMA	INFRA-ESTRUTURACAO DE REDE DE ATENCAO PRIMARIA DE SAUDE	
	OBJECTIVO	Consolidar a rede de infraestruturas da atenção primária de saúde para uma resposta contínua, global e integral	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Centros de saúde construídos	Nº	Somatorio Simples	Relatórios sectoriais
Posto de Saude construídos	Nº	Somatorio Simples	Relatórios sectoriais
Sede de Delegacia de Saude	Nº	Somatorio Simples	Relatórios sectoriais

EIXO II - Capital Humano

30	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MS
	PROGRAMA	INFRA-ESTRUTURACAO DE REDE HOSPITALAR	
	OBJECTIVO	Consolidar a infraestruturacão da rede hospitalar para responder as necessidades diferenciadas de saúde	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Hospital remodelado	Nº	Somatorio Simples	Relatórios sectoriais
Construcao de infraestrutura hospitalar	Nº	Somatorio Simples	Relatórios sectoriais

EIXO II - Capital Humano

31	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MS
	PROGRAMA	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACAO PARA SAUDE	
	OBJECTIVO	Reforçar o sistema de informação e de gestão do MS como ferramenta de apoio a tomada de decisão em todos os níveis.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Estruturas de saúde ligado a rede do SISAUDE - como meio de referencia e cantra referencia	%	Nº de estruturas integrados na rede do SISAUDE/ Total de estruturas de saude*100	MS
Delegacias de Saude no SIGOF	%	Nº de delegacias de SIGOF/ Total de delegacias de saude*100	MS
Informação padronizada e publicada em cada nível da estrutura	Nº	Somatorio simples	MS

EIXO II - Capital Humano

	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL		
32	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MUEDRH
	PROGRAMA	MELHORIA DAS CONDICIOES DE VIDA DAS CRIANCAS E ADOLESCENTES	
	OBJECTIVO	Garantir a protecção dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco e exclusão social garantido-lhes um desenvolvimento harmonioso e integrado.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Casos de crianças e adolescentes em situação de risco e respectivas familias atendidas nas estruturas do ICCA a nível nacional.	N.º	Somatorio Simples	Relatório
Crianças e os adolescentes em situação de risco e respectivas familias a nível nacional beneficiados.	N.º	Somatorio Simples	Relatório

EIXO II - Capital Humano

33	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MJEDRH
	PROGRAMA	FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIRECCIONADA PARA O EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL	
	OBJECTIVO	1) Promover a integração das políticas nacionais para a Educação,	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Centros de EFP criados e funcionais	Nº	Somatório Simples	MJEDRH
Estruturas do IEFP reabilitadas	Nº	Somatório Simples	MJEDRH

EIXO III - Boa Governação

1	ADMINISTRAÇÃO		
	FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MAHOT
	PROGRAMA	MELHORIA DA DESCENTRALIZAÇÃO E REFORÇO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
	OBJECTIVO	1) Aproximar, cada vez mais, o processo de tomada de decisão do cidadão, reforçar e promover os mecanismos de participação do cidadão no processo de decisão local ; 2) Empoderamento dos Governos Municipais, incluindo capacitação e fornecimento de ferramentas de gestão, contribuindo para a boa governação local	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Quadro Legal sobre a Descentralização e o Poder Local reforçado e adequado ao processo de reforma do Estado em curso	Nº	Somatório Simples	Relatórios sectoriais
Estudos realizados, tendo em vista o reforço da descentralização e do poder local	Nº	Somatório Simples	Relatórios sectoriais
Melhorias e Up-grade do Sistema de Informação Municipal - SIM	Nº	Somatório Simples	Relatórios sectoriais
Eleitos e técnicos municipais capacitados para a correcta utilização das ferramentas de gestão e aplicação da legislação autárquica	Nº	Somatório Simples	Relatórios sectoriais

EIXO III - Boa Governação

FUNÇÃO	ADMINISTRACAO
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO MAPM
PROGRAMA	MELHORIA DA COMUNICACAO SOCIAL
OBJECTIVO	1) Estimular e desenvolver iniciativas de capacitação e de especialização dos recursos humanos do sector; 2) Reforçar a regulação do sector; 3) Realizar inquéritos regulares para aferir o grau de satisfação com os serviços e a qualidade dos produtos da Comunicação Social; 4) Apoiar a modernização tecnológica do sector público; 5) Reforçar os mecanismos de fiscalização e o cumprimento das normas vigentes; 6) Implementação dos projectos âncoras definidos no Plano Estratégico da CS e criar as condições para o desenvolvimento do sector

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Acções de formação realizadas	Nº	Somatório Simples	MAPM
Iniciativas de capacitação	Nº	Somatório Simples	MAPM
Instituições apoiadas	Nº	Somatório Simples	MAPM
Medidas legislativas adoptadas e regulamentos ou leis actualizados	Nº	Somatório Simples	MAPM
Nível de satisfação dos utentes	%	Utentes satisfeitos/Total de utentes	MAPM
Taxa de digitalização TCV (componente difusão)	%	(Nº de departamentos digitalizados/Total de departamentos)*100	MAPM
Taxa de digitalização RCV (componente difusão)	%	(Nº de departamentos digitalizados/Total de departamentos)*101	MAPM
Taxa de digitalização TCV (componente emissão)	%	(Nº de departamentos digitalizados/Total de departamentos)*100	MAPM
Taxa de digitalização RCV (componente emissão)	%	(Nº de departamentos digitalizados/Total de departamentos)*101	MAPM
Acções de fiscalização efectuadas	Nº	Somatório Simples	MAPM
Contratação de técnicos superiores para a DGCS	Nº	Somatório Simples	MAPM
Acções de formação do pessoal da DGCS	Nº	Somatório Simples	MAPM
Índice de implementação das acções previstas no Plano estratégico da comunicação social	%	Somatório Simples	MAPM

EIXO III - Boa Governação

3	FUNÇÃO	ADMINISTRACAO
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO MFP
	PROGRAMA	MELHORIA DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
	OBJECTIVO	<p>1) Assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos empregues na aquisição de bens e serviços, bem como na concessão de obras e serviços públicos e ainda na contratação de empreitadas de obras públicas;</p> <p>2) Assegurar que os processos aquisitivos se desenvolvam de acordo com os princípios da legalidade, liberdade de acesso aos procedimentos, economia e eficiência, interesse público, igualdade, proporcionalidade, transparência e publicidade;</p> <p>3) Promover, de forma pedagógica, uma cultura de boas práticas de aquisições públicas entre os funcionários e agentes das entidades adjudicantes e das UGA;</p> <p>4) Zelar pela garantia da sã concorrência entre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, efectiva ou potencialmente concorrentes aos processos de aquisições públicas;</p> <p>5) Actuar preventivamente no sentido de detectar, esclarecer e combater quaisquer sinais de corrupção que ameacem afectar, ainda que de modo circunstancial, o sistema de aquisições públicas;</p>

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Auditorias realizadas por ano Fiscal	Nº	Somatório Simples	Relatórios Auditoria
Processos Auditados por ano Fiscal	Nº	Somatório Simples	Relatórios Auditoria
Processos de Aquisição acompanhados e supervisionados pela ARAP	Nº	Somatório Simples	Pareceres
Técnicos formados em aquisições públicas	Nº	Somatório Simples	Formados
Planos de Aquisição Publicadas no Site da ARAP	Nº	Somatório Simples	Publicações
Recursos tratados pela Comissão de resolução de Conflitos da ARAP	Nº	Somatório Simples	Decisões
Directivas emitidas pela ARAP	Nº	Somatório Simples	Directivas

EIXO III - Boa Governação

4	FUNÇÃO	ADMINISTRACAO
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO MFP
	PROGRAMA	REFORÇO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DO MFP
	OBJECTIVO	1) Garantir o cumprimento dos objectivos do programa de reforma das finanças públicas e fortalecer o sistema de gestão financeira, orçamental e patrimonial, através de contratação de serviços especializados, tendo em conta as mobilidades e as exigências da reforma

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Serviço de consultoria/ Assistência técnica realizado	%	ND	MFP
Garantida a tecnicidade dos serviços	%	ND	MFP
Objectivos do programa de reforma cumpridos	%	ND	MFP

EIXO III - Boa Governação

5	FUNÇÃO	ADMINISTRACAO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MRE/UCRE
	PROGRAMA	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO PUBLICA	
	OBJECTIVO	Modernizar a Administração Pública, colocando-a ao serviço do desenvolvimento, tornando-a mais acessível, produtiva e célere, com vista a satisfação dos cidadãos e empresas	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Instituições na rede do Estado	Nº	Somatório Simples	MRE/UCRE
Instituições Públicas na rede do estado que fazem uso de infraestruturas do Estado	%	(Nº de instituições que fazem uso das infraestruturas de rede de estado/ Nº de instituições ligadas a rede do estado)*100	MRE/UCRE
Taxa de penetração da internet	%	Numero de pessoas com acesso à internet sobre o numero de população	MRE/UCRE
Pontos de acesso gratuito à Internet (konekta)	Nº	Somatório Simples	MRE/UCRE

EIXO III - Boa Governação

6	FUNÇÃO	ADMINISTRACAO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	SEAP
	PROGRAMA	SISTEMA INTEGRADO DE RH	
	OBJECTIVO	1)Desenvolver mecanismos /novas tecnologias na gestão administrativa , como apoio no controlo e fiscalização dos actos e processos administrativos e da gestão de RH; Modernizar a Administração Pública tornando-a mais acessível, produtiva e célere	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Instrumentos criados no Sistema de Base Dados dos Recursos Humanos	Nº	Somatório Simples	SEAP
Instrumentos operacionalizados no Sistema de Base Dados dos Recursos Humanos	Nº	Somatório Simples	SEAP

EIXO III - Boa Governação

7		AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO
FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	IMAHOT
PROGRAMA	MELHORIA DOS SERVICOS DA METEOROLOGIA E GEOFISICA	
OBJECTIVO	1) Garantir apoio efectivo às actividades económicas através de um sistema de previsão do tempo e modelação climática eficiente; 2) Promover a mitigação dos impactos dos desastres naturais através da monitorização, prevenção e informação geofísica.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Utilizadores das previsões meteorológicas produzidas	Nº	Somatório Simples	Relatório
Sistema de informação da qualidade do ar	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Estações sismométricas instaladas e em funcionamento	Nº	Somatório Simples	Relatório
Estações inclinométricas instaladas e em funcionamento	Nº	Somatório Simples	Relatório
Observatórios geofísicos funcionais	Nº	Somatório Simples	Relatório
Cartografia de risco vulcânico	Nº	Somatório Simples	Relatório
Acções de formações sobre vulcanologia	Nº	Somatório Simples	Relatório

EIXO III - Boa Governação

8		AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO
FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	IMDR
PROGRAMA	PROMOÇÃO DO DIREITO A ALIMENTAÇÃO E ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS	
OBJECTIVO	Promover o Direito a Alimentação para diminuir a Vulnerabilidade a Insegurança Alimentar e Nutricional	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Acções de promoção do Direito a Alimentação	Unidades	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Famílias beneficiadas com projectos para diversificar as suas AGR	Unidades	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO

EIXO III - Boa Governação

CIENCIA E TECNOLOGIA		
9	FUNÇÃO	CIENCIA E TECNOLOGIA
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO MIEM
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGACAO APLICADA À PESCA
	OBJECTIVO	Desenvolver projetos de investigação enquanto ferramentas de apoio na tomada de decisões, visando um melhor conhecimento dos recursos marinhos e seus utilizadores, bem como a gestão sustentável e crescimento da exploração.

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Campanhas de investigação realizadas	Nº	Somatório Simples	Relatório anual da unidade funcional Relatórios das campanhas - INDP
Amostragens Biológicas realizadas	Nº	Somatório Simples	
Estudos de avaliação realizados	Nº	Somatório Simples	
Estudos de avaliação stockrealizados	Nº	Somatório Simples	
Estudos realizados em aquacultura	Nº	Somatório Simples	
Projectos pilotos em aquacultura implementados	Nº	Somatório Simples	
Projectos Comerciais apoiados no domínio da aquacultura	Nº	Somatório Simples	

EIXO III - Boa Governação

CULTURA, LAZER E DESPORTOS		
10	FUNÇÃO	CULTURA, LAZER E DESPORTOS
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO IMC
	PROGRAMA	INVESTIGAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMONIO CULTURAL
	OBJECTIVO	1) Incentivar e dinamizar a investigação e gestão do património cultural; 2) Exportar e internacionalizar a música e os bens culturais de Cabo Verde

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Obras e projectos investigativos divulgados	Nº	Somatório Simples	MC
Planos de gestão elaborados e implementados	Nº	Somatório Simples	MC
Artistas e agentes culturais enviados ao mercado internacional	Nº	Somatório Simples	MC
Protocolos e contratos assinados com parceiros internacionais	Nº	Somatório Simples	MC

EIXO III - Boa Governação

DEFESA NACIONAL	
11 FUNÇÃO	DEFESA NACIONAL
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO MDN
PROGRAMA	MELHORIA DO PATRULHAMENTO AEREO MARITIMO E URBANO
OBJECTIVO	1) Garantir a segurança e estabilidade no País, protecção física das populações e bens, Luta contra crime organizado, migração clandestina, Pesca ilegal e protecção da nossa ZEE

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Patrulhamento Marítimo realizado	Dias de Navegação	Somatório Simples	MDN
Patrimento Aereo	Horas de voo	Somatório Simples	MDN
Patrulhamento Urbano	Horas de Patrulha	Somatório Simples	MDN

EIXO III - Boa Governação

DEFESA NACIONAL	
12 FUNÇÃO	DEFESA NACIONAL
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO MDN
PROGRAMA	REQUALIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA DEFESA NACIONAL
OBJECTIVO	Melhoria das condições de trabalho e habitabilidade nas Forças Armadas

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Infraestruturas militares reabilitadas	Nº	Somatório Simples	MDN
Equipamentos adquiridos	Nº	Somatório Simples	MDN

EIXO III - Boa Governação

ENCARGOS ESPECIAIS		
13	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO MFP
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE GESTAO DAS FINANÇAS PUBLICAS
	OBJECTIVO	1) Satisfazer um conjunto de necessidades comuns da administração pública central e compromissos, responsabilidades para com as organizações da sociedade civil e organismos públicos privados e compromissos internacionais, mediante organização de processos.

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Grau de tempestividade nas resposta às solicitações	dias	somatorio simples	MFP
Processos concluídos de acordo com o calendário definido e encargos pagos	%	(processos concluídos/total processos entrados)*100	MFP

EIXO III - Boa Governação

GESTAO DE AMBIENTE		
14	FUNÇÃO	PROTEÇÃO DE AMBIENTE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO MAHOT
	PROGRAMA	CONSOLIDAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
	OBJECTIVO	1) Reforço do quadro de Governação dos Recursos Naturais; 2) Reforço da participação das comunidades locais e Organizações da sociedade civil na Gestão ambiental

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Áreas Protegidas com instrumentos de gestão em implementação	%	(SOMATORIAS METAS ATINGIDAS / SOMATORIA METAS FINAIS) X 100	Relatório das Áreas Protegidas e dos Projectos em Implementação
Legislação ambiental em elaboração ou revisão	Nº	Somatório Simples	Relatórios Anuais da Direcção Geral do Ambiente
Praias Nacionais Protegidas	%	(META ATINGIDA/META FINAL)*100	Relatórios Anuais do Instituto Marítimo e Portuário
Áreas Florestadas com Planos de Gestão	%	(META ATINGIDA/META FINAL)*100	RELATORIO ANUAL DO MDR
Iniciativas da Sociedade Civil e dos Municípios para a Conservação dos Recursos Naturais financiado	Nº	Somatório Simples	Relatórios Anuais da Direcção Geral do Ambiente
Ações de Informação, Educação e Comunicação realizado	Nº	Somatório Simples	Relatórios Anuais da Direcção Geral do Ambiente

EIXO III - Boa Governação

15	FUNÇÃO	PROTEÇÃO DE AMBIENTE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MAHOT
	PROGRAMA	REFORÇO DA QUALIDADE AMBIENTAL	
	OBJECTIVO	1) Reforço do sistema de seguimento Ambiental; 2) Melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Municípios objecto de seguimento no âmbito do PANA II realizado	Nº	Somatório Simples	Relatórios Anuais da Direcção Geral do Ambiente
Sistema de Seguimento e Validação do consumo de areia operacional	%	(META ATINGIDA/META FINAL)*100	Relatórios Anuais da Direcção Geral do Ambiente
Sistemas de abastecimento de água para consumo humano com controlo da Qualidade	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO INGRH
Centros Urbanos com Sistema de monitorização do Índice de Ruídos operacional	Numero/Ano	Somatório Simples	MAHOT
Centros urbanos com monitorização da Qualidade do Ar	Numero/Ano	Somatório Simples	MAHOT

EIXO III - Boa Governação

	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO		
16	FUNÇÃO	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MAHOT
	PROGRAMA	MELHORIA DO PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITORIO, DOS SOLOS E DO CADASTRO	
	OBJECTIVO	1) Dotar o país de instrumentos de Gestão Territorial visando uma adequada organização e utilização do Território, tendo como finalidade o seu desenvolvimento harmonioso; 2) Contribuir para o Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades visando o reforço da competitividade, criação de oportunidades económicas sociais e culturais e melhoria da qualidade de vida da população; 3) Implementação e operacionalização da Infraestrutura de Dados Espaciais de Cabo Verde (IDE-CV)	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Instrumentos de Gestão Territorial elaborados - anual	Nº	Somatório Simples	Relatório
Instrumentos de Gestão Territorial em Implementação - anual	Nº	Somatório Simples	Relatório
Instrumentos de Gestão Territorial Revisados	Nº	Somatório Simples	Relatório
Ações capacitadas	Nº	Somatório Simples	Relatório
Serviços disponibilizados na IDE-CV - anual	Nº	Somatório Simples	Relatório

EIXO III - Boa Governação

17	FUNÇÃO	HABITACAO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MFP
	PROGRAMA	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE INFRAESTRUTURAS DO ESTADO	
	OBJECTIVO	Remodelação /Remodelação de imóveis de modo que estes adequem a nova dinâmicas e aos desafios que enfrenta o Estado de Cabo Verde	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Infra-estruturas Recuperadas/reabilitadas	Nº	Somatório Simples	MFP

EIXO III - Boa Governação

18	FUNÇÃO	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MAHOT
	PROGRAMA	SISTEMA NACIONAL DO CADASTRO PREDIAL	
	OBJECTIVO	1) Criação um Sistema Centralizado com informações, jurídicas, físicas e económicas sobre os prédios; 2) Garantia de maior segurança jurídica nas transacções imobiliárias e melhoria em termos de eficiência de tempo e custo; 3) Criação de instrumentos que permite o melhor conhecimento e gestão do território.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Sistema Nacional do Cadastro Predial criada e operável	Nº	Somatório Simples	MAHOT
Adopção de mecanismos de resolução de conflitos	Nº	Somatório Simples	MAHOT
Ilhas com levantamento do cadastro predial	Nº	Somatório Simples	MAHOT
Adopção de um sistema de avaliação dos prédios	Nº	Somatório Simples	MAHOT

EIXO III - Boa Governação

19	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE		
FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE		
TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO		MJ
PROGRAMA	MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL E DE REINERCAO SOCIAL DE ADULTOS E DE MENORES EM		
OBJECTIVO	1)Combater o uso de drogas nos estabelecimentos prisionais;2)Capacitação e Formação de Pessoal;3)Promoção da integração social dos reclusos, das crianças e jovens em conflito lito com a Lei;		

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Instalações da Unidade Livre de Drogas nas prisões nacionais	Nº	Somatório Simples	MJ
Reclusos que optarem por participar do ambiente livre de drogas	%	(Nº de reclusos que optaram para ambiente livre de drogas/ Total de reclusos usuarios de droga)*100	MJ
Agentes Prisionais Formados	Nº	Somatório Simples	MJ
Menores em Conflitos com a Lei no processo de reintegração na sociedade	%	(Numero de menores no processo de reintegração / Numero total dos menores condenados)*100	MJ
Jovens em Conflitos com a Lei condenados no processo de reintegração	%	(Numero de jovens condenados no processo de reintegração / Numero total dos jovens condenados)*100	MJ

EIXO III - Boa Governação

20	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO		MJ
PROGRAMA	MELHORIA DOS SERVICOS DOS REGISTOS NOTARIADO E IDENTIFICACAO		
OBJECTIVO	1) Garantir a eficácia no atendimento; 2) Garantir os Direitos fundamentais dos cidadãos.		

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Nível de satisfação dos utentes.	%	(Nº Utentes Satisfeitos/total de utentes inquiridos)*100	RELATORIOS DE INQUERITO
Crianças sem registo.	%	(Nº de crianças sem registo/total crianças até 18 anos)*100	RELATORIOS DE INQUERITO

EIXO III - Boa Governação

21	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MAMP
	PROGRAMA	PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO	
	OBJECTIVO	Promover a igualdade de género e de oportunidades, a todos os níveis, através de mudanças qualitativas de comportamentos e atitudes quer individuais, quer coletivas e institucionais	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Ilhas contempladas com ações de IEC/MC	Nº	Somatório Simples	MAMP
Campanhas de comunicação e plaidoyer em favor da igualdade de género	Nº	Somatório Simples	MAMP
Mulheres que beneficiam de orientação vocacional e formação para o auto emprego	Nº	Somatório Simples	MAMP
Municípios que integram a abordagem género nos processos de planificação e orçamentação	Nº	Somatório Simples	MAMP

EIXO III - Boa Governação

22	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MJ
	PROGRAMA	PROTECÇÃO DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS	
	OBJECTIVO	Assegurar a todos os cidadãos o acesso amplo e irrestrito à justiça e ao direito	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Casas do Direito a funcionar	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Aconselhamentos nas Casas do Direito	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Casas do Direito com Serviço Mediação	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Pessoas beneficiadas com Assitencia Judiciária	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Ações de sensibilização realizadas sobre temas de interesse da comunidade	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO

EIXO III - Boa Governação

23	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MJ
	PROGRAMA	REINserÇÃO SOCIAL DOS TOXICO-DEPENDENTES	
	OBJECTIVO	1) Reforçar a reinserção profissional dos toxicodendentes; 2) Alargar o programa integrado de tratamento toxic. às prisões; 3) Reforçar a descentralização das acções de prevenção	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Ateliers de reinserção socio-profissional realizados	Nº	Somatório Simples	Relatórios das Formações Ministradas
Parcerias estabelecidas no âmbito da reinserção	Nº	Somatório Simples	Acordos Assinados
Reclusos toxic. submetidos a tratamento	Nº	Somatório Simples	Relatório das Actividades CCCD
Redes criadas de educadores de pares na área prev.	Nº	Somatório Simples	Relatório das Actividades CCCD

EIXO III - Boa Governação

24	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MJ
	PROGRAMA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E CRIMINAL	
	OBJECTIVO	1) Estender a capacidade de intervenção da Polícia Judiciária a todo o território nacional; 2) Aumentar o número de investigações relativas a crimes contra o Estado e o sector público; 3) Desmantelar grupos organizados (gangs) que se dedicam à criminalidade urbana violenta; 4) Combater a detenção ilegal e o tráfico de armas; 5) Aumentar a capacidade de intervenção científico-pericial da Polícia Judiciária; 6) Aumentar as acções de prevenção ao tráfico transnacional de estupefacientes por via aérea	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Processos concluídos com proveniência das Comarcas onde a PJ não está instalada	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico
Processos concluídos	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico
Detenções efectuadas em investigações feitas a grupos organizados	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico
Processos-crime concluídos ao Ministério Público relativos a crimes praticados por grupos organizados	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico
Armas apreendidas	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico
Inspecções judiciais realizadas a nível nacional	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico
Exames realizados pelo LPC	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico
Passageiros controlados nos aeroportos internacionais	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico

EIXO III - Boa Governação

25	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MJ
	PROGRAMA	MELHORIA DO SISTEMA JUDICIAL	
	OBJECTIVO	1) Implementar e Reforçar as capacidades institucionais da UIF; Implementar um sistema informático de estatística para o sector da Justiça;	2)

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Técnicos Formados	Nº	Somatório Simples	MJ
Ação de formação realizadas às Instituições financeiras e não financeira	Nº	Somatório Simples	MJ
Celebrações de MoU's realizadas com outras UIF's	Nº	Somatório Simples	MJ
Software instalado	Nº	Somatório Simples	MJ
Técnicos capacitados	Nº	Somatório Simples	MJ

EIXO III - Boa Governação

26	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MJ
	PROGRAMA	CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DAS CADEIAS E INFRAESTRUTURAS JUDICIAIS	
	OBJECTIVO	Dotar os departamentos da Justiça (serviços centrais MJ, Tribunais e Procuradorias, PJ) de melhores condições físicas e dignas de funcionamento.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Estabelecimento prisional construído	Nº	Somatório Simples	MJ
Estabelecimento prisional reabilitado	Nº	Somatório Simples	MJ
Edifícios -Serviços de Justiça instalados- requalificados e remodelados	Nº	Somatório Simples	MJ

EIXO III - Boa Governação

27	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MJ
	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL SEGURO E SUSTENTABILIDADE DAS CADEIAS	
	OBJECTIVO	1) Reforma e Modernização do Sistema Prisional; 2) Melhoria da dieta alimentar e promoção de auto - produção de generos alimenticios;	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Sistema de gestão de acesso/segurança instalada	Nº	Somatório Simples	MJ
Generos Alimenticios produzidos	KG	Somatório Simples	MJ

EIXO III - Boa Governação

28	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MJ
	PROGRAMA	MODERNIZACAO DAS SECRETARIAS JUDICIAIS	
	OBJECTIVO	Uniformizar normas e procedimento no SNS por forma garantir satisfação do utente e prestador. 2) Reforçar a capacidade técnica do ICIEG com vista a implementação do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Sistema Informatico desenvolvido	Nº	Somatório Simples	MJ
Sistema Informatico desenvolvido e implementado	Nº	Somatório Simples	MJ
Instituições de ensino superior contemplados	Nº	Somatório Simples	MJ
Taxa de cobertura a nível nacional de potenciais clientes	%	ND	MJ

EIXO III - Boa Governação

28	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MJ
	PROGRAMA	PREVENÇÃO E COMBATE A DROGA	
	OBJECTIVO	1) Garantir a segurança individual dos funcionários e aumentar a sua capacidade operacional; 2) Proceder à recolha e tratamento de vestígios identificados em cena de crime; 3) Instalar e garantir a capacidade de realização de exames de biologia forense	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Funcionários com equipamento policial básico	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico
Exames solicitados ao Laboratório de polícia científica pelas equipas de inspecção	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico
Exames realizados na área de biologia forense	Nº	Somatório Simples	Relatório Anual estatístico

EIXO III - Boa Governação

30	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	Investimento	MJ
	PROGRAMA	PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTO E NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO	
	OBJECTIVO	1) Garantir um serviço de qualidade aos utentes; 2) Modernizar as infraestruturas dos RNI	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Tempo Médio de Resposta aos Processos	%	Somatório Nº de Dias de cada Processo/Total de Processos	MJ
Serviços remodelados	Nº	Somatório Simples	RELATORIO DE VISITAS

EIXO III - Boa Governação

51	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MAPM
	PROGRAMA	REFORÇO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO	
	OBJECTIVO	1) Reduzir os índices de incidência da violência contra as mulheres em Cabo Verde, através da implementação da Lei da VBG; 2) Reforçar a capacidade técnica do ICIEG com vista a implementação do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Taxa de violência contra as mulheres	%	$(n^{\circ} \text{ de mulheres e raparigas vítimas de violência} / \text{Total mulheres e meninas inquiridas}) * 100$	MAPM
Taxa de cobertura nacional dos serviços de apoio às vítimas existentes	%	$(N^{\circ} \text{ de serviços de apoio às vítimas existentes} / \text{Total de Municípios}) * 100$	MAPM
Profissionais recrutados para prestação de serviços de consultoria	Nº	Somatório Simples	MAPM

EIXO III - Boa Governação

	SAUDE		
52	FUNÇÃO	SAUDE	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MS
	PROGRAMA	CERTIFICACAO DA QUALIDADE DOS SERVICOS DE SAUDE	
	OBJECTIVO	Uniformizar normas e procedimento no SNS por forma garantir satisfação do utente e prestador. 2) Reforçar a capacidade técnica do ICIEG com vista a implementação do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Serviços dos hospitais centrais em processo de certificação	nº	Somatório Simples	MS
Serviços dos hospitais regionais em processo de certificação	nº	Somatório Simples	MS
Serviço certificado	nº	Somatório Simples	MS
Normalização de técnicas e procedimentos	nº	Somatório Simples	MS

EIXO III - Boa Governação

SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA		
33	FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO
	PROGRAMA	MELHORIA DA SEGURANÇA DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
	OBJECTIVO	1) Com este programa pretende-se desenvolver e implementar um conjunto de projectos de ordem organizacional, funcional, e por outro lado implementar um conjunto de acções de ordem educativo, infor-mativo e formativo, com o objectivo de melhorar a prestação da DGTR e tornar o ambiente rodoviário mais seguro com a redução dos índices de sinistralidade rodoviária; 2) Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos utentes; 3) Melhorar a capacidade de fiscalização

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Índice de mortalidade /100.000 Habitantes	Índice	$(n^{\circ} \text{ mortos acidente/Popu Nacion}) * 100 \text{ mil}$	Boletim Estatístico da PN sobre acidentes
Condutores fiscalizados	%	$(N^{\circ} \text{ condutores fiscalizados despiste alcool/total condutores}) * 100$	Boletim Estatístico da PN sobre acidentes
Taxa cobertura das Esquadras de todos os Concelhos com equipamentos fiscalização alcool	%	$(\text{Esquadra da PN com alcoolímetros/Total esquadras PN}) * 100$	Boletim Estatístico da PN sobre acidentes
Condutores profissionais formados	N ^o	Somatório Simples	relatorio de seguimento porjectos DGTR
Leis criadas e revistas	N ^o	Somatório Simples	RELATORIO DE ACTIVIDADES DA DGTR
Viaturas fiscalizadas	N ^o	Somatório Simples	RELATORIO DE ACTIVIDADES DA DGTR
Nível de informatização dos procedimentos da DGTR	%	$NP = (N^{\circ} \text{ Procedimentos da DGTR informatizados} / \Sigma \text{ Proced. DGTR}) * 100$	RELATORIO DE ACTIVIDADES DA DGTR
Exame teórico realizado no sistema multimedia	N ^o	Somatório Simples	RELATORIO DE ACTIVIDADES DA DGTR

EIXO III - Boa Governação

34	FUNÇÃO	SEGURANCA E ORDEM PUBLICA	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MAI
	PROGRAMA	MELHORIA DA SEGURANCA INTERNA	
	OBJECTIVO	1) Promover a segurança das pessoas e bens a nível Nacional com destaque na área da educação, do turismo, do comércio, comunidades durante os grande eventos; 2) Garantir o normal funcionamento da Polícia Nacional.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Escolas abrangidas pelo projecto escola segura	Nº	Somatório Simples	MAI
Agentes em investigação criminal e policiamento de proximidade	Nº	Somatório Simples	MAI
Estabelecimentos comerciais abrangidos pelo projecto comércio seguro.	Nº	Somatório Simples	MAI
Ações de fiscalização, patrulhamento, de detenções, de casos esclarecidos, de recuperação dos bens furtados/roubados	Nº	Somatório Simples	MAI
Instalação de estruturas de "Informações Policiais e Criminais" no DN e nos Comandos Regionais Criminais" no DN e nos Comandos Regionais	Nº	Somatório Simples	MAI

EIXO III - Boa Governação

35	FUNÇÃO	SEGURANCA E ORDEM PUBLICA	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MAI
	PROGRAMA	REFORCO DA PARTICIPACAO NA VIDA POLITICA	
	OBJECTIVO	Apoiar o Processo Eleitoral e o serviço central encarregado especificamente de assegurar o apoio técnico, administrativo e logístico ao processo eleitoral, nos termos estabelecidos no Código Eleitoral.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Realização das Eleições	Nº	Somatório Simples	MAI

EIXO III - Boa Governação

36	FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MAI
	PROGRAMA	REFORÇO DA SEGURANÇA DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	
	OBJECTIVO	Organização, recuperação de todos os processos de veículos e carta de condução por forma a tornar mais acessível a sua consulta e o seu controlo	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Processos de carta de condução recuperados	Nº	Somatório Simples	RELATORIO DE ACTIVIDADES DA DGTR
Processos de veículos recuperados	Nº	Somatório Simples	RELATORIO DE ACTIVIDADES DA DGTR

EIXO III - Boa Governação

37	FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MAI
	PROGRAMA	REFORÇO DA SEGURANÇA DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	
	OBJECTIVO	Organização, recuperação de todos os processos de veículos e carta de condução por forma a tornar mais acessível a sua consulta e o seu controlo	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Processos de carta de condução digitalizados	Nº	Somatório Simples	RELATORIO DE ACTIVIDADES DA DGTR
Processos de veículos digitalizados	Nº	Somatório Simples	RELATORIO DE ACTIVIDADES DA DGTR

EIXO III - Boa Governação

38	FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MAI
	PROGRAMA	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS POLICIAIS	
	OBJECTIVO	Dotar a Polícia Nacional de melhores condições físicas e de funcionamento de modo a garantir a segurança interna dos cidadãos nacionais e internacionais.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Esquadras/comandos construídos.	Nº	Somatório Simples	RELATORIO DE VISITAS
Esquadras/comandos remodelados.	Nº	Somatório Simples	RELATORIO DE VISITAS

EIXO III - Boa Governação

39	FUNÇÃO	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MAI
	PROGRAMA	REFORÇO DA SEGURANÇA INTERNA	
	OBJECTIVO	1) Melhorar a capacidade de resposta da PN face às demandas das pessoas, elevar o capital de confiança junto do público, mudar pela positiva o sentimento de segurança tanto dos cidadãos	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Esquadras a funcionar sem interrupção de energia.	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Policias devidamente uniformizados/armados.	Nº	Somatório Simples	MAI
Armas brancas e de fogo apreendidas	Nº	Somatório Simples	MAI
Aquisição de meios de mobilidade e equipamentos.	Nº	Somatório Simples	MAI

EIXO III - Boa Governação

	TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL		
40	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MJEDRH
	PROGRAMA	GARANTIA DO ACESSO DE TODOS OS GRUPOS SOCIAL E PROFISSIONAL À PROTEÇÃO SOCIAL	
	OBJECTIVO	Garantir o acesso de todos os grupos sociais e profissionais à protecção social, em particular os grupos vulneráveis em situação de risco ou exclusão social.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Beneficiários de Pensão social	Nº	Somatório Simples	Relatório
Estudantes de famílias carenciadas apoiadas com propinas	Nº	Somatório Simples	Relatório
Associações/ONG's que actuam junto às comunidades locais apoiadas	Nº	Somatório Simples	Relatório

EIXO III - Boa Governação

41	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	MJEDRH
	PROGRAMA	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DAS RELAÇÕES ENTRE OS PARCEIROS SOCIAIS	
	OBJECTIVO	Promover um ambiente laboral mais seguro e decente, através das melhorias das condições e relações de trabalho.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Visitas inspectivas às empresas/instituições realizadas	Nº	Somatório Simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Acordos conseguidos no âmbito da mediações (greve) de conflitos laborais	%	$(\text{Nº Acordos} / \text{Nº Não Acordos}) * 100$	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Cumprimento de obrigações constitucionais junto da OIT	%	$(\text{Nº Relatórios solicitados} / \text{Nº Relatórios Produzidos}) * 100$	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO

EIXO III - Boa Governação

42	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL	
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MJEDRH
	PROGRAMA	ACESSO AOS POBRES DOS SERVIÇOS SOCIAIS DE BASE E AO RENDIMENTO	
	OBJECTIVO	Promover a criação de oportunidades económicas inclusivas e duráveis para as famílias rurais pobres das ilhas abrangidas pelo programa	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Pessoas Formadas pelo Programa com Emprego perene	%	$(\text{Pessoas formadas pelo Programa com Emprego Perene} / \text{Total de Pessoas Formadas pelo Programa}) * 100$	MJEDRH
Beneficiários de actividades económicas com emprego perene	%	$\text{Beneficiários de Actividades com Emprego Perene} / \text{Total de Beneficiários de Actividades Económicas financiadas pelo Programa} * 100$	MJEDRH
Alimentos consumidos nas zonas abrangidas pelo Programa produzidos localmente	%	$(\text{Nº ou Kg de Alimentos de Origem local Consumidos pelos agregados Familiares} / \text{Nº ou Kg total de Alimentos Consumidos pelo agregados familiares}) * 100$	MJEDRH

EIXO III - Boa Governação

TRANSPORTES		
43 FUNÇÃO	TRANSPORTES	
TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MIEM
PROGRAMA	MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE E SEGURANÇA MARÍTIMA	
OBJECTIVO	Melhorar o sistema de transporte marítimo, garantindo a salvaguarda da vida humana no mar e a proteção do ambiente marinho.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Vidas humanas perdidas no mar	Nº	Somatório Simples	Relatório IMP
Plano de contingência elaborado	Nº	Somatório Simples	O Plano de contingencia publicado
Inspecões realizadas	Nº	Somatório Simples	Relatório IMP
Praias vigiadas e equipadas com meios de salvamento	Nº	Somatório Simples	Relatório IMP
Ajudas à navegação operacionais	Nº	Somatório Simples	Relatório de Manutenção

EIXO III - Boa Governação

Turismo, Comercio, Industria		
44 FUNÇÃO	TURISMO COMERCIO INDUSTRIA E SERVIÇOS	
TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	MRE/UCRE
PROGRAMA	RACIONALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS	
OBJECTIVO	Tornar as estruturas da Administração Pública Central mais lógicas, funcionais e simples com vista a eficiência e economia de custos	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Racionalizações, extinções e fusões entre as estruturas do Estado	Nº	Somatório Simples	MRE/UCRE
Unidades de Coordenação de Serviços Desconcentrados implementadas	Nº	Somatório Simples	MRE/UCRE
Cartas de missão implementadas na Direções Gerais e Nacionais	Nº	Somatório Simples	MRE/UCRE
Estrutura da Inspeção-Geral do Estado criada	Nº	Somatório Simples	MRE/UCRE

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

ADMINISTRAÇÃO			
1	FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGOCIOS	
	OBJECTIVO	Reforço de um quadro legal, institucional e processual mais favorável ao negócio nos sectores da Indústria e Comércio	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Dias para apreciação, análise e resposta dos processos	Nº	somatório simples	MTIE
Regulamentações do Mercado	Nº	somatório simples	Boletim Oficial
Unidades de Negócios Identificados	Nº	somatório simples	MTIE

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

2	FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	INTEGRAÇÃO DA INDÚSTRIA NA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO	
	OBJECTIVO	Promover o desenvolvimento do sector industrial e valorizar a produção nacional	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Feiras industriais apoiadas	Nº	somatório simples	MTIE
Campanhas de sensibilização	Nº	somatório simples	MTIE

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO				
3	FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO		
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MIEM	
	PROGRAMA	GESTÃO DOS RECURSOS HALIEUTICOS PARA UMA PESCA SUSTENTÁVEL		
	OBJECTIVO	Garantir uma gestão sustentável dos recursos halieuticos através de: 1)Reforço das acções de investigação visando a durabilidade das pescarias; 2) Revisão e adequação do quadro legal e regulamentar de suporte às actividades da pesca; 3)Reforço das acções de fiscalização na Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde (ZEE) com recurso a meios internos e provenientes de parcerias internacionais		
Indicadores de Resultados		Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Planos de Gestão (PGRP) adoptados, publicados e implementados		Nº	somatório simples	Relatórios produzidos B.O
Operações marítimas e patrulhas aéreas		Nº	somatório simples	Relatório do curso de inspectores/observadores

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO				
4	FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO	MIEM	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO		
	PROGRAMA	GESTAO INTEGRADA DA PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL		
	OBJECTIVO	1)Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Pesca Artesanal e Industrial; 2) Reforço das capacidades empresariais e da competitividade, a nível artesanal industrial		
Indicadores de Resultados		Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Créditos/ concedidos aos operadores da pesca extractiva e de comercialização		Nº	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Infraestruturas de apoio à pesca beneficiadas através da manutenção		Nº	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Operadores/pescadores de pesca formados em diversas areas de pesca		Nº	somatório simples	RELATORIO DA FORMAÇÃO
Toneladas de Captura Nacional fornecidos à indústria conserveira nacional e mercado local		Ton.	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Operadores e pescadores formados nas áreas de créditos e gestão de negócios		Nº	somatório simples	RELATORIO DA FORMAÇÃO
Operadores da pesca exportando		Nº	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
PME's de transformação e agregação de valor aos produtos das pescas		Nº	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

5	FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABAST	MIEM
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	GESTAO INTEGRADA DA QUALIDADE E AGREGACAO DE VALORES DOS PRODUTOS DA	
	OBJECTIVO	1) Melhorar o sistema de controlo e garantia de qualidade intrínseca e extrínseca do pescado e dos seus produtos; 2) Incrementar, em particular, a segurança e qualidade aplicáveis aos produtos da pesca no território nacional elevando-a ao nível verificado nos produtos destinados à exportação; 3) Melhorar as sinergias e actuação sistémica entre as diferentes instituições ligadas a pesca, visando melhorar a eficácia e eficiência das actividades inspectivas como via para melhorar a qualidade; 4) Promover a agregação de valores aos produtos de pesca por via da melhoria da qualidade.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Embarcações com classificação mínima de Bom	%	(Número de embarcações com classificação de bom/ Número total de embarcações monitorizadas) *100	Base de dados certificados emitidos e relatórios da DGP
Estabelecimentos com classificação mínima de Bom	%	(Número de estabelecimento com classificação de bom/ Número total de estabelecimento considerado) *100	Base de dados certificados emitidos e relatórios da DGP
Análises, sensoriais e laboratoriais do pescado e seus produtos, realizadas	Nº	somatório simples	Relatórios das Análises PRI
Análises sensoriais e laboratoriais do pescado e seus produtos, realizadas com resultados conformes	Nº	somatório simples	Relatórios das Análises PRI

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

6	FUNÇÃO	AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E ABAST	MDR
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	MELHORIA DO AGRO-NEGOCIO E DAS FILEIRAS AGRO-PECUARIAS	
	OBJECTIVO	1) Gestão sustentável dos novos perímetros irrigados através do aumento e valorização da produção agro-pecuária e desenvolvimento das fileiras de produtos de alto valor acrescentado	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Producao horticola	Ton	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR
Producao raizes/tuberculos	Ton	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR
Areas cultivadas em estufas e hidroponia	M2	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR
Fileiras Agropecuarias Organizadas	Nº	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR
Centros de Processamento (incluindo pequenas unidades satélites), Tratamento Pós-Colheita	Nº	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO MDR

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

CIENCIA E TECNOLOGIA		
7 FUNÇÃO	CIENCIA E TECNOLOGIA	MDR
TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	
PROGRAMA	INVESTIGACAO AGRICOLA APLICADA E TRANSFERENCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA	
OBJECTIVO	1) Contribuir para a modernização da agricultura disponibilizando informações e tecnologias de produção agro-pecuária com maior eficiência e rentabilidade	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Pacotes tecnológicos produzidos para uso eficiente de água, resistência a pragas e doenças e aumento de potencial produtivo agro-pecuario	Nº	somatório simples	Relatório Anual de Seguimento

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

CULTURA, LAZER E DESPORTOS		
8 FUNÇÃO	CULTURA, LAZER E DESPORTOS	MC
TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO	
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DA MICROECONOMIA ATRAVÉS DA CULTURA	
OBJECTIVO	Democratizar o acesso à cultura e desenvolver um sistema de funcionamento para as actividades culturais e comunitárias geradoras de rendimento	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Pessoas atendidas pelo programa	Nº	somatório simples	RELATORIO DE VISITAS
Protocolos assinados e parcerias efectivas	Nº	somatório simples	Relatorio mensal
Microempresas criadas e reabilitadas	Nº	somatório simples	RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PROJECTO
Pontos de venda de artesanato certificados e criados	Nº	somatório simples	BOLETIM OFICIAL

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE		
9	FUNÇÃO	JUSTIÇA, CIDADANIA E JUVENTUDE SEAP
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO
	PROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO CIDADÃO E EMPRESA
	OBJECTIVO	1) Promover e operacionalizar uma nova cultura de prestação de serviço público, centrado nas necessidades do cidadão e das empresas; 2) Promover o desenvolvimento do Capital Humano na administração Pública

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Empresas no Dia Criadas	Nº	somatório simples	SEAP
Certidões Online	Nº	somatório simples	SEAP
Clientes Atendidos	Nº	somatório simples	SEAP
Portondinosilha.cv	Nº	somatório simples	SEAP
Service center do Estado	Nº	somatório simples	SEAP
Formandos Capacitados	Nº	somatório simples	SEAP

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

TRABALHO E PROTECAO SOCIAL		
10	FUNÇÃO	TRABALHO E PROTECAO SOCIAL MJEDRH
	TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO
	PROGRAMA	AMBIENTE ECONOMICO FAVORAVEL A CRIACAO DE EMPREGO
	OBJECTIVO	Promover um Ambiente Favorável a Criação de Emprego

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Produção de Anuario sobre Emprego	Nº	somatório simples	Observatório do Emprego
Jovens capacitados e apoiados com medidas activas do Emprego (Fomento do Emprego e Empreendedorismo (PFEE);	Nº	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO
Qualificações Profissionais Elaboradas (QP);	Nº	somatório simples	RELATORIO ANUAL DO PROJECTO

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS		
1.1	FUNÇÃO	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO
	PROGRAMA	PROMOÇÃO DA CAPACITACAO DAS PMES E CONSTRUÇÃO DOS CLUSTERS ESTRATÉGICOS
	OBJECTIVO	Facilitar à população o acesso à educação a diferentes níveis de ensino.

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Gabinetes do Empreendedor instalado nos Concelhos	Nº	somatório simples	MTIE
Empresas apoiadas com acções de desenvolvimento empresarial (backlog mais novas empresas)	Nº	somatório simples	MTIE
Incubadoras de Empresas instaladas	Nº	somatório simples	MTIE
Instrumentos que facilitam o acesso ao financiamentos operacionalizados	Nº	somatório simples	MTIE
Eventos de Promoção da Cultura Empreendedora realizadas	Nº	somatório simples	MTIE
Eventos de promoção do Empreendedorismo Migrante realizados	Nº	somatório simples	MTIE
Acções de Capacitação das MPMEs	Nº	somatório simples	MTIE
Premios de Inovação atribuídos	Nº	somatório simples	MTIE
Apoio a Eventos organizados pelo sector privado	Nº	somatório simples	MTIE

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

12	FUNÇÃO	TURISMO, COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICO	CI
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	PROMOCAO DO INVESTIMENTO DE CABO VERDE	
	OBJECTIVO	1) Inverter a tendência negativa do IDE nos últimos anos, intensificar e diversificar o investimento externo em Cabo Verde a uma taxa de crescimento médio anual de 11% num horizonte até 2016; 2) Acelerar o crescimento do fluxo de turistas em Cabo Verde a uma taxa média anual de 9% num horizonte até 2016; 3) Acelerar o crescimento das exportações de mercadorias, com realce para os produtos do mar.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
IDE Acumulado	(milhoes de Euros)	somatório simples	CI
IDE	\$ (milhoes de Contos)	somatório simples	CI
PIB preços correntes	\$ (milhoes de Contos)	somatório simples	CI
IDE/PIB	%	projeção do IDE(em milhoes de contos)/ projeção do PIB(milhões de contos)	CI
Entradas de Turistas	Nº	somatório simples	CI
Aumento do número de Camas	Nº	somatório simples	CI
Aumento do consumo de bens e serviços internos pelos turistas	\$ (milhoes de Euros)	somatório simples	CI
Valor Exportação	\$ (milhoes de Euros)	somatório simples	CI
Valor Products do Mar	\$ (milhoes de Euros)	somatório simples	CI
Valor Produtos transformados	\$ (milhoes de Euros)	somatório simples	CI

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

13	FUNÇÃO	TURISMO COMÉRCIO INDUSTRIA E SERVICO	MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DO TURISMO	
	OBJECTIVO	Implementação de mecanismos de acompanhamento e monitorização das actividades tur	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Estalecimentos hoteleiros e prestadores de Serviços turísticos vistoriados	Nº	somatório simples	Planos de vistoria e relatório
programas de Educação para o turismo realizados	Nº	somatório simples	Relatórios de programas de educação para o
Barómetros do turismo lançados	Nº	somatório simples	Publicação de Revistas de Observatório do
Actividades Promoção turística	Nº	somatório simples	Feiras e acções de promoção realizadas

EIXO IV - Reforço do Sector Privado

14	FUNÇÃO	TURISMO COMERCIO INDUSTRIA E SERVIÇO	MTIE
	TIPO DE PROGRAMA	INVESTIMENTO	
	PROGRAMA	RECURSOS TURISTICOS DE QUALIDADE EM CABO VERDE	
	OBJECTIVO	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS, ESTUDOS E PROJECTOS NECESSÁRIOS A QUALIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de cálculo	Meios de Verificações
Diplomas publicados	Nº	somatório simples	Diplomas e planos publicados no Boletim Oficial
Concelhos com produtos inventariados e sinalizados	Nº	somatório simples	Documento de inventariação RT de Cabo Verde
Oferta turística diversificada	Nº	somatório simples	Relatórios do sector com aprovação de projectos

EIXO V - Afirmar Nação Global

	ADMINISTRACAO		
1	FUNÇÃO	ADMINISTRACAO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MCOM
	PROGRAMA	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMIGRANTES	
	OBJECTIVO	<p>1) Proporcionar melhor qualidade de vida dos cabo-verdianos e seus descendentes na diáspora nos domínios da segurança social, educação, saúde, agricultura e integração nos países de acolhimento;</p> <p>2) Contribuir para a capacitação dos cabo-verdianos e seus descendentes para que, através da formação/qualificação pro- fissional, se tornem autosuficientes</p>	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Aumento número Pensionistas com "Complementos Pensão"	Numero	Somatório Simples	MCOM
Caboverdianos com apoio médico medicamentosa em S. Tomé e Príncipe	Numero	Somatório Simples	MCOM
Producao Agro-pecuaria comercializada	%	produção agrico-pecuaria comercializada/ total de produção agropecuaria	MCOM
Empoderamento "Segundas Gerações" Diáspora Através Formação	Numero	Somatório Simples	MCOM
Capacitação (Ações Formação) Movimentos Associativos Comunidade Cabo Verde Diáspora	Numero	Somatório Simples	MCOM

EIXO V - Afirmar Nação Global

2	FUNÇÃO	ADMINISTRACAO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MCOM
	PROGRAMA	PARTICIPAÇÃO DA DIÁSPORA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE	
	OBJECTIVO	Desenvolver projeto direcionados a cabo-verdianos e seus descendentes na diáspora relacionados a investimentos, empreendedorismo, remessas em divisas e transferências de know-how.	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Estimular junto comunidades CV Diáspora aumento remessas	%	$((\text{Remessas do ano}/\text{remessas de ano base}) - 1) * 100$	Relatorios contas e contas 2011 - BCV
Estimular comunidades CV Diáspora aplicação remessas em projetos investís geradores riqueza	%	$(\text{Remessas investidos}/\text{remessas do ano}) * 100$	Relatorios contas e contas 2011 - BCV
Mobilização Competência (conhecimentos e Know-how)	Numero	Somatório Simples	MCOM

EIXO V - Afirmar Nação Global

3	FUNÇÃO	ADMINISTRACAO	
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	MCOM
	PROGRAMA	REFORÇO DOS LAÇOS CULTURAIS E DE COMUNICAÇÃO ENTRE A DIÁSPORA E CABO VERDE	
	OBJECTIVO	<p>1 - Criar condições favoráveis aos cabo-verdianos e seus descendentes para que possam desenvolver e valorizar a cultura crioula no país de acolhimento;</p> <p>2 - Proporcionar iniciativas que proporcionem uma melhor circulação de informação entre C Verde / Diáspora / C Verde;</p>	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Implementação "Casas de Cultura" na Diáspora	Numero	Somatório Simples	MCOM
Reconhecimento, Valorização e Estimulo Casos Sucesso Cabo-verdianos Diáspora Através "Prémios Diáspora"	Numero	Somatório Simples	MCOM
Implementação Balcões Casas Cidadão Países Acolhimento Cabo-verdianos	Numero	Somatório Simples	MCOM

EIXO V - Afiramar Nação Global

4	FUNÇÃO	ADMINISTRACAO	MCOM
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	MELHOR CONHECIMENTO DA REALIDADE DA EMIGRAÇÃO / COMUNIDADES	
	OBJECTIVO	1 - Criar base de dados em vista a atualização regular do "Perfil dos Emigrantes Cabo-verdianos e seus Descendentes na Diáspora"; 2 - Elaborar o "Mapa Demográfico" dos Cabo-verdianos e seus Descendentes na Diáspora;	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Realização Estudos Científicos Para Melhor Conhecimento Comunidades Cabo-verdianase seus Descendentes na Diáspora	Numero	Somatório Simples	MCOM
Criação Base de Dados Sobre Emigração Cabo-verdina na Diáspora	Numero	Somatório Simples	MCOM

EIXO V - Afiramar Nação Global

	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE		
5	FUNÇÃO	JUSTICA, CIDADANIA E JUVENTUDE	MCOM
	TIPO DE PROGRAMA	FINALISTICO	
	PROGRAMA	MELHORIA DA POLITICA DE IMIGRACAO	
	OBJECTIVO	1) Reforçar as capacidades institucionais para implementação da Estratégia Nacional de Imigração (ENI) e Plano de Ação Nacional : Unidade de Coordenação da Imigração, e suas instâncias de coordenação (Grupos de trabalho temáticos, ou locais, Grupo permanente de Acompanhamento, Conselho Nacional de Imigração); 2) Reforçar o quadro legal e sua consequente aplicação em matéria de entrada, permanência, mobilidade interna, saída, emprego, trabalho, previdência social envolvendo estrangeiros/ imigrantes; 3) Melhorar o acolhimento e tratamento administrativos das solicitações e necessidades dos imigrantes; 4) Reforçar de capacidades de ONG's, associações de imigrantes conceção e execução de projetos; 5) Informar e formar para a consideração da dimensão imigrante/estrangeiro no delineamento das políticas públicas, e na gestão da sociedade	

Indicadores de Resultados	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Meios de Verificações
Ações de formação realizadas	Nº	Somatório Simples	MCOM
Reuniões dos membros do Conselho Nacional da Imigração (CNI)	Nº	Somatório Simples	MCOM
Ministerios com medidas do Plano de Ação Nacional incorporadas	%	Nº de Ministerios com medidas de plano nacional/ Total de Ministerios envolvidos*100	MCOM
Legislações em revisão	Nº	Somatório Simples	MCOM
Agentes autárquicos formados/aptos para a boa aplicação da legislação aplicável a estrangeiros, a nível local	%	Agentes formados/ Total funcionários que trabalham na imigração(ONG'S, Autarquias) *100	MCOM
Nível de Implementação do registo municipal de estrangeiros (obrigatório).	%	Nº de municípios que possuem registo/ total de municípios *100	MCOM
Mecanismos efectivos de acompanhamento do funcionamento dos postos fronteiriços	Nº	Somatório Simples	MCOM
Gabinetes de Apoio ao Imigrante criados e capacitados	Nº	Somatório Simples	MCOM
Encontros com líderes de associações, e comunidades de imigrantes	Nº	Somatório Simples	MCOM
Iniciativas de ONG's e associações de imigrantes visando a melhor integração das suas comunidades	Nº	Somatório Simples	MCOM
Ações de capacitação para ONG's e associações de imigrantes	Nº	Somatório Simples	MCOM
Ações de sensibilização realizadas	Nº	Somatório Simples	MCOM

Anexo III- Apresentação Síntese do Modelo de Programação Macroeconómica

O modelo de coerência do DECRP III

1. O Modelo de coerência do DECRP é um modelo de simulação simplificado, baseado numa Matriz de Contabilidade Social, que permite realizar projecções macroeconómicas e sectoriais, incorporando as principais variáveis da política de longo prazo incluindo: i) evolução da população; ii) produtividade total dos factores; iii) distribuição do rendimento; e iv) equilíbrio poupança e investimentos. É, por conseguinte, um modelo adequado para apoiar a elaboração do DECRP.
2. No modelo de base o utilizador apoia-se numa base de dados sobre a situação económica de referência para o conjunto das variáveis do modelo, nomeadamente a taxa de crescimento económico e as principais variáveis definidas no contexto da Contabilidade Nacional. Os dados do modelo até 2007 (Contas Nacionais) são do INE. De 2008 até 2011 foram elaboradas estimativas no seio do Modelo DECRP III. Estas estimativas foram calibradas para reproduzir as estimativas do PIB por parte do INE. As projecções foram feitas para o período de vigência do DECRP III (2012-2016).
3. Um elemento importante na calibragem do modelo, definido pelo utilizador, é o índice de eficiência do capital, a nível sectorial, medido pelo coeficiente marginal capital-produto (ICOR), o qual reflecte o nível de investimento que é necessário assegurar para se atingir uma dada taxa de crescimento do produto. Este índice é desfasado de um ano (t-1) atendendo à natureza recursiva do modelo.
4. No modelo, o consumo é a variável residual que assegura uma solução de equilíbrio, uma vez fixadas a taxa de crescimento do PIB e o valor do ICOR. Uma vez que o consumo se divide em duas componentes, consumo privado e consumo público, é necessário escolher o método de fecho do modelo (fecho 'público' ou 'privado'). Ao escolher o 'fecho público', então o consumo privado é pré-determinado e o consumo público torna-se a variável residual. Inversamente, quando o fecho é 'privado', o consumo privado torna-se a variável residual.
5. O modelo dispõe de flexibilidade suficiente para se adaptar às condições prevalecentes em Cabo Verde. Por exemplo, um certo número de indicadores económicos utilizados no país podem ser explicitamente considerados no modelo. As equações podem ser modificadas para se atender à disponibilidade de informação, sempre mantendo a lógica interna do modelo.
6. Finalmente, uma das principais vantagens do modelo é a de que não é exigente em

séries cronológicas, nem requiere estimativas econométricas de comportamento dos agentes económicos. Trata-se na verdade de um modelo sintético que assenta sobre os valores de um ano de referência e sobre os parâmetros de algumas variáveis de crescimento definidas pelo utilizador. Porém, deve ter-se em atenção que esta é também a grande fraqueza do modelo, na medida em que as projecções ficam muito dependentes da arbitrariedade do utilizador no estabelecimento das hipóteses e ainda sobre a representatividade dos valores do ano de base.

Os elementos de base do modelo

7. Os elementos de base do modelo macroeconómico utilizado na elaboração do DECRP incluem as identidades orçamentais dos diferentes sectores económicos, as relações de equilíbrio do mercado, e as hipóteses de projecção das variáveis e de calibragem do modelo. As duas primeiras garantem os equilíbrios contabilísticos do modelo. As identidades orçamentais asseguram que os recursos disponíveis de cada sector são iguais à despesa desse sector. As equações de equilíbrio dos mercados asseguram, por outro lado, que a oferta de bens e de capitais é igual à soma das procuras sectoriais correspondentes.
8. O processo de modelização requer a definição das hipóteses de projecção e a escolha do método de calibragem do modelo. As hipóteses de projecção ligam a evolução temporal de uma variável (exemplo, as transferências do governo para o sector privado) com uma variável global (por exemplo, o PIB). Outras variáveis do modelo (por exemplo, a taxa de juro internacional) são totalmente exógenas, isto é, a sua evolução não é determinada ou afectada por nenhuma outra variável do modelo.
9. As hipóteses da projecção dependem do tipo de calibragem escolhida para o modelo, ou, por outras palavras, da escolha das variáveis que serão determinadas de modo endógeno, pelas restrições orçamentais e pelas relações de equilíbrio do modelo. Como se verá adiante, a calibragem do modelo depende essencialmente das questões de política económica às quais pretendemos dar resposta através das simulações do modelo.

As restrições orçamentais consideradas no modelo

10. As restrições orçamentais sectoriais reflectem o simples facto de que as despesas totais (correntes e de capital) de cada sector devem ser iguais aos recursos totais disponíveis para o sector. O número de restrições orçamentais do modelo depende portanto do número de sectores económicos considerados no modelo. No caso de Cabo Verde, a economia é decomposta em quatro grandes sectores: 1) Governo; 2) sector privado; 3) sector monetário; 4) sector externo. Por consequência, há quatro equações orçamentais sectoriais no modelo.
11. Para se compreender o modelo, é necessário definir as identidades das Contas Nacionais. Para uma melhor compreensão, separa-se em geral cada equação orçamental numa equação para a conta corrente e uma outra para a conta de capital. Descrevem-se em seguida as restrições orçamentais de cada um dos sectores considerados, seguido das identidades das contas nacionais.

- a. Governo: As receitas correntes do Governo compõem-se de doações, rendimentos de factores, e impostos directos e indirectos, bem como de receitas não fiscais e subsídios. As receitas são usadas para financiar o pagamento de juros sobre a dívida interna e a dívida externa, as transferências correntes para os outros sectores da economia, os gastos públicos, bem como para poupança do Governo. Esta última, bem como o aumento da dívida pública líquida (interna ou externa), financiam o investimento bruto do governo mais as transferências de capitais para os restantes sectores da economia.
 - b. Sector privado: A última restrição orçamental é a do sector privado. As receitas correntes compõem-se do seu próprio rendimento dos factores, mais as receitas relativas a juros sobre a dívida interna ao governo, as transferências correntes para o governo e para o exterior, bem como os lucros e remessas do estrangeiro. Essas receitas são utilizadas para pagar impostos directos e indirectos ao Governo, os juros sobre a dívida privada externa, os lucros e remessas, as despesas de consumo e, finalmente, a poupança privada.
 - c. Sector monetário. O rendimento do sector monetário consiste nos créditos do sector externo, os depósitos do sector privado, e as transferências de capital do sector privado. É utilizado para financiar o crédito líquido ao governo, as reservas de divisas e o crédito líquido ao sector privado.
 - d. Sector externo (balança de pagamentos): As receitas correntes do sector externo são os pagamentos correntes ao estrangeiro por parte dos sectores económicos internos. Assim, aqueles incluem a balança comercial, a balança de serviços não relativos aos factores produtivos, bem como os pagamentos líquidos dos factores de produção, desagregados em pagamentos de juros e de lucros relativos às transferências. Igualmente, as despesas correntes do sector externo são iguais às exportações mais as transferências correntes para os sectores económicos internos. A conta de capital da balança de pagamentos mostra claramente que a poupança externa (o défice da balança de transacções correntes) deve ser igual aos fluxos líquidos da dívida externa (variação das reservas em divisas), as transferências líquidas de capital ao sector monetário, e o investimento privado.
12. Para a conta de capital, o financiamento total é igual à soma das transferências de capital do governo, fluxo de investimento directo estrangeiro, investimento e doações de capital do exterior, crédito líquido do sector monetário e poupança privada. Estes recursos são utilizados para financiar a dívida pública interna pelo sector privado, a aquisição de divisas, a transferência líquida de capital para o sector monetário e o investimento privado.
 13. As equações finais representam os equilíbrios das contas nacionais a preços correntes. O PIB é igual ao consumo total mais a poupança total. Esta última é igual ao investimento total.

As hipóteses de projecção

14. Para algumas variáveis do modelo (por exemplo, investimento público), as hipóteses de projecção dependem da escolha feita quanto à calibragem do modelo, ou seja, o

fecho do modelo. Por exemplo, no caso da calibragem do sector privado, o rácio do investimento público em relação ao PIB é fixado e utilizado como hipótese de projecção para o investimento. O modelo calcula o *stock* de activos financeiros juntando o fluxo de activos de cada período ao *stock* do ano precedente. O pagamento de juros sobre os capitais internos e externos são calculados como produto do *stock* de activos do período precedente pela taxa de juro nominal.

15. Algumas hipóteses de projecção são também necessárias para algumas variáveis orçamentais e externas. Na maior parte dos casos, as hipóteses de projecção ligam simplesmente a variável considerada a uma variável de escala (por exemplo, o PIB). Entre as variáveis fiscais, os impostos indirectos e directos, os subsídios e as transferências correntes para o sector privado são projectadas em percentagem do PIB. As transferências de capital do governo para o sector privado são uma percentagem das respectivas despesas de investimento. O consumo do governo é também expresso em percentagem do PIB.

A calibragem do modelo

16. Para completar a rodagem do modelo é necessário escolher todas as variáveis que são determinadas de modo endógeno (ou residuais) através das restrições orçamentais e das condições de equilíbrios do mercado. A escolha das variáveis endógenas depende principalmente do objectivo específico do exercício de simulação. Por outro lado, a escolha das variáveis endógenas determina igualmente o método (recursivo ou simultâneo) do cálculo do modelo. A escolha das variáveis retidas levou a considerar a solução recursiva. Trata-se de uma calibragem de tipo positivo.
17. O modelo pode simular os efeitos de uma política económica sobre um conjunto de variáveis macroeconómicas (crescimento do PIB, inflação, nível de reservas externas, etc.). Neste caso, as variáveis de política económica (despesa pública, crescimento da oferta de moeda, etc.), são determinadas de modo exógeno e o modelo calcula os valores das outras variáveis alvo. O modelo pode igualmente indicar qual a política económica a estabelecer de modo a atingir-se os objectivos fixados em termos de inflação, de crescimento, etc. Assim, os valores destas variáveis-alvo são fixadas de modo exógeno e o modelo determina os valores das variáveis de política orçamental, monetária e cambial. Trata-se neste caso, de uma calibragem normativa.
18. A calibragem normativa permite encontrar os valores de um conjunto de variáveis económicas do sector público (consumo e investimento público, variáveis de financiamento do sector público e de política monetária) necessárias para atingir as metas macroeconómicas fixadas. Assim, a primeira etapa consiste em determinar as metas macroeconómicas a fim de fixar a evolução da taxa de inflação, da taxa de crescimento do PIB real, da taxa de câmbio real, e igualmente do nível de reservas requerido, medido em meses de importações. A evolução dos preços e do PIB real são também determinadas directamente. Dado o valor do ICOR, será possível deduzir igualmente o investimento real necessário para se atingir o nível de crescimento previsto.
19. O investimento privado é projectado como proporção do PIB real. O investimento do Governo é ajustado face ao nível de investimento das empresas públicas. O consumo

privado é determinado na base do rendimento disponível. Por consequência, o consumo público é uma variável endógena que é ajustada de modo a assegurar o equilíbrio do mercado de bens e serviços.

20. A partir dos valores da inflação e da taxa de câmbio real, calcula-se o valor da taxa de câmbio nominal. No que respeita à balança de pagamentos, as transferências com o exterior e o investimento directo estrangeiro são exógenos, e o pagamento de juros sobre a dívida externa é determinado pelo *stock* de dívida do período anterior. Assim, a variável residual é a variação líquida da dívida externa líquida. Esta determina o valor do *stock* total líquido dos activos externos disponíveis no mercado de capitais externos. A partir das procuras sectoriais determinadas do modo acima descrito, e os valores das variáveis alvo das reservas externas, obtêm-se, de um modo residual, o *stock* da dívida pública externa do governo.
21. No que se refere ao mercado monetário, a taxa de inflação e a taxa de juro determinam a taxa de juro nominal e o nível dos preços. O PIB real é determinado, como vimos acima, com base nas hipóteses de crescimento económico. No conjunto, essas variáveis determinam a evolução da procura de moeda. Esta permite determinar a evolução do *stock* de moeda, e através do multiplicador, o valor de M1. Finalmente, a restrição orçamental do sector privado determina o *stock* total da dívida pública que o sector privado pode fornecer.

Coerência Macroeconómica: Modelo do DECRP III

